

# Tão Longe Tão Perto

Famílias e "Movimentos" na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde

Andréa de Souza Lobo

**ABA** PUBLICAÇÕES

# TÃO LONGE TÃO PERTO

---

*Famílias e “movimentos”  
na ilha da Boa Vista de Cabo Verde*

**Andréa de Souza Lobo**

Edição revista

2014

# **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**

## **Diretoria**

### **Presidente**

Carmen Silvia Rial (UFSC)

### **Vice-Presidente**

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

### **Secretário**

Renato Monteiro Athias (UFPE)

### **Secretário Adjunto**

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

### **Tesoureira**

Maria Amélia S. Dickie (UFSC)

### **Tesoureira Adjunta**

Andrea de Souza Lobo (UNB)

### **Diretor**

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

### **Diretora**

Marcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

### **Diretora**

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

### **Diretor**

Carlos Alberto Steil (UFRGS)

## **Comissão de Projeto Editorial**

### **Coordenador**

Antônio Motta (UFPE)

Carmen Rial (UFSC)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Igor José Renó Machado (UFSCAR)

Peter Fry (UFRJ)

### **Conselho Editorial**

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA)

Antonio Augusto Arantes (UNICAMP)

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

Cristiana Bastos (ICS/Univ.Lisboa)

Cynthia Sarti (UNIFESP)

Gustavo Lins Ribeiro (UNB)

João Pacheco de Oliveira (UFRJ)

Julie Cavnac (UFRN)

Laura Graziela Gomes (UFF)

Lílian Schwarcz (USP)

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)

Miriam Grossi (UFSC)

Ruben Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano (UNB)

Todos os direitos reservados.

© Andréa de Souza Lobo

1ª edição – 2014

Distribuição gratuita

A primeira versão impressa desta obra foi publicada pelas Edições Uni-CV no ano de 2012.

Lobo, Andréa. Tão Longe tão perto. Famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde. Praia: Edições Uni-CV. 2012.

### **Coordenação Editorial**

Fabiana Paranhos

### **Revisão de Língua Portuguesa**

Ana Terra Mejia Munhoz

### **Capa, Editoração Eletrônica e Layout**

João Neves

### **Apoio financeiro**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecário Responsável: Illy Guimarães B. Batista (CRB/DF 2498)

Lobo, Andréa de Souza

Tão longe tão perto : famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde / Andréa de Souza Lobo. – Brasília : ABA Publicações, 2014.

il.

ISBN 978-85-87942-30-2

1. Família – Aspectos antropológicos – Ilha da Boa Vista (Cabo Verde). 2. Ilha da Boa Vista (Cabo Verde) - História. 3. Mulheres – Relações com a família - Ilha da Boa Vista (Cabo Verde). 4. Emigração feminina – Ilha da Boa Vista (Cabo Verde). I. Título.

CDD 306.856658

CDU 392.3(665.816)

**ABA** PUBLICAÇÕES



## AGRADECIMENTOS

Já se tornou lugar-comum fazer referência às pessoas que contribuíram para a execução e o aprimoramento dos trabalhos de pesquisa e a como seria impossível agradecer a todos de maneira adequada. Infelizmente, não tenho condições de inovar nessa questão, pois este é mais um empreendimento que não se tornaria real sem o apoio, o diálogo crítico, a cooperação e o encorajamento de inúmeras pessoas. Começo, portanto, agradecendo à minha família, que, sempre acreditando e confiando em minhas escolhas, mostrou-se incansável em sua dedicação, proporcionando-me, além de conforto emocional e um ambiente saudável e feliz, uma infraestrutura que me permitiu a dedicação necessária a um trabalho como este – Seu Wallace, Dona Fátima, Aninha, Carol, Dani e Camilinha, meu eterno obrigada. Sem a companhia amorosa de João e Marquinhos, sua cumplicidade e paciência, meus momentos de dedicação ao trabalho acadêmico não seriam possíveis.

Sou realmente agradecida aos que leram versões diferentes deste trabalho e compartilharam seus comentários comigo. Em especial, sou grata a Wilson Trajano Filho, leitor atento, dedicado e generoso que acompanhou o passo a passo do desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a Roque de Barros Laraia, João de Pina Cabral, Gustavo Lins Ribeiro e Juliana Braz Dias por seus comentários valiosos no momento da banca de avaliação. Este livro nasceu como uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília – PPGAS/UnB (Lobo, 2006), um ambiente intelectual de excelência e generosidade entre colegas e docentes que marcou minha trajetória de estudante no passado e marca, hoje, meu percurso profissional.

Agradeço aos colegas e estudantes do Grupo de Pesquisa em Etnologia Africana do Departamento de Antropologia da UnB pelo estímulo a esta publicação e pelo espaço frutífero de diálogo das diferentes versões dos argumentos expressos nas páginas que seguem. Da mesma forma, agradeço aos financiadores das etapas deste trabalho, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UnB), à Universidade de Cabo Verde (UniCV) e ao Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família (CICEF).

O carinho com que sempre fui recebida em Boa Vista fez do período em que lá vivi um dos mais especiais de minha trajetória. Não posso deixar de agradecer às famílias que me abriram suas casas para a realização desta pesquisa. Em especial, agradeço às famílias Da Costa e Lima pela amizade e pelo carinho e por terem me auxiliado em todos os momentos e dificuldades da pesquisa. Sem eles, o trabalho de campo não teria sido tão tranquilo e seguro. Agradeço da mesma forma a Nicha, Bela, D. Lu, Nha Maria, Nha Teodora, Sr. Euclides, Mario, Gilda, Claudete, Tatiana, Isa, Nha Bia, Vilma, Isabel, Luis, Valda, Nha Arlinda, Djana, Ariana e tantos outros, pessoas amigas que me ofereceram não só suas histórias, mas suas casas, suas reflexões, sua ternura e sabedoria. A todos os amigos que fiz em Boa Vista, renovo meus agradecimentos pela amizade e simpatia com que me receberam em suas casas e em suas vidas. São pessoas como essas que fazem da antropologia uma disciplina tão apaixonante. Porém, não só na ilha de Boa Vista fiz amigos queridos. Não posso deixar de tornar explícita minha gratidão a Tia Vivina, Tio Guido, Sofia, Victor, Carlos Felipe, Aicha, Patrícia, Any e demais amigos queridos da Cidade da Praia, que sempre me receberam com extrema generosidade e carinho.

## NOTA PRÉVIA

Este livro analisa o universo familiar em uma das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, a ilha da Boa Vista. Trata-se de um tipo de configuração familiar marcado pelo fluxo de pessoas, bens materiais e valores. Tais fluxos podem ser multidirecionais – circulações entre casas, ilhas, países, emigratórios e imigratórios – ou permear diferentes fases das trajetórias individuais e familiares – crianças, mulheres e homens adultos e maduros podem estar em circulação. A coesão familiar nessa sociedade depende, portanto, da força dos mecanismos para solucionar os riscos de uma estrutura que valoriza o movimento. Nesse contexto, o pressuposto de que os familiares têm que viver fisicamente juntos dá lugar a outra ideia de família.

A análise que segue busca demonstrar que o limiar entre um sentimento de pertencimento ou de quebra nas relações familiares depende de um equilíbrio dos diversos princípios de filiação social que mantêm as pessoas unidas. Como tento mostrar com a etnografia que apresento, o domínio do parentesco precisa ser praticado em solidariedade. Mais do que isso, se as relações de proximidade não acontecem dentro do universo do sangue, buscam-se caminhos em outras vias, criando-se relações de parentesco que antes não existiam.

Nesse contexto, além de viver junto e ser criado na mesma casa, partilhar experiências e coisas é a principal fonte de identificação pessoal de um indivíduo. Sua posição na sociedade está marcada não só pelos laços de família, mas pela relação com as pessoas que acompanharam seu processo de socialização. Dada a importância da mobilidade que gera o que denomino de “famílias espalhadas”, as formas de criar “proximidade a distância” são os instrumentos aos quais os indivíduos recorrem na tentativa de lidar com as inseguranças resultantes da mobilidade que caracteriza essa sociedade.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que estamos diante de um *ethos* da mobilidade (que acontece em meio a muitas tensões), a casa (como espaço doméstico que se confunde conceitualmente com família) assume importância central para essas pessoas; é uma marca de pertencimento. As casas são como âncoras que prendem o

indivíduo a um grupo num contexto percebido como inseguro e de difícil atualização dos laços familiares. Portanto, é pelas relações intradomésticas que se constrói um sentimento de identidade familiar que será mantido e atualizado por outro conjunto de relações, as trocas interdomésticas. A experiência partilhada de viver junto, ou de ter vivido junto por um dado período, é de fundamental importância, já que se opera uma intensa cooperação entre os membros que se estende entre casas, ilhas e países.

Em um universo marcado pelo movimento como valor, um fluxo se destaca – o fluxo migratório. A emigração cabo-verdiana é um fenômeno tão central que não passa despercebida por estudiosos ou curiosos que se aproximem dessa sociedade. Não foi diferente no meu caso. Ao estudar a organização familiar na ilha da Boa Vista, não pude deixar de analisá-la levando em conta a emigração de mulheres que partem dessa ilha em idade adulta, deixando filhos, companheiros e demais familiares.

Porém, ao me debruçar sobre esse campo de estudo, acabei por observar que a mobilidade das pessoas não se encontrava restrita às situações de emigração de um dos membros, estando presente de maneira importante em outras esferas do contexto familiar. Sendo assim, este livro percorre uma via pouco usual em se tratando de um estudo sobre as ilhas: no lugar de abordar o valor da mobilidade pela análise do fenômeno migratório, busco encontrá-la no universo doméstico local. Trata-se, portanto, de uma análise dos contextos familiares que incorpora o fenômeno emigratório de mulheres como dimensão importante para examinar relações e sentimentos que se mantêm em situações de distância física e temporal prolongada, mas não se restringe a ele.

O argumento que permeia este livro foi apresentado originalmente como tese de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, em fevereiro de 2007, e a pesquisa de campo que fundamenta os dados ocorreu em 2004 e 2005, na Vila de Sal-Rei. Os anos que separam a recolha dos dados, a primeira versão escrita e o livro que agora vem a público foram marcados por importantes transformações na ilha da Boa Vista. Os dados censitários divulgados em 2010 parecem um índice interessante desses acontecimentos.<sup>1</sup> A população da ilha, que, no Censo de 2000, era de 4.209 pessoas, é, agora, estimada em 9.162. Isso corresponde a uma taxa de crescimento anual de 7,8%, enquanto

a média de crescimento nacional é de 1,3% para o mesmo período. A população masculina continua superior à feminina, porém, a diferença entre ambas diminuiu em porcentagem.

O último capítulo indica que esse seria um caminho possível para a ilha. Nos anos que vivi na Boa Vista, acompanhei o início de um processo de crescimento populacional, de fluxos imigratórios e de interesse de investidores turísticos que movimentavam o cotidiano dos boa-vistenses de maneira tão importante que não pude deixar de incorporar em minha análise. Porém, se os dados mais recentes não se apresentam como uma total novidade para mim, quando tive acesso a eles, fiquei surpresa! Os números confirmavam as frases de desapontamento que ouvia de amigos e interlocutores com quem mantenho contato até hoje: “Boa Vista não é mais a mesma”; “quando você voltar aqui, não reconhecerá mais a ilha”; “Boa Vista está cheia de pessoas estranhas”.

Mesmo tendo tais informações em mãos, optei por manter nesta versão os dados utilizados na análise de 2007, uma vez que os argumentos aqui desenvolvidos, com algumas reformulações, estão fundamentados nos dados encontrados em campo. O que tal defasagem demonstra não é nenhuma novidade para a antropologia contemporânea, já que qualquer análise de natureza antropológica já nasce em ruínas, na medida em que mudam as relações que foram cobertas por um momento.

---

<sup>1</sup> Dados obtidos no *site* do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde – Censo 2010.

# INTRODUÇÃO

Aqui temos muito o problema da família desestruturada, não tanto por causa do divórcio, porque a maioria nem casada no papel é, mas por causa da emigração. A mulher emigra e os filhos são criados pelas avós, não tendo a referência de pai e mãe, e isso complica muito a questão familiar, pois os avós fazem parte de uma geração muito diferente da dos netos e não conseguem ter diálogo.

A relação com as mães emigradas acaba por ser difícil por causa da distância, pois elas passam um ou dois meses a cada dois anos perto dos filhos e o resto do tempo fora. O pai boa-vistense não liga para a família mesmo, então o peso fica todo na avó. A emigração é o bem e o mal de nossa família.

É uma família desestruturada, não é normal como lá na Europa, por exemplo. Lá o pai e a mãe dividem tudo, a responsabilidade na casa e no trabalho, aqui é só a mulher, coitada! O homem só quer saber de seu egoísmo, de sua rua, das pequenas (namoradas) e do grogue (cachaça).

Dáí tem o problema da gravidez precoce e da promiscuidade sexual, que está pior agora por causa de muita mistura na Boa Vista, por causa do turismo. O problema é assim: os jovens da Boa Vista se comportam cada vez mais de acordo com influência de coisas ruins justamente porque não têm a referência correta do pai e da mãe juntos, como deve ser!

Essa reflexão é de uma professora do Liceu da Boa Vista. Ela tenta explicar para uma jovem italiana por que Boa Vista estaria perdendo os valores morais que por tantos anos a distinguiram do restante das ilhas do arquipélago de Cabo Verde: povo pacato, simples, alegre e o mais honesto das ilhas. Onde estaria o problema? Primeiro, na ideia de uma família desestruturada em que a mãe encontra-se na emigração, o pai em qualquer outro lugar que não em casa e a avó, já com idade avançada, assumindo funções que não lhe caberiam em uma situação de “normalidade”. Complementar a esse quadro, a explicação da professora incorpora o turismo e a “mistura” como um segundo foco de problemas para os jovens da ilha, trazendo os riscos de uma “má influência”.

A imagem construída pela professora era compartilhada por muitos que foram convidados a refletir sobre a organização familiar boa-vistense comigo ou que fizeram em algum momento de suas vidas cotidianas. Por diversas vezes fui corrigida: *você quer dizer desorganização familiar, não é mesmo?* Essa questão trazia uma ambiguidade importante no entendimento que tinham sobre o que eu fazia ali: ao imaginarem que a família nuclear e monogâmica

(idealmente europeia) seria a mais adequada, interpretaram que os fatores característicos da família boa-vistense seriam sinais de atraso, desorganização ou até declínio das relações familiares. Porém, quando tais explicações eram cruzadas com uma observação atenta e continuada das práticas em torno da família, a ambiguidade ficava mais aparente, inspirando minha insatisfação com os entendimentos sobre desorganização na família da Boa Vista.

Desde os primeiros dias de meu trabalho de campo, me impressionei com o valor dado à mobilidade e à circulação de homens, mulheres e crianças no universo familiar boa-vistense e logo percebi que tais famílias “espalhadas” não eram frutos de desorganização, tal como explicava a professora, mas de outra forma de organização familiar. Embora os próprios boa-vistenses pontuem suas conversas com frases e afirmações que valorizam a moralidade da família cristã como situação ideal, suas práticas e atitudes diante de fatos concretos revelam orientações que pouco têm a ver com ela.

Este livro é sobre as famílias boa-vistenses. O que procuro explorar, pelos dados etnográficos, é a lógica particular que subjaz à organização familiar local. Compartilho a ideia de Victor Turner (1972) de que há princípios abstratos que operam ao longo do tempo e apesar de crises, conflitos, mortes e, neste caso, da emigração dos membros da família e dos desafios dos “novos tempos”. Mais do que isso, que tais princípios de organização e certos valores operam tanto nos momentos de conflito quanto nos de calma. Neste contexto, é fundamental mostrar como os indivíduos e os grupos tentam manipular tais princípios em seu favor.

Apesar da separação causada pela emigração, muitos tipos de laços que ligam os grupos domésticos locais tradicionalmente continuam a operar de maneira eficaz graças às estratégias que serão aqui exploradas de criar “proximidade a distância”. A coesão familiar na sociedade boa-vistense depende, portanto, da força dos mecanismos para solucionar os riscos de uma estrutura que se especializou em ejetar alguns de seus membros, prioritariamente, mulheres adultas, para além do sistema social. O pressuposto de que a família tem que viver junta dá lugar a outra ideia de família. Trata-se de um contexto familiar que guarda características fortes da matricentralidade geralmente associada à família cabo-verdiana, mas que, ao mesmo tempo, empurra as mulheres para a emigração na Europa; de famílias que percebem o binômio mãe-filho como o vínculo

mais importante, porém separam-no em nome da reprodução familiar; famílias que têm a criança como um valor fundamental, mas a colocam para circular entre casas e localidades; famílias que constroem a ideia de parentesco por relações de partilha e proximidade, mas vivem os relacionamentos parentais a distância.

O objetivo amplo deste trabalho é explorar os contornos desse sistema de valores e práticas que se sobrepõem às influências de uma ideologia de normalidade e que conferem um sentido a esse vaivém de pessoas entre grupos domésticos, casas, localidades e países. Assim como está expresso no discurso que abre esta introdução, as noções em torno do que é ou deve ser a família boa-vistense, quando cruzadas com as práticas que a produzem e reproduzem, fornecem, ao ator, uma ideia de desorganização. A questão que me coloco é de como entender tal realidade partindo de uma premissa básica da antropologia: qualquer sistema cultural e social tem sua própria lógica, e esta não se encontra na camada externa dos discursos dos atores sociais.

Para isso, busco analisar as formas de organização dos grupos familiares. Como é estruturada a família boa-vistense? Como entender relações de conjugalidade, de filiação, geracionais e de gênero? Por que seriam as mulheres mais proeminentes na vida familiar do que os homens? Qual o lugar da mulher, mãe e avó, nesse sistema de relações? Qual o valor dado à mobilidade? Alguns conceitos tradicionais – paternidade, maternidade, família, casa, rua, proximidade, distância – na história de nossa disciplina serão revisitados na tentativa de encaminhar respostas a tais questões, mas com a perspectiva de que o material científico não fornece mais do que verdades parciais, ou seja, hipóteses que, por definição, se modificam a cada confronto com a realidade.

É impossível entender o contexto doméstico boa-vistense sem dar atenção ao fenômeno migratório. Sendo essa uma sociedade que encontrou na emigração a solução para os problemas históricos de secas e fomes e que se autodefine por uma vocação natural de forte abertura ao outro, a emigração faz parte do *ethos* local, do ser cabo-verdiano, da ideia de uma pessoa plena e com uma “vida boa”. Boa Vista, no contexto nacional, guarda uma especificidade: aqui, ao contrário das outras ilhas, as mulheres emigram mais do que os homens. Então, como as regras, os valores e os comportamentos dos grupos familiares se configuram nesse contexto?

Além dessas, novas questões se colocam aos habitantes de uma ilha que, nos últimos 15 anos, passou a ser foco de um discurso desenvolvimentista dos governos local e nacional, que privilegiam o turismo como a saída para os problemas de subdesenvolvimento do país. Nesse contexto, intensificou-se um fluxo imigratório para Boa Vista, gerando situações e comportamentos que vêm acrescentar um novo conjunto de ideias e práticas que desafiam o universo familiar local em sua relação mais fundamental, a dos indivíduos com o seu grupo doméstico. A análise do *status* de tais indivíduos será um bom índice para entender a mudança social, especialmente no que diz respeito à adaptação ao que meus interlocutores denominam de “novos tempos”.

Pela análise dessas variantes, pretendo apresentar ao leitor um quadro aprofundado do contexto familiar boa-vistense, ressaltando alguns aspectos caros à antropologia. O primeiro ponto é o de que não se pode falar de desorganização ou de uma forma de organização que não obedeça a uma lógica própria. Nesse aspecto, meu diálogo não é somente com a teoria antropológica, mas com a própria teoria social dos interlocutores que encontrei no trabalho de campo. Entender seu próprio conceito de desorganização será fundamental para a compreensão da estrutura social local. O segundo ponto é demonstrar como o universo doméstico não está deslocado das demais esferas da vida social; pelo contrário, alimenta e é alimentado por elas.

Como é de se esperar, na busca por uma abordagem capaz de dar conta de um sistema que ordena comportamentos familiares aparentemente definidos pelos próprios atores como desconexos, recorro a debates clássicos dos estudos de parentesco.<sup>1</sup> Porém, o diálogo com autores-chave desse campo obedece ao cuidado de estar menos atenta aos modelos imaginados das relações familiares e mais à preocupação de dar vida à trama cotidiana das relações sociais – que colocam em relevo outras lógicas, menos esperadas. Sendo assim, busco inspiração na noção de *relatedness* cunhada por Janet Carsten (2000) como uma via possível de diálogo etnográfico.

O termo *relatedness* é explicitado pela autora como uma forma de se afastar da discussão da oposição entre biológico e social que pairava sobre boa parte dos estudos antropológicos do parentesco. Carsten sugere uma mudança no vocabulário e propõe empregar a noção de *relatedness* como alternativa ao termo “parentesco” e “para

assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão” (Carsten, 2000, p.4). Tal abordagem nos permitiria dar a devida atenção às formas de *relatedness* locais para além do sangue, do sêmen e do leite materno – remetendo-nos a substâncias compartilhadas que criam o tipo de relação profunda e duradoura normalmente associada à esfera de parentes.

O argumento expresso nas páginas que seguem nos coloca diante de uma vida familiar construída num espaço poroso, perpassado por práticas e relações que se estendem por diferentes unidades domésticas interligadas por crianças, coisas e valores em circulação. É nesse espaço poroso que se constrói o universo de relações de um indivíduo com os elementos necessários para que ele se situe no mundo. Porém, tal universo construído não prescinde dos laços de sangue – trabalha no sentido de fortalecê-los e ampliá-los por relações cotidianas de alianças. Nesse sentido, considero que o diálogo com a noção de *relatedness* me auxiliará a dar conta do universo cotidiano dessas famílias.

Lançando mão da etnografia para explorar a lógica particular da organização familiar na ilha da Boa Vista, aproximo-me a uma linha de investigação que, sem jogar fora o conceito de parentesco e a pertinência do modelo ocidental de família, procura desvendar “variantes” significativas que surgem em função de contextos sociais e históricos específicos.

## **TRABALHO DE CAMPO E PREOCUPAÇÕES METODOLÓGICAS**

A pesquisa teve início em fevereiro de 2004 e minha estada em campo teve a duração de 15 meses ininterruptos. Como já tinha uma vivência anterior na ilha, onde havia morado antes de a pesquisa se iniciar, a chegada em campo tinha mais um ar de retorno que de chegada. Essa situação apresentava desafios diferentes daqueles geralmente vinculados ao antropólogo recém-chegado a uma situação de pesquisa de terreno. O principal desafio era me apresentar a amigos e conhecidos como pesquisadora, um desafio ético que fez parte de meu cotidiano durante todos aqueles meses.

Como estratégia de aproximação e com base nas informações que trazia na bagagem, primeiro organizei a aplicação sistemática de questionários aos membros dos grupos domésticos locais. O intuito era duplo. Primeiro, mostrar a minha nova posição na comunidade e fazer circular a notícia de minha pesquisa. Segundo, obter uma

espécie de mapa que me fornecesse um esboço da estrutura familiar, formas de habitação e estratégias de casamento. Os conselhos de Malinowski (1978) foram inspiradores para a escolha dessa estratégia na fase de aproximação, período em que, segundo suas palavras, é sempre bom evitar assuntos delicados e temas complexos.

Com tal trabalho, pude confirmar algumas intuições que tinha sobre a organização familiar: o alto nível de emigração feminina, a mobilidade das crianças entre as casas, o baixo número de casamentos formais e a grande incidência de uniões de fato, a tendência dos filhos de residirem até a idade madura na casa dos pais e a importância da avó no processo de criação das crianças, entre outros. Sobretudo, a aplicação desse inquérito foi frutífera, especialmente, porque me ajudou a identificar famílias e pessoas das quais poderia me aproximar para realizar entrevistas e para a observação participante. Como era de se esperar em um ambiente pequeno, logo correu a notícia de que eu estava fazendo um trabalho sobre Boa Vista e verifiquei a disposição de muitos em me receber em suas casas e contar suas histórias.

Passada essa fase, percebi que um estudo que tem como foco principal as concepções e as ações acerca da domesticidade deve adotar um tipo de estratégia metodológica que tente capturar a dinâmica temporal do ciclo doméstico. Nesse sentido, lancei mão de duas perspectivas analíticas para dar conta das relações entre avós, filhos, netos, irmãos e companheiros dentro da esfera doméstica. A primeira, equivalente à experiência distante, tentava recuperar o ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos dentro de um período histórico que englobasse três gerações. Começando por aí, dei atenção aos arranjos familiares e de conjugalidade, padrões de moradias e costumes tradicionais. Tais dados forneceram uma estrutura das relações das pessoas de uma mesma geração, destas com os filhos e com os filhos dos filhos num espaço temporal previamente estabelecido.

Numa segunda perspectiva, explorei as qualidades e as práticas diárias focando os mundos de vida dos atores sociais. Coletei dados a partir das histórias de vida, dos ciclos de desenvolvimento das unidades domésticas e das histórias dos agregados familiares. Foi importante dar atenção aos contextos onde as ações se desenrolavam, aos detalhes do comportamento coletivo e individual, enfatizando o caráter fundamental da dimensão vivida como caminho

privilegiado de acesso às visões de mundo. Dessa forma, tornei-me atenta à concretude dos eventos que faziam a vida das pessoas na Boa Vista: rumores, brigas, rompimentos, casamentos, partidas e regressos, entre outros.

No desenvolvimento de ambas as perspectivas, primeiro, identifiquei certo número de grupos domésticos com os quais pudesse estabelecer uma relação mais intensiva, participando de suas atividades cotidianas no contexto da casa. Após alguns meses, deixei de ser visita e passei a circular nas casas sem que isso implicasse a interrupção das tarefas corriqueiras e de discussões e brincadeiras entre parentes. Desenvolvi esse nível de intimidade com cerca de dez famílias, às quais fiz visitas regulares, participando de atividades e eventos diários e, sobretudo, de rodas de conversas informais. O objetivo aqui foi de entrar a fundo nas práticas cotidianas e nas concepções que os nativos têm de higiene, dos cuidados domésticos, das técnicas do corpo, dos cuidados com as crianças, da alimentação, da divisão do trabalho doméstico, das relações de gênero e da ocupação do espaço onde vivem.

Para um grupo mais numeroso de unidades domésticas, realizei uma aproximação mais extensiva, ou seja, visitei pessoas, observei atividades domésticas e entrevistei membros de cada unidade familiar contatada. Nessa etapa, os rumores foram fundamentais para uma primeira aproximação. Rumores e fofocas sobre ambiente familiar, infidelidade, práticas de poligamia, estratégias matrimoniais e outras relações da família boa-vistense me ofereceram uma via aberta para a análise das tensões e dos conflitos inerentes à organização familiar local. O objetivo era buscar diferentes versões para um mesmo evento ou conflito familiar no sentido de perceber as perspectivas de homens, mulheres, velhos e jovens diante dos problemas cotidianos, da relação com os estrangeiros, da situação da Boa Vista perante o desenvolvimento turístico, da emigração feminina e de outros contextos.

Com relação à emigração feminina, a pesquisa exigiu que eu reformulasse a atenção que pretendia dedicar a esse aspecto. Ao entrar na vida familiar, percebi que seria impossível abordar o grupo doméstico senão por uma análise do processo de saída das mulheres. Desde a elaboração do projeto, já havia percebido que a ausência física da mulher-mãe acarretava a necessidade de fazer arranjos na esfera doméstica e o que eu buscava no trabalho de campo era

conhecer a dimensão dessas transformações. Porém, o que percebi após alguns meses de pesquisa foi que a organização familiar local se estruturava de forma a permitir e a incentivar a saída de mulheres-mães para a emigração.

Parte dos dados aqui apresentados foram recolhidos por meio de rumores e narrativas. Os rumores nessa sociedade são importantes e recorrentes. Como afirma Trajano Filho (1998) para o caso de Guiné-Bissau, funcionam como um eficiente meio para pensar sobre diferenças, conflitos e diversos atributos da sociedade crioula, porque o rumor é um ser difuso e não individualizado que não representa nada mais do que a sociedade crioula em si, com todas as suas contradições inerentes (Trajano Filho, 1998).

Boa parte da literatura nas ciências sociais tem privilegiado a entrevista como procedimento metodológico. Em meu trabalho de campo, apesar de ter utilizado tal recurso, enfoquei outros tipos de fala e outros momentos performáticos. Os dados que compõem estas páginas são, portanto, resultados de comunicação e interação cotidiana, momentos que tornaram a pesquisa um prazer, um espaço de interação entre amigos que me possibilitou fazer parte das redes locais de rumores e confidências.<sup>2</sup> Sem dúvida, foi tal interação que permitiu a este trabalho iluminar dimensões da prática familiar cotidiana que não a do discurso formalizado. Partindo de uma perspectiva mais de “participação observante” (Silva, 2006) do que de observação participante, entrei em contato com histórias relatadas por meus informantes sobre suas situações, opiniões e reações perante as relações familiares. Tais histórias, na maior parte do tempo, surgiram em meio a conversas sobre os mais diversos temas e não necessariamente fazem parte de uma sequência linear de acontecimentos ligados à vida dos indivíduos.

As dificuldades foram muitas. A primeira foi ter que me adaptar a uma situação pouco típica no universo antropológico. Não me desloquei sozinha, mas acompanhada de meu filho. Além disso, na época estava casada com um boa-vistense. Tais situações podem parecer confortáveis e até desejáveis para outros pesquisadores, que têm que lidar com a solidão ao longo do trabalho de campo. Porém, as preocupações com casa e família, se não controladas por meio de uma constante vigilância epistemológica, podem ser entraves ao trabalho do antropólogo, dada a condição muito especial deste.

Por outro lado, fazer parte de uma família boa-vistense na condição de afim e estrangeira foi tanto um fator facilitador quanto um complicador no universo da vila, com suas histórias e conflitos familiares. Manter o distanciamento necessário à prática de pesquisa, por vezes, foi um difícil e doloroso exercício existencial, ocasionando a revisão de minha posição como mulher naquele contexto e também em meu contexto de origem.

Outra grande dificuldade encontrada em todo esse processo foi o acesso ao grupo masculino, especialmente, aos homens adultos que mantinham relações com mulheres emigrantes. Em virtude de sua situação delicada no cenário doméstico, do seu caráter ausente no ambiente familiar e pelo fato de eu ser mulher, a abordagem direta se mostrou quase impossível. As poucas entrevistas que consegui não ofereciam dados de boa qualidade e não chegavam a tratar de forma clara as concepções dos homens sobre a relação com os filhos, sobre o lugar ocupado por eles dentro da casa e sobre as relações conjugais. O problema maior era com os homens adultos, pois com os mais jovens e com os mais velhos a abordagem foi menos problemática e cheguei a capturar suas percepções sobre a vida doméstica por intermédio de outras temáticas que acabavam por desembocar no tema de meu interesse.

Na busca por solucionar essas dificuldades, lancei mão de estratégias que diminuíssem as dificuldades de ter um relato direto. Como a abordagem por entrevistas se mostrou pouco eficaz, e eu considerava importante obter dados sobre as perspectivas desse grupo sobre sua própria situação no contexto da Boa Vista (o que eles pensam da família tal como ela se organiza, o que acham da autoridade dos pais sobre os filhos, do comportamento da juventude, das mulheres, dos estrangeiros e deles mesmos), resolvi extrair tudo isso da observação do comportamento, das conversas informais, das rodas de sociabilidade (especialmente nos bares) e dos conflitos. Trabalhando assim, acredito ter obtido uma percepção minimamente satisfatória (apesar de não suficiente) das perspectivas em jogo naquele contexto, inclusive da perspectiva masculina.

## **O LIVRO**

O primeiro capítulo versa sobre a história da ilha da Boa Vista. Entender o contexto histórico da ilha no quadro geral do arquipélago de Cabo Verde é importante, por um lado, para contextualizar suas

especificidades no quadro da emigração feminina e o tipo de família que emerge nesse contexto. Por outro, a situação de ilha periférica e seus ciclos de desenvolvimento econômico são relevantes para que o leitor entenda o lugar e a importância da Boa Vista na construção do Estado nacional em Cabo Verde, especialmente, dentro do discurso desenvolvimentista moderno.

Cabo Verde é uma sociedade crioula e, como tal, guarda características do que Trajano Filho (2006) chama de “processo de criouliização”. Inserir o contexto familiar boa-vistense nesse quadro mais amplo das sociedades crioulas ajudará a entender as ambiguidades entre modelo e prática inerentes ao sistema, as quais tomo por desafio compreender neste trabalho.

Além destes fatores, sempre me foi ressaltado que meu trabalho era uma rara oportunidade de falar sobre uma das chamadas “ilhas periféricas”, delegadas ao segundo plano pelos governos e intelectuais que trabalham em Cabo Verde. O capítulo inicial tem também a função de dar um retorno à expectativa da população da Vila de Sal-Rei, que se percebia, durante a pesquisa, numa condição de relativo abandono.

O segundo capítulo focaliza a organização familiar boa-vistense e a casa como unidade fundamental para o pertencimento social. Ao tratar das relações familiares, procuro explorar relações que constituem o centro do grupo doméstico e analisar os laços entre mães e filhos, pais e filhos, homem e mulher, avós e netos e o lugar das redes de solidariedade. Minha preocupação é com a dinâmica social das relações familiares, ressaltando a importância das redes extensas de parentesco e de vizinhança. A casa não é apenas uma estrutura física, mas um *locus* fundamental para pensar as formas como as pessoas se posicionam no interior dos grupos sociais e representam o mundo em torno delas.

O conceito de proximidade, inspirado na abordagem de *relatedness* de Janet Carsten (2004), vai iluminar a perspectiva local expressa no valor dado ao “viver junto”. Sendo assim, irei explorar o universo doméstico no cotidiano, dando ênfase às práticas de “fazer família” por meio da partilha de coisas, pessoas e valores no interior das casas e entre elas. As redes de solidariedade feminina são de grande importância para o processo de construir proximidade até mesmo onde os laços genealógicos não existem ou são distantes. Nesse

contexto, a casa assume importância central como marca de pertencimento familiar a um contexto que valoriza a mobilidade.

A tendência matrifocal será outro tema importante explorado nesse capítulo. Na Boa Vista, vemos a existência de uma divisão sexual do trabalho que dá às mulheres uma posição de relativa autoridade, especialmente, na esfera doméstica. Por falta de meios econômicos e simbólicos importantes para exercer autoridade, os homens encontram-se numa situação marginal. Realizando um diálogo entre meu caso de estudo e as teorias sobre matrifocalidade, colocarei em questão a ausência relativa do homem e a autoridade feminina nas diversas fases do ciclo de desenvolvimento doméstico, chamando atenção para as posições ocupadas por homens e mulheres nesta sociedade.

Por fim, o problema de fundo que perpassa todo este trabalho ganha dimensão analítica nesse capítulo graças aos dados etnográficos que apresento. Os boa-vistenses têm um ideal de família baseado no modelo ocidental, mas, em suas práticas cotidianas, encontram-se longe deste modelo por causa de uma “conjugalidade instável”, da ênfase dada à mobilidade e da mulher que emigra. Como, então, construir famílias com “função de família”, *i.e.*, criar filhos, atualizar a solidariedade entre os membros, manter as relações dentro e entre as unidades domésticas? Para responder a essa questão, farei uma análise dos conceitos de maternidade e paternidade, uma vez que ser mãe e pai, nesta sociedade, implica outras formas de relação que não as reproduzidas pela sociedade ocidental.

O terceiro capítulo descreve a emigração feminina da Boa Vista e a forma como a saída de mulheres é encorajada pela família. A emigração é um projeto que se inicia antes da partida propriamente dita e implica organização e responsabilidades que envolvem tanto quem sai quanto quem fica. Para que uma mulher possa sair, devem ser criadas e negociadas condições que implicarão obrigações mútuas a ser cumpridas pelas partes envolvidas. É este o universo que exploro no terceiro capítulo: o desejo de emigrar, a importância da família e dos laços estratégicos com indivíduos que possam viabilizar a saída, o projeto migratório como projeto familiar e, depois de efetivada a partida, a série de obrigações que devem ser cumpridas para manter uma “proximidade a distância”.

A circulação ou mobilidade aparece como um valor central e acaba por gerar imagens antagônicas da localidade e do mundo lá fora. O objetivo do capítulo é explorar o ciclo de emigração em suas diversas fases, desde o projeto migratório até as diferentes perspectivas de retorno, e analisar os valores, as práticas e os significados inerentes à ideia de sair para ter uma vida melhor.

Após a exposição do contexto familiar e das formas como a emigração feminina opera, o quarto capítulo explora a organização das famílias das emigrantes. A intenção é perceber como essas mulheres e seus familiares que ficaram na ilha (re)produzem relações de filiação, de conjugalidade e de pertencimento ao grupo doméstico em condições de distâncias espaciais e temporais prolongadas. Analiso as estratégias utilizadas pelos atores envolvidos no processo migratório para construir uma relação que denomino de “proximidade a distância”.

Nesse capítulo, exploro a importância da circulação de bens, signos e valores entre as mulheres emigradas e os parentes que permanecem para a manutenção de um sentimento de pertença. Encomendas, cartas, telefonemas, bilhetes, circulação de rumores e retornos periódicos para férias serão analisados para entendermos estas “famílias espalhadas”. Além disso, pelo conceito de “proximidade a distância”, o estudo do universo das relações de gênero e das relações entre pais e filhos, e mães e filhos, quando a mulher enquanto mãe encontra-se ausente, iluminará a discussão sobre a manutenção das formas tradicionais de fazer família em Boa Vista.

No quinto capítulo, continuo a abordar a questão das relações familiares no contexto da emigração feminina, porém, meu foco está num tipo de relacionamento especial em todo o arquipélago, mas que parece ganhar uma configuração importante entre os boa-vistenses: o da relação entre avós e netos. Dentro da rede de solidariedade feminina construída neste contexto familiar, a avó é a candidata natural a assumir a criação dos netos. Estar com a avó de certa maneira complementa o estar com a mãe e os dois constituem a maternidade social plena.

Minha hipótese é que, em uma situação de instabilidade conjugal, com a presença fortuita do homem no universo doméstico e com a saída da mulher e mãe em busca de estabilidade econômica e social

para si e para a família (presente na noção de “vida boa”), a maternidade plena só pode ser exercida pela ação conjunta de duas gerações, ou seja, ser mãe é um processo que começa na fase adulta pelo ato de parir uma criança e só atinge sua plenitude quando a mulher se torna avó e assume as obrigações de *mamã* dentro do sistema. É preciso que haja duas mulheres, a mãe e a avó, para criar e prover uma criança.

Tais práticas são percebidas e atualizadas de maneiras diferentes a depender da perspectiva de gênero – avôs e avós têm relações diferenciadas com os netos –, do estágio de desenvolvimento do ciclo doméstico, da idade dos netos, da situação de avó paterna ou materna e das relações que a mãe emigrante consegue manter com seus pais e filhos. Ser avó é uma fase do ciclo de vida da mulher que provoca novas reflexões sobre autoridade doméstica, matrifocalidade, relações de gênero e de poder na esfera doméstica e extradoméstica.

Finalmente, no sexto capítulo, analiso o que os boa-vistenses denominam de “novos tempos”. Incorporo na minha construção da família boa-vistense discursos e práticas sobre a relação de indivíduos e grupos familiares com atores que passam e muitas vezes ficam na ilha incentivados pela crescente movimentação turística dos últimos anos. A relação com estes *outros* e a sua incorporação ao universo familiar local pelo casamento intercultural tem sido um tema de preocupação e rumores para os habitantes da ilha. No contexto deste trabalho, vem iluminar e enriquecer muitos aspectos desta realidade.

Com os “novos tempos”, vemos surgir configurações familiares que tendem a se aproximar do modelo ocidental que paira sobre as ideias locais de como deveria ser a família boa-vistense. Analiso os impactos ocasionados por uma aparente aproximação a este modelo nas relações familiares e as estratégias em jogo para manutenção de um sistema que pende ora para a realização de um possível modelo ocidental, ora para as práticas locais. A incorporação de estrangeiros neste sistema familiar levaria a uma tendência de mudanças nos padrões locais de organização familiar? Veremos que esta resposta depende de alguns fatores, especialmente o fator de gênero.

---

<sup>1</sup> Para empreender o desafio de entender esse universo familiar, tive que recorrer às teorias produzidas por antropólogos que se debruçaram sobre as relações familiares e de parentesco. Estudos sobre a organização familiar são tradicionais em nossa disciplina. Desde os clássicos, vemo-nos envolvidos em debates sobre consanguinidade, filiação, descendência, parentesco, universalidade da família, dicotomia entre o biológico e o social, conflitos geracionais e conjugalidade, entre outros. Tais conceitos tornaram-se indispensáveis ao pensamento antropológico e toda a terminologia de parentesco acabou por se constituir como a área de estudos que mais caracterizava a antropologia como disciplina independente (Pina Cabral, 2003). Com o desenvolvimento dos estudos na área, pesquisadores foram sendo desafiados a redefinir os conceitos clássicos e novos debates foram surgindo à luz dos materiais fornecidos pelas sociedades estudadas. No período que vai dos anos 1960 até meados dos anos 1980, as teorias da antropologia do parentesco do período clássico sofreram críticas profundas. Edmund Leach (1961) e Needham (1971) foram os primeiros a lançar críticas radicais à teoria do parentesco, instalando-se uma crise na antropologia da época que ficou latente ainda por alguns anos. Foi somente em 1984, com David Schneider (1984), que se reapresentou uma crítica ao eurocentrismo do conceito de parentesco que anos mais tarde geraria uma discussão da problemática do parentesco em novas linhas, bem como o deslocamento da atenção para outras temáticas, como gênero e casa.

<sup>2</sup> Os nomes aqui citados são fictícios exatamente por essas razões, para evitar expor amigos e interlocutores a qualquer tipo de constrangimento.

# O ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE E A ILHA DA BOA VISTA

“Tudo nestas ilhas se combina para impor ao homem um meio de vida duro, difícil e desafiador.”

Antônio Carreira (1983)

A sociedade cabo-verdiana caracteriza-se por uma grande variabilidade social e cultural. A língua crioula, as relações com o ambiente e a insularidade, as formas de organização econômica e a sociabilidade são diferenciados por diversos fatores, desde a variada paisagem das ilhas até circunstâncias históricas de ocupação e vivência naquele espaço. Por esse motivo, é fundamental especificar de onde se fala quando o objetivo é mostrar a realidade cabo-verdiana. O material analisado neste trabalho é resultado de pesquisa realizada na ilha de Boa Vista, especificamente na Vila de Sal-Rei. Porém, antes de apresentar a ilha, convém dar ao leitor a conhecer um pouco sobre a realidade de Cabo Verde.

## **CABO VERDE**

Cabo Verde se situa na margem sul do Atlântico, a cerca de 500 km do continente africano. Suas dez ilhas e cinco ilhéus (cerca de 4.033 km<sup>2</sup>) se distribuem em dois grupos designados em relação aos ventos alísios dominantes do nordeste: Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco) e Sotavento (Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus Grande, Luis Carneiro e Cima). Por sua situação geográfica, Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa do Sahel, sendo as ilhas caracterizadas por condições climáticas de aridez e semiaridez. Neste país, distinguem-se duas estações durante o ano: o “tempo das brisas” ou a estação seca, de dezembro a junho, e o “tempo das águas”, ou estação das chuvas, de agosto a outubro. Esta última é muito irregular e é frequente a escassez ou mesmo a falta de chuva por longos períodos.

A identidade nacional cabo-verdiana foi construída por séculos de mistura e criouliização. Nunca houve grandes plantações em Cabo Verde, o que significa que o número de donos de escravos não era grande. Alguns escravos chegavam a escapar para o interior das ilhas, onde passavam a viver da subsistência de pequenas

propriedades agrícolas. Se somarmos a isso o número de filhos de homens brancos com mulheres escravas, temos o que constitui a primeira base para a sociedade crioula de Cabo Verde (Cardoso, 1998).



Fonte: Site oficial do Governo da República de Cabo Verde

Trajano Filho, em seus trabalhos sobre as sociedades crioulas de Guiné-Bissau e de Cabo Verde (1998, 2003, 2005, 2006), emprega o termo “sociedade crioula” ao se referir a um grupo social cuja existência não é nem autoevidente nem um fenômeno consciente para seus membros. Sociedade crioula é uma formação original (como toda sociedade), diferente das que a constituíram, mas com elas mantendo alguma forma de continuidade que precisa ser desvendada analiticamente. O autor opta pelo termo “sociedade crioula”, em vez de “híbrida” ou “mestiça”, porque tal termo (que surge de uma analogia com a linguística) abre a possibilidade de um entendimento mais detalhado sobre o que aconteceu nestas sociedades orientando interrogações sobre seus espaços de porosidade, como e quando incorporam gente, valores e práticas das vertentes portuguesa e africana.

Na linha de argumentação de Trajano Filho, a crioulição é entendida como uma dinâmica social em que se misturam, se chocam e se interpenetram forças, processos, valores e símbolos oriundos destas duas vertentes civilizatórias: a africana e a europeia, dando luz a uma entidade terceira, uma síntese societária que historicamente se percebe ora de formas tão diferentes, ora de maneiras tão próximas a uma matriz ou outra. O que surge deste contexto é uma sociedade que lida com dois modelos em competição.

A sociedade cabo-verdiana surgiu, então, como resultado da expansão marítima europeia quatrocentista e é fruto, em grande medida, do encontro de “dois mundos”: o português e o africano. Em um primeiro momento, a posição geográfica das ilhas, isto é, a distância que as separava do reino, apresenta-se como um fator negativo, um entrave nas tentativas de colonização. A sua posição geográfica não era estratégica pelo fato de estarem situadas demasiado ao sul do mundo conhecido pelos portugueses. Outra dificuldade era a sua localização numa zona quente e seca, não podendo proporcionar o cultivo de produtos mediterrâneos como o trigo, a cevada e a oliveira. A aridez se expressava tanto pelo regime das secas, como pela composição do ambiente, formando um quadro muito distinto daquele que os portugueses haviam, até então, conhecido nos arquipélagos atlânticos.

Colônia portuguesa até 1975, Cabo Verde originalmente serviu de entreposto comercial para *ladinizar* escravos que seriam distribuídos pelo Novo Mundo. A montagem da infraestrutura na ilha de Santiago a tornou grande fornecedora de água potável, mantimentos e alimentos, frutos, carne salgada, tartaruga, permitindo que os navios efetivassem longas e morosas viagens. Cabe lembrar que, durante vários anos, não houve na costa africana outro ponto seguro de reabastecimento da navegação.

A integração na economia do Atlântico pelo comércio tornou possível que a colônia sobrevivesse política e economicamente, mas a maioria da população sofreu periodicamente por causa das secas, fomes e pobreza. O fato é que, apesar de seu lugar no comércio do Atlântico, Cabo Verde não era uma parte importante do império português e o poder colonial não fazia grandes esforços para aliviar os sofrimentos causados pela falta de chuva. Os períodos de crise se estenderam pela história do arquipélago até a década de 70, apesar de, nesse período, Portugal já estar mais preocupado com sua imagem internacional.

Embora negligenciado pela metrópole, Cabo Verde desempenhou um papel especial no universo das colônias. Desde o começo do comércio de escravos, os cabo-verdianos ocuparam uma posição privilegiada, sendo considerados mais próximos dos portugueses do que dos africanos. Este *ethos* se refletiu no processo de independência do país e no período pós-independência com o debate sobre a africanidade nos meios políticos e intelectuais.<sup>1</sup>

Desde 1975, o nível de vida melhorou para a maioria dos cabo-verdianos, apesar de os problemas socioeconômicos persistirem. Este desenvolvimento está ligado à capacidade de abertura deste pequeno país ao mundo, característica que mantém historicamente apesar da posição marginal (Akesson, 2004). Os governos pós-independência mantiveram e incentivaram uma abertura em várias direções, atraindo assistência de doadores internacionais para programas de cuidados com saúde, educação, alimentação e luta contra a pobreza. Por outro lado, as remessas do grande número de emigrantes espalhados pelo mundo desempenham um importante papel na melhoria da situação econômica da população.

### **Um país de emigrantes**

As dificuldades do país sempre foram muitas, mas o cabo-verdiano se define como um homem de espírito forte. Um povo que resistiu às mazelas de um clima hostil, à pequenez de seu território, à insularidade e a um processo de colonização que só intensificou diferenças sociais. No período pós-independência, os governos enfrentaram o desafio do desenvolvimento e da organização territorial a partir de duas perspectivas básicas – claramente herdadas do processo colonizador: (1) as condições físicas e geográficas como um entrave ao desenvolvimento, e (2) a população, o cabo-verdiano se constituindo como recurso fundamental para o país.

Sempre justificada pela escassez dos recursos naturais e pelas secas periódicas e constantes (Lobo, 2001), a população das ilhas foi levada a emigrar desde meados do século XIX. O “produto” de exportação mais importante de Cabo Verde, desde então, tem sido a força de trabalho humana (Meintel, 1984). Tal fenômeno, amplamente explorado na produção científica e intelectual sobre o país, é confirmado pelo número considerável de cabo-verdianos espalhados pelo mundo, mantendo contato com o país e contribuindo para a manutenção da identidade nacional cabo-verdiana. Após um século de emigração, o número de cabo-verdianos fora do arquipélago ultrapassa os 460.000 habitantes que vivem nas ilhas.

Américas	270.000	Europa	150.000	África	90.000
EUA	265.000	Portugal	80.000	Angola	45.000
Argentina	5.000	França	25.000	Senegal	25.000
Brasil	3.000	Holanda	19.000	São Tomé e Príncipe	20.000
Canadá	300	Itália	10.000	Moçambique	1.000
		Suíça	2.400		
		Suécia	700		
		Noruega	400		

Fonte: Instituto do Apoio ao Emigrante (1998). Os números são estimados e baseados em informações dos líderes das comunidades cabo-verdianas nos países de emigração e dos *staffs* dos consulados.

Pode-se afirmar que a emigração é um dado estrutural dessa sociedade desde o período anterior à abolição da escravatura. “Mesmo antes da abolição, a emigração parecia representar para as populações livres e para aqueles que eram alforriados – mas privados do acesso à terra ou do exercício de uma profissão livre – não somente um meio de assegurar sua subsistência, mas também uma forma de acesso à propriedade (por meio de remessas e/ou regresso ao país), portanto, de mudança na hierarquia social” (Andrade, 1995, p.181).

Carreira (1983) distingue três ondas de emigração: a do começo do século XX, para os Estados Unidos; a segunda corrente, em 1940, para Portugal, oeste da África (também para São Tomé e Príncipe) e América do Sul ;e a corrente moderna, que começa nos anos 60. A duas primeiras prendem-se à história da presença colonial portuguesa na África ocidental. Já a emigração moderna está no contexto da II Guerra Mundial, quando o campo migratório se ampliou para as regiões semi-industrializadas ou “subdesenvolvidas”, especialmente, da África. Foi a última onda de emigração que resultou no aumento do número de emigrantes na Europa, Portugal sendo um importante destino.

A cada ilha de Cabo Verde correspondem destinos de emigração diferentes, por exemplo, de Santiago emigra-se, sobretudo, para Portugal, enquanto das ilhas da Brava e do Fogo se emigra preferencialmente para os Estados Unidos. A estratégia de exportação de pessoas é eficiente, porque, mesmo espalhados pelo globo para fazer a vida, os cabo-verdianos são muito ligados à sua terra natal. Sem dúvida, Cabo Verde está entre os países do mundo que mais dependem da emigração – com poucos recursos, um mercado doméstico restrito e uma localização isolada, o país é amplamente

sustentado pelas relações migratórias com o mundo.

Sobre as remessas, Carling (2004) apresenta os seguintes dados: as remessas de emigrantes cresceram consideravelmente em 30 anos, indo de menos de um bilhão de escudos cabo-verdianos, na década de 70, para quase nove bilhões, em 2001. Uma comparação internacional baseada em dados de 1995-1999 mostra que Cabo Verde tem o sexto maior nível de remessas *per capita* em todo o mundo.<sup>2</sup>

A distribuição de presentes, tão esperada, o patrocínio das festas tradicionais<sup>3</sup> e a ajuda financeira periódica a parentes e amigos de emigrantes permitem a redistribuição do dinheiro ganho no estrangeiro. São sintomáticas as manifestações de esbanjamento daqueles que retornam definitivamente ao país ou para passar férias. Mais do que benefícios aos seus próprios grupos domésticos, os emigrantes movimentam os comércios locais e aumentaram, ao longo da história, a monetarização da economia local. Além disso, os efeitos da emigração ultrapassam as proporções econômicas, atingindo desde os objetos, as posturas e as ações que ganham em valor e prestígio, até a organização da vida cotidiana.

A emigração é, geralmente, concebida como um meio, um projeto que tem por objetivo atingir um melhor padrão de vida em Cabo Verde, algo considerado difícil de ser atingido com um mercado de trabalho restrito e com os salários oferecidos nas ilhas. Porém, para os cabo-verdianos, se os meios para viver melhor são encontrados em qualquer outro lugar que não Cabo Verde, não há lugar mais perfeito para desfrutar desta boa vida que as ilhas. É a manutenção desta relação com o país de origem que gera o elo fundamental para que emigrantes nutram o sentimento de pertencimento apesar da distância.

### **Emigração e vida familiar nas ilhas**

O fenômeno migratório tem efeitos importantes em todos os níveis da sociabilidade cabo-verdiana. Como esclarece Grassi (2006), os que emigram são majoritariamente homens que, na maior parte das vezes, deixam suas famílias no país. Assim, são as mulheres que têm a responsabilidade de assegurar a educação dos filhos e, também, de vender sua força de trabalho para poderem garantir a subsistência de sua família. Um modelo patriarcal, mas no qual são as mulheres que fazem a gestão dos recursos.

Ao citar Mário Murteira (1988), a autora confirma a imagem de que “a mulher cabo-verdiana, em particular no meio rural, suporta duríssimas condições de vida e de trabalho, enquanto o homem ainda continua geralmente fascinado pelas oportunidades de emigração. A mulher tenderia, então, a ser mais endógena a Cabo Verde do que o homem, o que não significa que ele perca com facilidade os laços que o prendem à sua terra” (Grassi, 2006, p. 9 *apud* Mário Murteira, 1988, p. 187).

Seguindo um argumento semelhante, Finan e Hendersen (1988) observam que a característica mais significativa de Cabo Verde que surge deste modelo de desenvolvimento – baseado numa entrada desigual no sistema econômico mundial – é a do crescimento em importância do número de casas chefiadas por mulheres, especialmente, no meio rural. Para os autores, tal posição da mulher na estrutura se deve à crescente ausência de homens, que é o primeiro grupo a emigrar. Porém, ressaltam que as casas chefiadas por mulheres não ocorrem somente nos casos de emigração do homem, havendo situações bastante típicas de mães solteiras ou viúvas. Ter filhos, nestes casos, seria uma estratégia eficaz num contexto de escassez econômica.<sup>4</sup>

Dias (2000) faz uma interessante análise da emigração masculina na ilha de Santiago tomando a perspectiva dos familiares que permanecem. A autora analisa a vida das mulheres que esperam e constroem suas vidas familiares com o marido-pai a distância. Desta análise, retiramos a imagem de uma estrutura familiar considerada por muitos autores como característica do arquipélago: na qual uma mulher e um homem podem se relacionar sem que necessariamente vivam juntos, a mãe tem um valor central na esfera familiar e o núcleo mãe-filho é primordial, apresentando uma matrifocalidade de fato, porém, que opera com uma ideologia patriarcal.

Sendo assim, apesar de as mulheres tomarem quase todas as decisões do dia a dia, aquelas decisões mais importantes estariam dependentes do chefe de família ausente. Como afirma Meintel (1984), uma das características mais fundamentais deste modelo é o *ethos* patriarcal, que sustenta o princípio da autoridade masculina apesar de as mulheres se responsabilizarem por decisões do dia a dia. Em suas palavras, “dei-me conta de vários casos em que filhas adolescentes tinham que esperar a permissão dos pais, nos Estados Unidos, a fim de poderem participar de qualquer festejo numa ilhota

próxima” (1984, p. 112).

Historicamente, esta é a estrutura familiar presente no arquipélago e reproduzida no processo de emigração dos membros de uma família. Como afirma Dias (2000), ter um parente na emigração é um símbolo de *status* e a possibilidade de ter uma vida melhor, seja saindo da ilha por meio das redes sociais que se estabelecem entre a terra natal e o estrangeiro com as remessas, os presentes, os casamentos, a construção da casa, seja por meio da abertura de um “negócio” financiado por um parente emigrante.

Apesar de a emigração cabo-verdiana ser apresentada na literatura sobre o país como quase exclusivamente masculina, a saída de mulheres é importante desde a década de 70, começando com a Itália, e depois se expandindo para países europeus como Holanda, França e Portugal. Monteiro (1997) observa que, em 1989, na Itália, somente um décimo dos imigrantes originários de Cabo Verde eram homens.

O aumento da proporção de mulheres emigrantes foi causado tanto por transformações na sociedade cabo-verdiana quanto por mudanças na ordem migratória internacional. Diferente do que se poderia pensar, mais importante do que a emigração feminina no contexto da reunificação familiar é o desenvolvimento de um tipo de saída de mulheres independente da relação com um homem já emigrado. Em alguns casos, ocorre o inverso, a mulher emigrando antes e facilitando a ida do companheiro, do irmão ou do filho. Tais dados contradizem, portanto, a tese de uma endogenia feminina oposta ao espírito aventureiro masculino (Grassi, 2006).

Porém, para que mulheres emigrem em um sistema matricentrado, é preciso lançar mão de estratégias que agregam novos fatores à estrutura no sentido de reproduzi-la. Se, em muitos casos, é preciso deixar os filhos em Cabo Verde, por outro lado, as responsabilidades econômicas associadas à matrifocalidade são um forte incentivo para a saída de mulheres. Como nos mostrará o caso da ilha da Boa Vista, nesta nova forma de emigração, algumas características da emigração masculina são potencializadas e outras surgem na reprodução do sistema.

## **BOA VISTA**

Boa Vista é uma das dez ilhas que formam o arquipélago de Cabo

Verde. É a terceira maior em extensão territorial, porém, é a menos habitada, com uma população de cerca de 4.209 habitantes dispersos por oito povoações, sendo a população feminina total de 1.872 e a masculina, 2.334.<sup>5</sup> A principal povoação é a Vila de Sal-Rei, que acolhe mais da metade da população total da ilha.<sup>6</sup>

A ilha foi uma das primeiras a serem descobertas, mas, habitada tardiamente, sempre foi pouco povoada e até hoje se constitui como uma das ilhas periféricas no cenário nacional. Porém, nem sempre foi assim. Como salienta Kasper (1987), Boa Vista possui uma história cheia de acontecimentos e fatalidades, consideravelmente determinadas pela relação com o estrangeiro. A ilha conheceu momentos altos como importante centro de comércio das rotas marítimas internacionais, alternados com tempos de crise em que a fome e a miséria devastavam a população.

Com a primeira povoação (denominada Povoação Velha), começou a se formar uma estrutura social de base escravagista (Germano Lima, 1997). Os primeiros habitantes eram formados por uma minoria de colonos brancos e uma maioria de negros africanos (certamente escravos). A continuada mistura entre homens brancos e mulheres negras deu origem ao tipo populacional mulato, dominante na ilha. A estrutura familiar reflete essa união entre uma minoria de homens europeus e uma maioria feminina africana. Segundo Carreira, a proporção era de 1:100, uma vez que a mulher europeia não emigrava para a África (1984). Neste contexto, a união entre brancos e suas escravas tinha um forte caráter de liberdade e pode-se mesmo afirmar que tenha existido uma poligamia de fato, mas não *in jure* (Kasper, 1987).

Em meados de 1810, Boa Vista conheceu um importante desenvolvimento das atividades comerciais. Porém, por mais que o comércio tenha sido importante para a situação econômica da ilha, as receitas ficavam restritas a algumas famílias, as quais tinham o domínio das exportações e importações. São famosos até hoje os mercadores judeus como a família Ben'Oliel, que se estabeleceu na ilha a partir de 1850. São também famosas as construções do período (hoje, na maioria, em ruínas). As maiores casas da Vila de Sal-Rei, na época, grandes casas de comércio que foram responsáveis pelo comércio da ilha até 1950, eram do famoso David Ben'Oliel.



Casa de comércio de David Ben'Oliel.

Foto: Andréa Lobo



Casa em que viveu David Ben'Oliel.

Foto: Andréa Lobo

Com a decadência, ao longo do século XIX, outros produtos foram responsáveis pela volta do crescimento da praça comercial local: a cal, a purgueira e as louças de barro. Tais produtos começaram a ter importância a partir dos anos de 1880/1890, constituindo o segundo período de florescência econômica da ilha. Em 1940, as mercadorias de exportação eram principalmente cal, carne, cerâmica, sal e queijo, e seguiam, essencialmente, para Portugal e África Ocidental em navios portugueses (Germano Lima, 1997).

A principal povoação, já nesta época, era a Vila de Sal-Rei, considerada a mais desenvolvida, apesar da população de apenas cerca de 1.000 habitantes. Seu porto tinha um considerável movimento de navios estrangeiros que preenchiam as necessidades de exportação e importação das mais diversas mercadorias, não só para Boa Vista, mas para o restante do arquipélago. Mesmo dentro da ilha havia uma permanente atividade de levar e trazer, uma vez que os artigos da terra – cal, peles, cerâmica, carvão e queijo – vinham do interior.

Este fato traz uma característica interessante na configuração familiar da ilha que tem efeitos na estrutura familiar nos dias de hoje. A movimentação das povoações do interior para a Vila de Sal-Rei alimentava uma relação de obrigatoriedade de trocas e partilhas entre parentes espalhados pelas povoações: quem vinha do interior trazia materiais, alimentos e bens de suas povoações, enquanto aqueles que viviam em Sal-Rei abrigavam os viajantes em suas casas; por vezes, tais estadas duravam meses. Na coleta de dados em campo,

foram comuns os relatos que salientavam a característica da mobilidade entre as povoações. Tais relatos destacavam a solidariedade dos boa-vistenses, que recebiam os viajantes do interior. Estes, em troca de cama e comida, ajudavam nos afazeres domésticos e ofereciam os produtos que traziam de suas povoações.

A movimentação dentro e fora da ilha, portanto, desde muito cedo passou a fazer parte da constituição deste povo e parece ter alimentado uma organização familiar que abriga os passantes, incorpora membros e, pela partilha de bens e serviços, se reproduz num sistema econômico de escassez. Num contexto assim, a distância geográfica, a princípio um entrave para a reprodução de relações familiares, é convertida num meio eficiente de troca e partilha que só fortalece o sentimento de pertencimento.

Voltando aos ciclos econômicos, a pesca só passou a ter importância significativa em Boa Vista, em 1934, com a fundação da fábrica de peixe e a construção da fábrica de conservas de peixe, a Fábrica Ultra, em 1934/1944. Foi só a partir de 1951 que a ilha mais rica em produtos pesqueiros começou a explorar economicamente este recurso, exportando conservas de peixe, especialmente o atum. Com a independência do país, o Estado Cabo-verdiano tomou a administração da empresa, iniciando o processo de sua decadência. Segundo Kasper (1987), se comparados os dados de produção de conservas nos períodos pré e pós-independência, verifica-se que, no primeiro, se pescava e se vendia substancialmente mais.

No imaginário da população da Boa Vista, a Fábrica Ultra é um marco, um símbolo de uma época de fartura, de trabalho para homens, mulheres e crianças e, conseqüentemente, de “boa vida”. Com sua decadência e encerramento das atividades, no começo dos anos 80, fechou-se o terceiro ciclo de florescência econômica identificado por historiadores da ilha. Após este período, houve uma diminuição de postos de trabalho e, segundo informantes, iniciou-se um período de completo abandono do governo nacional pós-independência com relação à ilha.

Paralelamente a tal situação, a partir dos anos 60, observou-se um reforço do êxodo de emigrantes para os países europeus. Regra geral, eram as mulheres entre 15 e 20 anos que abandonaram as ilhas. Estas moças trabalhavam como domésticas na Itália, Portugal e França. Os poucos homens emigrantes trabalhavam como

marinheiros, cozinheiros ou empregados da indústria na Holanda, França, Alemanha e Suíça, prioritariamente.

O envio das remessas efetuado pelos emigrantes aos seus familiares que ficaram na Boa Vista, principalmente, após o encerramento das atividades da fábrica de conservas de peixe, desempenhou um papel fundamental no que diz respeito à balança de pagamentos da ilha. Findado o último ciclo de prosperidade numa ilha com pouca população, inexpressiva atividade agrícola, subaproveitamento dos recursos pesqueiros, política e economicamente periférica, só restou a opção de emigrar.

Para Germano Lima (1997), esta emigração apresentava algumas características que diferenciavam Boa Vista, por exemplo, de Santiago. Enquanto nesta os emigrantes faziam investimentos de peso, como na compra de grandes propriedades, chegando mesmo, em alguns casos, a substituírem os Morgados no transporte terrestre, no comércio, na restauração, e em outras áreas econômicas; na Boa Vista, além das ajudas aos familiares e amigos, os emigrantes investiam na compra da moradia própria, na moto pessoal, no cavalo de luxo. Foram raros os que tentaram investir nos domínios da pesca artesanal, dos transportes terrestres ou em outras áreas econômicas. O autor assinala, ainda, que a própria ilha, sem infraestrutura e sem ligação marítima regular com as restantes ilhas, não oferecia grandes garantias para um investimento bem-sucedido. Assim, muitos emigrantes da Boa Vista, com realce para os dos meados do século XX, preferiram investir, sobretudo, em casas e comércio.

Ainda segundo o mesmo autor, conseqüentemente, enquanto em Santiago teria surgido, com a emigração, uma nova classe de “pequenos burgueses”, acentuando a estratificação social, na Boa Vista tal não aconteceu. Pelo contrário, nesta houve, de certo modo, um nivelamento na sua estratificação social, especialmente, depois que as mulheres começaram a emigrar. Primeiro, porque a maioria dos agregados familiares tinha pelo menos uma pessoa emigrada; segundo, e tendo em conta, por um lado, o apego das mulheres com os parentes, o grau de parentesco muito próximo e, por outro, o nível de solidariedade que predominava na ilha, era praticamente inexistente uma “pobreza” que não recebesse auxílio permanente de um parente emigrado: ou ajudando um dos membros da família a emigrar, ou enviando remessas de dinheiro, roupas e calçados. A emigração (principalmente a feminina) contribuiu, desta forma, para a

diminuição do fosso entre as camadas sociais da Boa Vista (1997) que era alimentado pelos proprietários das casas comerciais em períodos anteriores.

É claro que já havia emigração antes deste período, um fluxo quase exclusivamente masculino. Os “marítimos”, como eram chamados aqueles que emigravam nos navios, eram homens adultos que passavam meses em viagens pelo mundo a bordo de navios alemães ou holandeses e depois retornavam à ilha, onde permaneciam à espera de novas viagens. As famílias dos marítimos faziam parte da elite local, juntamente com os donos das casas comerciais. Aliás, muitos destes emigrantes, após alguns anos de acúmulo de capital com o trabalho nos navios, investiam em pequenos comércios.

Com a mecanização dos navios e a conseqüente diminuição da necessidade de um grande número de trabalhadores, a demanda por “marítimos” foi diminuindo. Soma-se a isso a crescente dificuldade de entrar em países como Alemanha, Holanda, Suíça. Tais eventos marcaram a diminuição do fluxo (já tímido) de homens emigrantes originários da Boa Vista, justamente num período em que a Fábrica Ultra entrava em decadência.

A mão de obra mais expressiva da fábrica era feminina e sua queda causou um desemprego acentuado das mulheres da ilha. Da mesma forma, a diminuição da comercialização levou à partida das “famílias de brancos” para outras ilhas do arquipélago, o que retraiu ainda mais a oferta de trabalho para as mulheres (o trabalho doméstico em “casa de branco”). Todas estas transformações ocorreram num período da economia mundial em que aumentavam as oportunidades para empregadas domésticas na Europa.

A Itália foi o país que atraiu o maior número de cabo-verdianas, primeiro as de São Nicolau, depois mulheres de São Vicente, Sal e Boa Vista. Como se sabe, e isto vale para a saída tanto de homens quanto de mulheres, o estado matrimonial do migrante e o grupo familiar que ele deixava no país de origem eram fatores que exerciam influência tanto para a inserção dele no novo meio quanto para a situação econômica, social e emocional daqueles que ficavam. Sendo assim, é de se esperar que a migração feminina da Boa Vista, enquanto fluxo predominante desde a década de 70, tenha trazido novas configurações para esta ilha dentro do contexto de emigração masculina das demais.

A ainda pouca literatura que faz referência ao tema da emigração feminina em Cabo Verde (Akesson, 2004; Carling, 2004; Monteiro, 1997) tende a afirmar que, devido à saída de mulheres, observa-se uma fragilidade do núcleo familiar monoparental constituído pelo binômio mãe-filho. A exportação de um grande número de pessoas, com concentração de gênero e idade, contribuiria, então, para importantes transformações das estruturas originais. Sendo assim, pouco a pouco, na sociedade boa-vistense, iriam emergindo tipos de famílias diferentes do que existia tradicionalmente. Monteiro (1997) menciona até uma desagregação lenta das células familiares.

Desde o último período de florescência econômica, então, a saída de mulheres se constituiu como o fator econômico mais importante da ilha. Até fins da década de 80, observa-se um longo período de estagnação econômica e política, sendo as emigrantes as responsáveis pela movimentação do tímido comércio local, bem como a circulação de bens e pessoas. Porém, a partir do início dos anos 90, por causa de suas famosas praias e dunas, a ilha tem sido alvo de um desenvolvimento turístico intenso, despertando interesses de políticos e investidores estrangeiros.

Mario Semedo, historiador e geógrafo cabo-verdiano, afirma que a ilha se encontra num quarto período de florescência econômica e que de seu sucesso depende todo o país.<sup>7</sup> O desenvolvimento turístico é percebido como oportunidade para Cabo Verde conquistar um espaço dentro do cenário mundial, desta vez, mais igualitário. Ilhas como Boa Vista, Sal e Maio, por apresentarem um tipo geográfico exótico, com suas grandes extensões de areias e praias virgens, têm se constituído como ícones deste discurso desenvolvimentista e, claro, têm ocupado um novo lugar no cenário político nacional.

A população e o governo local têm um novo desafio, a forma de incorporação destes outros, sejam daqueles que passam, os turistas, ou seja dos estrangeiros que ficam na ilha para investir no turismo com pousadas, restaurantes, hotéis, bares, lojas de artesanato e outros. Estes trazem cabo-verdianos de outras ilhas e africanos do continente, para o trabalho na construção civil e no comércio. A intensa imigração dos últimos cinco anos passa a ser o novo desafio para os boa-vistenses.

---

<sup>1</sup> Sobre esse assunto, ver José Carlos Gomes dos Anjos, "A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional" (2004).

<sup>2</sup> Como é comum em estudos sobre remessas na economia nacional, remessas não registradas são amplamente desconhecidas. Em Cabo Verde, pequenas quantias são enviadas *in cash* por correio regular e grandes somas são levadas em mãos por emigrantes em férias ou enviadas por amigos ou parentes que estejam indo para as ilhas.

<sup>3</sup> Para aprofundamento na relação entre emigrantes e o patrocínio de festas tradicionais, nomeadamente a Tabanca, remeto o leitor a um interessante artigo de Trajano Filho publicado na revista *Africa* (2009).

<sup>4</sup> É preciso lembrar que a explicação econômica não esgota as possibilidades deste sistema.

<sup>5</sup> Nas outras ilhas do arquipélago, observa-se um maior índice da população feminina ou, pelo menos, um equilíbrio entre ambas. Alguns exemplos: na capital, Cidade da Praia, a população feminina totaliza 54.770 e a masculina 50.183; na ilha do Fogo temos 19.428 mulheres para 17.927 homens e em São Vicente a população feminina é de 33.851 e a masculina, de 32.820. Dados obtidos no *site* do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde referente ao censo de 2000.

<sup>6</sup> Conforme salientado na Nota Prévia a esta obra, tais dados já se encontram desatualizados, porém foi considerado importante mantê-los como tais, pois são estes os dados que sustentam os argumentos aqui esboçados.

<sup>7</sup> Informação obtida em comunicação pessoal.

# CASA E FAMÍLIA: O AMBIENTE DOMÉSTICO

O que permanentemente se reproduz são relações que, por sua vez, produzem novas relações através da transmissão de substâncias partilhadas.

Joan Bestard (1998, p. 231)

No presente capítulo, reflito sobre a organização familiar local pela análise dos grupos compostos por pessoas relacionadas pela residência comum, pelo casamento, seja ele formal ou não, por relações de filiação e, como em muitos casos, por relações mais amplas de parentesco e de amizade. São diversos os fatores que irei discutir para fornecer um mapa da organização doméstica local: a composição da casa, os padrões de residência, a importância da vizinhança e amizade, as regras de casamento, o lugar do concubinato e as relações entre pais e filhos.

Para realizar essa tarefa, utilizo os conceitos de proximidade e distância, que são centrais para a compreensão da família boa-vistense. Como veremos ao longo deste trabalho, a ideia de mobilidade tem elevado valor nessa sociedade insular. As pessoas mudam de casa, de parceiros sexuais, migram, partem e retornam. Porém, em contraste com toda essa fluidez, o pertencimento à família é algo permanente. Para entender a noção boa-vistense de família, é preciso ficar claro que ela não tem os mesmos contornos da família nuclear ocidental,<sup>1</sup> não devendo, assim, ser compreendida como um desvio desta. O conceito de família pode ser usado, basicamente, em dois sentidos. De uma forma geral, expresso pela frase “nós somos família”, ou, de uma maneira mais específica, quando as pessoas se referem aos parentes mais próximos pelo termo *nha família* (minha família).<sup>2,3</sup>

As duas formas expressam os caminhos pelos quais a proximidade é construída e percebida, ou seja, pela relativa abertura do sistema de parentesco e pela construção de relações familiares pelo cotidiano. Em tese, as relações de parentesco se estendem por caminhos sem fim e isso é expresso pela amplitude dos termos “tio(a)” e “primo(a)”. À primeira vista, não há fronteiras definidas entre aqueles que pertencem à família e os de fora. Porém, se entendemos a ideia de família a partir da expressão *nha família*, adentramos num universo de relações íntimas que acontecem dentro de um grupo bem determinado, apesar de aberto às construções cotidianas. Convido o

leitor, então, a uma viagem ao mundo familiar boa-vistense, onde aqueles que são próximos ou distantes não estão pré-determinados, mas são construídos pelas relações cotidianas. O conceito de proximidade, no sentido de “ser relacionado” (Carsten, 2000),<sup>4</sup> será uma boa ferramenta analítica para darmos conta dos significados locais de família, residência comum, vizinhança, amizade.

### **“SOMOS, TODOS, UMA SÓ FAMÍLIA”**

“Família é assim, um ajuda o outro. Por exemplo, vou ajudar o neto a se criar enquanto meu filho mais velho está ajudando o irmão mais novo que está estudando na Praia, assim que é família, assim que é o certo.”

“Aqui vivemos como uma só família, eu ajudei a *aguentar* muitos dos filhos que Nha Josefa teve. Ela ia trabalhar e era eu que *aguentava* as crianças em casa, todos se ajudando!”

“Assim como eu *agentei* os filhos de mãezinha, de Nha Josefa e outras, quando tive os meus, muitos amigos e familiares os aguentaram para que eu pudesse ir trabalhar. Quem *pegou* Denise foi Bia e todos os seus irmãos. Por isso digo sempre a minha filha que, onde quer que esteja, se cruzar com um deles, ela tem obrigação de parar e os cumprimentar, pois se hoje ela está de pé, é graças à ajuda que eles me deram.”

Antonia diz que tem muitos irmãos e que considera a todos como iguais, tanto os irmãos de sangue quanto aqueles da casa de mãezinha. Todos lhe devem respeito e a tratam como se fosse sua irmã mais velha. Como foi boa para eles, agora que estão grandes e doutores, sempre lhe enviam encomendas e não medem esforços para ajudar toda a família de Antonia.

As formas pelas quais a proximidade é construída em Boa Vista podem ser percebidas pela amplitude do sistema de parentesco. Em teoria, aqueles que fazem parte da família não estão, necessariamente, restritos a laços genealógicos, ou seja, quando estamos no domínio do conceito amplo de família, um dado importante a se levar em conta é o tipo de relação construída cotidianamente por indivíduos ou grupos domésticos. O relato da informante reflete essa característica do sistema e revela pelo menos dois traços importantes na definição de quem está próximo: a solidariedade (manifesta pelo conceito de ajuda) e o tratamento.

Tais categorias são fundamentais para o entendimento do que vem a ser família no contexto boa-vistense e isso assume uma dimensão especial quando estamos na perspectiva das mulheres, uma vez que elas personalizam o ideal de uma família ampla e unida. De acordo

com esse ideal, as relações familiares se caracterizam por comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e fluxo constante de benefícios materiais e não materiais. O interessante aqui é que esses requisitos, fundamentais para a construção do conceito de proximidade, atuam tanto para fortalecer laços preexistentes quanto para ampliar o campo de relações assumidas como de parentes.

Se tomamos o caso de Antonia, percebemos essa dinâmica com bastante clareza. Antonia não foi criada por sua mãe de sangue, mas por uma senhora a quem chama de mãezinha. Foi levada para a casa dessa senhora para ajudá-la com seus filhos pequenos e só saiu de lá para morar com o companheiro. Antonia afirma que sempre foi tratada como filha e irmã, por isso os considera como sua família. Além disso, viveu numa zona da vila de Sal-Rei caracterizada por boa vizinhança, onde vizinhos se tratam como parentes, ou seja, se ajudam. No caso de sua relação com a família de Nha Josefa, sempre foram vizinhas, se auxiliaram na criação das crianças e nos momentos que definem como de dificuldades. Ao longo das conversas que tive com ambas, ouvi que se sentem mais próximas do que com alguns parentes de sangue. Quando questionei esse sentimento, a resposta foi que família é aquela com que se pode contar e isso não é determinado somente pelo nascimento, pela origem ou pelo sangue, mas pelo tratamento.

Esse tipo de proximidade é formalizado pelo uso de categorias de parentesco aplicadas àqueles com os quais não se tem uma relação genealógica. Mais uma vez voltamos ao relato de Antonia, que incorporou termos de parentesco (“mãezinha” e “irmãos”) àqueles com quem conviveu e chama Nha Josefa e outras companheiras de sua “zona” (termo utilizado para falar da vizinhança) de primas. Essa é uma prática frequente e funciona como uma estratégia de aproximação quando se quer valorizar uma relação entre indivíduos ou grupos. Em um aspecto mais amplo, pode-se dizer que o uso extensivo de categorias de parentesco visa construir uma imagem positiva dos ilhéus, baseada nas relações de caráter solidário dos boa-vistenses.

A noção de família é associada a um ideal de unidade e harmonia, e aquele que fala sempre ressalta sua contribuição individual para isso. Se pintar solidário e generoso com relação aos familiares é um modo comum de se representar como uma boa pessoa. O mesmo acontece quando se referem às relações na comunidade. “Somos

como parentes; aqui somos uma só família; nosso tratamento é de primos, quase irmãos” são expressões utilizadas para falar de si e de sua família, mas também para caracterizar o boa-vistense em geral. A comunidade se constitui como uma extensão da família.<sup>5</sup>

É preciso salientar que esses termos, quando explicados a um terceiro, são devidamente contextualizados pela expressão “não somos primos (ou irmãos/tios/sobrinhos) de verdade, mas temos esse tratamento”. Outro ponto a salientar é que há critérios para se considerar alguém que não é parente de verdade como tal. Como disse anteriormente, ter tratamento de parente é cumprir certos requisitos de solidariedade mútua e de um tratamento diferenciado e faz parte da concepção de “fazer família”.

Nesses casos é possível observar um fluxo contínuo de bens, serviços e informações em circulação entre casas vizinhas. Bons vizinhos, assim como parentes, trocam refeições, *ajudam* com os filhos uns dos outros, cedem crianças para auxiliar nos *mandados* e, uma vez que não são parentes de verdade, podem casar os filhos entre si (arranjo altamente preferencial). Há uma espécie de fidelidade especial entre os habitantes de uma mesma zona, um tipo de tratamento que se aproxima do sentimento que se tem para com um parente.

Foi nessa zona que eu sempre vivi. Aqui a gente vive como uma só família. Nha Fátima, quem me criou, vive na casa ali da frente e aqui do lado vive uma tia minha. Todo mundo se ajuda quando alguém tem falta. Eu mesma ajudei a *aguentar* muitos dos filhos de Nhá Teodora, que vive logo ali em cima. Ela ia trabalhar e éramos nós que *aguentávamos* as crianças em casa, todas sempre se ajudaram porque, você sabe, com os pais de filho não se podia contar, pois eles sempre estão na sua rua. Sempre que faço *cachupa*, mando as partes de Nha Fátima e de Nha Teodora, porque temos tratamento de parente. Nha Teodora quando vem da horta, nunca esquece o meu bocado de feijão, é gente amiga que está sempre pronta a ajudar. Aqui na Boa Vista é assim!

Fica claro que, tanto interna quanto externamente às casas, existe uma rede de solidariedade que perpassa toda a organização doméstica e interdoméstica. A participação das mulheres em atividades geradoras de renda depende, em grande parte, da possibilidade de contar com parentes (idealmente a mãe) que *aguentem* as crianças. Essas crianças, por sua vez, se sentem pertencendo tanto às unidades onde passam o dia quanto àquelas onde passam a noite. De forma muito clara, os limites da organização

doméstica ultrapassam não só as fronteiras da casa, mas também os limites das relações consanguíneas. A rede de solidariedade entre mulheres está associada ao princípio de “viver junto” e às regras de reciprocidade que isso implica. Tem-se um *tratamento de parente* com relação àquela pessoa com quem se pode contar, aquela que está perto no dia a dia e que sabe trocar bens, favores e informações, *como se fossem parentes próximos*.

Todo esse sistema é operacional em dois sentidos. Primeiro, com o elevado índice de emigração na ilha, nem sempre é possível a ajuda imediata de uma mãe ou irmã, que, estando por perto, são as primeiras com quem uma pessoa pode contar para deixar os filhos, ajudar em alguma tarefa doméstica, ou mesmo num momento de dificuldade financeira. Ao ampliar as regras de reciprocidade àquelas que vivem próximas e em uma relação de vizinhança, as mulheres de uma mesma zona garantem um aumento de suas possibilidades ocupacionais, uma vez que têm sempre a garantia de que alguém as ajudará na criação dos filhos ou em casos de necessidade. Segundo, como afirma a moradora ao se referir ao marido, que está sempre na rua, a rede de solidariedade também é fundamental no sentido de diminuir a dependência da mulher em relação ao companheiro, pois com o homem *não se pode contar*.

As crianças, assim como as mulheres, são atores centrais na manutenção de uma incorporação de gente que não está genealogicamente relacionada ao universo familiar mais amplo. Por sua facilidade em circular entre as casas e pela característica da mobilidade, institucionalizada pela partilha de crianças em Boa Vista,<sup>6</sup> elas surgem como um elo fundamental entre casas e famílias. Como temos observado nos relatos de minhas informantes, é recorrente o uso da categoria *aguentar* uma criança quando se quer enfatizar que duas mulheres ou famílias são próximas. *Aguentar* ou *pegar* as crianças de outra reforça ou cria laços de parentesco na Boa Vista em diversos níveis: entre as mulheres envolvidas nessa rede de ajuda mútua, entre os grupos familiares e entre as crianças e as casas em que circulam.

Estar próximo é fator essencial na construção das relações familiares dentro e fora da casa; o tipo de tratamento aproxima, transforma vizinhos em parentes. Mas será que ocorre o inverso? Em Boa Vista, costuma-se dizer que há Parentes e parentes, numa tentativa de esclarecer que, apesar do elo consanguíneo que une

peças de uma mesma família, existe uma gradação entre os mais próximos e os mais distantes. Essa gradação não é dada previamente pela consanguinidade, mas pela relação. O exemplo a seguir pode esclarecer esse ponto.

Minha família é grande. Meu pai teve cinco filhos antes de conhecer minha mãe e ela teve dois antes de conhecer meu pai; além desses, juntos eles têm seis filhos. Irmão de pai e mãe, eu tenho cinco.

E como é a relação entre vocês?

Não tenho relação com os filhos de meu pai. Só conheço mesmo os irmãos de lado de mãe; aqueles de lado de pai, há alguns que eu nem conheço. Eu conheço três, vivem aqui na Boa Vista, mas na verdade são uns desconhecidos, nem brigamos e nem nos conhecemos! Para mim nem lembro que são irmãos, porque nunca fizeram parte de minha vida, nunca vivemos juntos ou tivemos relação! Você até cumprimenta e tudo, mas relação de irmão não tem, não. Com os filhos só de minha mãe é diferente, vivemos juntos e para mim não tem diferença entre eles e os outros (se referindo aos irmãos de pai e mãe), somos todos irmãos. Mas os outros, realmente, nem os considero. Eles também não me consideram, não precisamos um do outro e assim está bom, cada um fazendo sua vida.

A ideia de viver junto é tão forte na definição de família que é comum que os conceitos de proximidade e distância, mesmo entre irmãos, sejam associados à relação mantida entre eles. Fica claro aqui que os laços pré-definidos pelo sangue não determinam, necessariamente, o sentimento de proximidade, pois ela encontra-se em contínua construção por intermédio das ações e relações cotidianas. Como afirma Carsten (2000), os laços de proximidade são criados pela procriação, mas também pelos atos de cuidar, partilhar, viver juntos. Tais laços são tão importantes que podem diluir relações baseadas no parentesco, ou criar parentesco onde este não existia.

## **NHA FAMÍLIA**

Quando um boa-vistense fala de forma definida, *nha família*, está se referindo a um grupo de pessoas imediatamente próximas a si e com as quais mantém práticas que manifestam fortes laços emocionais, econômicos e sociais. Esse grupo está no centro do universo pessoal de im indivíduo e evoca a imagem de reciprocidade e intimidade, o viver junto. O grupo é variado em sua forma, podendo ser constituído por pais, filhos e irmãos, ou seja, a família nuclear. Porém, o mais comum é que seja formado por avós, avôs, primos, tios, pais, irmãos, filhos e, por vezes, pode incorporar cunhados e os *pais de filhos* ou *mães de filhos*.<sup>7</sup>

É preciso observar que “viver junto” tem um sentido amplo, não sendo, necessariamente, sinônimo de morar junto. Como veremos, o argumento central desta tese é o de que a dispersão geográfica não constitui, *a priori*, um fator de distanciamento ou quebra da relação. É importante estar próximo fisicamente, mas, nos casos em que isso não é possível, a manutenção da proximidade social pelo cumprimento de obrigações recíprocas é um fator de manutenção da relação. Por diversas vezes, quando solicitava a um informante que me relatasse quem identificava como “sua” família, eram incluídos familiares que viviam fora, em outra ilha ou na emigração.

Outro fator a considerar é que o conceito de quem é *nha família* é elástico, podendo incluir ou excluir pessoas genealogicamente relacionadas segundo o tratamento a elas dado. Cheguei a essa conclusão a partir de situações conflituosas que presenciei ao longo do trabalho de campo, especialmente entre irmãos. Nesses casos, os envolvidos advogam que, apesar dos laços de sangue, eles não possuem tratamento de irmãos e por isso não são percebidos como “sua” família. Como vimos no último relato, importa menos o fato de serem meios-irmãos ou irmãos plenos, o que interessa é terem compartilhado a infância e outras fases da vida. Nesse sentido, é compreensível encontrarmos primos que se tratam como irmãos e irmãos que não se veem como parte de uma mesma família.

Ter sido criado numa mesma casa fortalece laços. Histórias de experiências compartilhadas na infância e o caráter da relação que é desenvolvida são, por vezes, mais importantes que os laços genealógicos. Normalmente, a proximidade entre irmãos é definida pela maternidade, ou seja, meios-irmãos pelo lado materno têm maior possibilidade de viver juntos do que aqueles relacionados pelo lado paterno. Isso porque é mais comum filhos de pais que não vivem juntos viverem com a mãe e mais próximos da família extensa desta.

Diversos estudos que tratam da organização familiar em Cabo Verde (Akesson, 2004; Dias, 2000; Monteiro, 1997; Solomon, 1992) salientam o laço fundamental e constituinte do conceito de família: a relação mãe-filho. Na Boa Vista, esse laço é a base para a formação das redes de reciprocidade entre parentes e não parentes. Ele provê a estabilidade, continuidade e amplitude das relações de uma pessoa. Porém, mais uma vez precisamos estar atentos ao conceito de maternidade para os boa-vistenses. O laço entre mãe e filho não está, também, restrito às relações entre mães e filhos biológicos, mas

envolve as chamadas “mães sociais”.

Por comparação, os laços entre pais e filhos são mais difusos ou frouxos e, em grande medida, dependem da capacidade que o homem tem de estar próximo dos filhos quando estes são crianças. Ser um bom pai, ou seja, dar suporte econômico, material e emocional é culturalmente aprovado e valorizado. Presenciei, por diversas vezes, pais que atualizam a imagem de um bom pai. Porém, o mais comum é que eles sejam caracterizados pelos próprios filhos como figuras distantes e que justifiquem sua ausência por dificuldades econômicas. Vamos analisar essas relações com maior cuidado ao longo do trabalho; por ora, é preciso entender outra unidade fundamental para o pertencimento social de um indivíduo, a casa.

## **A CASA**

Carsten (1995) lembra que a análise das casas não deve ter como foco a estrutura física, mas as inter-relações entre construções, pessoas e ideias. Assim, estudos etnográficos podem revelar alguns caminhos diferentes dos lugares das casas nos grupos sociais e de como representam o mundo em torno deles. Analisando as percepções de Lévi-Strauss sobre as *sociétés à maison*, a autora salienta o potencial teórico do significado de casa e chama atenção para as categorias nativas. É nessa perspectiva que apresento a etnografia que se segue.

As pessoas na Boa Vista são fortemente identificadas com o espaço físico onde nasceram ou residem. A forma comum de se referir a um terceiro é pela expressão *Fulano de cá Nha Cicrana* (Fulano da casa de Nha Cicrana). Assim como a família imediata, a casa é uma unidade fundamental para o pertencimento social de um indivíduo.

As casas são, geralmente, próximas umas das outras e, se não há espaço para ampliação das mesmas, as pessoas fazem construções altas e estreitas, sempre deixando a possibilidade de construir novos cômodos uns sobre os outros. Essa é uma particularidade interessante; as casas nunca estão terminadas, há sempre a possibilidade de aumentar o espaço. Em Boa Vista, especialmente na parte nova da Vila (uma zona de ampliação), a maioria das casas não é rebocada por fora e isso é justificado pela falta de recursos. Eles preferem concluir a obra por dentro e as mulheres se preocupam em manter o ambiente sempre *fresco*, ou seja, pintado e colorido.

Há pouca variação no desenho, salvo pequenas mudanças. O tamanho e a forma da casa variam de acordo com o período em que foi construída. Há uma diferença importante entre casas antigas e modernas, e isso reflete os arranjos residenciais tradicionais e modernos e as diferenças existentes a depender do ciclo doméstico. Para me referir a esses arranjos, vou utilizar os termos nativos *nos casa* (nossa casa, utilizado quando querem se referir à casa dos pais ou onde foram criados) e simplesmente *casa* ou *nha casa*, quando se referem a sua moradia.

A *nos casa* é sempre percebida como lugar movimentado, agradável e alegre. Geralmente é a casa dos pais, avós ou parentes mais velhos. O símbolo da casa boa de se viver ou de estar é o *portão* – as casas que têm portão são aquelas em que parentes e amigos podem entrar sem pedir licença, estão sempre abertas, cheias de gente e animadas.

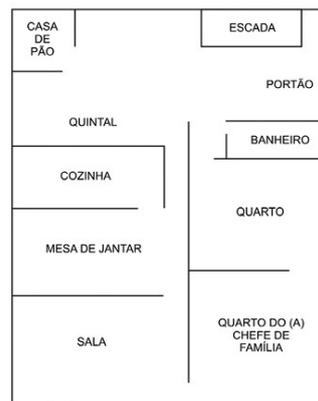
As casas mais antigas são as que apresentam essa característica: um pequeno quintal com um portão que só se encontra fechado à noite, pois, ao longo do dia, está apenas encostado e por ele os parentes e amigos podem entrar sem bater ou pedir licença. Quase nunca se usa a porta da sala, considerada como entrada “chique” para as visitas. Estas casas têm uma construção curiosa, que valoriza o lugar de socialização por excelência: o quintal. Entrando pela porta principal, nos deparamos com um longo corredor que divide os cômodos da casa: geralmente temos a sala do lado direito, os quartos dispostos de um lado e de outro e a cozinha.

Ao final do corredor temos o quintal, e é aí que as mulheres e crianças passam a maior parte do dia cumprindo suas tarefas (os *mandados*), cozinhando, pilando o milho para a cachupa, comendo ou simplesmente conversando. As pessoas “estranhas” são recebidas na sala, enquanto os íntimos entram pelo portão e se juntam aos moradores para uma conversa ou para ajudar nos afazeres domésticos. Geralmente, improvisa-se uma espécie de pia de lavar louças e um fogão a lenha onde é feita a comida. Nesses casos, o quintal substitui a cozinha, que é pouco utilizada no processo de preparação dos alimentos.

As construções mais modernas não têm nem o quintal, nem o portão. Explicaram-me que é porque os terrenos vendidos pela Câmara Municipal são muito pequenos e que por isso as pessoas

preferem fazer um terraço onde possam lavar e secar as roupas. Nesses casos, a cozinha é o lugar onde as mulheres passam a maior parte do dia, enquanto a sala continua tendo a mesma função de receber as visitas de pessoas distantes, não relacionadas. O corredor central também é abandonado nessas construções e os cômodos são distribuídos de maneira que os quartos de dormir se concentrem em uma parte da casa contígua à cozinha, enquanto a sala é posicionada separadamente, logo à entrada principal.

Assim como as antigas, as casas mais modernas são construídas de forma a poderem crescer no sentido vertical, ou seja, os projetos são encomendados na expectativa de que ganhem mais um ou dois andares caso haja necessidade futura. A diferença é que, tradicionalmente, esse sistema era utilizado para que os filhos construíssem quartos ou pequenos apartamentos com acesso independente. Hoje em dia, a previsão é de que novas moradias sejam construídas para aluguel, sendo revertidas em renda para a família.



Planta de casa com quintal – casa de Nha Maria

Os cômodos são, em geral, pequenos e com pouco mobiliário. Na sala, o sofá é um artigo de luxo. O mais comum é encontrarmos cadeiras ou poltronas dispostas em frente da televisão e uma estante aberta onde são expostos enfeites, porta-retratos (em grande quantidade) e os conjuntos de louças que devem ser usadas em momentos especiais. As paredes são cobertas de fotografias da família que se encontra na emigração. Em algumas moradias, a geladeira é colocada como peça central na sala e é sempre coberta por enfeites, um vaso com arranjo de flores artificiais ou imagem de santo em cima. Os quartos não possuem mobiliário especial; o do chefe da família (mulher ou homem) está posicionado imediatamente

ao lado da sala, não é muito amplo e possui cama de casal, armário e um conjunto de malas e caixas onde os moradores dizem guardar os presentes que recebem das emigrantes.

É bastante comum que malas e caixas de papelão façam as vezes do guarda-roupa. Das pessoas com quem convivi, poucas (além dos chefes de família) tinham um lugar específico para guardar suas roupas e pertences. Inicialmente, não entendia esse padrão, pois não tem equivalência direta com a situação econômica. Logo percebi que faz parte do valor dado à mobilidade, ou seja, à ideia de “estar de passagem”. Especialmente os mais jovens circulam tanto interna quanto externamente às casas. Sempre se espera um cômodo melhor para o qual o membro da família possa se mudar e os quartos independentes são os mais cobiçados. Além disso, é comum que uma criança ou jovem passe períodos em casa de parentes – isso faz parte do cotidiano e é um fator importante para a manutenção da reciprocidade e solidariedade entre as casas.

Nas casas mais antigas, os chamados quartos independentes, cujo acesso se dá pelo quintal, geralmente são os quartos dos filhos homens que podem circular livremente sem ter que entrar na casa principal. Nas situações que acompanhei, esses quartos foram construídos quando os filhos já estavam adultos, numa espécie de expansão da casa principal. A existência desses quartos e a possibilidade de ampliação permitem uma variedade de arranjos residenciais, ou seja, o pertencimento à casa pode se dar de diferentes formas, havendo extremos em que a casa pode ser composta até por 20 membros.

O núcleo da casa é um grupo de parentesco próximo (*nha família*), geralmente próximo à mulher. Mas a *nos casa* pode incluir afins, parentes distantes, crianças de outros e servidores domésticos. É importante observar que o número de moradores de uma casa não é estático. Pelo contrário, a rotatividade é um fator comum e esperado entre seus membros. Dos 67 grupos domésticos com os quais trabalhei de forma sistemática, 47 apresentavam as seguintes características: famílias extensas em que, ao redor do grupo central (pai e mãe – ou somente a mãe – e irmãos mais novos), iam se formando outras famílias nucleares.

Estas outras células familiares possuem formas variadas, que mudam no processo de desenvolvimento do ciclo doméstico. É

preciso observar também que, quando falo de *nos casa*, estou tratando de grupos domésticos cujo núcleo é composto por pais – ou somente a mãe – com idade já avançada, com filhos adultos e, em todos os casos estudados, com netos que são criados com a ajuda dos avós. O relato de Nha Maria exemplifica essa situação:

Todos os meus filhos homens têm filhos, um tem dois, outro tem um, todos moram aqui e todo mundo ajuda. Bom, agora Mirna já tem sua casa, que conseguiu com o trabalho no estrangeiro, mas todos os filhos dela foram criados aqui. Agora, como já estão grandes e podem assumir suas responsabilidades, eles foram ficar com o pai na casa deles. Marcela também tem sua casa, mas quando ela foi para o estrangeiro os dois filhos ficaram aqui comigo. Depois, quando ela orientou a vida, continuou a ir para o estrangeiro e agora que estão todos criados foram para sua casa. Carla ainda não tem casa e vive aqui comigo, ela e sua filha. Djisa também ainda não tem casa, mas já abriu um quarto lá em cima para ficar com seu *pai de filho* e seus dois meninos. Denise teve também um filho com um homem *mariado*<sup>8</sup> e vive aqui comigo, ela e o menino. Esses três aqui (aponta para três meninos que brincam no chão do quintal), também a mãe deles está em Portugal e deixou os três aqui comigo, esse aqui ela deixou com um ano e tal. O pai está aqui na Boa Vista, mas é comigo que eles moram.

Pois é, minha filha, todos os netos se criaram aqui dentro, eu tenho 15 netos e vivem todos ao meu redor. Eu já tenho até bisneto! Ela mora com a mãe, mas deita é aqui comigo, bem atrás de mim. De vez em quando ela diz “eu vou ver minha mãe”, e eu respondo “vai, menina, vai e me deixa aqui em paz no meu sossego”, mas daqui a pouco ela volta de novo, pois não sabe estar longe de sua *mamã* (risos).

O relato acima salienta as características da formação desses grupos domésticos tão comuns em Sal-Rei. A tendência dos filhos é de permanecerem na *nos casa*, por um longo período. No caso dos filhos homens, mesmo quando alugam um quarto para dormir ou quando decidem coabitar com a *mãe de filho* (seja na casa da família da moça ou numa nova casa), eles fazem as refeições na casa materna e continuam a contribuir com as despesas da *sua* família. A saída das filhas mulheres se dá mais cedo, pois normalmente são elas que vão viver com os *pais de filhos*.

Mesmo nesses casos, o vínculo íntimo com a mãe é sempre alimentado, e as filhas continuam a ajudar nos afazeres domésticos de sua casa de origem, intercambiam comidas, deixam os filhos para morar com a avó e contribuem com as despesas. A relação estreita que os filhos possuem com a família de origem fica clara pela expressão *nos casa* e é fundamental para a manutenção econômica e social da unidade. As mães alimentam uma relação íntima com as

filhas adultas, pois a unidade é mantida por relações cotidianas de dar, receber e demandar favores e pela presença daqueles que já formaram uma nova casa.

O fato é que, nesta fase de desenvolvimento do grupo doméstico, é raro vermos um casal de idade avançada vivendo sem a presença de filhos, netos ou algum parente próximo. Apesar disso, há situações em que os filhos e netos cresceram, alguns já foram viver em suas casas, outros saíram para suas atividades de trabalho e a mãe fica sozinha. Nesses casos, há um sentimento de abandono no discurso das mulheres e uma ideia de que o tempo bom era o tempo em que a casa estava cheia. Como me disse uma delas: “o trabalho era maior, mas é melhor do que estar sozinha”.

### **NHA CASA**

Ter uma casa é um valor central e possui um significado importante para a definição de uma vida de sucesso. Construir uma casa é um projeto comum entre adultos e jovens da ilha, pois a realização desse projeto marca a transição para a fase de maturidade social plena. Ter uma casa faz da pessoa um adulto autônomo e respeitável.

Já vimos que o padrão de residência local tende a ser formado por famílias extensas, mas isso não significa que os jovens não busquem meios de constituir a própria moradia. Como mostrei, ter uma casa própria é um símbolo de sucesso e indicador de responsabilidade para homens e mulheres adultos. Porém, as pessoas concordavam que o ideal era morar perto da *nos casa*, na mesma zona em que foram criadas ou, numa segunda hipótese, perto de algum parente. De fato, esse é um padrão comum de moradia em todas as povoações da ilha, o de que a vizinhança seja formada por parentes genealógicos, sejam eles filhos, irmãos, tios ou primos.

Para a constituição de uma nova moradia, é preciso cumprir alguns passos. O primeiro é o da compra do terreno. Homens e mulheres jovens buscam uma forma para comprar um terreno da Câmara Municipal. O sucesso nessa empreitada depende de questões financeiras, mas também da articulação dos indivíduos com a Câmara ou com pessoas de influência que possam emprestar uma quantia ou facilitar politicamente o processo de compra e o valor do terreno.<sup>9</sup>

Estando de posse do terreno, o indivíduo começa a planejar as formas de iniciar a construção da casa. Mais uma vez, dadas as

limitações financeiras, planejar e executar o projeto pode ser um processo longo, que vai depender das relações do indivíduo com profissionais, políticos e familiares que possam facilitar o processo. As construções podem durar anos e o fato de serem frutos do próprio trabalho é altamente valorizado. Poder dizer “eu construí minha casa bloco por bloco” valoriza o projeto e significa que aquele jovem indivíduo é alguém com *seriedade* (tem responsabilidade, é esforçado).

As mulheres também compram terrenos e constroem suas casas. Para elas, este pode ser um processo ainda mais longo, pois dependem da relação com homens para *subir* uma casa. Durante o trabalho de campo, acompanhei a construção da casa de Chirley e os valores associados a tal processo. Chirley não tem marido, o *pai de filho* vive com outra família e a visita com frequência, mas não contribui economicamente com as despesas do filho ou da casa. Ela tem quatro irmãs na emigração e, com a ajuda delas, iniciou a construção de sua casa há cerca de cinco anos.

Chirley é conhecida na Boa Vista por ser uma mulher de fibra, uma das poucas que não emigrou (ficou na Boa Vista cuidando da mãe viúva e a ajudando a criar os filhos das irmãs emigradas), mas que conseguiu se *orientar* na vida com o trabalho num pequeno bar e a ajuda das irmãs que estavam fora. Quando conversávamos, ficava claro que o maior símbolo de seu sucesso era o fato de ter sua casa coberta<sup>10</sup> e quase pronta para morar. Sempre enfatizava os sacrifícios para juntar dinheiro, os favores que teve que pedir e os amigos que a ajudaram a levantar os blocos. Na visão de amigos e familiares, Chirley tinha tanta fibra que valia mais do que muitos “homens que têm medo de trabalho”. Era frequente afirmarem que ela havia trabalhado nos blocos de cimento para ter seu pedaço de casa e por isso merecia muito respeito.

Apesar de os filhos adultos permanecerem por muito tempo na casa de origem, ter uma casa é importante e desde a juventude o indivíduo ambiciona executar seu projeto. Ser proprietário de uma casa, especialmente para as mulheres, é uma segurança importante em face da fluidez dos relacionamentos afetivo-conjugais. A casa própria dá segurança econômica e reduz a preocupação com os gastos da vida cotidiana. A casa também é fator importante na reprodução social do sistema de solidariedade recíproca que mantém o conceito amplo de família fazendo sentido local e

transnacionalmente.

## **UMA FAMÍLIA SOLTEIRA?**

No cotidiano da casa, a mulher sobressai à primeira vista. Seja como mulher, mãe, filha, irmã ou avó, ela é a figura central no fluxo da vida familiar boa-vistense. Independente de serem a chefe da unidade doméstica, as mulheres se sentem responsáveis pela casa e pela família. Irmãs mais velhas cuidam dos irmãos mais novos e dos homens da casa. Quando estes não têm mãe ou parceira que cuide de suas coisas e alimentação, recorrem à ajuda da irmã. Então, a mulher, independente de sua posição de mãe, irmã, avó ou filha, é central para a reprodução da vida cotidiana da casa e da família num sentido mais amplo.

Na esfera econômica, a mulher também é a responsável por ganhar o dinheiro necessário para colocar “comida na mesa”, roupas nas crianças e utensílios na casa. Os parceiros masculinos (*pais de filhos*), irmãos ou filhos podem ajudar, e é esperado até que venha deles a contribuição econômica mais substancial, porém, em última instância, a responsabilidade e o gerenciamento da vida doméstica cotidiana estão com as mulheres. Aí entramos num outro aspecto da organização familiar, a divisão de papéis no interior de um grupo doméstico.

Idealmente, os papéis são organizados segundo linhas de sexo e idade, ou seja, existem tarefas masculinas, femininas, tarefas de crianças e de adultos. No entanto, tudo depende da composição do grupo doméstico e da disponibilidade de ajuda externa. Não se espera que o homem adulto participe das atividades rotineiras da casa, porém, num plano ideal, espera-se que ele trabalhe na rua e cumpra sua função de provedor, o que, de fato, nem sempre acontece. Quanto à mulher, espera-se que ela seja a responsável pela organização da casa e, mesmo nos casos em que acaba cumprindo a função de provedora por meio de trabalho remunerado, seu domínio continua sendo o da casa. Por sua vez, o homem, mesmo que não possua trabalho, não deve estar em casa, por representar um estorvo, seu lugar é na rua.

Na reprodução da solidariedade entre casas, ou seja, na formação de um campo de relações familiares que se estendem ao conceito de *nha família*, cabe à mulher o lugar de protagonista. Na formação do que chamei aqui de rede de solidariedade, o foco na mulher é

evidente. Veremos que nas relações entre emigrantes e locais essa característica se repete: são as mulheres que cuidam das crianças que ficam, são elas que recebem as remessas de dinheiro vindas do exterior e, quando uma emigrante telefona, é a mãe que ela procura.

Na teoria antropológica, a posição central da mulher no campo do parentesco é normalmente entendida pelo termo “matrifocalidade”. O conceito foi introduzido por Raymond Smith (1996), nos anos 1950, e estava ligado ao contexto no qual a maternidade era considerada o papel primordial da mulher. É a partir dessa relação tão intensa entre mãe e filhos que se desenvolve, na literatura sobre África e Caribe, um longo debate sobre o conceito de matrifocalidade.

A literatura antropológica sobre Caribe e suas formas variadas de organização doméstica, estrutura familiar e parentesco contribuiu para combater a ideia de que existiriam valores irracionais e de que a estrutura familiar de negros e pobres seria anormal. Smith (1996) afirma que tomar a família pela família nuclear é problemático por várias razões.<sup>11</sup> Primeiro, porque se está considerando apenas as conexões biológicas e segundo, porque uma definição externa do que constitui família não pode ser imposta aos grupos estudados, sendo, portanto, problemático o pressuposto de que a família vive ou deve viver junta (Monagan, 1960).

Aliás, trazer estudos sobre o Caribe para o contexto cabo-verdiano é interessante para a construção do argumento, especialmente quando o tema é a matrifocalidade ou o entendimento de outras formas de família que não a família nuclear.<sup>12</sup> As sociedades caribenhas se aproximam da sociedade crioula de Cabo Verde em aspectos como a insularidade, sua constituição como sociedade pelo tráfico de escravos, as situações coloniais que guardam algumas similaridades:<sup>13</sup> estrutura familiar caracterizada pela centralidade feminina, ausência relativa do homem, pobreza, migração, instabilidade conjugal, priorização dos laços consanguíneos, entre outros.

Smith foi pioneiro na reflexão sobre um sistema matrifocal de parentesco. Para ele, na estrutura familiar matrifocal a prioridade é dada ao laço entre mãe e crianças, irmão e irmã, ao passo que o laço conjugal é considerado menos intenso afetivamente. Por causa da segregação de papéis conjugais que delega à mulher a responsabilidade com as crianças e da situação econômica

desfavorável do homem, são as mulheres, na condição de mães, que se tornam o centro das relações familiares e sociais.

Na visão do autor, um sistema matrifocal de relações domésticas pode ser percebido observando a natureza marginal do papel do marido-pai. Há uma correlação entre a natureza do papel do marido-pai e o papel do homem no sistema econômico (Smith, 1996). Ele sugere que a baixa posição do homem negro na hierarquia local limita-o a empregos de baixa remuneração e requer que ele esteja ausente da casa e da localidade onde vive na maior parte do tempo. Sendo esta situação típica em muitas sociedades chamadas de matrifocais, a explicação de Smith teve uma forte influência nos estudos posteriores.

A família matrifocal é um tópico que atraiu atenção de muitos outros pesquisadores e que, de certa forma, foi utilizado de maneira indiscriminada. Um exemplo são os trabalhos de Kunstatder, que definem matrifocalidade como “um grupo de parentesco coresidente que não possui nenhum homem presente regularmente fazendo o papel de marido-pai e a maioria das relações afetivas são entre os parentes consanguíneos maternos” (1963, p. 58). Tal definição é considerada restrita pelos estudiosos (ver crítica de Boyer, 1964 e Monagan, 1985), pois não inclui questionamentos sobre a estabilidade do papel do homem na unidade familiar, um papel que muitas vezes persiste mesmo na ausência física deste. Além disso, não incorpora os laços emocionais e omite o importante papel da mudança no entendimento destas relações.

Como salienta Solien (1965), definições de matrifocalidade como as de seguidores de Smith contam apenas que há uma porcentagem de famílias encabeçadas por mulheres, mas não abordam como tais famílias funcionam de fato em nível interpessoal. Em outras palavras, não é abordado, de fato, o que a estrutura *woman-headed* significa. Em alguns casos, a matrifocalidade significa que é a mulher que tem o comando de como o dinheiro é gasto. Outros enfatizam os fatores emocionais da relação mãe-filho, dando pouca atenção para a presença ou ausência do pai. Tendo isso em vista, proponho uma análise centrada no papel real de mulheres e homens num grupo doméstico e em suas posições na comunidade para fornecer uma nova visão sobre matrifocalidade e seus significados.

No caso de Cabo Verde, as análises enfatizam o papel central das

mulheres nos cuidados com as crianças e com a casa. Por que, então, as mulheres seriam mais proeminentes nas vidas dos familiares do que os homens? Finan e Henderson (1988) afirmam que em Cabo Verde (especialmente na ilha de Santiago) foi desenvolvido um tipo diferente de casas chefiadas por mulheres do que aqueles existentes no continente africano e no Caribe. Segundo eles, o padrão da mãe como chefe não é, necessariamente, uma consequência da emigração masculina, mas sim da falta de alternativas e oportunidades econômicas. Os autores exploram as diferentes formas de casas chefiadas por mulheres de emigrantes, viúvas e mães solteiras na tentativa de desvincular a chefia feminina da situação de emigração masculina. Sugerem, ainda, que, devido à emigração feminina para a Itália, importante na ilha da Boa Vista, pode-se verificar uma diminuição no fenômeno das casas chefiadas por mulheres.

Em vez de tomar tal afirmação como dado, o que o presente trabalho pretende problematizar é, primeiro, podemos falar em “mulher chefe de família”, cunhado para o estudo de famílias negras no Caribe quando tratamos da realidade cabo-verdiana? Os homens são realmente ausentes das unidades pensadas como formadas basicamente pelos laços entre mães e filhos? Em situação de emigração da mulher-mãe, como se estrutura o sistema de relações na esfera doméstica e fora dela? Para alcançar respostas a tais questões, é preciso focar o sistema familiar como um processo, ou seja, tentando superar um mal-estar recorrente que perpassa os estudos sobre matrifocalidade: a imagem estática da unidade residencial, a confusão entre sistema familiar e unidade doméstica e a ambiguidade relacionada ao poder doméstico, feminino e masculino (Fonseca, 2004).

O que quero dizer é que por meio do estudo da dinâmica residencial é possível contextualizar a importância de homens e mulheres nas redes sociais. Pela etnografia, pude perceber que há relações de parentesco entre as diferentes casas da vila, que há intensa circulação de parentes agregados à família nuclear, i.e., pessoas temporariamente abrigadas nas casas de tios e primos, que as relações de sangue perpassam as casas e até a vila, e que as crianças são elos importantes entre as casas, as famílias e as gerações. Nesse contexto, a análise não pode se restringir ao universo feminino. O papel do homem, sua presença e ausência

também têm algo a nos dizer sobre esta realidade.

Portanto, chamo atenção para a complexidade dessa temática. A organização matrifocal não é simples de ser definida e se espalha por diversos tipos de unidades, inclusive aquelas ditas nucleares. Os fatores que devem ser discutidos na definição de matrifocalidade são muitos: composição da casa, padrões de residência preferidos e usuais, padrões de visitação e amizade, econômicos e de subsistência, enfim, cada um desses fatores tende a reforçar, ou não, o papel da mulher-mãe no sistema estudado.

Até o momento, minha análise sugere que o sistema familiar na Boa Vista tende a reforçar o papel da mulher-mãe no centro do grupo doméstico. Quanto ao papel do marido ou pai, mesmo quando se trata de uma relação estável de conjugalidade, seu lugar é quase sempre ambivalente e de distância com relação à companheira e aos filhos. Acredito que é dessa distância masculina que emerge positivamente a relativa força da mulher, mas cabe uma pergunta antes de prosseguir: é adequado, nessa realidade, usar o termo “mulher chefe de família”, usado no estudo de famílias negras no Caribe (Smith e outros)? Os homens seriam, de fato, ausentes das unidades domésticas centradas na relação mãe-filho?

É preciso não associar diretamente, portanto, a distância evidente entre pais e filhos e *pais de filhos e mães de filhos* com a ausência física e simbólica do homem na esfera familiar. A distância vai depender tanto do lugar de onde se fala quanto da fase de desenvolvimento do ciclo doméstico. Então, além de fatores como presença ou ausência masculina na esfera familiar ou da questão da chefia econômica do grupo doméstico, na definição da matrifocalidade devem ser levados em conta os laços emocionais entre mãe-filho, mulher-marido e o lugar de ambos na sociedade.

Se for verdade que o homem adulto não mantém relações de proximidade com *mãe de filho* e filhos, a situação pode mudar de figura se deslocarmos a análise para a relação entre filho adulto e mães velhas, ou entre irmãos e irmãs, ou ainda entre homem velho com seus filhos adultos e suas mães. O homem está sempre presente nas famílias como filhos adultos, namorados, irmãos, primos, amigos. Nestas formas e dentro destas redes, o homem coopera e assiste os outros econômica e socialmente, porém, não é dominante e nem, necessariamente, tomador de decisões. Como afirma Blackwood

(2005), não é porque, em algumas situações sociais, o homem não está presente num papel de dominância que ele não possa atuar em outras formas de proximidade.

Entendo que há uma focalidade feminina na família boa-vistense no sentido de que a mulher é mais central no grupo doméstico e desempenha o papel de líder psicologicamente. É ela o membro mais estável do grupo e é ela quem influencia os filhos em seu desenvolvimento.<sup>14</sup> Porém, é questionável afirmar a centralidade feminina somente pelos fortes laços entre mães e filhos; mais do que isso, a mulher alcança essa posição central por articular sua capacidade de ser a pessoa responsável pelos acontecimentos e pela reprodução da vida cotidiana.

Com relação à autoridade doméstica, idealmente, essa cabe ao homem. Entretanto, observamos grande variação de situações que contradizem esse ideal. Primeiro, há muitas casas encabeçadas por mulheres sozinhas. Segundo, a depender da condição do homem e da mulher que habita a casa, a mulher pode ser identificada como chefe. Porém, mais do que procurar a quem cabe a chefia formal de uma casa, é importante perceber que, havendo ou não um homem na unidade, a responsabilidade da vida doméstica cotidiana é da mulher, sendo que as tarefas domésticas e as relações de solidariedade são divididas e partilhadas entre elas.

E a situação do homem que não consegue trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, não participa das atividades rotineiras da casa? Ele realiza uma quebra nessa rede de solidariedade existente entre os membros do grupo doméstico? Pelo que afirmam muitas mulheres com quem conversei, idealmente, o homem deve contribuir financeiramente para o sustento da casa. Porém, na prática, elas afirmam que “com homem não se pode contar”, seja por causa das outras mulheres com quem ele anda, por causa do alcoolismo, pela falta de compromisso com os filhos, ou simplesmente porque o homem é da rua.

É fácil identificar uma clara conexão entre as categorias *mulher* e *casa*, e *homem* e *rua*. Tal conexão não está ligada à subordinação feminina, mas, pelo contrário, conduz à dominância feminina na esfera doméstica. A casa é, então, o lugar das mulheres e para as mulheres, conseqüentemente a família também é o reino das mulheres. Com isso não estou querendo dizer que a mulher boa-vistense não trabalhe

ou circule fora de casa. Como já afirmei, em geral, é ela a responsável pela maior parte do orçamento doméstico, trabalhando em hotéis, mercados e mercearias, como funcionárias do governo, como empregadas domésticas ou então emigrando. Quando não possuem um emprego fixo, trabalham dentro de casa com a ajuda dos filhos, podendo lavar roupas, vender pães, bolos, pizzas e outros produtos caseiros. Muitas vezes transformam a sala dianteira numa pequena mercearia ou bar, para gerar renda para a família.

A conexão entre *homem* e *rua* é uma percepção compartilhada por mulheres e homens quando refletem sobre o lugar deles na esfera familiar. É esperado que passem seu tempo no trabalho e, quando desempregados, nos bares, nas praças, jogando *uril* ou em outros locais pensados como masculinos. Em uma reunião do *grupo da família*, promovida quinzenalmente pelo padre da igreja católica em Sal-Rei, os presentes definem o que seria a mentalidade dos homens da Boa Vista: o padre, em seu discurso, incentivava as mulheres a demandarem uma maior presença masculina em suas casas. Alguém diz que tudo que o padre disse é bonito, mas não funciona na Boa Vista, porque os homens são muito influenciados pelos colegas. *Quando a mulher vai pedir alguma coisa ou reclamar de suas atitudes, o homem responde que ela não tem nada a ver com isso, que não manda nele e ele faz o que quiser de sua vida.*

Nesta altura, o único homem presente intervém e diz que a família na Boa Vista é solteira, isto é, não tem marido. Outra senhora diz que a maioria das mulheres sofre do mesmo mal, pois os maridos se preocupam mais em agradar os amigos do que a mulher. “O meio da Boa Vista é mesmo difícil, pois todos se influenciam e não podem ver o marido fazendo companhia à mulher que logo o criticam e colocam complexo na pessoa. Aí ele acaba fazendo só o que o colega aprova, ou seja, se preocupa mais com os colegas do que com a família”.

Estar fora de casa compartilhando o tempo com outros homens (geralmente parentes próximos ou companheiros de uma mesma zona ou vizinhança) parece estar associado a uma imagem de independência altamente valorizada no universo masculino, mas se essa imagem transmite para os companheiros a impressão de que ele não é *mandado pela mulher*, por outro lado, o que ocorre dentro da esfera doméstica é uma perda de autoridade. A independência aqui seria sinal de sua exclusão do cotidiano da casa. Na verdade, eles não ficam em casa não só porque querem ficar com os amigos, mas

também porque sua presença em casa é um estorvo. Estar na rua, nessas condições, é aceitar sua condição de um “presente-ausente”, mas numa aura de superioridade.

Com os homens fora da casa, é a mulher que passa a ser dominante econômica e psicologicamente. Ela se mantém como membro mais estável do grupo e, mesmo nos casos em que não é o esteio econômico da casa, é ela quem exerce a autoridade ao tomar decisões, definir como o dinheiro que entra na casa será usado, sendo a figura que mais influencia os filhos em seu desenvolvimento.

Apesar disso, não se deve ignorar o papel do homem, estando ele ausente ou presente. Mesmo que ele não exerça autoridade de fato, no plano do discurso, é o homem que chama para si o poder de tomar decisões e se apresenta como o chefe do grupo doméstico.<sup>15</sup> Nas casas em que marido e mulher vivem juntos, tal discurso é compartilhado pelas mulheres e pelos filhos, que são incentivados a ter uma atitude de respeito para com o pai. Essa relação de respeito é formal e ganha expressão na distância que marca o relacionamento entre o pai e os filhos na Boa Vista.

## **CRIANÇAS**

As crianças, como as mulheres, são elos fundamentais na manutenção das redes de solidariedade. Quando bebês, são o centro das atenções das mulheres da família, especialmente as mais jovens. *Pegar* ou *aguentar* pode ser entendido como ajudar a criar em dois aspectos: tomar conta ocasionalmente ou tomar a criança para si, respectivamente. Moças jovens, por volta dos 15 anos, *pegam* muitos meninos no primeiro sentido do termo. Conversando sobre esse tema com um grupo de quatro moças, cada uma contava que já *pegou* pelo menos três crianças de outra pessoa, seja parente ou vizinha. Isaura conta que, quando a irmã mais nova nasceu, foi ela quem a *aguentou*, lhe deu banho, lhe deu comida, vestiu, colocou para dormir, tudo era ela quem fazia. A mãe biológica não se ocupava muito da criança, cuidava dos *mandados* e fazia pão para vender. Isaura conta que fez isso para muita gente e que, quando teve seu filho, outras meninas *pegaram* a criança também. Para que ela pudesse trabalhar, cada dia ele estava na casa de um familiar, pois sua mãe vivia na emigração.

Crianças dos 5 aos 10 anos são os mais frequentes mediadores entre as casas. Elas são os veículos de mensagens, presentes e itens de troca (alimentos, utensílios domésticos, dinheiro). São as crianças

que as mulheres enviam com coisas e alimentos, que são fundamentais para a reciprocidade entre as casas. Elas são constantemente chamadas para fazer os *mandados*: carregar baldes de água na cabeça, alimentar os animais de criação,<sup>16</sup> levando os recipientes com *comida de bicho* na cabeça, lavar as louças, *pegar* (tomar conta) as crianças mais novas, levar e trazer recados, fazer pequenas compras e, quando maiores, ajudar no preparo dos alimentos. Tais responsabilidades começam a ser assumidas paulatinamente pelos meninos e meninas por volta dos 5 anos de idade e tendem a aumentar à medida que ganham mais idade.

Por volta dos 12 anos, começa a haver uma diferenciação entre afazeres de moças e rapazes, cabendo àquelas os cuidados com os mais novos, alimentação e higiene da casa. O que resta a eles são afazeres da rua, ou seja, desde muito cedo os rapazes são liberados da esfera da casa. Os jovens só se veem livres dos *mandados* quando começam alguma atividade geradora de renda para si e para a família. Pelo que pude perceber, essa ajuda pode variar desde as responsabilidades nos afazeres domésticos até contribuições em dinheiro para as necessidades da casa.

Faz parte dos *mandados* ir às lojas para compras urgentes, bem como vender produtos feitos pelas mulheres da casa. Além de levar e trazer dinheiro e materiais, as crianças levam e trazem palavras entre as casas, seja transportando recados ou rumores. Em situações de conflito, elas são as únicas que podem circular entre duas casas em que os adultos não mais circulam. Crianças, por sua característica mobilidade, personificam e reproduzem grande parte das relações de troca que são necessárias para a manutenção desse conceito amplo de família.<sup>17</sup>

Além da circulação cotidiana, estar entre as casas tem outro significado na Boa Vista. A mobilidade se estende ao que podemos chamar de circulação<sup>18</sup> de crianças. O sentido aqui é de que outros, parentes ou não, podem *aguentar* uma criança por um tempo determinado. Isso ocorre com frequência entre pessoas que se tratam como parentes. Crianças, além de serem veículos importantes para a partilha e a troca, são objetos de partilha e reciprocidade.

O mais comum é que uma criança resida mais ou menos permanentemente na casa de um parente próximo à mãe, especialmente, com a avó materna. Os arranjos e os motivos para dar

uma criança a outra casa são variados. A variação também inclui o tempo de residência – a criança pode permanecer numa casa por meses, anos ou toda a vida. Receber uma criança de outro, especialmente quando a situação não envolve parentesco consanguíneo, significa ser solidário.

Sempre que alguém tentava me explicar essa prática comum de tomar filhos de outros para *aguentar*, afirmava que isso é um fato corriqueiro para o boa-vistense. Ajuda, assistência mútua e solidariedade são categorias centrais para o discurso de família e comunidade para as mulheres e a partilha de crianças se insere nesse discurso moral sobre o que deve ser o comportamento correto para um boa-vistense.

Como já foi visto no caso da relação entre irmãos ou meios-irmãos, na perspectiva de jovens e crianças, um fator importante para a definição de família passa por saber onde e com quem elas vivem. A proximidade não é dada somente pelo nascimento. Trata-se de um processo que envolve um complexo de ideias em torno da concepção de partilha. Em outras palavras, não é necessária a existência de laços genealógicos para que uma pessoa seja considerada parte de *nha família*. Nesse sentido, as crianças têm um papel fundamental, seja circulando no cumprimento de seus *mandados*, seja se movimentando entre as casas pela instituição do empréstimo – elas unem as diferentes casas, reforçando e/ou criando laços de parentesco.

## **PATERNIDADE E MATERNIDADE**

A relação entre mãe (e mais tarde veremos que a avó é figura central nesse sistema) e filhos tem um caráter muito especial. Se há alguma relação percebida como duradoura e estável na esfera familiar boa-vistense, é a que liga as mães aos filhos. Além disso, defendo que a relação de filiação tende a predominar sobre a relação conjugal na constituição do grupo familiar, e isto é percebido pelas mulheres da ilha. Por exemplo, Sónia afirma que não aceita desrespeito do *pai de filho*, porque, na *hierarquia do gostar*, em primeiro, segundo e terceiro lugar está sua filha, depois vem sua mãe e, só muito depois, em último lugar, é que vem seu *pai de filho*. Outra mulher, Nha Joana, ao relatar os sofrimentos que passou com o *pai de filho* ao longo da vida, afirma que pede a Deus para que,

apesar de todo sacrifício que eu passo com esse homem, para ele me dar coragem,

pra eu trabalhar e criar meus filhos todos com cara em pé. Nós todas passamos sacrifício para criar nossos filhos, a gente trabalha duro para criar os filhos, porque *pai de filho* não ajuda grandes coisas. Felizmente, eu tenho minha mãe e minha família, que me ajuda muito. Todos os meus filhos sabem que sua mãe trabalhou muito pra eles, que ela deu todo o carinho que ela poderia, toda ajuda que pôde e, portanto, eu sou feliz com meus filhos, pois são todos carinhosos com sua mãe, todos sabem tudo o que eu passei por causa deles, todo o sacrifício com seu pai. E hoje eles fazem tudo o que podem para mim.

Quando pergunto sobre a relação desses filhos com o pai, ela afirma que eles devem respeitá-lo, mas não têm com ele a *amizade* que têm com ela, e justifica dizendo que foi “comigo que eles sempre puderam contar”. Mesmo nos casos em que pais e filhos residem numa mesma casa, o laço emocional com o pai é frouxo, a relação é caracterizada pela distância, enquanto, no que diz respeito à mãe, percebe-se uma grande proximidade e um grande calor afetivo.

Ainda na infância, o papel do pai varia, dependendo do padrão de residência adotado. De forma geral, a relação entre pai e filho será mais ou menos intensa, conforme os pais vivam ou não juntos. Nos casos em que o pai vive separado fisicamente da mãe, seu papel se restringe a visitas periódicas aos filhos. Quanto à ajuda econômica, isso dependerá de diversos fatores e não são raros os casos em que as mães reclamam de não receber qualquer apoio financeiro do *pai de filho*.

O fato de pais e filhos viverem numa mesma unidade doméstica pode resultar numa convivência mais próxima e numa troca de obrigações mútuas no dia a dia da casa, porém, não significa que sua relação seja emocionalmente mais intensa. Maisa sempre viveu na casa dos avós paternos com o pai, pois a mãe emigrou quando ela era ainda menina. Foi a avó paterna quem assumiu a responsabilidade por sua criação e de seus irmãos. Apesar de ter vivido sempre próxima ao pai, ela afirma ter respeito, mas não uma relação de amizade, pois ele sempre “entrou e saiu e nunca foi capaz de perguntar, ‘minha filha, você está bem?’ Nunca quis saber se ela está bem ou mal, entra e sai dessa casa e só abre a boca para brigar. Já minha mãe não, sei que ela daria um braço para não ver os filhos sofrerem.”

O relato de Maisa revela que não há uma ausência de relação entre pai e filho, essa relação existe e é mediada por um sentimento de respeito à autoridade paterna – é ele quem dá *guerras* e os filhos

devem respeitá-lo. Porém, entre os filhos, também há um sentimento muito próximo daquele relatado pelas mulheres quando se referem à presença do marido na casa, sempre como uma figura com quem *não se pode contar*. Isso não apenas no sentido financeiro, pois geralmente é a mãe ou a avó que assume as despesas escolares e de alimentação dos filhos, mas também na esfera psicológica e na transmissão de saberes, domínios pelos quais o pai passa distante, especialmente, na fase em que os filhos ainda são crianças. Nessas circunstâncias, a centralidade da mulher e de sua rede de relações ganha força e os laços emocionais entre esses membros estáveis da unidade doméstica tendem a se fortalecer de tal modo que a situação do homem como marido e pai fica cada vez mais marginal.

Tive conversas sobre as relações familiares com cerca de 40 jovens, entre moças e rapazes. As situações familiares eram variadas no que concerne aos padrões de moradia, porém, no que diz respeito ao tipo de relação que mantinham com o pai e com a mãe, os relatos foram bastante homogêneos. A mãe é sempre uma figura central. A voz dos meninos e meninas ficava mais terna quando se referiam a elas e sempre me relatavam fatos que exemplificam os esforços feitos pelas mães em busca da felicidade dos filhos. Quanto aos pais, dos 40 entrevistados, 16 nunca chegaram a conhecê-los e, dos 24 restantes, 12 diziam não ter nenhuma relação com eles. Questionados sobre a importância do pai em suas vidas, a resposta geral é de que a presença dele nunca os influenciou, pois ele sempre foi figura distante.

Poucas vezes consegui abordar os homens de forma direta a esse respeito. Nossas conversas sempre tomavam um rumo distante ao domínio familiar e, quando insistia no tema, suas respostas eram evasivas e superficiais. Geralmente, pediam que eu conversasse com a mãe de seus filhos, pois esse era um assunto de mulher. Os dados que tenho da perspectiva masculina sobre a vida familiar, em geral, são mais derivados da observação contínua de suas atividades diárias, dos lugares que frequentam e de conversas informais (geralmente, nos bares e botequins) que consegui arduamente, depois de muito insistir, sem sucesso, nas entrevistas ou em conversas obtidas nas visitas às unidades domésticas.

Creio que minha dificuldade de acesso a esse universo, por si só, já é um dado interessante e confirma a relação de distância que o homem tem para com o universo doméstico. Durante todo o tempo em

que estive em campo, fiz visitas regulares a muitas unidades domésticas formalmente chefiadas por homens e, salvo raras exceções, eles nunca estavam presentes. Por outro lado, quando encontrava amigos ou conhecidos na rua, geralmente, estavam na companhia de outros homens, sozinhos ou com outras mulheres.

Essa relação de distância não retira do pai a vontade de ter filhos. Na maioria dos casos, a mulher engravida a pedido do namorado ou amante e ele espalha a boa novidade a todos, com orgulho e alegria. Ter um filho é um valor importante no universo masculino, assim como ter uma mulher (ou várias). Ambos são símbolos de masculinidade exibidos constantemente nas rodas de conversas entre homens. Porém, a relação que ele mantém com os seus pares pode colocar essa masculinidade em xeque. Um homem que vive sempre atrás da mulher, que está sempre em casa e que não tem autoridade sobre os filhos é um *frouxo*. Enquanto as mulheres valorizam a ideia de estar próximo, os homens se envolvem com o universo doméstico por meio de um *pertencimento distante*. O homem deve ter uma família (e isso significa ter filhos), mas seu relacionamento com ela deve ser marcado pelo distanciamento.

## **AFETIVIDADE E CONJUGALIDADE**

As relações afetivas entre homens e mulheres aparecem no discurso local como de caráter transitório. Ambos tendem a se relacionar com mais de um parceiro ao longo da vida, especialmente os homens, que raramente percebem tais relações como compromissos permanentes. A maioria deles mantém contatos afetivos com mais de uma mulher ao mesmo tempo. As noções de masculinidade são fortemente associadas à atividade sexual e à prática de se relacionar simultaneamente com várias mulheres, e esse é o elemento central na definição de um *homem de verdade* – não que o contrário seja associado à homossexualidade, mas ao fato de ser um homem *frouxo, mandado pela mulher*.

A monogamia para a vida também não é esperada para a mulher, mas há aqui uma grande diferença. A mulher deve ter uma relação de cada vez, enquanto ao homem é tolerado (o que é diferente de ser permitido) que tenha relações afetivas com mais de uma mulher em um mesmo período. A sexualidade é algo positivo, algo de que tanto o homem quanto a mulher precisam e gostam. A vida social noturna é intensa para os padrões locais e o sexo é tópico constante nas

conversas de homens e mulheres. O homem é visto como um conquistador, apesar de caber à mulher dar sinais claros de interesse, bastando um sinal desta para que eles se sintam à vontade para partir para a conquista.

A vida sexual para rapazes e moças começa cedo, geralmente antes dos 15 anos. A perda da virgindade não é fonte de muitos comentários, não se trata de um evento que mereça preparação por parte das mulheres. Da mesma forma, isso não é visto como um problema, ou seja, fonte de conflitos familiares, mas o mesmo não ocorre com relação à gravidez. Apesar de ser um fato comum no cotidiano da Vila, a gravidez é fonte de preocupação e conflitos na esfera familiar.

As primeiras reações à gravidez de uma moça são diversas, tanto podendo ser encarada como um fato comum, quanto podendo gerar atitudes de reprovação. Isto faz com que ela esconda o fato dos parentes, se submeta a um aborto, saia ou seja expulsa de casa. Em todos os casos, ela busca refúgio ou pede socorro às parentes ou às vizinhas e, por intermédio delas, restabelece as relações com a mãe num segundo momento. Esse é um processo ritualizado no caso da primeira gravidez de uma jovem: a tentativa de esconder seguida de um rompimento com a família, a mediação de parentes e amigas e o restabelecimento da relação.

Em seguida, inicia-se a fase de reconhecimento da futura criança pelo suposto pai. Esse é um assunto para as avós, pois a reação do homem varia nessas circunstâncias. Quando a paternidade é negada, é a avó quem assume a inteira responsabilidade sobre o neto e pode até mandar a filha para a casa de um parente que vive longe para evitar que o casal continue se encontrando. O reconhecimento legal por parte do pai é muito valorizado na Boa Vista. Se o homem duvida da fidelidade da mulher, recusa-se a assumir a criança até que ela nasça, momento em que pode verificar, pela sua aparência, se ele é realmente o pai. Nesse momento, entra em cena a provável avó paterna da criança, a quem cabe conferir se a criança pertence à sua família.

Assumir um filho para um pai e sua família significa dar sobrenome. Tal fato implica a criação de laços entre os envolvidos diretamente (pai, mãe e criança) e entre as famílias de um lado e de outro. Pina Cabral (2006), em um estudo preliminar sobre nomeação na Bahia,

reflete que o primeiro nome (ou nome próprio) transporta significados sobre a natureza individual da pessoa que o usa, podendo ser questionado ou até ser atribuído um caráter negativo a este. O autor lembra ainda que dar o primeiro nome pode representar uma tentativa de manipular a identidade do outro através dos significados que se atribui ao nome dado – por exemplo, tal nome significa força, outro significa doçura. Dar o primeiro nome é, ainda, uma possibilidade de “homenagear” alguém.<sup>19</sup>

Portanto, interessado na forma como, através dos nomes próprios, se estabelecem associações entre pessoas, o autor argumenta que, pelos nomes, se constitui família. No caso dos sobrenomes, estes são nomes de grupos e as implicações que têm para a pessoa que os porta tem mais a ver com a natureza do grupo do que com a referência semântica ao nome.

Fazer família pela nomeação de uma criança nos fornece um caminho interessante para entender o processo de reconhecimento de paternidade em Boa Vista. Em primeiro lugar, reconhecer um filho significa registrar formalmente, passo que tem um sentido importante para a mulher e sua família, pois garante, em certa medida, o prestígio da moça perante a sociedade. Afinal, se confirma que o homem a quem ela atribuía a paternidade de fato era o pai, retirando a dúvida sobre a sua fidelidade. Há inúmeras histórias em Boa Vista que versam sobre a paternidade, especialmente, enfatizando que uma dita mulher afirmava que o pai era A e a criança nascia com a cara de B. Ao contrário do que se pode pensar, o grande alvo de tais piadas não é a mulher (apesar da má reputação decorrente de tal evento), mas o suposto pai que acreditou ser o pai da criança.

Quando engravida, a mulher *dá a criança* a um homem. A depender da situação do casal, o homem irá tomá-la ou questionar a veracidade da afirmação da mulher. Nesta última hipótese, haverá um processo de negociação entre os envolvidos, processo geralmente conflituoso que deve terminar somente com o nascimento do bebê e a confirmação da paternidade pela categoria “parecer com”. Sendo a paternidade confirmada pela matriarca da família do rapaz, o homem reconhece a criança registrando em cartório, ou seja, dando seu sobrenome.

É aí que entramos no segundo aspecto importante do reconhecimento da paternidade: o sobrenome propriamente dito, que

é muito mais do que o registro. Para o pai e sua família, reconhecer é dar o sobrenome paterno, o nome da família do pai. Por exemplo, um filho de alguém que se chama Antônio de Souza Santos herdará o sobrenome paterno Santos, caso seja reconhecido. Isso significa que pertence aos Santos e será identificado formalmente como tal, independente das relações de proximidade entre eles. Tal fato é mais importante à medida que subimos nos estratos sociais e chegamos às famílias que constituem a elite boa-vistense. Dar o sobrenome significa, primeiro, que a criança também pertence ao grupo e terá alguns direitos; segundo, significa uma forte possibilidade de estreitamento das relações entre as mulheres das famílias envolvidas, especialmente as duas avós.

Para a família da mulher, significa que esta “tem um pai”. Assim como afirma Pina Cabral (2006) para o caso baiano, também na Boa Vista – um contexto em que as unidades sociais primeiras são as relações uterinas e tendo em vista que o casamento formal é apenas uma possibilidade entre tantas outras – observo que ter um pai e, sobretudo, um pai que assume a criança é um privilégio tanto para a mãe quanto para a criança. Não é um privilégio material, visto que assumir a paternidade não garante apoio econômico, ajuda na educação ou mesmo na proximidade entre pai e filho, mas é um privilégio simbólico, já que ter o nome do pai, neste caso o sobrenome, é marca de qualidade perante o modelo considerado ideal para os boa-vistenses.

Quanto à mãe, geralmente a quem cabe dar o primeiro nome, ela tem a possibilidade de fazer uma “homenagem” a alguém, podendo ser ao pai da criança ou algum outro parente da própria família ou da família dele. O nome dado pela mãe é, portanto, um meio tanto de criar vínculos com a família paterna como de reforçar os laços consanguíneos. Isso vai depender da qualidade das relações conjugais entre mãe e pai. Se o pai “merece”, esta é uma boa chance de homenageá-lo. No caso da Boa Vista, não podemos vincular a homonímia integral somente ao fator merecimento, mas também a uma estratégia de criar vínculo entre pai e filho que a mãe pode utilizar numa tentativa de aproximar o homem de seu universo.

Nos casos mais conflituosos, a homenagem pode ser transferida para algum homem da família materna, geralmente o avô materno, um tio ou outro parente que tenha dado apoio à mulher grávida ou em alguma outra fase de sua vida. Nestes casos, o homem que recebe a

homenagem deve cumprir algumas responsabilidades em troca do reconhecimento público que recebe. Seja pelo nome próprio ou sobrenome, o processo de reconhecimento de paternidade é mais uma forma de se “fazer família”<sup>20</sup> no sentido de *relatedness*. É preciso lembrar, ainda, nesse contexto, a importância de ter um filho homem, tanto para o pai quanto para a mãe que aguarda a criança.

O caso de Dina e Lucas ilustra meu argumento – um casal de jovens que mantinham uma relação às escondidas. Dina me conta que não eram namorados, pois ele tinha sua *pequena*. Encontravam-se de vez em quando e ela acabou por *pegar barriga*. Lucas, de início, negou a paternidade alegando que a moça não *andava* só com ele e não iria assumir filho de outro. O fato gerou uma crise que ocasionou a ruptura das relações entre as famílias envolvidas. As discussões se prolongaram até o nascimento do filho, que veio ao mundo com a *cara do pai*. A este só restou assumir a paternidade e registrar a criança, ou seja, dar-lhe seu sobrenome paterno. A tia de Dina contou-me que teve vontade de não permitir o registro, mas uma criança não pode “ficar sem o sobrenome de um pai, por pior que ele seja”. Em compensação, o nome próprio dado à criança foi o do bisavô de Dina, um “homem correto, de respeito e que nunca injuriou nenhuma de suas mães de filho”, segundo me contou a tia da moça.

A situação de Dina não é excepcional; ouvi e acompanhei de perto muitas histórias como essa e vi que o desfecho nem sempre se repete, não é recorrente que o pai assuma de imediato a paternidade formalmente, ou seja, dando o sobrenome à criança. Além disso, mesmo nos casos como o de Lucas, assumir a criança não garante proximidade, apesar de criar possibilidades para que isso ocorra. Quem toma conta da criança e assume a responsabilidade de fato, pelos seus cuidados e sustento, é a avó materna ou, mais raramente, a avó paterna.

Quando um casal tem um filho, raramente vão para uma casa em separado. Normalmente a mãe, junto com a criança, continua a viver com sua mãe ou família na qual foi criada, enquanto o pai permanece em sua casa. As relações de filiação, nesse caso, têm supremacia sobre a conjugalidade.

Nos casos em que o casal encontra-se numa idade mais madura, o caráter transitório das relações tende a ser menos frequente. Os casais vivem uma relação conjugal de fato, não formalizada pelo

casamento, mas vivendo juntos, ou, ainda que em casas separadas, visitam-se diariamente. Normalmente a mulher vai dormir com o *pai de filho* ou companheiro, mas passa o dia e afirma morar no que chama de *nos casa*, com os familiares imediatos.

Quanto maior a idade, mais comum é o discurso de busca pela tranquilidade e estabilidade conjugal por parte dos homens. Eles afirmam querer uma vida tranquila ao lado de sua *mãe de filho*. Apesar disso, é raro encontrarmos casais adultos que vivam numa situação formalizada pelo casamento legal. A forma mais comum de afetividade é a união de fato e o casamento legal é mais exceção do que regra.

A postergação do casamento formal geralmente está ligada à percepção de que é uma cerimônia cara e pouco importante. Porém, na prática, ele é sempre vislumbrado como possibilidade ou projeto, especialmente para as mulheres. Elas esperam casar e o momento em que o desejo se concretizará depende mais deles do que delas. Direta ou indiretamente, o poder de decisão é masculino. Era frequente ouvir as mulheres dizerem que estavam aguardando o homem se acalmar para formalizarem a união, pois casamento é coisa séria e é para a vida toda. Essa hora chega com a idade já avançada, quando os filhos já estão criados e os netos já circulam pela casa dos avós.

De acordo com o censo de 2000, de 328 mulheres chefes de família recenseadas, 163 se diziam solteiras, 42 em regime de união de fato e apenas 14 se declararam casadas. Este dado está em conformidade com minha experiência de campo, na qual pude entrevistar, observar e conversar com dezenas de mulheres e homens sobre esse tópico e verifiquei que a voz geral é a de que o casamento é visto como um “passo sério”, que exige responsabilidade e que é “para sempre”.

O casamento formal é um importante símbolo de prestígio, e ainda mais quando a cerimônia é realizada na igreja. Vemos, então, o modelo cristão, tão valorizado nesta sociedade como referência de vida ideal, sendo, finalmente, realizado pela formalização de uma relação conjugal que já perdura por anos. A raridade estatística dos casamentos formais não significa um distanciamento do modelo cristão do casamento. Pelo contrário, indica uma adesão plena a ele. As pessoas se casam formalmente só quando se sentem em

condições de seguir à risca o modelo, mantendo o casamento para sempre. Tais dados sugerem que vale mais a pena não se casar do que fazê-lo para depois romper tão importante laço.

O homem se casa quando está disposto a assumir a responsabilidade com a família, mesmo que já o venha fazendo de fato. Com o casamento formal, que implica coabitação, a mulher se sente segura. Essa é a fase em que o homem já está sossegado e mais presente no universo doméstico. Geralmente, é nesse período que ocorrem os casamentos religiosos, cerimônia organizada pelos filhos e netos que tende a comemorar os longos anos de união do casal. Foi assim com um casal de amigos, Nha Raimundo e Nho Justino. Quando completaram 25 anos vivendo juntos, os filhos organizaram a cerimônia de casamento na igreja para comemorar e oficializar a união. Ela me confidenciou que sempre quis casar-se, pois é religiosa, porém nunca tiveram condições econômicas para tal. E também não haviam se casado antes porque Nho Justino bebia muito e era *homem de sua paródia* (festa). Agora ele já havia cansado dessa *má vida de andar só com os companheiros* e estava mais sossegado, por isso resolveu se casar e fazer a festa que os filhos queriam.

O caso da Boa Vista não é diferente das outras ilhas caboverdianas e de várias sociedades caribenhas. Por exemplo, Edith Clarke, em seu estudo sobre a Jamaica (1979), afirma que a instabilidade é a característica central das relações conjugais nas sociedades crioulas, notando que nestes contextos sociais são institucionalizadas relações extrarresidenciais, não domiciliares ou de visitação, e com várias alternativas de padrão conjugal. Outra característica central é a de que a idade ideal para o casamento é elevada, sendo típico o casamento precedido por vários anos de coabitação. É normal que pai e mãe se casem depois dos filhos já crescidos e até mesmo quando já são avós. A autora ressalta ainda que são poucos os homens que têm somente uma união conjugal. A maioria está envolvida com duas ou mais, além de se envolverem numa série de encontros fortuitos.

Porém, ao analisar as fases pelas quais passam os relacionamentos conjugais, fica uma questão: em vez de aceitar a ideia de instabilidade, poderíamos nos questionar se o casamento adiado não significaria uma estratégia dentro de outra escala de prioridades.<sup>21</sup> O casamento na Boa Vista não teria, como em alguns

casos africanos, um caráter processual?

Para esclarecer tal ponto, proponho voltar à análise do casamento Tallensi feita por Fortes (1969), em que ele demonstra que as uniões são instáveis nos estágios iniciais. Um jovem raramente fica permanentemente com sua primeira noiva e as moças veem seu primeiro casamento como um experimento, exceto nos casos em que o marido é mais velho ou o casamento é fruto de uma negociação. Homens maduros dizem não se lembrar de todas as mulheres que tiveram. Apesar de a ideia de casamento não ser de um laço eterno para os Tallensi, muitos casais ficam juntos para a vida. Em seu esforço por entender o casamento africano, Radcliffe-Brown (1952) afirma que não devemos pensá-lo como um evento ou uma condição, mas como um processo em desenvolvimento.

Diante destes exemplos, arrisco dizer que as relações conjugais na Boa Vista podem ser menos instáveis do que aparece no discurso de meus informantes. A instabilidade como fator negativo surge, então, como um choque entre as práticas locais e um modelo ocidental, que, conforme Pina Cabral (2003), funde filiação, conjugalidade e residência para a constituição da família. Diante de um modelo ideal que valoriza a perspectiva ocidental-cristã, o universo local aparece como disfunção. Na minha análise, percebo que, assim como as formas tradicionais africanas, o casamento aqui é progressivo, resultado de um processo de negociações longo e dividido em fases. Diferentemente do caso de Clarke, o que temos aqui não é instabilidade, mas processo.

Na explicação local, o casamento e outras formas de união não podem ser vistos como formas alternativas de associação conjugal em que o indivíduo é livre para escolher. Enquanto a união de fato é um tipo de arranjo que não envolve um laço conjugal seguro ou uma relação bem definida de parentesco, o casamento legal é visto como um passo sério que exige responsabilidade de ambas as partes. O casamento ocorre, então, como o último estágio de uma associação que antes tomou outras formas: primeiro de casos fortuitos (com ou sem filhos), depois, uniões de fato e, finalmente, o casamento. Este último funciona como uma indicação de que foram preenchidas as condições econômicas e sociais para tal. O casamento é o sinal de que as partes contratantes se aprovaram a ponto de se submeterem ao risco de mudança de *status* e da responsabilidade que o casamento implica. Esse tipo de união marca o fim de uma livre

associação que pode, teoricamente, ser dissolvida a qualquer momento. Na concepção das mulheres, só se deve casar depois que o homem “para de andar por aí” e “senta a cabeça” em casa.

Porém, antes que chegue esse dia, elas percorrem um longo caminho marcado pelos conflitos gerados por relações paralelas entre seus *pais de filhos* e outras mulheres, o que vou chamar aqui de *casos*.<sup>22</sup> É comum que os homens mantenham casos com outras mulheres além daquela com quem residem ou mantêm uma relação mais duradoura. Essa mulher, que poderia ser denominada de *fixa*, neste complexo emaranhado de relações instáveis que os homens contraem, é a chamada *mãe de filho*. Isso não significa que ele não tenha outras *mães de filhos*, e sim que essa foi a primeira com quem o homem manteve uma união informal, seja de coabitação ou não.

O fato de o homem querer ter mais de uma mulher é visto por todos como algo inerente à sua natureza. Acredita-se que o desejo sexual masculino os torna predestinados a múltiplos relacionamentos. Cabe às mulheres o lamento, enquanto eles defendem o direito de ter uma vida *sab* (boa, agradável, alegre, gostosa). Ter uma vida *sab* é mais do que ter um prazer individual, é um estilo de vida altamente valorizado pelos homens. Está ligado à noção de virilidade, um importante símbolo para a construção da masculinidade. Nos bares ou nas rodas de amigos, os homens sempre falam de sua boa potência sexual, de suas conquistas e de como se saíram de situações conflituosas entre duas ou mais mulheres.

O costume de *ter casos* gera comentários positivos e negativos, a depender de quem fala. Para o homem, é por meio dessa prática que ele ganha prestígio entre seus companheiros. As mulheres veem este costume com ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que os *casos* masculinos são fontes de conflitos, e devem ser evitados, é também um evento esperado.

Em certa medida, essas relações rapidamente se tornam públicas por meio dos comentários, que variam entre a aprovação e a repreensão – tudo depende de como se efetiva a traição.<sup>23</sup> Isso fica muito claro no relato de Sônia, que vive há 18 anos com o *pai de filho*. Em uma de nossas conversas sobre o comportamento dos homens boa-vistenses, ela se diferencia das outras mulheres dizendo que nunca passou pela situação de ver o seu homem com outra *pequena*.

Afirma nunca ter admitido essa falta de respeito: de homem passar

na sua frente ou andar na rua com outra mulher. “Ele faz das suas porque todo homem faz, mas faz bem-feito, bem escondido, pois até hoje nunca peguei. Já ouvi falar, mas ver, nunca vi. Enquanto for assim está tudo bem, tudo dentro do respeito.”

Sónia não foi a única que me fez esse tipo de afirmação, que é mais frequente quando as mulheres mais maduras comparam os tempos antigos com os tempos de hoje. “Antigamente” se refere ao tempo em que os homens tinham outras *pequenas* e até famílias, mas era tudo “dentro do respeito”, ou seja, não “esfregavam a outra na cara de sua família.” Segundo elas, hoje as coisas mudaram muito e ninguém tem mais respeito, hoje estão com uma, amanhã já aparecem com outra passeando pela praça, para todos comentarem. É interessante notar a grande preocupação com os rumores que a traição pode causar, e não com o fato em si. Como afirma Sónia, “trair todo homem trai, o importante é que seja com respeito.”

De fato, as traições e os conflitos entre rivais são assuntos preferidos nas rodas de conversa entre mulheres e homens. Tenho inúmeros relatos de brigas, flagrantes e casos de agressão entre rivais, inclusive de casos que chegaram à polícia. Os relatos variam no que concerne à natureza das relações: casos esporádicos, jogos de conquistas e até de dupla residência. As mulheres enviam recados e ameaças àquelas que *invadem* sua relação com o companheiro. Caso o aviso não resulte no fim dos boatos, elas chegam às vias de fato. As informações sobre o suposto caso circulam por intermédio das *faladeiras* (fofocas) e a rivalidade ganha maiores proporções à medida que esses rumores ganham ampla circulação, o que no plano dos rumores significa credibilidade. Em situações de suspeita, as mulheres, parentes e amigas partem para um processo de investigação que pode durar um longo período.

Todo o esforço se resume a afastar a rival de seu companheiro, na tentativa de que a relação não perdure e, principalmente, não gere filhos. Há um receio explícito de que ela seja trocada pela outra, talvez por isso a preferência de que o caso seja às escondidas, pois esse é um sinal de que o homem não pretende assumir a outra *pequena*. Por outro lado, quando o caso se torna público, a mulher é pressionada a tomar uma atitude, seja enfrentando a rival (fisicamente se for necessário) ou terminando a relação com o *pai de filho*.<sup>24</sup> Na maioria dos casos, os homens que mantêm relações com muitas mulheres afirmam que jamais admitiriam o mesmo comportamento de sua

parceira e nunca brigariam por causa de uma mulher.

## **ESTRATÉGIAS FEMININAS**

Nesse universo de mobilidade masculina, quais as estratégias utilizadas pelas mulheres no sentido de manter um controle mínimo sobre a relação conjugal? É comum encontrarmos na literatura sobre conjugalidade cabo-verdiana a interpretação de que a capacidade do homem de prover a casa e os filhos é um fator importante na manutenção de uma relação conjugal. Porém, na Boa Vista, esse não é um fator que coloque a relação em questão. São comuns os casos de mulheres que mantêm o relacionamento com um homem que não a suporte emocional e economicamente. Quando perguntava por que manter uma situação de conflitos e definida por elas mesmas como humilhante, a resposta era sempre a mesma: a mulher é fraca, tem espírito fraco.

Ser fraca não quer dizer que seja dominada ou não tenha poder em todos os sentidos da vida. Ser fraca significa que ela é a parte débil da relação entre os sexos. Assim como acontece com a masculinidade poligínica, a debilidade é construída e percebida como algo inerente e inevitável no universo da mulher. A sexualidade feminina predispõe a mulher a ser inapta/incapaz de resistir a uma conquista masculina. Além disso, há a noção de que os homens são todos iguais e que um bom companheiro é raro. A saída pode ser dupla: não ficar com ninguém, pelo menos alguém fixo, ou permanecer com o mesmo, pois “não adianta trocar”.

Como vimos ao tratar da importância do reconhecimento paterno, o nascimento de uma criança é, às vezes, uma estratégia para assegurar o apoio do homem. É comum que a mulher engravide numa tentativa de criar um sentido de obrigação mais forte por parte dele. Isso frequentemente não dá certo e ela acaba por ter vários pais de filho ao longo da vida, tendo que sustentar a todos sem o apoio constante do homem.

Eu e Hercules *já temos* há 20 anos, nunca vivemos juntos na mesma casa porque ele *já tinha* com Lina quando eu cheguei (na relação). Nós engravidamos mais ou menos na mesma época, porque a primeira filha deles tem seis meses de diferença de meu filho. Mas a família dele fez pressão, pois eram vizinhos e tinham uma relação de parentes. Logo ela veio ficar grávida de novo, foi viver na casa da família dele e assim vivem até hoje. Eu não sou de confusão e por isso *nunca me meti* no meio deles, para mim está bom assim. Não foi porque ela chegou primeiro do que eu, não, porque chegamos juntas, mas foi porque ela usou de esperteza e acabou arranjando três

filhos dele, aí ele não tinha como escapar e acabou vivendo junto com ela. Mas nunca fiquei sem homem, ele sempre esteve presente quando precisei, apesar de que nunca deu muita coisa para o filho. Agora as outras que querem se meter eu não deixo, não, brigo mesmo, porque elas já me encontraram aqui e não vou dar o que é meu assim tão fácil, são 20 anos juntos, não é qualquer *pixinguinha* (prostituta) que vai tomar conta não.

A vantagem de ser primeira *mãe de filho* em relação às outras está no fator tempo. É importante o argumento de que ela *já estava* quando as outras chegaram. Esses dois fatores dão a ela um “direito” sobre o homem que se expressa concretamente no fato de ela poder brigar por ele. Porém, isso não garante a estabilidade da união, pois o homem pode, a qualquer momento, abandonar a *mãe de filho* e estabelecer uma relação *fixa* com outra mulher.

Os exemplos que observei apontam para a perspectiva de que a *primeiridade* é um fator favorável à estabilidade da relação. A infidelidade incomoda e é fonte constante de brigas entre as mulheres rivais. Muitas vezes, gera conflitos entre o casal e a mulher ameaça abandonar o companheiro, mas isso dificilmente ocorre. O mais comum é, por um lado, o sentimento de que já foi investido muito tempo na relação e, por isso, se tem o direito de querer conservá-la. Por outro, há a sensação de impotência ou fraqueza própria das mulheres. Elas sentem que não conseguem se desvincular de um relacionamento que já dura um período considerável, já gerou filhos, e justificam que, se deixarem o *pai de filho*, vão arranjar outro que lhes fará igual ou pior, por isso ficam onde estão e evitam ter um filho de cada pai. Outra razão levantada para explicar por que mantêm a relação está relacionada ao fato de que ele circula com outras, mas sempre volta. Creio que é aí que reside todo o conflito entre rivais, no receio de que ele opte por uma relação mais estável com a outra e a abandone.

Um fator importante é a pressão familiar para que o homem permaneça com a *mãe-de-filho* da qual se é parente ou vizinho. Como já ressaltai, é comum encontrarmos casais que sempre viveram como vizinhos, namoraram desde crianças e hoje mantêm uma relação estável. Nesses casos, não é só o fator tempo que entra como facilitador da estabilidade, mas também a proximidade das casas. O fato de *residirem perto* gera um vínculo tal entre as famílias, que fará dessa mulher a parceira preferencial e vice-versa. Quando qualquer outra ameaça essa relação, ocorre uma mobilização familiar no

sentido de afastá-la.

## PROXIMIDADE E DISTÂNCIA

O objetivo central deste capítulo foi fornecer ao leitor um quadro amplo das relações familiares na Boa Vista. Nesse exercício, busquei trazer questões clássicas da antropologia – organização familiar, relações de parentesco, conjugalidade e filiação – mais próximas à percepção local do que é “ser relacionado”.

Outros autores (Akesson, 2004; Carsten, 2000; Parreñas, 2005; White, 2004) têm seguido a mesma linha analítica adotada aqui. O termo *relatedness* foi cunhado por Carsten (2000) na tentativa de se afastar da discussão da oposição entre biológico e social que pairava sobre boa parte dos estudos antropológicos do parentesco. A autora sugere uma mudança no vocabulário e propõe empregar a noção de *relatedness* como alternativa ao termo “parentesco” e “para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão” (2000, p. 4). Tal abordagem nos permitiria dar a devida atenção às formas de *relatedness* locais para além do sangue, do sêmen e do leite materno – nos remetendo a substâncias compartilhadas que criam o tipo de relação profunda e duradoura normalmente associada à esfera de parentes.

Porém, a autora não se mostra plenamente satisfeita com essa nova noção. Segundo ela, “o problema óbvio que a noção traz é o de que, se usada num sentido restrito, somente para exprimir relações fundamentadas em conexões genealógicas, cairá no mesmo problema que o conceito de parentesco, e se for usada em um sentido mais geral e que atravesse outros tipos de relações sociais, pode se tornar tão ampla que corre o risco de cair num vácuo analítico” (Carsten, 2000, p. 5). Entretanto, ela afirma que por meio da concepção de *relatedness* podemos dar conta de perceber que os laços pré-definidos pelo sangue, em determinadas situações sociais, não definem o sentimento de proximidade, pois esta se encontra em contínua construção no cotidiano de partilhar, cuidar ou “viver junto”.

Inspirada por essa discussão me aproprio da noção de *relatedness* para entender as relações familiares na Boa Vista. Acredito que tal noção se aproxima da ideia de “construção de proximidade” de que tento dar conta no presente trabalho. Como busquei demonstrar, os laços de proximidade são criados pela procriação e por relações de sangue, mas também por atos e relações cotidianas. Os estudos de

Carsten e de outros me chamaram atenção para a importância de diversos tipos de relações que não estão baseadas em laços de procriação e a ferramenta analítica que me ofereceram foi fundamental para entender as relações de vizinhança, o conceito amplo de família, o empréstimo de crianças e as formas de organização da casa na Boa Vista.

Porém, a realidade boa-vistense se impôs e me fez ir além, mostrando que a proximidade não está restrita aos laços de sangue; ela também não existe só nas relações de convivência diária. Meus dados sugerem que o sentido nativo de “estar junto” vai além da presença física dos membros da família em um mesmo espaço, e requer o cumprimento de um conjunto de obrigações, mesmo quando se está longe.

Só entendendo a perspectiva de proximidade e distância pelos sentidos nativos de partilha de substância e experiências é que podemos compreender como são construídas as relações entre mulheres emigrantes e seus familiares. Pela análise da organização familiar em situação de emigração feminina, veremos que, apesar da distância espacial e temporal que se estabelece entre as emigrantes e seus familiares, há um esforço no sentido de combinar elementos que criam o sentimento de pertencimento, de “estar ligado a” e de reprodução do sistema de relações características da Boa Vista – um sistema baseado na ajuda mútua, na solidariedade e no cumprimento de obrigações em reciprocidade.

---

<sup>1</sup> Mesmo se consideramos as influências de um modelo ocidental ideal em Cabo Verde como um todo e as tensões que decorrem de tal influência.

<sup>2</sup> Akesson (2004) também identifica essas duas noções de família em São Vicente.

<sup>3</sup> As palavras e/ou categorias da língua crioula encontram-se em itálico e serão esclarecidas e/ou analisadas no decorrer do trabalho.

<sup>4</sup> A autora usa a categoria *relatedness*, que pode ser traduzida como “ser relacionado a” (Pina Cabral, 2005).

<sup>5</sup> É certo que tal imagem é idealizada. Quando os contatos ficaram mais próximos, de forma que comecei a entrar no campo das confidências, uma pintura mais complexa emergiu. Nas relações familiares, há uma realidade dinâmica e complexa que, ao mesmo tempo em que é marcada por relações de cooperação, é um campo de hierarquia e competição. Isso se estende para a comunidade em geral.

<sup>6</sup> Tratarei deste aspecto da organização familiar em um tópico distinto, ainda neste capítulo.

<sup>7</sup> Esses são os termos comumente utilizados para se referir àquele ou àquela com quem ego teve um filho. Além disso, quando o casal mantém uma relação conjugal, esse é o termo que se usa para se referir ao companheiro ou companheira, *meu pai de filho* ou *minha mãe de filho*.

<sup>8</sup> Em crioulo, a palavra *mariado* pode significar tanto estar com mal-estar, enjoo quanto se referir a uma pessoa que não age corretamente, como na citação em questão.

<sup>9</sup> Em um ano eleitoral, por exemplo, é comum que a “fila” de pessoas interessadas em comprar um terreno da Câmara Municipal diminua consideravelmente.

<sup>10</sup> Cobrir a casa é um evento importante na vida do indivíduo: é um dia de festa (tradicionalmente a cobertura era feita com mutirão) e é um símbolo fundamental de responsabilidade. Significa ter um teto, ou seja, que o indivíduo tem o seu lugar.

<sup>11</sup> Sua coletânea (Smith, 1996) reúne trabalhos sobre o tema publicados ao longo de décadas. Seus primeiros trabalhos datam de 1956 e seguem ao longo dos anos 1960 e 1970 tratando sobre temas como gênero, classe, parentesco e raça em sociedades afro-americanas.

<sup>12</sup> As pesquisas antropológicas têm mostrado que existe uma grande diversidade de dinâmicas familiares, mesmo no que chamamos de mundo moderno (ver Boyer, 1964; Clarke, 1979; Fonseca, 2004; Little, 1975; Parreñas, 2005; Smith, 1996). O mito de que as práticas familiares iriam coincidir com um único modelo de conjugalidade que caracteriza a família nuclear e monogâmica foi abandonado e as pesquisas sugerem, hoje, que não existe um padrão universal de família.

<sup>13</sup> Entretanto, as diferenças também são importantes e não devem ser esquecidas. Trajano Filho (2005) defende que por detrás das semelhanças com as culturas da diáspora, do complexo cultural do Caribe ou do mundo atlântico, a formação social que surgiu nas ilhas de Cabo Verde está fundamentalmente ligada às sociedades da costa da África Ocidental por semelhanças estruturais de duas ordens. Primeiro, compartilhou durante muito tempo uma estrutura de reprodução social com os aglomerados mestiços nas margens dos rios da Guiné. Segundo, por compartilhar atributos estruturais da cultura política das sociedades africanas, ligados à formação e à reprodução das unidades sociais.

<sup>14</sup> Devo salientar que a mulher em questão não precisa ser necessariamente a mãe biológica e, como veremos mais adiante, muitas vezes não é. Quando eu tratar desse assunto, ficará mais claro ao leitor a centralidade da *rede de solidariedade* entre mulheres para esse tipo de organização familiar.

<sup>15</sup> De acordo com o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, no ano de 2000, dos 1.105 agregados familiares recenseados, 777 eram chefiados por homens e 328 por mulheres. Da mesma forma, em um levantamento feito por mim na Vila de Sal-Rei, em cerca de 200 unidades domésticas, as mulheres se denominaram como chefes do agregado em apenas 68 das unidades questionadas.

<sup>16</sup> Na Boa Vista, muitas famílias ainda possuem pequenas criações de porcos ou cabras, por isso os restos alimentares são guardados em um recipiente (balde) que deve ser depositado ao fim de cada dia no local onde os bichos se encontram, para que eles se alimentem. Nos casos de família que não possui criação de bichos, os restos são enviados a algum parente ou vizinho que tenha algum animal ou são depositados no mar.

<sup>17</sup> Apesar de sua ampla inserção na vida comunitária, há dois momentos da sociabilidade que lhes são interditados, situações de doença e morte. As casas de doentes graves ou a casa do morto são os únicos lugares na Boa Vista em que não encontramos crianças. Essas visitas têm um forte caráter de obrigatoriedade e formalidade. Há pouca conversa, muita bebida e comida e uma atmosfera quieta. A criança não é bem-vinda nesses eventos.

<sup>18</sup> Utilizo “circulação de crianças” aqui no sentido do inglês *foster children*. Adoção não é a categoria adequada no caso boa-vistense, visto que a circulação de crianças não tem um caráter formal ou fixo.

<sup>19</sup> Homenagem é, no caso estudado por Pina Cabral (2006), uma categoria nativa. O ato de homenagear alguém não se restringe ao primeiro nome, podendo tomar outras formas, como a formação de um nome pela combinação de sílabas dos nomes dos parentes homenageados.

<sup>20</sup> Há ainda outras possibilidades de se fazer relação pela nominação: os apelidos ou *nominhas* e os tecnonímios (Fulano de casa de fulana ou cicrano de beltrana).

<sup>21</sup> Woortmann (1987), em sua obra *A família das mulheres*, também não compra gratuitamente a noção de estabilidade e instabilidade para definir famílias de camadas populares em Salvador. Tais noções, segundo o autor, não são de fácil determinação.

<sup>22</sup> Optei por utilizar esse termo porque é bastante difícil encontrar outro termo que equivale à expressão crioula “ter com fulano(a)”.

<sup>23</sup> Essa é uma categoria usada frequentemente pelas mulheres ao se referirem aos casos que os companheiros têm com outras mulheres.

<sup>24</sup> Isso raramente acontece de fato, o máximo que presenciei foram ameaças ou separações temporárias. Geralmente, a disputa ocorre entre as duas mulheres, o homem sendo apenas o pivô do conflito. Porém, nos escassos relatos que tenho de mulheres que tomaram uma atitude, elas passaram a ser uma referência de como a mulher deve agir com um homem que a desrespeita.

## EMIGRAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE VIDA MELHOR

Neste capítulo, apresento uma análise da emigração feminina da ilha da Boa Vista, suas práticas e significados. O conhecimento sobre quem, por que, quando e como se deixa a terra é decisivo para entender a complexidade e a amplitude desse fenômeno em Cabo Verde e fundamental para nosso entendimento da vida familiar na ilha (ver o quarto capítulo).<sup>1</sup> Pela análise das práticas de emigração, percebemos como a mobilidade é um valor importante nessa sociedade. Por intermédio dela, teremos a dimensão do significado de ser e ter um emigrante no seio familiar. Para isso, exploro a emigração feminina mais em sua prática do que nas ideias sobre a emigração, ou seja, estou interessada na experiência local e diária do significado de deixar a ilha ou nela permanecer. Pretendo mostrar que as estratégias de emigração são, realmente, negociações que envolvem diversas pessoas, todas desempenhando um papel importante e podendo contribuir para o sucesso ou o fracasso de um projeto emigratório que é individual, mas tem obrigações coletivas.

Este caráter, ao mesmo tempo, individual e coletivo do processo migratório em Cabo Verde pode trazer reflexões interessantes, que não serão esgotadas neste trabalho. Se, por um lado, as mulheres que emigram justificam sua saída com base nas necessidades familiares, por outro, desenvolvem valores individualistas expressos na conquista de um novo *status* social e de independência financeira, na ideia de sacrifício pessoal, nas roupas que usam e na experiência individual de ter vivido em outro mundo.

Por ora, cabe lembrar que as práticas em torno da emigração estão associadas a um processo social e histórico no qual elas são reproduzidas. Quando os cabo-verdianos emigram, estão partilhando um sistema complexo de valores, ideias e percepções sobre o que significa emigrar. Porém, o indivíduo não é um mero reproduzidor desse sistema. Os desejos individuais de emigração não são somente produtos da história. Ao optar por sair, ele lança mão de experiências de vida, ações e entendimentos que fazem do fenômeno migratório um processo multifacetado, que varia no tempo e no espaço.

Argumento que, assim como os homens, as mulheres partilham do *ethos* da emigração como algo que é, a um só tempo, natural e

necessário. É importante chamar atenção para este aspecto porque, como salienta Carling (2004), desde a década de 1970, a emigração feminina tem se tornado importante no arquipélago, porém pouca atenção tem sido dada à saída de mulheres nos estudos sobre o tema. Homens e mulheres emigram de Cabo Verde, trabalham e têm responsabilidade social para com suas famílias. Ambos têm aspirações com relação à vida no exterior e emigram em busca de melhores condições de vida e tal fenômeno influencia a vida local de formas diferenciadas.

Acrescento ao argumento de Carling (2004) que a saída das mulheres não é apenas consequência de mudanças na ordem migratória internacional. Tal movimento se desenvolve no contexto de transformações importantes nessa sociedade e não deve ser analisado apenas como uma variação dos diversos tipos de emigração. Mulheres e homens emigrantes têm uma atitude ou um compromisso diferenciado com aqueles que ficam. É essa diferença que exploro neste capítulo, a partir da análise do contexto migratório em Boa Vista.

Antes de prosseguir, é importante inserir o movimento migratório de mulheres cabo-verdianas em um contexto teórico mais amplo. A coletânea *Global woman*, publicada em 2002, teve o importante papel de sistematizar discussões sobre os contextos das migrações de mulheres na contemporaneidade. Na introdução ao volume, as autoras fazem o diagnóstico de que temos ouvido pouco sobre o fluxo de mulheres nas teorias da migração, sobre o crescente deslocamento de milhões de mulheres de países pobres para países ricos, onde elas trabalham como babás, empregadas e às vezes como trabalhadoras do sexo. Essas trabalhadoras migrantes cruzam o globo no sentido sul-norte, geralmente, deixando seus filhos sob os cuidados das avós, irmãs ou outros parentes em seus lugares de origem.

O diagnóstico de que tem havido um aumento da participação de mulheres nos fluxos migratórios internacionais e de que tal fluxo coloca questões significativas para as teorias sobre migrações também tem sido incorporado no contexto brasileiro.<sup>2</sup> O fato é que, tradicionalmente, os estudos migratórios não problematizavam a questão de gênero. Geraram-se visões cristalizadas e homogeneizantes do migrante como uma categoria amorfa e sem distinções internas que fossem relevantes para pensar os processos

de inserções, por exemplo, nos mercados de trabalho dos países receptores.

Esforços recentes têm sido empreendidos no sentido de incluir o gênero como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, com outras categorias, como classe, geração e etnia, configura as oportunidades de mulheres e homens migrantes. Ao partilhar dessa perspectiva, observamos um crescente número de estudos,<sup>3</sup> centros de pesquisa e congressos científicos que analisam e debatem os fluxos de mulheres privilegiando as discussões sobre rearticulações das relações familiares e de gênero nesses processos.

Realizando uma retrospectiva histórica do processo migratório do Terceiro Mundo para o Primeiro observa-se que, ao contrastar com o período de 1950 a 1970, os anos 1990 têm como marca uma “feminização da emigração”. Apesar de os padrões de emigração serem diferentes em cada região, tem acontecido que o número de mulheres emigrantes, para a surpresa de muitos países “enviantes”, tem superado o número de homens, fato que traz um conjunto de discussões teóricas e políticas. A primeira questão que surge é sobre as especificidades deste fluxo.

Se, por um lado, o movimento de mulheres parece obedecer às mesmas lógicas e características da emigração masculina – a maioria vai do sul para o norte do globo, de países pobres para países ricos, e geralmente segue fluxos migratórios já característicos dos lugares de origem –, por outro lado, estudiosos têm demonstrado que a saída das mulheres causa grandes impactos e transformações na sociedade: nas relações de gênero, nos padrões econômicos, na demografia, nos processos de reprodução, nas esferas da sexualidade e no universo dos afetos. Tais impactos seriam fundamentais, por exemplo, na vida dos filhos deixados no país de origem e criados por outras mulheres.

Ainda falando das especificidades da emigração feminina, muitos países incentivam as mulheres a emigrar em busca de trabalho, considerando que elas são mais fiéis do que os homens no envio de remessas para as famílias que ficam. Em geral, a mulher envia para casa mais da metade do que ganha. Essas remessas têm um impacto significativo na vida das crianças, do país, do irmãos e dos parentes em geral – assim como nos “caixas” dos governos de seus países. Por outro lado, é crescente a discussão sobre os impactos

psicológicos e sociais que a saída de mulheres-mães ocasiona nas vidas de crianças e jovens. Tal fluxo é associado com frequência aos crescentes índices de delinquência juvenil, mau aproveitamento na escola e distúrbios psicológicos observados pelas políticas locais. Em última instância, o deslocamento de mulheres se liga, numa relação de causa e efeito, ao discurso de uma desestruturação familiar que preocupa os Estados nacionais.

Apesar da tentativa de superar a perspectiva presente nos estudos das migrações até a década de 1970, uma perspectiva que era cega em relação às diferenças de gênero, classe e etnia, os estudos recentes ainda guardam um conjunto de desafios. Talvez o maior deles seja o de superar a cumulação entre as categorias “sexo” e gênero, entendendo que não se trata apenas de ressaltar a participação de mulheres nos contextos migratórios, mas de contemplar a perspectiva de gênero. Desde o momento da partida, a escolha de quem vai emigrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno – todos esses eventos ocorrem de maneira articulada com redes de relações que envolvem gênero, parentesco e geração. Só partindo dessa perspectiva, os estudos das migrações passarão a lançar um novo olhar sobre os povos em movimento.

## **A SAÍDA DAS MULHERES**

A ideia da emigração é um fato inevitável na vida de qualquer cabo-verdiano. Com uma história de constantes emigrações, sucessivas gerações de cabo-verdianos têm crescido vendo a circulação ou mobilidade como uma parte intrínseca de sua vida. Dizem-se acostumados com as partidas e chegadas e afirmam que o sentimento de saudade já faz parte do ser cabo-verdiano. Ao mesmo tempo em que a saída do país é associada à separação, à saudade e ao sacrifício, os cabo-verdianos encaram de forma positiva sua abertura ao outro e ao contato com o *mundo lá fora*. Desta forma, a história de emigração, através do tempo e do espaço, não só tem orientado o cabo-verdiano a continuar procurando um futuro melhor no estrangeiro, mas também solidificou os laços com o mundo exterior às ilhas (Carreira, 1983).

Apesar de ser amplamente discutido na literatura sobre Cabo Verde, o fenômeno migratório quase sempre foi tratado como exclusivamente masculino. Segundo Monteiro (1997), somente nos anos 1980 é que os estudos começaram a contemplar as mulheres no

quadro do desenvolvimento migratório e a perceber que um número crescente delas emigrava sozinha, com motivações e objetivos diversos. Tais estudos chamam atenção para o fato de que “a emigração feminina não se limita a melhorar o nível de rendimento da família, mas contribui para veicular certas aspirações de melhoria da condição das mulheres nas comunidades de origem” (Monteiro, 1997, p. 382). Na visão do autor, influenciadas por um fluxo inicial bastante tímido nos fins dos anos 1950, cada vez mais mulheres decidiram emigrar, especialmente para a Itália, iniciando um processo com características específicas.

As primeiras emigrantes para a Itália de que se tem notícia são provenientes da ilha do Sal e foram levadas por funcionários da empresa aérea Alitalia para trabalharem como empregadas domésticas ainda em 1957. Porém, o início do fluxo se deu em 1963,<sup>4</sup> com a ida de moças que frequentavam o seminário de São Nicolau, intermediadas por padres capuchinhos. Estes, em contato com pessoas em Roma e outras cidades, arranjavam trabalhos domésticos em famílias da média burguesia italiana para moças que frequentavam o seminário participando do coral e da catequese. Assim, os sacerdotes ajudaram um pequeno grupo a sair de sua terra em busca de trabalho no exterior. Por sua vez, as primeiras emigrantes logo começaram a chamar suas irmãs, primas e amigas dando início a uma rede de mulheres ligadas por parentesco ou laços de amizade (Monteiro, 1997).

Com a dinâmica e o crescimento dos fluxos verificados a partir da década de 1970, começam a chegar mulheres de outras ilhas, especialmente, São Vicente e Boa Vista, com um perfil diferente do perfil daquelas levadas pelos padres. Muitas delas já eram *mães de filhos*, oriundas de famílias com poucos recursos econômicos, que buscavam trabalho não só para o sustento dos pais, irmãos e demais familiares, mas também dos próprios filhos que haviam deixado em Cabo Verde (Monteiro, 1997).

Uma vez na Itália, as mulheres trabalhavam e viviam nas casas onde eram empregadas. Este regime interno não lhes dava chance de abrir possibilidades de outros trabalhos ou de levar filhos e companheiros para se juntar a elas. Ainda assim, Monteiro nos fala de algumas mulheres que conseguiram abrir as portas para parentes masculinos que chegavam à Itália com vistos de turismo, vindos de outros países europeus. Muitos buscavam uma parceira legalizada

com a qual pudessem casar e regularizar sua situação.

A gravidez era um problema para tais emigrantes. Algumas emigravam grávidas e não eram aceitas pelos patrões. Há relatos de que era necessário esconder deles o fato de ser *mãe solteira*, sob risco de perda de trabalho. Em caso de gravidez na Itália, com a falta de alojamento e o tipo de inserção laboral no setor doméstico, essas mulheres se viam obrigadas a levar os filhos nascidos na emigração para o país de origem, confiando-os aos familiares que estavam em Cabo Verde.

“Naquela época, a sociedade italiana, ainda muito atada a certos preconceitos, atribuía ao conceito de *mãe de filho* uma conotação pejorativa, depreciativa. Era encarado como uma via para a prostituição, quando, em Cabo Verde, essa era e continua a ser uma figura *normal*” (Monteiro, 1997, p. 345 grifos meus). Como veremos a seguir, a separação entre mães e filhos, laço central no contexto cabo-verdiano, marca diferenças importantes no processo migratório feminino, tanto com relação aos retornos periódicos e/ou definitivos quanto no que diz respeito à quantidade e à continuidade das remessas financeiras enviadas.

## **BOA VISTA**

Conheci Dona Teodora em meus passeios de fim de tarde na Praça de Sal-Rei, aonde levava meu filho para brincar.<sup>5</sup> Costumava ver aquela senhora de cerca de 60 anos, sempre muito bem vestida, perfumada, maquiada e com um ar de certa superioridade. Nossa interação começou de forma tímida, com diálogos corriqueiros sobre as crianças, fatos da rotina da vila, da política, entre outras coisas. Logo descobri que ela era ex-emigrante, já aposentada na Itália e vivendo agora na Boa Vista. Conteí a ela sobre meu trabalho e, com muita simpatia, ela se dispôs a me ajudar falando sobre sua trajetória de vida.

Dona Teodora foi para Itália nos anos 1960 e lá passou mais de 30 anos. Vê com prestígio o fato de ter sido a primeira boa-vistense a seguir para a emigração e de ter iniciado o caminho para todas estas mulheres que agora lá vivem. Ela emigrou com a ajuda de um primo que vivia em São Vicente e que, percebendo seu esforço, prometeu tirá-la daquela *miséria de vida*. O elo era uma senhora que ele conhecia na Itália e que procurava duas empregadas crioulas. Foi assim que Dona Teodora e uma amiga da Boa Vista seguiram para

Nápoles. Chegando lá, encontraram mulheres de outras ilhas (Sal, São Vicente e São Nicolau), mas elas eram as primeiras oriundas da Boa Vista. Conta que naquela época era muito fácil emigrar (*bastava só um bilhete de identidade e pronto!*) e que, como as amigas de suas patroas gostavam de seu trabalho, pediam mais moças cabo-verdianas. Uma foi chamando a outra e assim o fluxo foi crescendo.

Dona Teodora bate com orgulho em seu peito e diz: “quem começou tudo fui eu, eu mesma. Chamei Isabela e depois chamamos todas as outras. Primeiro, era só Nápoles e Roma, agora já tem boavistense em todos os cantos da Itália, até em Milão, onde a vida é muito dura por causa do frio”. As cabo-verdianas tinham boa fama entre as patroas e quem trabalhava bem não tinha dificuldades. *Para quem tem cabeça, a emigração vale a pena. É duro, mas com trabalho se tem a chance de construir uma boa vida.*

Dona Teodora, entre outras, vem mostrar que o ciclo migratório na Boa Vista teve influências da emigração feminina do Sal e de São Vicente num primeiro momento, mas depois ganhou força própria por intermédio das redes de solidariedade entre mulheres e parentes. Todos os relatos informam sobre a facilidade de emigrar na década de 1970 e a demanda das patroas italianas por mulheres cabo-verdianas. Porém, é preciso lembrar que tal facilidade para emigração, presente em seu discurso, precisa ser contextualizada. É certo que não havia, nos anos 1960, restrições tão duras à emigração como hoje em dia nos países europeus, porém, este era o tempo de Portugal colonial, onde obter um passaporte e mesmo uma autorização para viagem não era coisa fácil. O discurso da facilidade para emigrar deve ser visto, então, como um juízo, uma idealização do passado em comparação com as dificuldades enfrentadas na atualidade.

Dona Teodora conta sua história com orgulho, pois suportou as dificuldades até o fim e só voltou depois que tinha uma casa construída e sua *reforma* (pensão) garantida. Salienta que a maioria não aguentava e acabava voltando sem nenhum direito pelos anos trabalhados. “Eu fiz diferente da maioria, esperei completar a idade, tive todos os meus direitos e só agora estou sentada. Tenho minha reforma, minha casa toda mobiliada com as melhores coisas da Itália e, além disso, até hoje ajudo a minha gente, pois disso nunca esqueci: dos meus que ficaram nessa vida de pobreza.”

Muitas das que saíram nesse período não seguiram o projeto inicial

devido a um conjunto de dificuldades de adaptação e acabaram por retornar a Boa Vista sem ter cumprido os objetivos iniciais.<sup>6</sup> Esse não foi o caso de Dona Teodora, exemplo de emigrante que seguiu uma trajetória ideal: emigrou ainda jovem, viveu cerca de 30 anos na Itália sem, contudo, se esquecer de sua família. Ao longo dos anos, construiu uma casa, acumulou bens, ajudou parentes e amigas a emigrar e somente retornou depois de adquirir todos os direitos pelos anos trabalhados, ou seja, a aposentadoria. Além disso, sempre manteve contato com sua terra – vinha periodicamente em férias e, nesses períodos, trazia “malas e malas de prendas e coisas para a família e amigos, era sempre recebida com muita festa e felicidade. Naqueles tempos a miséria era grande.”

As dificuldades a que Dona Teodora se refere (e que são recorrentes nos relatos de outras mulheres) têm a ver tanto com questões de adaptação no novo país quanto com o vínculo com problemas familiares em Cabo Verde.<sup>7</sup> A questão da discriminação pela cor é um fator importante, mas a diferença no ritmo de vida é a maior dificuldade que elas dizem encontrar. Morar no mesmo lugar onde trabalham implica excesso de trabalho para elas. Reclamam que as patroas extrapolam os horários que elas têm direito e, além disso, só têm um dia de folga por semana, trabalhando aos sábados, domingos e feriados. Todos estes fatores constituem dificuldades importantes para tais mulheres, que afirmam passar por sacrifícios em busca de uma vida melhor.

Ao longo de meu trabalho de campo, encontrei muitas mulheres como Dona Teodora. Apesar das diferenças de trajetória, o traço comum em seus discursos é a ajuda aos que ficaram, seja mandando buscá-los, seja enviando dinheiro e outros bens. A maioria, porém, não seguiu a trajetória ideal e retornou a Boa Vista sem conseguir *construir algo*. O motivo principal de interrupção de um projeto de emigração tem origem na família, ou melhor, nos filhos que permaneceram em Cabo Verde. Fortunata, outra retornada, relata a dificuldade que teve em continuar na emigração:

Naquela época, as senhoras italianas não gostavam de raparigas que tinham filhos sem maridos, as moças eram muito maltratadas e eu senti isso na carne, sofri muito por isso. Tinha deixado meu primeiro filho com minha mãe e não era casada com meu *pai de filho*, fui muito discriminada. Além de ser preta, ainda era mãe solteira. Foi por isso que eu e muitas outras companheiras voltamos. Além das saudades que sentíamos, ainda tínhamos que esconder a existência de nossos filhos. Eu vim de

férias uma vez e aí apanhei barriga, não tive mais coragem de voltar. Hoje me arrependo! Se tivesse voltado para a Itália minha vida estaria melhor, teria conseguido terminar de construir minha casa e hoje não estaria nessa vida de miséria. Não *tive cabeça*, tentei voltar depois, mas aí a emigração já estava difícil.

Esse é um relato comum. Na maioria dos casos, a emigração era interrompida e essas mulheres voltavam sem direitos pelo período trabalhado assegurados.<sup>8</sup> Hoje, em geral, as retornadas desfrutam um padrão de vida mais elevado do que a média local – vivem em casas mais espaçosas e equipadas com artigos trazidos da Itália (*kasa d' emigrant*). Mesmo as que não *tiveram sucesso pleno* conseguiram *levar* alguma filha, sobrinha ou prima e até hoje usufruem dos privilégios de ter vivido um dia na emigração. Tais privilégios são também de ordem simbólica. Em caso de fracasso no objetivo de acumulação de riquezas, essas mulheres lançam mão do fato de terem saído e de hoje terem *os olhos abertos*. Isso as diferencia daqueles que nunca saíram, ou seja, pessoas de mentalidade restrita, *olhos fechados*.



Casa de emigrante

Foto: Andréa Lobo

Desde os anos 1980, o fluxo de saída de mulheres diminuiu consideravelmente e isso se deve às dificuldades impostas pelo país de acolhimento. Apesar disso, nunca se deixou de emigrar. A opção por sair do país continua se constituindo como fator preponderante nas trajetórias de vida de jovens e suas famílias.

Diante desse contexto, algumas questões podem ser colocadas: por que na Boa Vista são as mulheres que emigram? Como são as mulheres emigrantes e como se diferenciam dos homens?<sup>9</sup> Conversei

sobre esse tema com diversas pessoas ao longo do trabalho de campo e as respostas giravam em torno de um maior compromisso que as mulheres têm em manter um laço estreito com familiares que ficam: “as mulheres nunca esquecem aqueles que ficam para trás.” De acordo com muitos, essa segurança não é transmitida pelos homens, pois estes não pensam tanto na mulher e nos filhos e, muitas vezes, acabam por constituir novos relacionamentos lá fora, esquecendo aqueles que deixaram em Cabo Verde.

Este assunto surgiu em uma das muitas conversas que tive com Gabi, uma amiga que tem três irmãs na emigração. Ela defende que na Boa Vista “são as mulheres que emigram porque a sociedade acha que as mulheres têm mais cabeça do que os homens e pensam mais na família. O homem quando emigra esquece da família e a mulher não, mesmo lá fora sempre está ligada aos seus.” Gabi admite que há mulheres que acabam por desaparecer, mas coloca esses casos no campo das exceções (enquanto para o homem isso seria regra).

Monteiro (1997), num estudo de caso feito em Nápoles, na década de 1980, afirma que as mulheres fazem mais remessas que os homens. Elas enviam 17,6% do que recebem por ano, enquanto eles enviam de 6,6% a 13,3%, a depender do nível salarial. Além de enviarem mais dinheiro, foi observada uma maior continuidade nas remessas no caso das mulheres. O autor diz que essas características têm a ver não só com a maior estabilidade que elas possuem no mercado de trabalho, mas com a maior solidez na relação com os familiares em Cabo Verde. “No caso dos homens observa-se a ausência de uma ligação sólida e permanente com a terra natal e uma instabilidade no mercado de trabalho masculino” (Monteiro, 1997, p. 471).

Os dados de Akesson (2004), sobre emigração em São Vicente, também coincidem com as afirmações de Gabi e a teoria de Monteiro no que se refere à ligação da mulher emigrante com os familiares deixados em Cabo Verde. Com base em dados do Banco de Cabo Verde (período de 1990-2001), a autora afirma que as remessas das emigrantes na Itália são altas e contínuas. “Laços entre mães e filhos são centrais no parentesco cabo-verdiano, e as mães são moralmente obrigadas a sustentar os filhos financeiramente. Por intermédio desses filhos e daqueles que cuidam deles, as mulheres emigrantes na Itália geralmente mantêm contatos fortes e duradouros com sua terra” (Akesson, 2004, p. 40).

Não se pode deixar de levar em consideração os dados históricos do processo emigratório para a Europa nos anos 1950. Estudos sobre emigração (Akesson, 2004; Carreira, 1983; Monteiro, 1997) demonstram que, na primeira metade dessa década, os homens encontravam emprego fácil como marinheiros nos navios que desembarcavam no porto de Rotterdam (e também na Alemanha e em outros países do nordeste da Europa). Em fins da década de 1960, tanto a Holanda quanto outros países da Europa pararam com o recrutamento de imigrantes e “fecharam” as portas para mão de obra estrangeira. A emigração cabo-verdiana, apesar de ter continuado, teve uma queda considerável e, segundo Akesson (2004), os homens passaram a entrar em países europeus por intermédio de casamento com mulheres que já estavam na Itália.

Os homens da Boa Vista também se beneficiaram do processo de emigração para a Holanda. Hoje, vivem na ilha muitos ex-emigrantes desse período, a maioria donos de pequenos comércios na Vila de Sal-Rei e no interior.<sup>10</sup> Associam o fim da emigração masculina na ilha ao *fechamento* das fronteiras da Holanda e da Alemanha e ao incremento da tecnologia dos navios de carga. Segundo Juarez (que foi emigrante por 12 anos no trabalho em barco, contratado por uma empresa da Noruega), quem emigrava primeiro eram os homens, o destino principal era a Holanda e o trabalho era de marinheiro nos grandes barcos. Foi assim até fins da década de 1960. Depois, esse tipo de emigração foi ficando mais difícil, primeiro por causa das fronteiras e, segundo, por causa da tecnologia, que foi melhorando e exigindo menos trabalhadores. Juarez fala que, quando seu irmão mais velho emigrou, trabalhavam cerca de 60 pessoas num barco e que, quando ele saiu, esse número já estava reduzido para 25 homens. Hoje, um barco não precisa de mais de dez marinheiros.

Tais fatores teriam contribuído para o início da emigração feminina na ilha. O aumento do fluxo para a Itália veio como consequência da demanda do mercado italiano e da ampliação e do fortalecimento das redes de relações entre emigrantes e locais que acabaram por formar um *ethos* de emigração de mulheres na Boa Vista. Apesar de homens continuarem emigrando de Boa Vista e de mulheres também saírem em média escala em todo o arquipélago (especialmente, nas ilhas do Sal, São Vicente e São Nicolau), Boa Vista é identificada no cenário nacional como a *ilha de emigração feminina*, de onde as mulheres saem e garantem o sustento de filhos e companheiros; já estes “ficam

sentados nas calçadas esperando a remessa chegar.” Como veremos no próximo capítulo, essa fama que se espalha pelo arquipélago tanto é influenciada pelas relações familiares locais quanto exerce influência sobre as mesmas. Trata-se de um processo dialético que define e redefine os conceitos de família em Boa Vista.

## **ANTES ERA SÓ MISÉRIA**

Na percepção dos boa-vistenses, apesar de ser um fenômeno tardio, se comparado com a emigração masculina, a emigração feminina favoreceu o início da redução da miséria na ilha. A lembrança do passado é marcada por pobreza e pela ausência de uma saída para a má situação na qual a ilha se encontrava. Conforme os relatos, foi a partir do fim da década de 1960 que a população conseguiu *abrir os olhos* e isso aconteceu por intermédio das mulheres emigrantes. A emigração masculina era importante desde a década de 1950, mas as pessoas afirmam que os benefícios trazidos pelos homens ficavam restritos aos familiares dos marinheiros e não chegavam à sociedade como um todo. “As famílias de emigrantes tinham vida boa e até ajudavam os outros, mas a ilha era pobre.”

Nilza relata bem esse processo ao traçar a história de sua família desde sua infância. Ela fala das dificuldades que passaram e lembra que Boa Vista era “um lugar abandonado por Deus, uma miséria só! O que veio levantar Boa Vista foi a emigração, foi graças às mulheres que saíram que o povo daqui abriu o olho e pode ter alguma coisa para oferecer aos filhos. Antes da emigração era só miséria.”

O suporte econômico daqueles que vivem na emigração é de importância fundamental para quem fica. As opções de trabalho são restritas e a maioria da população em idade adulta vive de *fazer mandados* (trabalhos temporários ou venda de produtos alimentares confeccionados em casa). É geral a ideia de que em Boa Vista se trabalha muito e nunca se vê o resultado. Todas as expectativas de vir a ter algo são depositadas na emigração de um dos membros da família. Nesse contexto, a emigrante ideal é aquela que vive uma boa vida fora, ajuda as outras a sair, *aguenta* a família que ficou e, em um grande final, retorna com sucesso para sua terra com os *olhos abertos*. Nas palavras de Carling (2004), cumpre os três fatores fundamentais de um projeto migratório: recrutamento, remessas e retorno.

É importante ressaltar que, apesar de um discurso que valoriza a

emigração feminina e a mulher como única responsável pela quantidade e constância das remessas, os homens emigrantes são os maiores responsáveis pelas remessas no contexto nacional. Boa Vista tem uma situação particular dentro do país, mas, no restante do arquipélago, é o homem quem emigra e ajuda os familiares que permanecem nas ilhas, inclusive, mulheres e filhos (Dias, 2000). O que interpreto a partir dos dados aqui apresentados é que, dada a situação de instabilidade conjugal, mulheres e filhos não são beneficiados com regularidade por homens emigrantes. A fidelidade e o sentimento de compromisso masculino parecem restringir-se à família consanguínea mais próxima (*nha família*), sendo o sentido de família para a mulher mais amplo, o que gera benefícios a um grupo maior de pessoas.

As emigrantes incorporam essa forma de pensar e trabalham não apenas para uma melhoria de vida individual, mas para a manutenção de boa qualidade de vida da família. Cabe lembrar que as remessas devem ser vistas em contexto – não são somente financeiras, incluem um fluxo de laços emocionais, simbólicos e materiais (uma diversidade de artigos, roupas, sapatos, utensílios para casa, eletrodomésticos).<sup>11</sup>

A valorização da emigração não está restrita a fatores econômicos. Por intermédio das emigrantes, Boa Vista – ilha até então pouco importante no cenário nacional, com uma população pequena, *pacata* e *desorientada* (que pouco conhece, de *olhos fechados*) – não só está no mundo, mas tem o mundo em si. Os fluxos de coisas e valores oriundos da emigração são tão importantes quanto os fluxos monetários que elas movimentam. Hoje Boa Vista tem os olhos abertos, como me disse Nilda: “não somos mais desorientados, sem saber como as pessoas vivem no estrangeiro, agora vivemos como qualquer pessoa lá fora pode viver!”

## **PARA CRESCER É PRECISO SAIR**

Sair da pobreza é uma das razões clássicas para explicar a emigração em Cabo Verde. A falta de segurança econômica é o principal argumento levantado pelos cabo-verdianos para justificar um projeto migratório.<sup>12</sup> A história da família de Bela é um exemplo disso. Ela vem de uma família de muitas mulheres. O pai, marinheiro que fazia o percurso entre as ilhas, deixou a mãe com oito filhos quando morreu.

Fomos para a Itália por necessidade, nosso pai morreu cedo e precisávamos ajudar a mãe a criar os irmãos menores. Na Boa Vista não tínhamos como trabalhar e por isso fomos. Primeiro foi Celina, depois eu, Dina, Tânia e Nilza. Essa não aguentou nem cinco meses e veio embora. Foi bom porque ficamos sossegadas lá, sabendo que Nilza estava cuidando de nossa mãe e de nossos filhos aqui na Boa Vista. A vida na Itália é muito sacrificada, mas vale a pena porque, se não tivéssemos emigrado, talvez estivéssemos todos mortos de fome. A emigração foi nossa salvação e de nossos filhos, antes era só miséria! Graças à emigração os nossos filhos não têm que passar pelas dificuldades de passamos.

Esse tipo de discurso é comum entre as primeiras emigrantes, algumas já retornadas, que associam sua emigração não ao desejo de conhecer outros países, mas a uma necessidade, descrevendo-a como a única saída para os problemas de pobreza pelos quais passava Boa Vista.<sup>13</sup> As categorias fome e salvação salientam o lugar estratégico da emigração de membros da família. No discurso acima, emigrar implica sair de um polo negativo de escassez total de possibilidades expresso pela categoria fome, para um mundo de oportunidades e de reversão do quadro local negativo. Oposto a uma Boa Vista de fome, o emigrante encontra um mundo de possibilidades.

Ressalto que a emigração não é um projeto individual. Ela mobiliza toda a família, que se organiza estrategicamente para enviar alguns membros e manter outros em casa. Analisando o discurso de Bela e cruzando com a genealogia familiar, verifico que a saída das irmãs obedece à ordem de nascimento e que Nilza, a filha mulher mais nova, chega a emigrar, mas retorna para cuidar da mãe e dos filhos das irmãs que estão fora do país. Sendo assim, a saída de mulheres opera por meio de estratégias que visam à reprodução da esfera familiar. A decisão de quem emigra e quem fica deve estar de acordo com os interesses e as necessidades do grupo familiar. Assim como as estratégias matrimoniais dos camponeses do Bearn (Bourdieu, 1980), a emigração tem como finalidade não somente a manutenção do grupo doméstico, mas a maximização de suas potencialidades.

É interessante notar que muitos desses relatos vinculam a emigração à condição masculina na esfera familiar: ao pai que morreu, ao marido que não pode mais emigrar nos barcos, à ausência de renda fixa do homem ou à falta de suporte econômico por parte deste. Como solução surge a emigração, e a mulher que sai passa a assumir a tarefa de sustentar a família. Nesse sentido, a emigração

aparece como garantia de uma condição econômica estável, não mais sustentada pelo homem. Soma-se a isso a incapacidade e o desinteresse masculino em lidar com as questões familiares. Hoje em dia, muitas jovens desejam emigrar para terem uma vida independente e não mais estarem sujeitas à instabilidade conjugal e aos maus-tratos de homens. Para elas, o homem cabo-verdiano é muito *basofo* (machista e vaidoso) e gosta de mandar nas mulheres; se a mulher não tem uma opção e não tem os *olhos abertos*, vai estar sujeita a *basofarias*.

Isso nos leva a outra motivação para que a mulher mobilize esforços para sair, as relações afetivas. Ivone é uma moça de 22 anos, concluiu os estudos secundários com relativo sucesso e desde então trabalha na Câmara Municipal. Vive com a mãe, empregada do governo, e o pai, ex-emigrante e dono de um bom número de barcos de pesca de lagosta. A situação econômica da família é estável e elevada para os padrões de vida local. Apesar disso, desde que frequento a casa de Ivone, observo a mobilização da mãe e da própria moça para que ela saia da Boa Vista.

O motivo não é de ordem econômica, apesar de que cálculos financeiros são feitos no sentido de demonstrar o quanto Ivone e sua família serão beneficiadas se conseguirem sair. O que impulsiona o desejo de emigrar é a relação afetiva que Ivone mantém com Robson há oito anos. Tal relação já trouxe muitos problemas à moça, inclusive afetando seu convívio familiar. A mãe diz que a filha é *fraca* e que permite todo tipo de abuso por parte do rapaz. Por causa dele, Ivone já teve que se submeter a dois abortos e a uma série de humilhações (em razão das diversas *pequenas* que o rapaz já teve ao longo do namoro). Além disso, D. Tina reclama que “Ivone nunca dorme em casa e não ajuda nos mandados domésticos, não trabalha direito e está com a vida parada, a única coisa que faz é correr atrás dele.”

A solução encontrada, então, é retirar a filha da Boa Vista, mobilizando todo o grupo familiar para que consiga os *papéis* para tal. Ivone partilha do desejo da mãe, especialmente, nos momentos em que a relação passa por alguma crise (o que acontece com frequência). Em um desses episódios, ela desabafa: “preciso ir embora daqui com urgência! Só assim vou conseguir me livrar de Robson. Acho que o que sinto por ele é fraqueza. Já passei por muitas coisas por causa dele, Andréa! Fui até parar no Posto Policial por causa dele!” Ivone disse-me por diversas vezes que não tem

*forças* para romper a relação e que a única solução é sair da ilha. Primeiro tentou vagas para estudar em Portugal e no Brasil, mas não teve sucesso. Agora, busca contatos para conseguir ir para a Itália.<sup>14</sup>

Histórias como a de Ivone são comuns entre as jovens da ilha. Como foi discutido no segundo capítulo, a mulher se autodefine como o polo fraco em uma relação afetiva e a emigração surge como alternativa para sair de um relacionamento considerado negativo. A ideia de fraqueza é, então, incorporada pelas mulheres boa-vistenses como uma motivação que legitima, perante a sociedade, um projeto migratório. O interessante é que a emigração não implica quebra do relacionamento. A maioria das emigrantes mantém o vínculo afetivo a distância. O que parece ocorrer é uma mudança de *status*.

O sentimento de estagnação é também uma forte motivação para emigrar. A ideia de que *li é tud na mesm* (aqui é tudo sempre na mesma) é recorrente nas conversas sobre o estilo de vida da Boa Vista. É importante ressaltar que o fato de estar tudo sempre na mesma é símbolo não só de repetição, mas também de negatividade. A vida na Boa Vista é vista como repetitiva, ruim, pobre, sem perspectiva. Duas jovens amigas sempre se queixavam da vida na ilha em nossas conversas. Vânia dizia que até o próximo verão iria decidir sua vida: se não conseguisse ir para o *curso* (estudo superior), iria embora para trabalhar e tentar pagar os estudos – o que não podia mais era ficar na Boa Vista estagnada! Gilsa era da mesma opinião:

Aqui a vida não é boa, a pessoa fica parada, nada acontece! Por fim, a mulher acaba por se envolver com esses homens que não querem nada da vida e se conformam com um emprego na obra! Você já notou que os homens aqui não correm atrás de nada, só querem receber um pequeno vencimento e se conformam com isso? Eu não quero isso para mim, meu sonho é sair, ir para o curso (universidade). Se não conseguir, vou tentar arranjar trabalho na Itália ou outro lugar, mas aqui na Boa Vista eu não fico mais nem um ano!<sup>15</sup>

A oposição entre as categorias “parado” e “movimentado” é explicativa de muitos aspectos da vida boa-vistense. A ideia de movimentação é altamente valorizada. Entre os motivos para emigrar, está o fato de que a mulher percebe nisso uma oportunidade de melhorar seu *status*. Elas falam dos benefícios do progresso, da liberdade e da emancipação: o estrangeiro seria o lugar para a aquisição de bens materiais e ampliação da visão de mundo.

Particularmente para as mais jovens, o sonho de sair deixa a vida na ilha sem sentido. Elas passam os dias fazendo um trabalho aqui e ali, organizando *paródias* (festas, reunião entre amigos), ou seja, vivem *desenrascando* até o dia em que conseguirem emigrar. Aspiram ser emigrantes, e nada mais (Akesson, 2004). Nada que acontece em sua sociedade as mobiliza e, embora sejam forçadas a continuar na ilha devido às dificuldades em torno da emigração, em suas cabeças, a única possibilidade de crescer, de ter um futuro, está fora.<sup>16</sup>

Não podemos descartar, ainda, o valor atribuído à possibilidade de conhecer outro mundo por intermédio de uma experiência de emigração. Mirna, uma emigrante que vive na Itália há 20 anos, conta que não emigrou por luxo, foi para ajudar a família também. Mas o que mais a impulsionou a sair foi a curiosidade de saber como era a vida no estrangeiro. “Sempre achei Boa Vista pequena para mim, queria ver o mundo lá fora, abrir os olhos!” Mirna não tem filhos e ajudou a família a terminar de construir a casa que a mãe começou quando estava na emigração; porém, sempre quis aproveitar a vida na Itália para conhecer o mundo, ver como as outras pessoas vivem. “Meu dinheiro não era só para mandar, aproveitei para estudar enfermagem e para viajar pela Europa, conheço tudo! Sempre que volto para Boa Vista vejo que não há lugar melhor no mundo, mas é preciso sair daqui!”

Mulheres não emigram somente para sair de um destino ruim, saem também em busca do que consideram bom. Esta é uma atitude positiva relativa à emigração, sendo justificada por uma busca do que valorizam ou gostam e não como uma fuga. Além disso, há o *status*, a valorização de ter conquistado a nova condição com sacrifício pessoal e o fato de ter o próprio dinheiro. Tudo isso se reflete nas roupas, nas novas experiências, na independência econômica e no domínio sobre outro mundo. Num processo cíclico, um projeto que começa com o desejo de buscar uma vida boa (social, cultural e financeiramente) termina com o argumento *a posteriori* de *abrir os olhos*, esta sendo uma consequência importante da realização do projeto. Assim, a experiência de *abrir os olhos* que as emigrantes expõem, tanto no discurso quanto na prática, alimenta os novos projetos.

A ideia de que *para crescer é preciso sair* é um denominador comum às diversas razões para emigrar. A valorização dos símbolos vinculados à emigração acaba por fazer com que certos bens passem a ser uma necessidade local. O resultado é um processo circular no

qual há uma demanda crescente por bens e valores que só pode ser suprida com o trabalho fora. A localidade fica, então, cada vez mais e mais dependente dos bens e remessas associados à emigrante.

Daí se entendem os atributos negativos (*fraco, parado, de olhos fechados*) e positivos (*forte, movimentado, de olhos abertos*) associados respectivamente a Boa Vista e ao mundo das emigrantes. Paralelo à imagem negativa que se constrói sobre a ilha, com poucas mudanças e nenhum avanço, temos a experiência daquelas que já foram e telefonam ou retornam, enviam encomendas e relatam novas experiências, novas vidas, novos bens. As mulheres emigrantes são, então, símbolo de tudo o que a emigração tem de positivo: movimento, força, estabilidade econômica, solidariedade, abertura ao outro.

## **O PROJETO**

Quando conheci Maria, ela aguardava que uma prima que estava na Itália enviasse os papéis para que conseguisse visto para emigrar. Foi Maria que, por intermédio de um rapaz com quem namorava na época, obteve um visto de turismo para a prima poder entrar na Europa. Agora, como retribuição, a prima tentava buscá-la. Para Maria, a emigração era a oportunidade de dar um melhor futuro aos seus quatro filhos. Seus *pais de filhos* não prestavam assistência a eles e era ela a responsável pelo sustento de todos. Com os ganhos que conseguia na Boa Vista, era quase impossível construir algo para o futuro. Em nome dos filhos, ela estava disposta a sofrer os sacrifícios de uma vida na emigração.

Quando retornei a Boa Vista em 2004, Maria já havia emigrado. Os filhos continuavam na casa de sua mãe, onde ela também vivia quando a conheci. No verão do mesmo ano ela retornou, pela primeira vez, para passar as férias. Conversamos sobre as experiências vividas nos três primeiros anos na Itália e sobre seu projeto de vida.

Agora meu plano é trabalhar e trabalhar mais! Assim posso ajudar minha família aqui na Boa Vista. Quero também tentar colocar pelo menos dois filhos que estão aqui para irem trabalhar no estrangeiro. Com eles lá, posso pensar em sentar na Boa Vista para descansar. Mas tudo isso é depois de eu construir minha casa, antes disso eu não volto de vez, não! Tenho que ter meu teto, nem que seja um quatinho com uma cama, basta ser meu. A vida na Itália é só dificuldade, Andréa! Se aqui tivesse uma condição melhor, não queria que meus filhos saíssem, mas aqui a vida fica parada. Não tem remédio, para ter um futuro é preciso emigrar!

Para compreender o processo emigratório feminino no contexto cabo-verdiano, em geral, é preciso entender não só *por que* se emigra, mas *como* as pessoas se articulam para sair. Inicialmente, as mulheres buscavam formas de conseguir contratos de trabalho que garantissem um vínculo ainda antes da partida. Hoje em dia, esse tipo de estratégia está cada vez mais difícil e as mulheres lançam mão, basicamente, de duas estratégias. A mais comum é deixar Boa Vista com um visto de turismo e, na Itália, tentar entrar na legalidade. A outra opção é iniciar o processo na Itália por meio de uma documentação que comprove renda e trabalho garantidos. Geralmente, as boa-vistenses já emigradas são o vínculo, tentam conseguir a documentação com os patrões italianos e enviam para parentes e amigos em Boa Vista. O objetivo é de seguir para a Itália já com um visto de trabalho.

Em ambos os casos, a aspirante a emigrante estará sujeita à aprovação de seu pedido na embaixada, situação difícil nos dias de hoje.<sup>17</sup> Na tentativa de influenciar o processo, elas lançam mão de relações de amizade e de apadrinhamento que possam intervir na análise de seu caso. A busca é por alguém com boas relações com funcionários da embaixada que facilite os trâmites internos para que aquele caso seja percebido como especial. É importante sair do anonimato e ter seu nome associado a alguém de influência que forneça boas referências ou sensibilize os funcionários com relação àquele caso em especial.

A obtenção de visto é um processo complicado. As pessoas investem tempo, dinheiro e contatos para preencher os requisitos exigidos pelas embaixadas. Apesar disso, ninguém sabe se conseguirá ter seu pedido aprovado. Ouvi, muitas vezes, que essa é uma questão de destino. Isabela conta que tinha toda a documentação regular para sair e nunca conseguiu. Tentou mais de uma vez, em embaixadas diferentes, e nunca obteve sucesso. Por sua vez, a irmã conseguiu na primeira tentativa. Por quê? A explicação de Isabela é a de que não estava em seu destino emigrar.

A ideia de destino não está restrita à obtenção do visto. Emigrar é um projeto de vida compartilhado por muitas mulheres na Boa Vista. Creio que, diante de uma oportunidade, todas as boa-vistenses optariam por sair. Porém, a emigração não está no destino de todas. Destino aparece aqui como uma categoria moral que explica por que, em um universo de mulheres que teoricamente têm as mesmas

condições para sair, algumas obtêm sucesso e outras não. Além daquelas que tentam e não conseguem, há outras mulheres que nem sequer se articulam para sair – a justificativa é que não têm perfil de emigrante ou que não conseguiriam se adaptar à vida fora da Boa Vista. Estas mulheres também associam ao destino o fato de terem ficado na ilha.

Lembro ao leitor o caso da família de Bela. Em sua família, quatro irmãs conseguiram emigrar, porém, uma delas retornou alegando não adaptação. O fato é que não era estratégico para a família que todas as mulheres estivessem fora, pois a mãe já era *grande*, os outros filhos eram homens e os netos deixados, muitos. O retorno de Nilza era a garantia de que as outras poderiam permanecer na emigração. A análise de Bourdieu (1980) sobre as estratégias familiares para a reprodução da casa Bearnais nos ajuda a entender, pela semelhança, o caso da Boa Vista. As estratégias de casamento, em que uns casam localmente, outros saem e outros ainda ficam na casa como dependentes (celibatários ou não), são arranjos que garantem a reprodução da *maison* no caso por ele estudado e que dependem de fatores como número de filhos, sexo, idade e ordem de nascimento.

A exportação de mulheres na Boa Vista não é aleatória. A definição dos membros que irão emigrar faz parte de um conjunto de estratégias familiares que visam à reprodução do próprio grupo. É interessante notar que algo pertencente ao domínio das estratégias aparece no discurso dos atores como destino, como algo irremediável. Pela análise das estruturas familiares cruzadas com os membros que emigraram, pode-se retirar um padrão: as mulheres saem mais do que os homens; as que nascem primeiro têm prioridade sobre as mais novas; e aquelas que não têm filhos também são priorizadas. Nesse universo, há sempre uma mulher que permanece na casa, na maioria dos casos, a caçula.

A emigração é vista como remédio inevitável para os problemas inerentes à vida na Boa Vista. Argumento mesmo que é um rito pelo qual cabo-verdianos devem passar para serem pessoas plenas. Na condição de rito de passagem, idealmente ele só termina com o retorno, obedecendo às fases de separação, liminaridade e agregação.

Porém, essa solução tem caráter provisório, pois a estratégia de emigração é temporária e os projetos construídos mesclam o sonho

de ir e o desejo de retornar. A volta é tão desejada quanto a partida, e ambas guardam uma característica semelhante: a incerteza da realização. Tão importante quanto a decisão de emigrar é a escolha do momento de retorno. Sem dúvida, esse é um momento delicado que depende de um conjunto de fatores que determinam se a emigração valeu a pena. O caráter coletivo de um projeto que aparenta ser individual determina, em grande parte, a sua duração.

Já tenho minha casa construída e, assim que meu filho terminar de estudar, eu venho sentar em Cabo Verde, pois não tenho mais nenhuma vontade de ficar na Itália. Se não fosse por causa dele, eu já estava aqui há muito tempo, mas não é justo que eu veja meu filho com vontade de estudar e vir sentar na Boa Vista e deixá-lo sem escola. Não, eu e ele temos uma amizade muito bonita e faço todo o esforço para que ele seja um homem de condição. Por causa dele ainda não voltei. (Bela)

Outro acontecimento que modifica o projeto migratório é a (re)constituição do núcleo familiar. Cada vez é mais comum o desejo de que os filhos (e em alguns casos os companheiros) se juntem à mulher na emigração. A presença deles torna menos provisória a relação dessa mulher com o país de acolhimento e a tendência em adiar o retorno definitivo passa a ser uma realidade.

A gerência dos recursos obtidos com o trabalho fora é outro fator importante na definição do retorno. Há muitos relatos de mulheres que não conseguem administrar os ganhos financeiros de forma a *construir algo*, se deslumbram com a grande oferta de artigos, roupas e bens nos países de emigração e acabam por gastar tudo o que têm. Voltar sem nada é uma vergonha para a emigrante e sua família e, diante de situações como essa, algumas mulheres optaram por romper laços com a terra natal.

Os projetos de emigração concebem a saída como um instrumento que objetiva a aquisição de um bom padrão de vida em Cabo Verde, ou seja, o sentido é de trabalhar fora com a intenção de retornar (Carling, 2001). Portanto, os três Rs – recrutamento, remessas e retorno (Papademetriou; Martin, 1991, *apud* Carling, 2004) – são fatores fundamentais nos projetos de emigração e em seus impactos no desenvolvimento local. Apesar de recorrentes, tais fatores devem ser analisados de forma ampla, dando conta da dinâmica migratória e, especialmente em situações de gênero, das diferenças na relação entre emigrantes e comunidade local. Continuaremos explorando esse tema.

## ENTRE O SONHO DE IR E O DESEJO DE VOLTAR

Os projetos de emigração envolvem duas perspectivas sobre o que é a vida na Boa Vista e no estrangeiro: as imagens de quem fica e de quem vai. A análise de suas vidas é feita em comparação com esses dois mundos. Como afirma Akesson (2004), ao analisar a emigração em São Vicente, a terra e o estrangeiro são vistos como intrinsecamente diferentes, um servindo de antítese ao outro. Acrescento que essa diferença permanece nas perspectivas das emigrantes e dos que ficam, mas a concepção negativa ou positiva vai variar, dependendo da perspectiva de quem fala.

Eu posso passar todos os anos do mundo fora daqui, mas quando chego, eu sei que estou na minha terra, não tem lugar nenhum no mundo igual a isso aqui! É o melhor lugar do mundo! Agora, quando eu voltar para Itália, pelo menos durante um ano, eu sei que tenho força para suportar tudo, porque já abasteci aqui nesses meses que eu passo com minha gente. No ano seguinte, é para preparar para voltar para cá de novo. Não dá para vir todos os anos porque tem que juntar dinheiro para trazer, mas se pudesse, vinha mais vezes, porque não tem vida melhor do que na sua terra, mesmo com todas as dificuldades. Infelizmente é preciso sair. (Mirna).

Boa Vista não é lugar para se viver! Não sei o que você faz aqui, Andréa. Não entendo como você pode sair de um lugar como o Brasil para vir morar na Boa Vista, aqui não tem nada! Meu sonho é sair daqui, não aguento mais essa vida parada. Estou dando expediente para sair dessa vida, depois venho de férias no verão, aí sim vai ser bom! (Sara, moça de 25 anos que conseguiu emigrar ao longo de meu trabalho de campo).

Para quem está na Boa Vista, a terra natal não tem nada a oferecer, é pobre, parada, estagnada, pequena, as pessoas têm os olhos fechados; enquanto o estrangeiro é símbolo de progresso, novidade, possibilidade de crescimento, movimento e renovação. Já para quem se encontra na emigração, a terra natal é lugar de segurança, beleza, solidariedade, família. É *o melhor lugar do mundo*. Nesse caso, o estrangeiro é visto como um mal necessário, lugar de sacrifícios, ilusão, saudade.

De forma antagônica, as imagens dos dois mundos são contrastadas nas conversas do dia a dia e intensificadas pelas trocas constantes entre aqueles que estão na Boa Vista e na emigração. O intercâmbio de informações e de bens acaba por diluir as fronteiras entre os dois polos. Hoje em dia, mesmo quem nunca saiu da Boa Vista tem acesso a conhecimentos sobre outros lugares e formas de vida.<sup>18</sup> Nesse sentido, a emigração não é algo extraordinário e

desconhecido. Entretanto, as ideias antagônicas permanecem por intermédio de um jogo de idealizações do mundo do outro. Os boavistenses vivem entre o sonho de ir e o desejo de voltar, num jogo que valoriza mais do que a emigração em si, valoriza o movimento, a mobilidade.

Então, na prática cotidiana, é preciso diferenciar as imagens sobre o mundo do outro das reflexões que se faz sobre suas experiências. As emigrantes, por meio dos presentes que trazem, do que conseguem construir e das melhorias que proporcionam, alimentam a visão do *mundo lá fora* como um lugar onde se pode ter tudo o que se quer. Porém, em seu discurso, relatam a experiência de uma vida de sacrifícios e do estrangeiro como uma *ilusão*. Ao mesmo tempo em que idealizam o retorno para sua terra, que é o *melhor lugar do mundo*, criticam a forma de vida dos locais e os classificam como pessoas sem *nenhum expediente* (parados, sem atitude, acomodados). Tais construções geram respostas e muitas emigrantes são acusadas de *ingratas*, *basofas*, e de esquecerem as promessas que fizeram antes de partir.

Se, por um lado, as emigrantes são um importante elo com o mundo exterior (mediadoras principais num fluxo constante de riquezas, bens, símbolos, pessoas e valores), representam e reproduzem o que chamei de *ethos* da emigração, por outro, sua posição de intermediárias também contribui para o florescimento de tensões e conflitos no meio de origem. A análise do período em que essas construções se intensificam (as férias de verão) vai nos ajudar a perceber que, apesar de haver a idealização do *mundo lá fora*, que alimenta os projetos de emigração, há um conjunto de tensões entre quem já foi e quem ficou.

## O VERÃO

Por volta das 16:30, fui novamente ao aeroporto. Soube que hoje chega mais um avião trazendo as *talianas*. Na verdade, elas chegaram ontem na ilha do Sal e aguardam voo para Boa Vista desde então. O avião que chega é um ATR com capacidade para 48 passageiros e estava lotado. A situação do pequeno aeroporto da Boa Vista não era diferente, estava repleto de gente espalhada ao longo da grade de arame que separa a pista de pouso do estacionamento. A ansiedade era grande. O avião aterrissou às 17:15 e, quando as portas se abriram, vi o desembarque de algumas dezenas de mulheres em grande estilo. Todas muito arrumadas, maquiadas, com roupas coloridas e sapatos altos de bico finíssimo! Não posso esquecer o excesso de bagagem e dos gestos ao falar. O crioulo é falado com certa dificuldade,

com um charmoso esquecimento de expressões corriqueiras da língua local. Seu estilo não chega a surpreender aos que as esperavam, mas arrancam comentários de admiração.

Todo o aeroporto ficou em festa, eram beijos, abraços e exclamações de surpresa diante das mudanças ocorridas no período de distanciamento! A emoção e a alegria do reencontro contagiava a todos e poucos conseguiam evitar as lágrimas diante de mulheres que choravam abraçadas aos filhos que deixaram crianças e, hoje, não reconheceriam se vissem na rua! Entre o italiano e o crioulo, familiares se abraçavam e lamentavam o tempo passado distante. Elas gritavam, em meio a lágrimas, como era bom estar de volta à sua terra. Imersa neste ambiente, me percebi chorando com saudades dos meus! (Diário de campo, agosto de 2004)

A influência dos emigrantes retornantes que trazem para casa presentes e experiências excitantes é relatada por muitos autores em várias partes do mundo (Akesson, 2004; Dias, 2000; Linares, 2003; Rodrigues, 1999).<sup>19</sup> Como em muitos desses estudos, na Boa Vista, a condição mesma de ser emigrante implica que esta deve retornar para casa em grande estilo. Se, como vimos, a opção por estar fora é motivada pela busca de algo melhor do que a vida local poderia oferecer, voltar sem alguns signos de uma *vida boa* significa fracasso.<sup>20</sup> Nesse sentido, o retorno exige uma preparação por parte de quem chega.

Um primeiro ponto a ressaltar é o de que, para visitar a terra natal, é preciso estar com a situação legal regularizada na emigração, com os papéis em dia. Esse processo pode demorar muito e não são raros os casos de mulheres que passaram três, cinco ou dez anos sem poder retornar em férias devido à situação de ilegalidade na Itália. Só o fato de poder viajar já é um símbolo de que a mulher está em boa situação na emigração.

As viagens são muito esperadas e planejadas pelas emigrantes, especialmente, nos casos de um primeiro retorno. O esquema é bianual. Há uma visão geral de que aquelas que optam por viajar todos os anos não pensam no futuro, gastam muito e não conseguem acumular bens ou construir uma boa vida. Por outro lado, aquelas que, apesar de legalizadas, passam mais de três anos sem retornar, podem ser acusadas de *ter esquecido dos seus*. Deve haver, portanto, um equilíbrio que demonstre responsabilidade e controle do que foi adquirido na emigração e fidelidade à terra natal. Uma das formas de medir esse equilíbrio é pela frequência dos retornos nas férias.

Em Boa Vista, os que esperam as retornantes também se

preparam. Os rumores e planejamentos em torno do verão começam já no mês de abril. A partir dessa época, as conversas giram em torno de saber quem tem as férias marcadas para aquele ano ou não. As emigrantes mandam recados sobre a provável data de chegada e, com esses dados em mãos, os locais conseguem prever se o verão será bom ou não, ou seja, movimentado ou parado.<sup>21</sup>

O período de maio a agosto é atípico na Boa Vista: vemos jovens mobilizados, organizados em *maltas* (grupos de amigos), casas sendo reformadas ou pintadas, ruas movimentadas, enfim, nada que lembre a vida calma e a estagnação típica dos relatos de quem deseja sair. Fui a Boa Vista pela primeira vez no mês de janeiro e, diante de meu deslumbramento com a paisagem e com o ritmo de vida local, as pessoas me diziam, “se você gostou da Boa Vista agora, você tem que vir no verão. Aí você verá como a Boa Vista é boa!” Nesses momentos eles me relatavam os eventos, o calor, as noites de *paródia*, e colocavam na movimentação toda a positividade intrínseca aos meses de verão.

Uma série de atividades é organizada pelo poder público local (a Câmara Municipal promove feiras, encontros, a Festa do Município e o Festival de Praia de Cruz), e outras (tais como danças, festas, concursos, acampamentos, festivais de música e passeios) são frutos da mobilização das *maltas*. As duas festas mais famosas, que marcam o início e o fim do verão, são, respectivamente, a Festa do Município e o Festival de Praia de Cruz. Ambas envolvem a presença de músicos de renome nacional e internacional e reúnem uma grande quantidade de pessoas. Estas festas definem os calendários de férias das emigrantes, que permanecem na ilha por cerca de dois meses.

Ser uma emigrante em férias é percebido como uma situação ideal, a união do melhor dos dois mundos. “É quando a labuta da vida cotidiana é transformada em recreação e se pode, simplesmente, esquecer as dificuldades de fazer a vida em Cabo Verde. Ser cabo-verdiano se transforma em bênção” (Carling, 2004, p. 117). Observo que o caráter especial deste período não está restrito a quem retorna, mas se estende a todos da ilha.

Apesar da descontração típica desse período, há uma série de obrigações de ambos os lados. O reencontro, tão esperado e planejado, gera expectativas que precisam ser cumpridas. Especialmente para quem retorna, esse é o momento em que suas

trajetórias serão avaliadas. Logo à chegada, uma vez instaladas, há a demanda por certos rituais. Após alguns momentos com os familiares, ainda vestidas tal como desceram do avião, elas partem pelas ruas da Vila para visitar as suas *gentes de grandeza*. Geralmente, são familiares ou vizinhos de idade mais avançada, que devem ser visitados antes de qualquer pessoa. Entre uma casa e outra, elas vão encontrando amigos, pessoas conhecidas e, já nesse momento, começa a ficar clara a ambiguidade que envolve a situação de retorno.

Os conflitos latentes, dantes escondidos por um discurso de idealização da trajetória do outro, começam a aparecer nas atitudes e reações daquelas que chegam e dos que lá já estavam. Quem e como cumprimentar é uma questão delicada e fonte de conflitos. Rosana me relata essa problemática.

Têm algumas emigrantes que foram há dois ou três anos atrás e voltam se fazendo de boas para Boa Vista! Umas esquecem o crioulo e falam só italiano, outras te olham na rua e fingem que não te conhecem! *Elas dão só pra doido (se fazem de bobas)!* Acham que nós que ficamos aqui na Boa Vista somos parvos ou desorientados e não sabemos de nada! Como é possível esquecer sua língua? Como é possível esquecer de uma pessoa com quem você viveu a vida inteira? Isso para mim é querer *dar para bom!* Por isso que eu não salvo (não cumprimento), espero que elas venham me salvar, não vou ficar fazendo festa para uma pessoa que pode olhar para mim e perguntar quem eu sou! Fiz isso uma vez para nunca mais, não sou parva!

*Salvar* (cumprimentar) uma emigrante é motivo de preocupação. Ouvi diversos relatos como o de Rosana sobre a forma certa de cumprimentar alguém que não se vê há alguns anos. O mais adequado é esperar que o cumprimento parta de quem chegou. Assim, também se espera que elas visitem as pessoas *de grandeza*, informando-lhes sua chegada, espera-se que a emigrante reconheça a todos, seja simpática e faça festa ao encontrar antigos amigos. Quando ela não cumpre as expectativas, é acusada de *grandiosa* (metida, arrogante). É comum a seguinte expressão: *limpávamos a popa (bunda) na pedra juntos e agora ela finge que nem me conhece, ou, só porque passou um tempinho fora, já esqueceu que foi daqui que ela partiu e que é para cá que ela vai voltar!*

Para as emigrantes, essa também é uma situação complicada e muitas vezes elas se queixam de serem incompreendidas por aqueles que ficaram. Irene me conta que já aconteceu de esquecer alguém sem querer e essa pessoa não ter falado com ela nunca mais! Por

causa de um mal-entendido, acabou por ficar com fama de *grandiosa*. Reclamações de falta de compreensão são comuns entre as retornantes e não estão restritas aos ritos de saudação. Elas dizem ser muito cobradas em todos os aspectos e acusam os locais de pensarem que são ricas e que vivem vidas de princesas lá fora – aliás, uma imagem alimentada por sua própria conduta e que carrega, a ambiguidade de sua condição. De fato, a ambiguidade é a marca da retornante, ela em si é símbolo, ao mesmo tempo, de tudo o que se pode ter e de tudo o que não se tem; os signos que traz são fontes de *status* e de tensão.

Por sua vez, as emigrantes jogam com a ambiguidade na relação com os locais. Enquanto se preparam para os retornos, compram as melhores roupas, presentes caros, alimentando a aura de magia em torno da emigração; no plano do discurso, ressaltam os muitos sacrifícios pelos quais passam para construir uma vida melhor para toda a família. Ao relatar a *vida lá fora*, tentam desconstruir a imagem de que se ganha dinheiro em abundância e com facilidade. Apesar de perceber que, de fato, a vida lá fora é mesmo dura e o custo de vida é alto, interpreto a ênfase em tal discurso como uma estratégia de valorização de sua trajetória como emigrante. Quanto mais fortes forem os signos de sucesso trazidos por elas e mais importantes as dificuldades enfrentadas para atingir esse sucesso, maior será a valorização da trajetória.

Seja por intermédio de críticas ou rumores, seja pelo que elas representam, o fato é que as retornantes são as estrelas do verão na Boa Vista. Elas estão presentes em todas as festividades, comportam-se de maneira extravagante e, apesar das fortes críticas que sofrem, suas atitudes *estranhas* ou ousadas são toleradas. Por tudo isso é fácil identificar quem são essas mulheres: destacam-se pelo cheiro, pela maquiagem, pelo modo de falar o crioulo e pela moda que trazem (Rodrigues, 1999). Quando falam, “confundem-se” no crioulo permeando-o com expressões italianas, andam em grupos e estão sempre rodeadas por muita gente. Elas são a atração da ilha, seja nas ruas, nas danceterias, nos restaurantes e nos bares.

Como representantes ou mediadoras do mundo lá fora, lhes é permitido um comportamento diferenciado; mais do que isso, espera-se que elas voltem com uma nova perspectiva, e influenciem os locais em suas formas de falar, vestir e se comportar. Porém, mais uma vez, deve haver um equilíbrio no comportamento da emigrante. Apesar de

estar entre os dois mundos, a emigrante não é uma estranha e, como nativa, deve agir de acordo com as normas de sua sociedade. É verdade, como veremos, que sua condição de mediadora lhe reserva um lugar especial na sociedade, porém, a definição deste lugar não é precisa, o que frequentemente leva a desentendimentos e tensões.

A posição central ocupada pelas emigrantes gera problemas, por exemplo, na relação com as mulheres locais, especialmente, com aquelas que lutam por uma relação conjugal estável. A chegada dessas “italianas” é vista como ameaça aos relacionamentos entre os casais. As mulheres se queixam que os companheiros ficam loucos por outras *pequenas* nessa altura do ano e, além disso, muitas emigrantes retornam com a intenção de recuperar relações do passado. A preocupação de Ivana traduz bem o sentimento dessas mulheres:

Ai, meu Deus, eu não vejo a hora desse verão acabar! [Diante de minha admiração ela explica] Só aí Roberto vai voltar a ligar para mim, tudo vai ficar calmo novamente e acabarão os problemas. No verão fica tudo muito agitado e as coisas acabam por fugir de nosso controle, é gente demais na zona! Elas vêm todas bonitas e cheirosas e eles esquecem que depois elas vão embora, nós é que vamos ficar.

Os mais jovens definem esse período da seguinte forma: “no verão ninguém é de ninguém.” Moças como Ivana são consideradas conservadoras, por não entenderem o ritmo do verão. A troca de parceiros é muito rápida e, diante das novidades, é comum que as parceiras locais recebam um *cartão vermelho* ou sejam mandadas *para o banco*. Essas expressões são utilizadas nos casos em que o companheiro troca a mulher por uma emigrante. Nesse período do ano, a mobilidade de parceiros sexuais é tão importante que é foco de quase todas as rodas de conversa. Os rumores giram em torno dessas trocas e são inúmeros os casos de homens que abandonam suas *mães de filho* para curtir o verão com uma recém-chegada.

Analisarei as implicações das trocas de parceiros e das relações afetivas com emigrantes no próximo capítulo. Por ora, quero salientar que a rivalidade entre essas mulheres é expressa no plano simbólico e que, invariavelmente, as residentes tendem a sair perdendo nessa disputa. Os rumores assumem um lugar importante nesses casos. É por intermédio de hipóteses levantadas a respeito da conduta das mulheres na emigração que as locais diminuem as desvantagens de sua condição. Além disso, há tentativas de subestimar os traços característicos das emigrantes com fortes críticas ao seu jeito de

vestir, falar e se comportar.

Nessa disputa pela atenção masculina, as locais acabam por reproduzir, ainda que de forma tímida, tanto a moda trazida pelas emigrantes nas malas cheias de presentes quanto um comportamento sexual mais liberal que o de costume. Entre mulheres mais jovens isso é um fato expresso na ideia de que o verão deve ser aproveitado ao máximo, período em que “ninguém é de ninguém”.

As disputas e tensões não são restritas às mulheres. Dentro da esfera familiar, temos percepções diferenciadas a respeito da emigrante que retorna, e isso vai variar em grau de tensão, dependendo das expectativas que ela consegue suprir. No capítulo a seguir, apresentarei o universo familiar no contexto da emigração e darei atenção especial aos conflitos entre emigrantes e seus pais, mães, filhos e irmãos. Por ora, quero enfatizar que, entre as situações de conflitos entre mulheres, o homem sai como maior beneficiado. Como alvo de disputas, ele é legitimado a circular entre as locais e as retornantes que não querem abrir mão de sua posição. Então, estas mulheres são estrelas também para os homens, que tentam, persistentemente, tirar proveito de sua liberdade.

As tensões estão presentes também fora da esfera familiar. A cada evento as rivalidades são atualizadas e aparecem como frutos de perspectivas diferenciadas sobre a realidade da Boa Vista e do exterior. O fato de terem agora *os olhos abertos* faz com que as emigrantes critiquem o modo de vida local por sua estagnação, pobreza, sujeira e maus hábitos. Em um discurso ambíguo, que varia entre a exaltação da Boa Vista como o melhor lugar do mundo e as duras críticas ao modo de vida local, elas se diferenciam dos locais em um jogo de aproximação e distância.

O tradicional Encontro de Emigrantes, promovido pela Câmara Municipal, é o momento em que essa diferença fica bem marcada. O encontro é anual e tem por objetivo a abertura do diálogo com os emigrantes. Além dos membros da Câmara, costumam estar presentes representantes dos principais bancos do país, da companhia aérea TACV e do governo do Estado. As instituições representadas ouvem queixas e observações dos emigrantes presentes e, depois, tentam informá-los e esclarecê-los. O encontro tem a duração de um dia e, após o debate, é oferecido um almoço aos participantes. As reclamações são muitas e o alvo principal é a TACV,

considerada incompetente e cara e acusada de fazer pouco por “quem movimenta o país”. O segundo alvo principal é a alfândega. Os emigrantes se queixam de pagarem preços e taxas abusivas quando desejam enviar cargas para as construções de suas casas ou para ajudar os familiares. Reivindicam também um tratamento especial, pois movimentam “a alfândega do país, que acaba por ganhar muito dinheiro em cima de quem está lá fora tentando construir uma vida melhor”.

Por último, é a Câmara Municipal que recebe diversas queixas sobre o estado em que a ilha se encontra. Na reunião de que participei, as reclamações se repetiam nas vozes dos emigrantes que pediam a palavra. As questões eram sobre excesso de lixo, falta de higiene, agressividade por parte de quem nem é da Boa Vista, problemas com a juventude local. Uma mãe se revelava preocupada, pois, quando saiu da Boa Vista, deixou-a de um jeito, e agora, quatro anos depois, voltou e não reconheceu sua ilha. “Os filhos que deixei aqui para poder espiar vida lá fora, os encontrei em péssimo estado, sem ir à escola e dando problemas para minha família, é preciso fazer alguma coisa!”

Por vezes, a reunião decorre com reclamações mais acaloradas. Em resposta, os representantes das instituições esclarecem muito pouco. Centram seus argumentos na valorização do emigrante e nas vantagens da emigração. “Vendem” alguns produtos criados para que os emigrantes tenham maior espaço na sociedade e, por consequência, sejam incentivados a investir nela.

No restante do dia, durante o almoço de confraternização, ouvi comentários de reprovação às reclamações feitas pelos emigrantes. O grupo de residentes reclamava que os emigrantes só fazem criticar quem ficou e “esquecem que, quando foram, Boa Vista estava muito pior do que é hoje, e agora, só porque foram viver fora, ficam fazendo um monte de exigências e não veem o que melhorou”.

Os meses de verão decorrem nesse ambiente de descontração e de disputas, ambas inerentes ao reencontro. As confraternizações (principalmente, festas, passeios no mar e acampamentos) são os momentos privilegiados de interação entre retornantes e locais. Porém, à medida que se aproxima o mês de setembro, o clima de alegria, festa e rumores dá espaço ao sentimento pesado da despedida, a hora da partida se aproxima e, em breve, o *marasmo*

tomará conta das vidas de quem fica. A partida é vivida com a resignação típica de quem se diz acostumado com as idas e vindas, afinal de contas, “para voltar é preciso sair”. As disputas são suspensas, dão lugar ao sentimento de saudade e à esperança de também partir um dia.

## **TRAJETÓRIAS IDEAIS**

Ao longo deste capítulo, descrevi e analisei a estrutura migratória da ilha da Boa Vista. A discussão aqui suscitada gira em torno das circunstâncias que encorajam as mulheres a emigrar, retornar e ficar, sendo influenciadas tanto por um *ethos* de emigração quanto pelas experiências locais.

Mayer, em seu estudo sobre a mulher Xhosa, mostra que ela vê Londres como uma fuga para sua sujeição ao homem e a outras mulheres. A maioria concorda que Londres é o lugar para ser livre e independente. Como salienta o autor, as mulheres têm razão de gostar deste novo ambiente, onde o *status* depende menos do que é dado e mais do que é conquistado. Embora as distinções de sexo e idade continuem a ser relevantes nas relações interpessoais, algum dinheiro pode ser ganho, propriedades podem ser construídas ou adquiridas e experiências podem ser vividas sem depender do sexo, da senioridade ou do *status* conjugal (Mayer, 1961 *apud* Little, 1973).

Da mesma forma, a valorização de bens e valores externos ao universo boa-vistense faz da emigração a melhor saída para as mulheres da ilha. Apesar de parecer contraditório, é na condição de emigrante que elas podem exercer de forma plena sua posição de centralidade na família, pois têm a seu favor o domínio de bens e valores fundamentais para viabilizar uma boa vida para si e seus parentes.

A trajetória de vida ideal para essas pessoas implica circulação. Entre as razões para emigrar analisadas aqui, a valorização da categoria movimento (*versus* estagnação) aparece como ponto comum. Sair é importante não apenas pelas possibilidades financeiras de melhoria de vida, mas pela necessidade de *abrir os olhos*, ver o *mundo lá fora*. E tão importante quanto sair é fazer circular bens, informações e valores por intermédio das encomendas e da comunicação com a terra natal. Nesse processo, os retornos periódicos aparecem como momentos privilegiados de troca entre locais e emigrantes, em que estes contribuem para alimentar uma

visão do estrangeiro.

A mobilidade é parte da concepção de uma vida boa, é signo de sucesso do projeto emigratório. A análise dos retornos periódicos revela que é importante não simplesmente emigrar, mas também realizar uma série de movimentos no espaço. É no verão que os movimentos espaciais atingem o clímax e que as ideias sobre as transformações na vida de quem saiu e quem ficou são atualizadas. Pelos conflitos, consequentes da posição ambígua que as retornantes assumem, essas relações são renovadas e o sentimento de pertencimento é reforçado.

Continuarei a tratar destes temas no próximo capítulo. Mais uma vez, o conceito de mobilidade e/ou circulação será importante para entender as mudanças periódicas nas formas de residência e na constituição do grupo familiar. Tendo contextualizado, primeiro, as características da vida familiar da Boa Vista e, segundo, o processo de emigração feminina da ilha, agora quero chamar atenção ao fato de que é preciso observar os efeitos, na esfera familiar, desse processo circular que muda continuamente e atualiza as relações familiares.

---

<sup>1</sup> Trabalhos recentes sobre o fenômeno emigratório cabo-verdiano ressaltam que ele não pode ser entendido somente por explicações econômicas e sim em sua diversidade de causas e efeitos. O ponto de partida deste capítulo – quem emigra? – segue a linha desses trabalhos, de não tratar a emigração cabo-verdiana como um fenômeno uniforme e preso a percepções convencionais. Sobre o tema, ver os trabalhos de Akesson (2004), Carling (2001) e Dias (2000).

<sup>2</sup> Ver também Assis (2007), Basch; Schiller; Blanc (1994), Fleischer (2002), Lobo (2010), Martes (1999), Parreñas (2005).

<sup>3</sup> Breger e Hill (1998); Bryceson e Vuorela (2002); Chamberlain (2009).

<sup>4</sup> De acordo com Monteiro, em fevereiro de 1963, a Itália atravessava um *boom* econômico e, ao mesmo tempo, enfrentava uma carência de mão de obra no setor doméstico, convertendo-se numa nova terra prometida para as cabo-verdianas.

<sup>5</sup> Já ouvi em algum contexto que o uso dos nomes fictícios em etnografia é como “um gato que se esconde e deixa o rabo de fora”. Apesar de tender a concordar com tal comparação, adotei a estratégia ao longo desta obra por razões já expostas anteriormente. Porém, o caso de Dona Teodora se constitui uma exceção; este é realmente seu nome e os motivos se tornarão claros no decorrer do relato de sua trajetória.

<sup>6</sup> Carling (2004) diferencia três tipos de emigrantes retornados: os retornados clássicos (que voltam com uma pensão adquirida no país de emigração), os retornados de mãos vazias (os que fracassaram, ou seja, retornaram tão pobres quanto foram) e os intermediários (que não tiveram sucesso pleno, mas construíram algo, uma casa, por exemplo). Entre as mulheres retornadas da Boa Vista, conheci somente D. Teodora como um exemplo de sucesso pleno (retornada clássica). Grande parte das ex-emigrantes pode ser inserida na categoria de retornadas intermediárias. A meu ver, a explicação deste fenômeno tem origem no compromisso da mulher emigrante com a família deixada na Boa Vista.

<sup>7</sup> O problema da adaptação ao país de acolhimento foi tratado nos estudos sociológicos clássicos sobre o fenômeno migratório.

<sup>8</sup> Dados sugerem que algumas cabo-verdianas eram enganadas pelas patroas. Pelas dificuldades com a língua e certa dose de ingenuidade, muitas delas perderam sua condição de legalidade porque as patroas não cumpriam a burocracia de renovação dos *papéis*, o que as obrigava a retornar. Outras retornaram sem direitos adquiridos porque achavam a burocracia *muito complicada*.

<sup>9</sup> Seria interessante tentar encontrar essas respostas nos casos de São Nicolau, São Vicente e Sal, ilhas em que a emigração feminina também é importante, porém não é majoritária.

<sup>10</sup> Bons exemplos de retornados clássicos, segundo a categorização de Carling (2004).

<sup>11</sup> No período em que trabalhei como professora no Liceu da Boa Vista, ficava impressionada com a qualidade das roupas e dos calçados dos jovens. Isso era mais intrigante quando conhecia seus locais de moradia, geralmente casas muito humildes.

<sup>12</sup> As razões econômicas são as principais motivações para a migração internacional, conforme aponta uma série de trabalhos sobre o tema. Não é, portanto, uma peculiaridade cabo-verdiana.

<sup>13</sup> Da década de 1950 até início da década de 1980, a principal fonte de renda na Boa Vista vinha da fábrica de conservas de atum, a Fábrica Ultra. Os empregos eram sazonais e, na época em que a Fábrica estava fechada, a população não tinha opção de renda com a qual pudesse contar. Esses períodos são lembrados por todos pelas dificuldades e pela miséria.

<sup>14</sup> Entre as moças jovens, especialmente, aquelas que concluíram o ensino secundário, há uma preferência por sair para estudar no Brasil ou em Portugal. Assim como no caso de Ivone, articulações são feitas para conseguir bolsas de estudo ou algum outro tipo de benefício para estudar no exterior. Nesses casos, a emigração surge como consequência da saída ou mesmo como uma segunda opção. Observo operar um sistema classificatório onde Brasil e Portugal são destinos de estudo e Itália é destino de trabalho. Há, também, uma hierarquização, ou seja, sair para estudar traz mais *status* do que sair para trabalhar. Isso ficará mais claro ainda neste capítulo.

<sup>15</sup> Gilsa encontra-se no Brasil desde julho de 2005. É estudante de administração em uma faculdade brasileira.

<sup>16</sup> Veremos, no sexto capítulo, que o desenvolvimento turístico constitui, hoje, uma possibilidade concreta de emprego na ilha. Ainda assim, a emigração continua sendo encarada como a saída prioritária para melhorar de vida. O turismo acaba incorporado no discurso local como mais uma possibilidade para tentar emigrar.

<sup>17</sup> Sobre uma análise do processo de obtenção de vistos de turismo, ver Carling (2004).

<sup>18</sup> Hoje, mais do que nunca, essa circulação de informações não é mais privilégio das emigrantes. Boa Vista está cada vez mais ligada ao mundo por intermédio dos meios de comunicação e pelo turismo. Ainda assim, a perspectiva de *quem já foi* é de suma importância para a construção das imagens sobre o estrangeiro. As emigrantes têm a autoridade de quem já *viveu* essa experiência.

<sup>19</sup> Dias (2000) utiliza a categoria de retornante para analisar os emigrantes que retornam periodicamente para a ilha de Santiago. Uso a categoria aqui no mesmo sentido que a autora, na tentativa de dar conta da mobilidade destas emigrantes que voltam para a terra natal, mas não têm a intenção de nela permanecer.

<sup>20</sup> Histórias de fracasso povoam as conversas sobre emigração. Na Boa Vista, elas são mais ligadas aos homens que saíram e voltaram *ruins da cabeça* por causa da bebida ou de *alguma coisa que colocaram na bebida deles e os deixou loucos*. Apesar de raro, consegui casos de algumas mulheres que também retornaram *ruins da cabeça*. Em se tratando de mulheres, o fracasso está mais relacionado à *fraqueza de cabeça*, ou seja, ao deslumbramento diante de tantas possibilidades que a vida lá fora oferece. Muitas emigrantes são apontadas como *sem cabeça* (sem juízo), pois passaram tantos anos na emigração e não construíram nada, gastaram seu dinheiro em besteiras (cosméticos, roupas), em paródias e na *vida boa*.

<sup>21</sup> No próximo capítulo, tratarei da importância e do impacto desses rumores na esfera familiar.

## TÃO LONGE E TÃO PERTO

A emigração cabo-verdiana é um processo que envolvia somente os homens. Por isso, o regresso à Ilha de origem, para constituir família ou passar a velhice tranquila, era um fator rotineiro. Ocasionalmente, uma ou outra senhora cruzava o oceano ao encontro do esposo que preferia radicar-se no exterior.

A evasão de mulheres começou timidamente. Hoje, às levas, quais rosas peregrinas, elas navegam quimeras e decepções nos países além-mar. Povoam fábricas e casas de família. Enfrentam obstáculos, inclusive a barreira linguística, para garantir condignamente a sobrevivência [...]

São heroínas, forasteiras do destino, a quem competia à nação amparar e proteger. Esse tipo de evasão empobrece a nação denunciando-a porque, em seu bojo debandam-se mães, esposas e irmãs. São elas vítimas do infortúnio, rosas peregrinas que compartilham a dor de nossa tumultuada existência.

“Rosas Peregrinas”, Arthur Vieira (1990)

Até o presente momento venho desenvolvendo o argumento de que, em meio a uma sociedade em que a fluidez e a mobilidade são tão valorizadas, o pertencimento à família é um fator central. Os valores culturais associados à ideia de uma “boa vida familiar” estão inseridos em um contexto social que é marcado pela mobilidade populacional e em que a conectividade socioeconômica em escala global tem se constituído como uma estrutura básica de sobrevivência e existência. Desta forma, a noção de família na Boa Vista não se adequa a um conceito de esfera familiar que pressupõe a convivência cotidiana, de caráter local, e vinculada a um espaço doméstico contínuo e delimitado.

Como afirma Hansen (1992) ao analisar a dimensão da domesticidade em contextos africanos, as denotações do termo “doméstico” geralmente envolvem um espaço ou lugar físico (casa), atividades relacionadas a ele (trabalho ou afazeres domésticos) relações que implicam poder (controle, domesticação). Por outro lado, a mesma autora afirma que o domínio do doméstico não pode ser definido de forma estática, mas deve ser concebido como um campo analítico para o estudo, com significados culturais que variam histórica e culturalmente.

Este é o desafio que me proponho a enfrentar nesta obra: entender uma concepção do doméstico ou do familiar que anda junto com práticas de dispersão e emigração de alguns de seus membros. Meu

objetivo é dar conta de um contexto em que as obrigações familiares (sociais e econômicas) não estão concentradas em unidades nucleares, mas fazem parte de amplas redes de relações entre parentes que se encontram distantes no espaço e no tempo e que, ainda assim, desempenham importantes papéis.

Veremos a partir dos dados etnográficos que a distância espacial não diminui, necessariamente, a proximidade das relações de parentesco. As concepções de proximidade ou intimidade na esfera familiar boa-vistense estão menos ligadas às noções de tempo e espaço do que à reciprocidade das interações, dos cuidados e do cumprimento das obrigações entre membros da família. Na análise de três tipos de relações fundamentais – das mulheres emigrantes com seus pais, companheiros e filhos –, demonstrarei que o que importa é o fato de os membros estarem desempenhando os seus papéis, mesmo que distantes fisicamente.

Para entender meu argumento de que, embora espalhados, mães, filhos e avós mantêm laços fortes, e mais, que embora próximos pais e filhos continuam distantes, recupero o diálogo com a noção de *relatedness* tal como proposta por Carsten (2003) e Van Der Geest (2004). Tal concepção dá conta de relações que são “construídas pela prática cotidiana”, mais do que por uma natureza imaginada ou pela existência de laços de sangue. No universo do parentesco, haveria um espaço a ser preenchido por signos de proximidade: dar e receber, dependência mútua, trocas recíprocas de valores materiais, de conhecimento e de sentimento.

Como procurarei salientar pela etnografia que apresento a seguir, as relações entre parentes na Boa Vista precisam ser praticadas em solidariedade e assistência recíproca. Se isso não acontece, não há algo em comum, e os laços familiares se tornam tênues. Então, não é a distância física que afrouxa os laços entre mães e filhos, pais e filhos ou marido e mulher, mas a quebra das formas de compartilhar. Se, mesmo na emigração, os parentes conseguem criar e recriar relações de interação, cuidado e afeição por trocas recíprocas, ou seja, construir uma base comum, a relação permanece forte e importante.

## **FAMÍLIAS DE EMIGRANTES**

Cláudia foi criada longe da mãe, que emigrou quando ela tinha 10 anos. Graças a sua saída, a família de Cláudia possui uma casa

grande e confortável no centro da Vila de Sal-Rei, nunca passou necessidade e, com o passar do tempo, todas as mulheres da família conseguiram sair para a emigração. Cláudia vive atualmente na Itália, na mesma cidade em que se encontram a mãe e as irmãs. Ela partiu há seis anos, deixando cinco filhos na Boa Vista. O pai dos três primeiros também é emigrante e vive bem na Inglaterra. Ela conta que ele tem “feito sua vida” por lá, inclusive já formou nova família, e nunca deu qualquer ajuda aos filhos que ficaram. Os dois mais novos, cada um tem um pai diferente, mas a história é a mesma: os pais nem se lembram que os filhos existem, apesar de viverem próximos fisicamente.

Mesmo com a ajuda que recebeu da mãe para cuidar dos filhos, Cláudia sempre levou vida dura na Boa Vista. Relata que nunca teve medo de trabalho e que, quando era preciso, trabalhava como homem. Chegou a carregar pedras na construção do Marine Club.<sup>1</sup> “Trabalho na Boa Vista sempre foi difícil, por isso não podia escolher. Além disso, tirando minha mãe, nunca tive a ajuda de ninguém, muito menos de meus pais de filhos!”

Seu sonho era emigrar, pois “na Boa Vista se trabalha como um burro e não se consegue construir nada, mal se consegue o que comer. Lá na Itália não é assim, a vida na terra de gente é mais dura que na Boa Vista, mas com o que ganho, envio para a família e ainda consigo comprar o que quero para mim e para os meus”.

Sua grande tristeza é estar longe dos filhos. Em nossa conversa, ela até levanta a possibilidade de levá-los, mas diz que se o fizer não terá condições de construir uma casa e um futuro. Explica que os filhos devem ficar na Boa Vista para que ela consiga fazer o dinheiro render. O mais novo tem seis anos e vive com a companheira do irmão de Cláudia. Os quatro maiores estão espalhados, dois nas casas das famílias paternas (com as avós), e os outros na casa que foi construída pela mãe de Cláudia e que abriga os dois filhos homens e suas famílias. Ela relata que a vida não tem sido fácil para suas crianças, mas que todos têm que fazer sacrifício.

Apesar da distância, Cláudia se considera próxima e presente no dia a dia das crianças. “Não há um dia que não pense neles e que não lamente pelo fato de estar longe.” Para aliviar a saudade, telefona todas as semanas, manda encomendas e dinheiro, está sempre preocupada em saber se estão bem e precisando de algo. Esclarece-

me que eles entendem sua ausência e sabem que ela faz o sacrifício de viver na terra dos outros por eles. Além disso, está sempre fazendo o esforço de voltar para a ilha no verão.

Desde que emigrou, tirou férias duas vezes. A primeira quando a avó que a criou morreu e a segunda em 2004, período em que nos conhecemos. Diz que voltar para sua terra é a maior alegria que pode ter, vive na Itália pensando no dia em que poderá retornar. Porém, tem que ter paciência. Antes de retornar é preciso construir sua casa com um espaço para abrir um negócio e viver tranquila em sua terra. Enquanto isso, vai fazendo o que pode para ajudar seus meninos a terem um futuro melhor.

Quanto ao namorado, também define a relação como difícil. Cláudia diz ser ciumenta. Apesar de saber que não se pode exigir fidelidade de um homem, especialmente se a mulher está longe, o casal vive muitos conflitos por causa do que fica sabendo quando está na Itália sobre as *pequenas* que ele arranja em sua ausência. “Por isso brigamos muito, mas o importante é que quando chego, ele se dedica só a mim. Todas as outras vão para o banco!”

O relato acima levanta algumas questões importantes. Especialmente quando crianças estão envolvidas, emigrar não é escolha fácil para as mulheres. Elas enfrentam o dilema de querer seguir o sonho da emigração, mas têm que abrir mão (pelo menos num primeiro momento) do laço de proximidade física que caracteriza o binômio mãe-filho. Na perspectiva das mulheres boa-vistenses, é difícil ter ambos: viver com os filhos e sustentá-los. Nesse contexto, a decisão de partir passa a ser entendida como forma eficaz de melhorar a vida dos filhos por meio de um sacrifício que é partilhado por todos na família – o das crianças é o de serem criadas “sem a mãe”. Essa decisão requer a participação de todos da família e um duplo desafio: o primeiro, antes da partida, de criar uma estrutura de apoio para os que ficam, e o segundo, uma vez lá fora, lançar mão de ações para se manter próxima.

### **Viabilizando a partida**

As relações entre pais e filhos são normalmente caracterizadas pela distância e formalidade. Nos casos de emigração masculina na Boa Vista, são frequentes os relatos como o de Cláudia, em que o pai emigrou, constituiu família fora e não mantém contato com os filhos deixados na ilha. Como é comum o sentimento de que o homem não

tem apego às questões de família, é de certa forma esperado que ele “esqueça” os seus familiares quando sai. Isto não significa que tal afastamento não cause desapontamento, principalmente, para os filhos.

Entretanto, é preciso contextualizar o discurso da distância masculina segundo os boa-vistenses. Devo lembrar que não são somente as mulheres que emigram na Boa Vista, embora elas sejam a maioria. Num contexto mais amplo (Cabo Verde como um todo), os homens emigram mais do que as mulheres e as remessas aparecem como recurso fundamental para a economia do país. Como explicar, então, a ideia recorrente de que o homem é distante e não tem apego à família? Para sair desse impasse, sugiro prestarmos menos atenção ao papel do homem como marido-pai e vermos os personagens masculinos de forma mais ampla, como membros da família.

No caso de Cláudia, apesar de ela dizer que não tem o apoio dos pais de seus filhos, pode-se observar que toda a rede de solidariedade feminina formada no sentido de facilitar sua saída foi mediada por um personagem masculino. Como sua mãe não estava presente para assumir os cuidados com os filhos, nossa informante lançou mão das avós paternas e da companheira de um dos irmãos para *aguentarem* as crianças. O vínculo estabelecido foi entre mulheres, mas passou pela mediação da relação com um homem, ou melhor, com os homens com os quais ela teve filhos, e por seu irmão. Mais interessante ainda é salientar que uma das avós paternas que assume a responsabilidade pelos netos é a mãe do *pai de filho* emigrado, que manda remessas regulares para a mãe.

O que essa contextualização nos mostra é que o discurso de que o *pai de filho* não ajuda e é uma figura distante para a mãe e os filhos, vem diretamente do discurso das mulheres. Porém, se observarmos um contexto mais amplo, perceberemos que a ausência física do homem não equivale à ausência simbólica; sua presença muitas vezes é garantida e assegurada pela participação de suas irmãs, tias ou mães na vida das crianças. Ter um *pai de filho* pode, portanto, ampliar as possibilidades de ter quem *agente* a criança em caso de saída da mulher.

Os vínculos que a mulher estabelece a distância acabam por gerar expectativas de que sua saída trará benefícios a todos. Assumir os filhos de uma emigrante pode significar a garantia de uma vida

melhor. Para que uma mãe emigre, é preciso que as mulheres (avós, irmãs ou filhas mais velhas) que ficam passem a assumir suas tarefas domésticas, a educação e os cuidados com os filhos. Então, sendo as mulheres atores centrais no universo familiar, é a permanência delas na ilha que viabiliza a emigração de outras mulheres do grupo doméstico. Como a história de Cláudia ilustra, o fato de a mãe ou de outra mulher da família não poder assumir as tarefas da futura emigrante pode adiar, encurtar ou mesmo inviabilizar um projeto migratório.<sup>2</sup>

Em minha pesquisa, pude acompanhar a angústia de Elsa ao tentar conciliar a emigração e os cuidados com os filhos. Assim como no caso de Cláudia, a base do problema está no fato de as avós maternas não se encontrarem disponíveis para assumir a criação dos netos. A mãe de Elsa também vive na emigração desde que ela era criança. Elsa foi criada pela avó já falecida, até que, aos 23 anos, a mãe conseguiu reunir a documentação para que a filha se juntasse a ela na Itália. Elsa já estava fora havia cinco anos e retornava periodicamente de férias para visitar a família e encontrar o companheiro. Após o último verão que passou na ilha, retornou para a Itália grávida. Conseguiu apoio dos patrões e teve a criança lá mesmo, porém, para continuar trabalhando e morando na casa deles, teve que trazer a filha para Boa Vista.

Ao longo do verão de 2004, Elsa tentou conseguir que alguém *lhe aguentasse* a criança. O problema era encontrar uma pessoa em quem confiar. “Não posso deixar minha filha com qualquer pessoa, tenho que ter a certeza de que será bem cuidada. Minha irmã tem muitos filhos e não é muito boa da cabeça [no sentido de não ser responsável]. A outra vive lá na barraca com um badio.<sup>3</sup> Minha sobrinha é cabeça leve, parece até que está grávida. Se minha mãe estivesse aqui, eu não teria esse problema!” Questionei sobre a possibilidade de a criança ficar com o pai e sua resposta foi enfática, “Deus me livre! Depois que eu for embora ele põe outra mulher dentro de casa para maltratar minha filha, isso nunca! Sento na Boa Vista, mas não deixo pixinguinha (prostituta) nenhuma pôr as mãos nela!” Questiono, então, sobre a avó paterna. Ela responde que seria uma opção caso ela já não fosse *mulher grande* (senhora idosa). Além disso, ela não tem filhas mulheres que possam ajudá-la.<sup>4</sup>

Num primeiro momento, não entendi a dificuldade de Elsa. Sempre que via a criança, ela estava sob os cuidados de alguma das irmãs ou

mesmo da sobrinha de *cabeça leve*. Ao longo do verão, Elsa e o *pai de filho* circularam por todas as festas, passeios e eventos e, sempre que eu perguntava pela filha, ela dizia que estava em casa com alguém tomando conta. Mais tarde, compreendi que o problema não era encontrar uma pessoa que cuidasse da filha, mas alguém que assumisse o *lugar de mãe*. Idealmente, esse lugar só poderia ser de sua mãe ou de outra parente confiável. Como a primeira não se encontrava presente e outras mulheres de maior idade não tinham disponibilidade, as opções de Elsa, dentro da esfera familiar, estavam restritas às irmãs e às sobrinhas.

Chegado o fim das férias, Elsa teve que retornar para a Itália com a filha. Para não perder os papéis, ou seja, o direito de entrar na Itália e de renovar a documentação, teve que arriscar levá-la. Isso implicaria colocá-la numa creche e alugar um quarto para morar. Segundo seus cálculos, os gastos que assumiria equivaleriam a mais da metade de seu salário. Elsa partiu em setembro de 2004 e em março de 2005 já estava de volta. Agora com a documentação renovada, teria mais tempo para tentar solucionar o problema. Ficar com a criança na Itália era, realmente, inviável.

Quando discuti essa questão com outras mulheres, observei que o fato de ter filhos pequenos é um problema, especialmente, nos casos de ausência ou falta de disponibilidade das avós. É claro que outras mulheres da família podem assumir as crianças, e isso acontece com muita frequência, porém, essa situação exige um nível de negociação diferenciado e, frequentemente, acaba por gerar conflitos familiares.

Teoricamente, qualquer mulher da família da mãe, ou até mesmo uma vizinha ou amiga próxima, pode assumir uma criança que fica; porém, muitas emigrantes reclamam que é difícil conseguir uma casa para deixar os filhos. Se para a avó, assumir um neto é um fato natural (e, como veremos no próximo capítulo, até desejado por elas), para as outras mulheres da família esta responsabilidade só é demandada quando não há alternativa. Não quero passar ao leitor a impressão de que ficar com filhos de outras é um fardo. A presença de uma criança estabelece um vínculo maior entre a família hospedeira e a emigrante, o que pode ser muito vantajoso para os que hospedam. A criança só passa a ser um peso quando a mãe não cumpre o papel de provedora. Vale salientar que, nos casos em que a avó não está disponível, encontrar outra mulher exige, por um lado, a negociação e o oferecimento de contrapartida por parte da emigrante e, por outro,

uma maior cobrança de quem fica pelo cumprimento das obrigações materiais de quem parte.

A seleção da mulher ideal para *aguentar* os filhos que ficam está na definição do que é “ficar no lugar da mãe”. Discutimos no segundo capítulo os casos de crianças que sofrem maus-tratos quando vão viver em casas de parentes ou amigos dos pais. O receio de que os filhos não recebam os cuidados adequados, que sejam tratados como empregados (assumindo todos os mandados da casa) ou que não recebam alimentação adequada é um tema recorrente quando uma mãe decide emigrar. É, portanto, uma preocupação central das mães emigrantes que sua substituta trate as crianças como se fossem suas.

A história de Marlice ilustra meu argumento. Marlice perdeu a mãe muito jovem, foi ela quem assumiu a casa e os cuidados com os irmãos mais novos. Anos depois, conseguiu emigrar com a ajuda de uma tia. Deixou a filha, que tinha um ano, sob os cuidados de outra tia materna. Hoje a menina tem 12 anos e já morou em cinco casas. Marlice conta que em cada casa houve um problema, acontecendo inclusive de enviar dinheiro todos os meses e a filha não receber nada.

Mesmo longe, Marlice conseguia monitorar e solucionar os problemas com a filha. A cada conflito mais sério, ela retornava a Boa Vista para mudar a menina para a casa de outro familiar confiável. Segundo ela, sempre há uma cunhada ou prima disponível, mesmo porque cuidar da menina significa receber todos os meses uma ajuda para as despesas da casa. Mas, se por um lado o dinheiro é um atrativo, por outro, é em torno dele que giram os conflitos entre as emigrantes e os familiares que permanecem na ilha. Por esse motivo, hoje, Marlice não se relaciona com alguns de seus parentes.

No olhar das emigrantes, o dinheiro que enviam é frequentemente desviado para outros gastos e não usado com os filhos. Reclamam que as pessoas na Boa Vista pensam que elas são ricas e que devem sustentar a todos da família. Ouvi muitos relatos desse tipo de conflito, em que as crianças se queixam de maus-tratos, de não receberem os presentes enviados pelas mães e de se tornarem as responsáveis por todos os afazeres domésticos das casas onde estão “hospedadas”. Para as mulheres que assumem as funções de mãe (e não estou incluindo aqui as avós), o dinheiro enviado pela emigrante quase nunca é o bastante. As reclamações são de que elas não enviam com

regularidade ou de que o que mandam não é o suficiente. Em sua visão, acabam por assumir não só os cuidados com as crianças, mas também a responsabilidade por seu sustento.

Apesar dos conflitos, assim como a emigrante depende dessa rede de solidariedade para poder efetivar um projeto migratório, as mulheres que ficam contam com a saída de um dos membros de seu grupo familiar para uma melhoria na qualidade de vida e para que tenham a possibilidade de sair no futuro. Nesse processo, a criança é o elo entre mulheres que partem e mulheres que ficam. Mesmo quando é a avó quem assume uma criança, outras mulheres auxiliam nos cuidados e buscam se aproximar da mãe que está fora. Os filhos são, ao mesmo tempo, um motivo e uma dificuldade para a efetivação de um projeto de emigração. E, uma vez que a mulher sai, eles são os grandes vínculos entre a mãe e a família.

### **Quando as mulheres saem**

A expectativa em torno das remessas é fonte de conflitos familiares também em outras esferas. Nos casos de pais idosos ou que vivem em dificuldades financeiras, os irmãos que permanecem esperam que a emigrante assuma a responsabilidade com os gastos relacionados à saúde e ao sustento deles. Frequentemente esse tipo de pressão é feito sob a justificativa de que, se ela está no estrangeiro, é porque foi apoiada pelos familiares. Então, nos momentos de necessidade, é ela quem tem a obrigação de retribuir. Nos casos de mulheres que deixaram filhos, essa obrigação é ainda maior.

É importante observar que tais obrigações não são impostas à emigrante somente pelos que ficam, ela mesma toma para si a responsabilidade de contribuir econômica e afetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos filhos, pais e demais familiares. Como veremos, há diversas maneiras de estar perto mesmo quando se está longe, e as remessas de dinheiro e de presentes fazem parte dessas estratégias de aproximação.

Monteiro (1997) afirma que, por causa da emigração feminina, se observa uma fragilidade do núcleo familiar monoparental constituído pelo binômio mãe-filho. No plano familiar, a emigração exerceria um papel importante na transformação e no afrouxamento das estruturas de base e, pouco a pouco, emergiriam na sociedade cabo-verdiana diversos tipos de família em oposição à família tradicional.

As relações familiares das emigrantes tendem a se fragilizar com a distância, mas meu argumento é de que não há, necessariamente, um afrouxamento das estruturas. A situação que analiso mostra que, apesar da ausência prolongada, a mulher emigrada consegue manter uma relação estreita com os familiares na ilha e que, mediada por uma rede de informações entre mulheres e pela forte ligação com os filhos, ela não só é informada sobre os acontecimentos, mas é um membro presente nas decisões diárias do grupo. Diversas são as estratégias utilizadas para que essa relação seja atualizada apesar da distância.

A comunicação por telefone é um meio eficaz na manutenção dessa proximidade com a realidade local. As emigrantes telefonam semanalmente para parentes e amigos e são informadas do que acontece na ilha. Os contatos a distância não são novidade em Cabo Verde: saudações e notícias vêm sendo tracadas ao longo das décadas por meio de cartas e mensagens. Com a modernização dos meios de comunicação no país, a frequência desses contatos tem aumentado e se tornado um meio eficaz de aproximação.

Apesar de restritas, especialmente, a quem está em Boa Vista, devido aos preços altos, grande ênfase é dada às conversas telefônicas. Em todos os relatos de emigrantes que buscavam mostrar a preocupação de estarem próximas, apesar de viver por anos na emigração, observei a importância dada à frequência dos contatos telefônicos: “há cinco anos não voltava para minha terra, mas telefonava todas as semanas” (Lila). Tive a oportunidade de presenciar algumas dessas conversas percebendo que o contato não se restringe às conversas genéricas, ao contrário, a emigrante é informada de detalhes do dia a dia da família e da vida na ilha. Ela conta pouco de si: parece estar ávida por saber das “novidades” e suas interlocutoras são muito hábeis ao fornecer as informações.

Para quem está na ilha, essa é a oportunidade de comunicar suas necessidades e suas frustrações acerca da vida em Boa Vista, de demandar o envio de dinheiro ou qualquer outra coisa de que necessitem, bem como de expressar o desejo de sair e cobrar da emigrante a ajuda prometida nesse processo. Para as emigrantes, é o momento de expor seu sacrifício, explicar que a vida no estrangeiro é uma ilusão e, principalmente, é o meio que encontram para alimentar o sentimento de pertencimento à sua terra e à família deixada na ilha.

É por meio dos contatos telefônicos que as mulheres continuam a fazer parte da rede de rumores, essencial na vida cotidiana da ilha. É comum ouvir que as “italianas”, lá na Itália, sabem de eventos acontecidos na ilha antes mesmo que os habitantes locais tomem conhecimento. Algumas pessoas brincam dizendo que a Telecom (companhia telefônica local) tem uma via direta aberta entre a Boa Vista e a Itália, só isso justificaria o fato de as informações chegarem tão rápido àquele destino. Estar inserido nessa rede significa proximidade, pois só aos de dentro é permitido o acesso a informações veiculadas pelos rumores. Para exemplificar, cito meu caso. Apesar de ter vivido muitos anos na Boa Vista e, de certa forma, ter conseguido inserção em uma família cabo-verdiana por meio do casamento, raramente tinha acesso direto aos rumores familiares, pois era considerada de fora e, aos de fora, não é permitida a entrada em um mundo que é, como eles mesmos dizem, tipicamente crioulo.

A circulação dos rumores é tão importante que, na Itália, foram criados mecanismos de encontros que permitem o fluxo das informações, que são atualizadas semanalmente. Os encontros nos dias de folga, em praças ou centros de confraternização da comunidade imigrada, são os momentos de efervescência para as trocas de informações. As mulheres espalham rumores e ficam atualizadas sobre quem fez o quê, sobre os arranjos amorosos, as crises e as novidades da ilha. Emigrantes contam que os encontros semanais renovam suas energias para mais uma semana de trabalho. Nesses momentos, elas tentam recriar o ambiente boa-vistense para conseguir suportar a distância e a saudade. Relatam que os telefonemas e, depois, o compartilhamento das informações são fundamentais para a continuidade dos sentimentos de pertencimento aos grupos familiar e de vizinhança.

As trocas de encomendas são outro meio eficaz de estar em contato. Há um fluxo constante de bens e presentes entre emigrantes, seus familiares e amigos que residem na ilha. A troca a longa distância pode ser feita utilizando os serviços dos Correios e dos barcos de cargas, cada vez mais frequentes entre a Itália e a ilha da Boa Vista devido ao desenvolvimento turístico. Porém, o mais comum é utilizar do fluxo de pessoas para o envio de encomendas. Não aproveitar a viagem de um conhecido para o envio de qualquer lembrança é malvisto pelos familiares. Se o “esquecimento” não for imediatamente justificado, é interpretado como falta de interesse,

descaso e até ingratidão.

Tanto as remessas quanto a troca de presentes (ou encomendas) são interpretadas como signos de “ser lembrado” e como sinal de que a lealdade familiar não foi quebrada por quem partiu. É preciso ficar claro que os envios ocorrem de ambas as partes, por isso estou falando em troca. É obrigação da emigrante e dos familiares enviar coisas periodicamente. O que se troca é que é diferente. Cabe às primeiras o envio de dinheiro, bens adquiridos na Europa (roupas, sapatos, bijuterias da moda ou algum item específico encomendado por algum familiar) e medicamentos que sejam difíceis de encontrar nas ilhas. Aos locais, cabe o envio de coisas da terra: queijo, aguardente de cana, ponche, bolachas, pães, peixe seco, mariscos (especialmente lagosta) e doces. As emigrantes também solicitam o envio de fotos dos parentes, especialmente, dos filhos.

Como é de se esperar, esse fluxo aumenta no período do verão. O anúncio da chegada de cada emigrante gera expectativas por parte dos familiares e amigos mais próximos. Da mesma forma, a proximidade do retorno à Itália provoca uma corrida às casas das emigrantes para que levem pequenos (por vezes nem tão pequenos assim) pacotes em sua bagagem. Pedir a alguém que leve uma encomenda, até mesmo quantias elevadas de dinheiro, não causa qualquer problema às pessoas da Boa Vista; pelo contrário, negar ser o portador é que é fonte de constrangimento e comentários maldosos.

Apesar de ser prática comum e “natural”, a troca de encomendas é uma constante fonte de tensões na esfera familiar. O primeiro conjunto de conflitos gira em torno das expectativas geradas pela troca. Isso não ocorre tanto quando ela parte de alguém que está na ilha, pois é relativamente fácil saber o que enviar para quem está fora do país. Qualquer coisa que remeta à terra natal e que cumpra a função de diminuir a saudade será recebida como um sinal de carinho por parte de quem está fora. Uma canção de sucesso reflete bem esse sentimento.

Dia que bô bá pa Cabo Verde bô perguntam O quê cum cria dalá pa bô trazem Oiá  
um pergunta que bô ta fazem Bô crê sabê o quê cum crê pa bô trazem Oiá um  
pergunta que bô ta fazem Bô crê sabê o quê cum crê de nha terra Trazem só um  
cartinha Pa ca pesá na bô mala Trazem só um cartinha Ma dôs regrinha Ma naquel  
cartinha trazem Morabeza Naquel cartinha trazem um Serenata Ma naquel cartinha  
trazem nha crêcheu Naquel cartinha trazem tude quel Mar Azul<sup>5</sup>

Só um Cartinha (letra e música: Lura)

Para quem está fora, qualquer signo que conecte à terra natal é importante para alimentar o sentimento de pertencimento e para manter a proximidade. O recebimento de encomendas significa que se é lembrado pelos que ficaram em Boa Vista. Isso é fundamental na relação a longa distância, pois a alimenta. Tanto é importante ser lembrado quanto é fundamental, para quem ficou na ilha, lembrar-se de uma emigrante. Quem envia, espera receber em troca. Estamos aqui no reino da reciprocidade, assunto antigo na antropologia. Porém, quando a encomenda é enviada por uma emigrante, a relação se torna mais complexa, pois, a depender do grau de proximidade entre quem dá e quem recebe, a troca pode ser fonte de conflitos. A emigrante deve não só enviar bens, mas em grande quantidade e de boa qualidade. Observei frequentes demandas por parte dos parentes que, quando não satisfeitas, eram motivos para acusações de avareza ou de ingratidão.

Em minhas visitas vespertinas, parei um dia na casa de Nha Tina para tomar um suco. Estávamos conversando sobre generalidades quando tocou o telefone; era sua filha Julinha chamando da Itália para informar que tinha enviado algumas caixas de encomenda por um barco que deveria chegar a Boa Vista na semana seguinte. A notícia logo se espalhou por toda a família. Antes de embarcar, há 15 anos, Julinha deixou duas filhas sob os cuidados de Nha Tina e ambas ficaram ansiosas por saber das novidades que a mãe havia enviado. Duas semanas mais tarde, ouvi que um barco da Itália havia atracado no cais da Boa Vista. Segui para a casa de Nha Tina, pois também estava curiosa para saber o conteúdo das encomendas. Julinha havia mandado roupas, a maioria usadas, alguns alimentos não perecíveis (café, chocolates, enlatados), produtos de limpeza para a casa e artigos de higiene pessoal. Diana e Rô estavam decepcionadas com o que receberam, me mostraram as roupas e perfumes e exclamaram: “Olha só, Julinha só mandou coisa chalalá (de má qualidade)! Isso aqui tem na loja do chinês aqui mesmo na Boa Vista, não precisava mandar da Itália!”<sup>6</sup>

Fica claro aqui o valor dado à troca de materiais na definição da qualidade da relação. As relações das emigrantes com seus familiares são descritas em termos de quem deu o quê para quem e em quais circunstâncias. As trocas materiais são obrigatórias e as mulheres são avaliadas, parcialmente, pelo quanto, o que e como dão aos parentes. Quando Julinha enviou artigos considerados de má qualidade para as

filhas, gerou um desapontamento geral, porque a troca de bens materiais é um instrumento importante para a manutenção do elo em situações de distância prolongada é tida como forma de compensar a ausência de um suporte emocional. As emigrantes vivem, portanto, na tentativa de encontrar um equilíbrio adequado para manter a relação viva.

Mas a troca constante de encomendas esbarra, ainda, numa outra fonte de tensões: a necessidade de envolver um terceiro, o portador. Um parente ou amigo próximo que viaja está sempre na posição delicada de não poder negar ser o portador de uma encomenda. Quando seu destino é a Boa Vista, o problema está na responsabilidade de trazer grandes somas em dinheiro. Ouvi muitos casos de pessoas que alegaram ter perdido o dinheiro no caminho ou ter sido roubadas, justificando o fato de a quantia não ter chegado ao destino final, o que pode gerar graves conflitos entre as famílias envolvidas. Mas o problema maior está no excesso de bagagem. Em meu diário de campo, encontro essa anotação:

Carla embarcaria para a Itália amanhã de manhã e estava superchateada com o tanto de encomenda que tem para levar, “só coisa de gente!” Vidros de doce, bolacha de São Vicente, milho pilado, queijo de cabra, garrafa de ponche e grogue e mais uma variedade de produtos daqui que as famílias mandam para os que estão na Itália quando tem alguém partindo, as tais encomendas! Isso é um grave problema, como bem define Carla: se você leva tudo que te dão para levar para os outros, corre o risco de deixar suas coisas para trás para levar coisas de gente; se você diz que não vai levar, as pessoas se chateiam e param de falar com você para o resto da vida e te chamam de tudo enquanto; se você resolve levar tudo, paga um monte de excesso!

Tensões como estas são constantes. Aqueles que partem passam pelo constrangimento de ter que levar grandes quantidades de encomendas, inclusive correndo o risco de serem barrados na alfândega do país de destino por portarem muitos litros de bebidas alcoólicas, frutos do mar, latas de atum e outras coisas. Observo que, apesar de verem a situação de portador como negativa, não se recusam a levar uma encomenda. Vemos aí, também, a importância da reciprocidade, pois se hoje é portador, amanhã o viajante poderá ser aquele que envia ou que recebe. A rede não pode, então, ser quebrada mesmo que isso cause constrangimentos nos aeroportos.

Essas são questões que devem ser constantemente negociadas na esfera familiar. As trocas a longa distância são fundamentais para manter as pessoas juntas. A própria existência de conflitos dá a noção

da proximidade. Só se espera algo de quem está próximo, os distantes não são nem lembrados e, conseqüentemente, não fazem parte da rede de reciprocidade que opera entre Boa Vista e Itália.

Ao buscar pelos padrões de personalidade africanos, Levine (1973) argumenta que as famílias africanas não têm que permanecer intactas residencialmente para que se mantenham social e psicologicamente reais para seus membros. Nem as obrigações de parentesco e casamento diminuem com a ausência prolongada de um de seus membros. A ausência física é mitigada por uma lógica transnacional de obrigações materiais. A análise de Levine aproxima o caso da Boa Vista do que ele chama de um padrão africano, no qual proximidade nem sempre quer dizer proximidade física. Este argumento será aprofundado mais adiante.

## **EMIGRANTES E SEUS PAIS**

Neste ponto do trabalho, considero já claro que, na Boa Vista, a relevância da proximidade geográfica não é um requisito para manter laços familiares estreitos. Vimos, também, que a qualidade e a quantidade dos contatos variam, dependendo da manutenção de obrigações recíprocas entre os que saíram e os que permaneceram. Porém, sempre será possível argumentar que esse jogo de reciprocidade transnacional não passa de uma forma de mitigar a distância física e que certas tarefas importantes da vida familiar são impossíveis de serem realizadas a distância. Defendo que a ideia de “cuidados a distância” contrapõe esse argumento e que, por meio destes cuidados, parentes distantes conseguem ser tão presentes quanto aqueles que convivem diariamente.

As relações entre pais e filhos, especialmente entre mães e filhas, são de fundamental importância na esfera familiar cabo-verdiana. Assim como as mães dão apoio aos filhos, espera-se que estes retornem os cuidados recebidos quando as mães e os pais estiverem idosos. A emigração das filhas, em grande parte apoiada e incentivada pelos pais, parece se constituir em uma estratégia interessante para a obtenção de apoio material e financeiro na velhice.

Mas algumas questões surgem daí: será que a distância prolongada acabaria por reduzir não só a frequência das visitas e dos contatos telefônicos, mas também as remessas e o apoio inicialmente proporcionado com a distância? Nesse sentido, os filhos próximos

acabariam por assumir o papel de cuidar e de ser responsáveis pelos pais, enquanto os que se encontram fora tenderiam a se distanciar. Por outro lado, os cuidados das filhas distantes se restringiriam a dar apoio material, ou elas lançariam mão de estratégias de aproximação?

Para dar conta dessas indagações com relação à distância geográfica no universo dos cuidados para com os pais, é preciso analisar a importância do que vou denominar de cuidados a distância. Meu argumento é de que, em geral, as emigrantes não só buscam se manter próximas ao longo do tempo (por intermédio das estratégias já analisadas neste capítulo), mas também cumprem importantes funções de ajuda e apoio, não só material. Minha definição de cuidados incorpora, então, a angústia presente no discurso das emigrantes que revela tanto a prática e a emoção de cuidar dos pais pela frequência dos contatos, lançando mão de formas de aproximação, quanto o sentimento de perda, de “estar longe”, sem participar da interação diária e de eventos cruciais, tais como a morte de um dos pais. Veremos que essa é uma angústia inerente ao processo migratório feminino no que se refere também às relações entre mães emigrantes e seus filhos.

Baldock (2000), em um artigo que trata dos cuidados de filhos emigrantes aos pais que ficaram em casa, afirma que estudos sobre as relações familiares intergeracionais têm sido importantes nas análises sobre família. Segundo a autora, tais pesquisas teriam ajudado a demolir a teoria da família nuclear moderna no mundo ocidental, dando exemplos de casos de pais que dão suporte financeiro e emocional a filhos adultos que saíram de casa para constituir novas famílias. No sentido inverso, há também estudos que mostram como os filhos adultos têm se tornado particularmente responsáveis pelas necessidades dos pais idosos, especialmente, quando se tornam viúvos (Baldock, 2000).

A autora argumenta que há um paradoxo interessante na literatura sobre as relações intergeracionais no mundo ocidental – seu estudo de caso se dá entre intelectuais europeus que emigraram para a Austrália. Se, por um lado, está claro que a proximidade física não é garantia de laços próximos, por outro, há a persistência em achar que certos cuidados dependem de íntima proximidade. Um exemplo disso é o sentimento de abandono que acomete os pais que não possuem filhos próximos.

Vimos no segundo capítulo que os laços entre pais e filhos adultos permanecem fortes e estreitos nas diferentes fases do ciclo de desenvolvimento doméstico. A tendência, em Boa Vista, é de que os filhos permaneçam na casa dos pais ainda adultos e com filhos. Mesmo quando vivem em casas separadas, especialmente, as filhas mulheres, sempre retornam às suas casas de origem para auxiliar a mãe, a avó ou as irmãs nas tarefas domésticas e cuidam dos pais nos casos de doença e nas dificuldades financeiras. É no mínimo curioso que, mesmo com nova família formada e vivendo em sua casa, os filhos continuem a se referir à casa dos pais como a “nossa casa”. Voltemos ao relato de uma informante com quem tivemos contato no segundo capítulo.

Ainda morei muito tempo em *nossa casa* mesmo depois que tive meus filhos, foi no filho cinco que saí para morar com meu *pai de filho*. Nós moramos em três lugares diferentes depois disso, mas aí papai morreu e mamãe ficou aqui, já estava idosa e era eu quem cuidava dela, pois minha irmã estava fora. Então, eu deixava os filhos para trás e vinha cuidar dela, até que resolvi que ou se pagava renda (aluguel) ou se comia, e aí virei para trás e vim de novo para *nossa casa* com toda a família.

Quando mamãe morreu a casa já estava velha, era de palha e quando chovia era um horror. Aí meus irmãos disseram: vocês fazem um esforço e consertam a casa que nós te damos a nossa parte! Foi assim que foi feito, todos os irmãos me deram as partes deles porque nós éramos muito unidos. Eles sabiam que eu cuidei de nossa mãe até ela morrer, ela morreu em minhas mãos e eles reconhecem isso.

É comum que uma filha mulher assuma a responsabilidade sobre os cuidados diários com os pais idosos. No caso acima, tal característica assume um caráter cíclico. Hoje ela tem duas filhas, além dos filhos e netos que ainda moram com ela, que dividem as responsabilidades domésticas e cuidam dela. Os que já têm suas residências fazem visitas diárias, ajudam na alimentação e até mesmo auxiliam os pais financeiramente.

Quanto à qualidade da relação com as filhas que vivem na emigração, uma senhora me disse ter muita sorte, pois todas são muito boas e não se esqueceram de seus pais. Ela sente orgulho em contar que recebe remessas frequentes das filhas e que uma delas está até organizando sua ida para a Itália para fazer um tratamento de saúde. Quanto ao pai, elas se reuniram “lá fora” e decidiram que ele não precisa mais ir para o mar, já está idoso e não tem mais necessidade de correr riscos. Elas mandam o necessário para comprar as coisas de que eles precisam. Além disso, os filhos que

vivem na Boa Vista também se juntam para dar qualquer ajuda, um traz peixe, outro o feijão, e assim vão vivendo. A mulher considera ter uma família feliz, “sempre ajudei meus pais e meus filhos, agora ajudo meus netos, que vivem todos aqui em casa. Meus filhos, como não são ingratos, me ajudam da maneira que podem. Quem tem mais possibilidades, ajuda com dinheiro, alimentos, roupas; quem ainda não está orientado, ajuda com as crianças e com os mandados, cada um dá o que pode.”

O relato vem fortalecer meu argumento de que a emigração feminina, dentro do quadro geral do fenômeno migratório cabo-verdiano, opera estrategicamente no sentido de reproduzir um tipo de organização familiar baseado em solidariedade mútua. No caso dos cuidados que filhos adultos devem assumir quando os pais estão idosos, a saída de alguns membros permite uma divisão das tarefas e a possibilidade de certa segurança econômica. Os que permanecem assumem os cuidados diários e os que partem dão suporte financeiro.

Os cuidados a distância seguem a mesma linha das estratégias de proximidade que venho discutindo neste capítulo: as emigrantes mantêm contatos frequentes com os pais por meio de cartas, telefonemas, visitas de retorno, pela participação nas tomadas de decisão sobre questões de saúde e bem-estar e por meio da ajuda financeira. Percebi também que a opinião das filhas que estão fora é fundamental quando a família tem que tomar decisões acerca dos pais. Qualquer negociação familiar que envolva questões de saúde, reforma na casa ou viagens só é feita após conversa telefônica com aqueles que estão fora. Lembremos que, para os boa-vistenses que ficaram, as emigrantes têm uma mente mais aberta, já viram o mundo lá fora e, conseqüentemente, têm algo a dizer a respeito de decisões importantes. Por outro lado, a consulta é fator fundamental na manutenção do sentimento de pertencimento de quem está distante.

Para os pais, esse tipo de arranjo permite que lancem mão de três tipos de cuidados. Recebem o suporte emocional, financeiro e os cuidados diários. Como salientou a informante, um valor fundamental na família boa-vistense é ter “bons filhos”, ou seja, filhos que não sejam ingratos e saibam dar continuidade ao sistema de ajuda que opera na esfera familiar. O sentimento de abandono não está, portanto, vinculado à distância ou à separação, mas à quebra das redes de relações pelos mais jovens, sejam filhos ou netos.<sup>7</sup>

Convivi pouco com Nha Miranda, uma senhora que morava próximo à minha casa na Vila de Sal-Rei. Ela tinha fama de ser agressiva, porque era “ruim da cabeça”. Apesar de ter tentado aproximação, ela não gostava de muita conversa e quase não saía de casa. Com o início da pesquisa, me dei conta, que Nha Miranda vivia só, fato raro na Boa Vista. Além disso, não recebia visitas – nem de crianças, que, como já vimos, estão presentes por toda parte e em quase todos os eventos da ilha. Com alguma insistência, consegui conversas reveladoras sobre Nha Miranda, que não parecia ser “ruim da cabeça”, mas uma senhora triste e angustiada por se sentir abandonada pelos seis filhos e dez netos.

Foram todos embora e esqueceram de mim, vivo aqui sozinha e só não passo fome porque aquelas que estão lá fora mandam alguma coisa de vez em quando, mas se eu morrer dentro dessa casa eles só irão saber quando sentirem o cheiro de morto! Ano passado, pedi ao meu filho que mora em São Vicente para que mandasse minha neta para vir morar comigo, pois já estou velha e preciso de companhia, ele negou! São mesmo uns ingratos, agora que não sirvo mais para nada, vivo jogada dentro dessa casa! Ajudei a fazerem suas vidas, pois Boa Vista não tem nada, e eles esqueceram que têm mãe.

O caso mostra uma falha no sistema familiar de Nha Miranda: ao ajudar todos os filhos a saírem da ilha, ela acabou por ficar sem o suporte emocional e os cuidados diários. Apesar de receber ajuda financeira das filhas que se encontram na emigração, se sente abandonada, pois não tem ninguém que cuide dela. O ideal para a manutenção do sistema de reciprocidade é que algum filho permaneça na ilha. Mesmo, quando isso não ocorre, ficam os netos, que, quando pequenos, recebem cuidados, mas muito cedo começam a assumir responsabilidades domésticas.

Quando os filhos não permanecem ou não disponibilizam netos para viverem com as mães idosas, são considerados maus filhos e geram um sentimento de abandono que, no caso de Nha Miranda, ocasionou um isolamento lido pela comunidade como loucura. Tais filhos são recriminados por todos, acusados de ingratos. Pelos dados que obtive, as acusações não passam pela questão de viverem fora, afinal, todos têm que *espíar suas vidas*, mas por terem abandonado a mãe, leia-se, não manter contato, não fazer visitas e, principalmente, não enviar os netos para fazer companhia a ela.

## **Doença e morte**

A maior angústia relatada por muitas outras emigrantes com quem

conversei é a dor de estar longe no momento da morte de um dos pais. Tive a oportunidade de presenciar algumas perdas entre as famílias que me receberam em suas casas e me apresentaram suas vidas. Estar presente neste momento é de fundamental importância, não importa os custos que isso implique. A ausência de um filho ao velório dos pais é motivo de comentários por parte dos outros e fonte de profunda tristeza e mágoa consigo mesmo. Rosinha, que foi criada na casa da avó e a considerava como mãe, chora todas as vezes em que lembra que não pôde vir dar um último beijo em sua *mamã*. Afirma que a dor de não ter estado presente é tão grande que não tem palavras para expressar, e promete que estará presente, custe o que custar, no enterro de sua mãe.

O momento da morte de um parente próximo é um dos poucos que não pode ser intermediado por signos de “proximidade a distância”. Nada – nenhum telefonema ou apoio financeiro para o funeral – substitui a presença e o apoio trazido pelo contato íntimo, por estar perto fisicamente. O interessante é que a cobrança não é externa ao indivíduo. É o filho distante que se culpa, cobra de si mesmo o fato de não ter trabalhado o suficiente, ou de não ter agido mais rápido para conseguir os documentos – as duas causas mais importantes de não poder comparecer no caso de uma morte repentina.

Por ocasião da morte da avó, Rosinha ainda era ilegal na Itália, por isso não pôde estar presente. Para ela, essa não é uma justificativa que lhe retire os sentimentos de culpa e dor. Rosinha lamenta que a emigração, que trouxe tantos benefícios à sua família (mostra a casa e os móveis ao nosso redor), também traga tanta dor e tanta separação. Chora por não ter tido a oportunidade de cuidar da mãe e diz que a vida do cabo-verdiano é injusta.

Nina teve mais sorte que Rosinha. Estava emigrada quando a mãe, que já vinha adoentada há dois anos, morreu repentinamente enquanto dormia. Porém, conseguiu reunir as condições (graças à ajuda de outras parentas emigradas) para ir ao enterro. Relata que fez um grande esforço e que o corpo teve que ser velado por mais de um dia na “casa do morto”, para que houvesse tempo de a filha comparecer. Já findava o segundo dia de velório quando resolveram que não se podia mais esperar. Seguiram então com o corpo para o cemitério do Rabil, todos angustiados porque Nina não poderia estar presente. No momento em que iam abaixar o caixão, alguém gritou que o avião estava chegando. Alguns homens entraram em seus

carros e seguiram a toda a velocidade para o aeroporto. Quando a filha chegou, os irmãos foram ao seu encontro e choraram muito, todos os presentes se emocionaram com a cena. Nina pediu, então, que abrissem o caixão, chorou muito abraçada à mãe, seu lamento era de cortar o coração. Perguntava à mãe que sentido teria voltar para sua terra se não a encontraria mais. Depois do choro intercalado por lamentos, foi Nina quem autorizou o enterro. Logo em seguida, as pessoas foram se dispersando. Todos seguiriam para tomar canja na casa da morta.

Dias depois, tive a oportunidade de conversar com Nina e a encontrei serena. Vestia luto e, juntamente com outros familiares, arrumava as coisas da falecida mãe. Prometia aos irmãos que jamais passaria tanto tempo sem retornar a Boa Vista e se sentia muito triste por não poder ficar de vez em sua terra. Comentou sobre o sacrifício que fez para participar do enterro e sobre a importância de ter enterrado a mãe. A percepção da fragilidade da vida e do significado da distância parece ganhar proporções maiores nos momentos de perda e as mulheres refletem sobre sua condição de emigradas. Como Nina coloca, “nem todo o dinheiro vai para o bolso! Que vida é essa em que, para termos uma vida melhor, temos que estar longe dos nossos! É vida de crioulo!” Apesar disso, duas semanas depois de nossa conversa, fiz parte do grupo que foi levar Nina ao aeroporto. Era hora de partir em meio a promessas de contatos mais frequentes no futuro. E foi cheia de bagagens.

## **RELAÇÕES AFETIVAS E EMIGRAÇÃO**

Como vimos no capítulo anterior, as dificuldades nas relações afetivo-conjugais podem ser um forte motivo para emigrar. O seu caráter conflituoso incomoda as mulheres, especialmente, porque sentem-se vítimas de homens que mantêm relações sexuais e afetivas com outras. As características tipicamente associadas ao *homem cabo-verdiano, conquistador* e de *pouca seriedade* com relação aos filhos e à família, juntamente com o caráter de *fraqueza* da mulher boa-vistense, aparecem como umas das fortes razões que levam as mulheres a saírem.

Há também a questão econômica. Já vimos que os homens não garantem uma renda segura com a qual a companheira e os filhos podem contar. São as mulheres, então, que devem fazer o sacrifício para sobreviver economicamente. Para elas, emigrar significa uma

esperança de independência e a possibilidade de prover a si e aos filhos, sem ter que recorrer ao homem ou à família. A noção de que a emigração feminina aparece como um caminho para sair de relações afetivas consideradas negativas estava presente no discurso de muitas mulheres com quem convivi, desde mulheres jovens até aquelas com idade adulta.<sup>8</sup>

Tchica vive com o pai de sua filha há cerca de cinco anos. Ela mora na casa dos pais, mas dorme com ele num quarto alugado. A relação é famosa na vila por causa dos conflitos: o homem é violento e a agride fisicamente com frequência. O roteiro é conhecido pelos amigos e comentado por todos: Tchica vai até a polícia, presta depoimento, ele é chamado a depor e, quando o delegado toma alguma decisão, Tchica retira a queixa. Essa sequência se repetiu inúmeras vezes, até chegar ao ponto em que as queixas já não eram registradas pelos policiais.

Minha aproximação com Tchica não ocorreu de forma fácil, pois eu tinha certo receio de abordá-la. Por intermédio de amigos comuns, fomos nos aproximando e, com o tempo, tive muitas oportunidades de falar sobre suas perspectivas. O gancho para entrar no assunto foi, justamente, a decisão que havia tomado após o último conflito, presenciado pela filha de quatro anos: Tchica iria emigrar. Estava tomando todas as providências e fazendo os contatos com uma irmã na emigração para que providenciasse os papéis. A família de Tchica vive bem para os padrões locais, seu pai foi marinheiro e hoje é proprietário de um minimercado bem localizado na vila. Tchica trabalhava com ele e não passava necessidades financeiras. Além disso, a irmã que foi estudar em Portugal e acabou por ir trabalhar na Itália enviava tudo de que ela e sua filha precisavam. Sua decisão não tinha, então, uma base econômica.

A decisão de emigrar tinha origem na sua relação com o pai da filha. Não aguentava mais viver com ele, porém, não conseguia deixá-lo. Relatou-me as inúmeras vezes em que se separaram por causa de sua agressividade, mas contou também que ele não a deixava em paz. Quando ela saía, o rapaz ficava “correndo atrás”, seguindo-a pelas ruas e até agredindo possíveis pretendentes. Diante de sua insistência, Tchica sempre voltava para a relação. A moça afirmou diversas vezes que tem *alma fraca* e que, enquanto estivesse na Boa Vista, nunca conseguiria se livrar dele. Como a situação chegou num ponto em que a filha havia começado a sofrer, a única solução

possível era emigrar.

É claro que o projeto migratório incluía melhores condições para si e para a filha, a construção de uma casa para o futuro e o auxílio aos pais, que já estavam idosos, mas é a dinâmica das relações afetivas que mobiliza mulheres como Tchica a criar condições para a partida. Daí surge uma questão: o que acontece com os casais em casos de emigração? Pelo menos duas autoras já tentaram responder essa questão, ao tratar do fenômeno migratório cabo-verdiano. Dias (2000), nos relata o caso de Santiago e das mulheres que esperam anos pelos companheiros emigrados. Assumem a casa, tanto no âmbito doméstico quanto na esfera pública, mas estão sempre esperando o “chefe” da casa retornar.

Akesson (2004) retrata uma situação oposta à de Santiago. Na ilha de São Vicente, se as relações conjugais “normais” já têm um caráter de instabilidade, aquelas a distância adquirem um caráter ainda mais fluido. A autora relata que, em todo o período que esteve em campo, conheceu somente duas mulheres que mantinham relações com um homem emigrante. O mesmo ocorre nos casos em que a mulher sai. Segundo ela, as relações entre homem e mulher normalmente não resistem ao tempo e à distância, pois o homem que “espera” a mulher pode ser considerado um “não homem” (Akesson, 2004, p. 111).

Em Boa Vista, as coisas parecem ocorrer de outra forma. Apesar de a emigração ser vista como única saída para se livrar de um relacionamento conflituoso, normalmente, o casal mantém o compromisso apesar da distância e mesmo que certos problemas continuem a ameaçar a durabilidade da relação. Neida (emigrada há 18 anos) nos fornece um relato completo sobre o caráter dos relacionamentos entre homem e mulher nos casos de emigração desta.

O relacionamento com o pai de Mariana é outra coisa muito difícil, pois só há esforço de um lado, do outro é só egoísmo!

Desde que fui para a Itália foi com o objetivo de construir um futuro para todos nós, mas só há dois anos que cheguei à conclusão de que só eu estava querendo aquele futuro e que não tinha colaboração nenhuma do outro lado. Não é falar mal dele, mesmo porque já lhe falei tudo isso na sua cara, mas ele, como todo o homem cabo-verdiano, só estão preocupados no seu bem-estar. Ele mesmo uma vez disse que se eu não estivesse satisfeita que sáísse da relação, pois para ele estava tudo bem, não estava achando nada ruim. Mas claro, eles têm quantas pequenas querem, têm mesmo que estar bem!

Porque nós lá podemos ficar dois anos sem nada e eles não podem ficar aqui sem pequenas? Até tudo bem que dois anos é muito tempo e eles são homens, mas pelo menos que façam escondido e não às claras para sua família ficar vendo e mandando te falar que teu homem estava com tal mulher hoje e com aquela outra amanhã. É um inferno porque ficamos lá de longe, ficamos tristes, choramos e tudo isso atrapalha no trabalho, pois italianos não gostam de ver a *serviente* (empregada) de *bico puxado* (cara feia, emburrada), você tem que estar sempre contente senão tem problemas com eles.

Quando a gente vem de férias, de novo é só problema, porque elas não sabem ficar no seu lugar e ficam jogando piada, fazendo intrigas!

Você trabalha, se esforça e vê que do outro lado eles estão preocupados só com o dia de hoje, pois não projetam nem o que vão comer amanhã. Eles não são capazes de fazer um projeto para o futuro e não colaboram com nada, só querem saber de estar bem hoje.

Lá na Europa a gente vê um outro tipo de vida, onde o casal se ajuda. Se for o homem que chega em casa primeiro, ele já vai adiantando o jantar. Enquanto a mulher está fazendo a comida, o homem está dando banho nos filhos, é tudo em colaboração. Aqui não, é a mulher que tem que dar conta de tudo, fazer de um tudo e ainda tem que aguentar o homem com outras mulheres. Por tudo isso, agora prefiro estar sozinha.

A fala de Neida não é isolada e reflete a história de muitas mulheres emigrantes da Boa Vista. Seu exemplo vem mostrar que relações a distância tendem a durar muitos anos.<sup>9</sup> Em Boa Vista, não temos mulheres que esperam, e sim mulheres que partem para *fazerem suas vidas*. Também não temos homens que esperam, mas que permanecem na ilha *fazendo suas vidas*.<sup>10</sup> O que, então, que mantém essa união? Arrisco dizer que, assim como no caso de Santiago, o elo é a família, ou melhor, a perspectiva que a mulher cabo-verdiana tem sobre o significado de família. Perspectiva que carrega consigo não importa onde esteja, em casa, esperando o homem emigrante (que, muitas vezes, constitui novas famílias nos destinos de emigração), ou buscando uma vida melhor em outro lugar. Na primeira parte do discurso de Neida, vemos isso de forma clara: ela afirma que saiu para buscar uma vida melhor para todos. Um futuro que ela percebe como compartilhado. Dos companheiros, elas não esperam fidelidade, mas algum tipo de colaboração para a construção desse futuro. Vamos entender isso melhor.

Se as relações com outras mulheres já são, de certa forma, toleradas entre as boa-vistenses, com a justificativa de que não se encontram na ilha, verifico um aumento considerável dessa tolerância.

Neida argumenta que não deveria ser assim, mas que até entende o fato de o homem não conseguir ficar sem ter relações sexuais por um tempo prolongado. O problema, nos casos de relações com emigrantes, está menos no fato de o homem manter outras relações do que nos rumores que isso gera. Pela rede de informações que opera entre Itália e Boa Vista, elas recebem com frequência notícias a respeito dos “movimentos” de seus homens e, da Itália, enviam recados e ameaças às suas rivais. Esse diálogo a distância é comum, esperado e anima as rodas de conversa na vila, mantendo latente a rivalidade entre as duas (ou mais) mulheres.

O conflito se instala, de fato, nas visitas de retorno, caso a rival insista em disputar o homem com a emigrante. O esperado é que, assim que a emigrante anuncie seu retorno, o homem se desvencilhe de seus casos amorosos com outras mulheres e se dedique à titular. No dizer local, as mulheres da ilha vão sempre “para o banco” quando a emigrante retorna. O comportamento adequado é de que o homem fique exclusivamente com sua emigrante, que esta ignore o conhecimento de seus casos anteriores e que a outra mulher se conforme em “ficar no banco”. Enquanto as coisas ocorrem dessa forma, os conflitos estão controlados e a relação tende à estabilidade. Porém, não é assim que as coisas acontecem de fato.

“Ficar no banco” é uma metáfora ao jogo de futebol, esporte que movimenta o cotidiano do universo masculino local. Seriam as relações afetivas encaradas como jogos de perdedores e ganhadores, onde não há segundo lugar, onde só se perde ou se ganha? Num jogo assim, a preferencial ao posto de titular seria sempre a emigrante, que, apoiada por uma equipe (as mulheres de sua família), monitora a distância os movimentos de sua adversária. Por sua vez, se a substituta for paciente, pode ganhar o posto de titular nos períodos em que a emigrante encontra-se impossibilitada de entrar em campo e este é o maior risco que a titular tende a enfrentar.

É comum que o homem não coloque a outra pequena *no banco* e continue a manter relações com as duas. O que ocorre é um maior cuidado para que a emigrante não perceba, fato quase impossível em Boa Vista, pois rapidamente os rumores se espalham e o conflito pode até virar caso de polícia. Normalmente, é a emigrante quem vence o jogo e acaba por guardar seu lugar de titular, ou seja, sendo reconhecida como “a” mulher na esfera pública (veremos mais adiante como a manutenção da emigrante enquanto companheira é vantajosa

para o homem). À outra, cabe esperar que o período de férias termine para que retome sua posição.

Vemos, então, uma manutenção do padrão de comportamento muito próximo àquele descrito no segundo capítulo, em que a mulher não considera que seja ideal, mas espera e, em certa medida, permite que o homem mantenha relações com outras mulheres, desde que seja “com respeito” – leia-se, tomando os cuidados para que essas relações mantenham um caráter privado, escondido. O que parece é que essas mulheres saíram de sua ilha, mas o deslocamento geográfico não significa, necessariamente, uma mudança imediata nos estilos de vida tradicionais.

Porém, se nessa esfera vemos uma tendência à perpetuação de padrões locais de tolerância da mulher às relações extraconjugais, analisando a segunda parte da fala de Neida, quando coloca que só ela faz o sacrifício para todos e que o homem não idealiza ou realiza projetos, percebo mudanças. O discurso de Neida reflete o quanto o *status* da mulher é afetado por sua saída para um país estrangeiro.

As mulheres boa-vistenses que permanecem não têm muitas opções de trabalho. Vivem como vendedoras de sua produção doméstica, trabalham informalmente ou, as que têm mais sorte, conseguem um emprego em hotéis ou em órgãos do Estado. Sejam quais forem as opções, elas estão sempre à mercê da ajuda familiar ou da disponibilidade (ou vontade) do *pai de filho* em auxiliar nas despesas. A emigração é vista como possibilidade de virar a mesa e inverter as posições. Entre as vantagens de emigrar estão não só as possibilidades de emancipação da dominação masculina, mas de aquisição de independência econômica e, conseqüentemente, um maior poder financeiro, enfim, uma melhora geral no padrão de vida. A mulher emigrante tem um *status* diferenciado não só na casa, mas também na vida pública. Neida, após muitos anos de emigração, usou o seu *status* de emigrante de sucesso para tomar as rédeas da relação e decidir que não queria mais levá-la adiante. Os problemas com outras mulheres eram recorrentes e, apesar disso, a relação durou 18 anos. Porém, quando percebeu que ele não compartilhava sua luta por uma vida melhor, não a ajudava, ela desistiu da relação e rompeu os já tênues laços conjugais. Em sua fala vemos, ainda, a presença da influência do padrão de conjugalidade europeu, que funcionou como um modelo ideal a ser alcançado.

## Visão masculina

Para os homens, esse tipo de reação é sempre uma surpresa. Nunca esperam que a mulher “tenha forças” para abandonar uma relação de muitos anos e que envolve filhos. O *pai de filho* de Neida me confessou que não acreditava no fim da relação, que certamente a moça se arrependeria e que ficariam juntos quando ela retornasse a Boa Vista. Aliás, essa é uma opção cada vez mais comum entre mulheres emigrantes mais jovens: envolvem-se com homens da ilha durante as férias e, depois, seguem para a Itália “sem compromissos”. Para eles, um relacionamento assim não apresenta muitas vantagens, uma vez que não gera um envolvimento por parte da mulher. O período do verão é o das “conquistas”, a oportunidade que os homens têm para iniciar relações afetivas ou fortalecer casos do passado. Seja qual for a intensidade do envolvimento, a mudança de *status* da mulher que emigra gera algumas consequências interessantes ao universo masculino.

Benedito me explica que, como manda a tradição, o homem é quem deve pedir a mulher em casamento. Mas, no caso de casamento com as “italianas”, há a gozação de que o homem é pedido em casamento, pois é ela quem dá a festa, o fato (terno), as alianças, constrói a casa, enfim, patrocina tudo. Consequentemente, ela é quem manda na casa e o orgulho do homem fica ferido. Segundo ele, isso antigamente era um problema e uma ofensa para o homem, pois era a “italiana” que o pedia em casamento e não ele. Cacá se defende dizendo que, no seu caso, não foi assim: casou com uma “italiana”, mas não aceitou que ela desse a festa, quem patrocinou tudo foi uma irmã sua que também estava na Itália, assim não teve problemas! “Casei com “italiana”, mas faço minha vida como qualquer um!” É interessante notar que o que está em jogo não é a questão de gênero, uma vez que a mediação feminina foi utilizada para manter o *status*; o que está em jogo e gerando problemas para este homem é a relação conjugal.

O homem boa-vistense é conhecido em todo o arquipélago como dependente de suas mulheres. Alguns chegam até a dizer que eles são *chulos*,<sup>11</sup> expressão que não se aplica aqui à prostituição feminina, mas ao fato de que põem as mulheres para trabalhar e depois se utilizam do dinheiro e dos benefícios adquiridos por elas.

Quando ainda estava em Santiago, antes de conhecer Boa Vista,

era essa a imagem que me passavam os moradores da capital do país a respeito do homem boa-vistense. Depois, já na ilha, continuei a ter acesso a diversos exemplos de homens que viviam sustentados por emigrantes. Em rodas de conversa onde o tema surgia, sempre ouvia histórias de certo fulano que recebia altas quantias de dinheiro todos os meses, ou algum outro que só andava em grande estilo e não trabalhava para isso, mais outro que vivia numa casa chique e nunca levantou um tijolo sequer. Os comentários sobre esses homens se multiplicaram em meu diário de campo de tal forma que resolvi procurá-los para conversar.

A opinião masculina sobre o tema é variada. Houve quem desmentisse o boato, argumentando que essa fama era injusta e que o homem boa-vistense é trabalhador, o problema é que não tem sorte, pois a ilha não oferece condições para progredir na vida. Outros confirmavam a fama e me forneciam mais exemplos de homens malandros que viviam “encostados” nas pobres “italianas” que se sacrificavam no estrangeiro. Surpreendentemente, um dos entrevistados confirmou e defendeu a posição masculina, dizendo que o homem boa-vistense seria burro se ficasse “carregando pedra” na Boa Vista para ganhar um tostão, enquanto pode viver na tranquilidade ganhando 40 tostões.

Apesar da diversidade de discursos, todos têm um ponto em comum: aquele que depende da mulher ou a explora nunca é quem fala, é sempre outro. Na introdução deste tópico, temos a fala de Benedito, que afirma que no passado o homem que casava com uma “italiana” tinha a fama de ser sustentado e mandado por ela, seguida da autodefesa de Cacá, que logo diz que com ele não foi assim. Ainda em sua fala, temos um aspecto interessante: não permitiu que a noiva patrocinasse o casamento, mas que a irmã o fizesse. De qualquer forma, a festa foi financiada por uma mulher, só que de seu grupo familiar, o que não gera o desconforto de ser sustentado.

Nelsinho relata sua experiência de viver com uma emigrante há muitos anos, comenta sobre as dificuldades de um relacionamento a distância, sobre o cuidado que sempre teve em não assumir outra mulher apesar de sempre ter tido suas “saídas” e as dificuldades que enfrentaram por causa dos rumores maldosos. Em meio à nossa conversa, ele mesmo esclarece que não é daqueles homens que ficam sentados esperando vir remessa da Itália, afirma que tem seu trabalho e os dois se ajudam para melhorar a vida. Porém, considera

que essa fama da Boa Vista é justa, pois há muitos homens que não trabalham esperando pela mulher que está fora. “Nas outras ilhas o pessoal goza bastante, dizem que o homem da Boa Vista põe a mulher para trabalhar na emigração para ficar sentado em casa esperando o dinheiro chegar ao banco. Em muitos casos isso é verdade, acho que até na maioria, mas no meu não!”

Antigamente, como afirma Benedito, casar com uma emigrante era uma vergonha, um fato que exigia justificativas como as de Cacá, de que tudo foi financiado por outra e não pela noiva. Atualmente isto é considerado um acontecimento comum, e mais uma estratégia legítima de conseguir sair da ilha. Ao longo do trabalho de campo, presenciei três casos de casamentos por procuração, relacionamentos que se iniciaram no período de férias, se fortaleceram pelas estratégias de aproximação e se solidificaram por meio do casamento a distância. Para a emigrante, a relação com um homem da ilha representa mais um vínculo com a terra natal.

Não penso que a fama de *chulo* se constitua um problema, nem para os homens que ficam, nem para as mulheres emigrantes. Para os primeiros, manter um relacionamento com uma emigrante é vantajoso por diversas razões; a questão das remessas é apenas uma delas. Uma principal vantagem de viver com uma estrangeira é o *status*. Ela retorna em grande estilo, perfumada, com novos hábitos, é o centro das atenções e, conseqüentemente, o homem que está ao seu lado usufrui dessa condição. Além disso, nas palavras de Nelsinho, estar longe da mulher é difícil, mas tem suas vantagens, principalmente quando o homem quer dar suas “saídas”.

Até onde pude perceber, a ênfase na possibilidade de ir se juntar à mulher no estrangeiro, numa perspectiva de reagrupamento familiar ou de ter maior possibilidade de construir uma casa, é maior do que nas quantias recebidas. No que se refere às remessas, estrategicamente, eles dizem que recebem presentes e alguma ajuda, enfatizam que não pedem, mas que são elas que têm o desejo de enviar. Ressaltam também que não recebem ajuda ou remessas somente das *mães de filhos*. Não podemos esquecer que esses homens possuem irmãs, mães e tias na emigração e que estas, por obrigação familiar, ajudam os familiares que ficam na ilha. A ajuda de mulheres de um mesmo grupo familiar não gera constrangimentos, pois faz parte do contexto de troca a distância.

As mulheres também compartilham o discurso de não sustentar seu *pai de filho*. Nenhuma das entrevistadas me disse que sustentava o companheiro, mas me relatavam histórias de muitas outras que o faziam. Mesmo Neida, que acabou por abandonar o *pai de filho*, não justificou o fim da relação em bases econômicas, mas porque via que ele não partilhava de seu projeto, não tinha ambição. Em suas palavras, não pensava no dia de amanhã. Após ter tido acesso a uma visão de mundo diferenciada, passou a ver a postura do companheiro como egoísta. Por outro lado, o fato de enviar ajuda aos filhos, irmãos, pai é relatado de forma natural e também no contexto de obrigações recíprocas.<sup>12</sup>

## **FILHOS DA EMIGRAÇÃO**

No processo de emigração cabo-verdiana, as crianças são deixadas pelos pais, que partem em busca de melhores oportunidades sociais e econômicas, e passam a constituir um importante elo nas redes transnacionais das famílias. No caso da emigração feminina, há uma complementaridade (potencialmente conflituosa) nas relações entre as mulheres que partem, que passam a ser as primeiras provedoras econômicas dos filhos, e as que ficam, que passam a ser as primeiras provedoras de cuidados para as crianças deixadas na ilha.

Até o momento, tenho tentado construir o tipo de ambiente doméstico no qual as crianças são criadas, mas ainda não explorei as formas como elas reagem crescendo nessas famílias dispersas e globalizadas. A partir de agora, começo a analisar o campo social das redes familiares do ponto de vista dos filhos. O objetivo é de elucidar como suas experiências, de crianças ou jovens que vivem em uma casa baseada em redes relacionais globais, influenciam os mais fundamentais aspectos sociais, econômicos e emocionais de suas vidas. Para entender um sistema como esse, cujo elo fundamental está no binômio mãe-filho e os dois vivem fisicamente separados, é preciso lembrar que as obrigações familiares não são concentradas em unidades familiares nucleares, mas fazem parte de amplas redes de relações onde parentes fora da família imediata podem desempenhar importantes papéis. Nesse tipo de rede familiar, outra parente que não seja a mãe pode cuidar das crianças.

É mesmo esperado que mulheres mais velhas, que já não estão mais ocupadas com a busca pelo sustento, se concentrem nos

cuidados com as crianças. Num contexto assim, a emigração não parece tão dramática, pois, apesar de o elo entre mãe e filho ser forte, outras relações no interior da família (em especial com a avó materna) assumem forma, substância e função de maternidade social, minimizando os efeitos da distância entre a mãe emigrada e os filhos. Para que o sistema funcione bem, espera-se das emigrantes que deem suporte econômico tanto aos filhos quanto àqueles que deles cuidam: aos primeiros, porque é sua obrigação e aos segundos, porque devem a estes a chance de terem saído.

### ***É a vida... vida de crioulo!***

Alexandre é um rapaz de cerca de 20 anos. Sua mãe emigrou quando ele tinha dois anos, e tanto ele quanto o irmão foram criados por uma tia materna. O pai sempre viveu em Boa Vista, bem próximo à casa onde foram criados, mas os filhos nunca viveram com ele e, segundo Alex, eles nunca tiveram muito contato. Quando lhe perguntei como é ser criado longe da mãe, ele disse que é normal e que nunca sofreu muito por causa disso. A mãe os sustentava, enviava-lhes dinheiro para os estudos e vinha mais ou menos de dois em dois anos passar as férias. Quando era mais novo, confessa que se confundia um pouco, pois era criado pela tia e via a mãe muito pouco, mas logo entendeu qual era a relação e o lugar ocupado por cada uma em sua vida. Percebeu que sua mãe se sacrificava lá fora para lhes dar o melhor. Graças a ela, o rapaz foi estudar em São Vicente e depois pôde fazer o curso em Portugal. “No começo foi difícil, mas depois a gente se acostuma. Fazer o quê? Se ela não estivesse fora, talvez (eu) não tivesse seguido meus estudos, a vida aqui era muito difícil, ainda mais para nós que somos do Norte (interior da ilha).”

Leninha tem a mãe e o pai emigrados. Quando era pequena, viveu na casa da avó materna e depois foi para outra ilha estudar. Conta que é muito difícil se lembrar de seu pai, pois não conta com ele para nada. Ele foi para o estrangeiro e é raro quando dá um telefonema. Do lado materno, as coisas são diferentes, a mãe trabalha muito para sustentá-la, aos irmãos, à avó e aos tios. Estes, apesar de trabalharem, não contribuem financeiramente em casa. É a mãe de Leninha que sustenta a todos. A moça diz que sabe que a mãe sofre por lá, tem que se sujeitar a muita coisa para poder garantir o sustento da família. “Sei que ela chora muito, mas é a vida! Eu também me sinto muito só, quando fui estudar no Sal, sofri muito na casa dos

outros e sei que se ela estivesse aqui, teria me ajudado! Eu sei que ela tinha que ir, eu entendo, no início foi triste, mas tem que se acostumar, vida de crioulo é assim!”

O primeiro traço comum aos casos relatados é que a ausência física da mãe gera tristeza no campo emocional, mas a emigração em si não parece fonte de uma experiência traumática. Contrariando a perspectiva de autores como Monteiro (1997), a emigração feminina não se constitui, necessariamente, como um risco para a família, especialmente, no caso das crianças. Não há uma relação direta entre a existência de um grupo transnacional e casos de distúrbios emocionais.

A categoria “se acostumar” (presente em todas as falas acima descritas) aparece como um *habitus*, no sentido dado por Bourdieu (1991), uma vez que é uma ideia partilhada por um grupo mais ou menos amplo, e que faz parte de um sistema de disposições incorporadas que operam na reprodução da estrutura social. Estar acostumado não significa resignação. Na perspectiva dos filhos, a emigração da mãe implica uma situação emocional difícil e dura, mas não necessariamente um abandono. A dureza diminui quando a partida é vista como um sacrifício em benefício de sua família; quando há comunicação constante com as mães emigradas e; quando os filhos recebem apoio financeiro.

Os relatos mostram que não há uma relação de causa e consequência entre emigração da mãe e traumas ou sentimento de abandono por parte dos filhos. Ser filho de mãe emigrada não significa ter crescido sem o conforto e o calor familiar e os cuidados necessários. Na própria visão dos filhos, mães que os deixam não são consideradas irresponsáveis, mas, ao contrário, são vistas como mulheres que se sacrificam para dar aos filhos melhores condições econômicas e, mais do que nunca, assumem a responsabilidade sobre a família. São consideradas “boas mães” enquanto alimentam uma relação de proximidade pelo envio de prendas, dinheiro, pelas visitas periódicas e contatos regulares.

Os filhos em geral enfatizam que a mãe foi trabalhar para ajudá-los e que a ausência dela é um sacrifício para sua boa educação, para o seu bem. Essa certeza cria a base para o desenvolvimento de um forte sentimento com relação à mãe, o sentimento de estar perto apesar da distância geográfica e dos contatos esporádicos. Os casos

relatados acima mostram que as crianças sentem falta da mãe, mas desenvolvem uma relação próxima com outros familiares e um sentimento de pertencimento à família com a qual ela está ligada social, afetiva e economicamente.

O contrário se passa no universo paterno. Muitos pais podem até estar presentes fisicamente, mas estão ausentes emocionalmente. O envolvimento com o pai, que já era caracterizado pela distância mesmo quando as mães permaneciam na ilha, nos casos de emigração feminina ganha um caráter ainda mais distante e de falta de intimidade. Ao contrário do que se poderia pensar, os pais não aumentam sua presença nas unidades domésticas ou na responsabilidade com os filhos nos casos da saída das mães. Se antes havia uma pressão feita pelas mulheres por necessidades econômicas, agora eles se veem eximidos dessa obrigação. Os dois relatos apresentados no início da seção também têm esse aspecto em comum: há ausência paterna, até em casos de proximidade física.

No que concerne às mães, seu esforço em manter intimidade a distância é amplamente reconhecido. São elas as responsáveis por assegurar aos filhos a segurança tanto econômica quanto emocional. Em nossos relatos, fica claro que os filhos reconhecem os modos pelos quais as mães cuidam deles a distância, pelo seu trabalho, sofrimento expresso nos contatos telefônicos, pelo envio de prendas. A ideia de sacrifício é crucial para a criação de proximidade a distância. As mães precisam demonstrar aos filhos que sofrem para conseguir lhes dar o sustento econômico. O caso de Leninha demonstra a cumplicidade entre mãe e filha nessa relação. Ela nos mostra que entende o sacrifício materno, reconhece as contribuições financeiras da mãe a toda a família, entende que o trabalho no estrangeiro limita a habilidade da mãe em ajudar os filhos; porém, nada disso impede que ela faça uma idealização dos cuidados e do amor que teria se a mãe estivesse próxima, nada para ela substitui o vínculo com a mãe. A relação entre elas, então, tem que ser produzida em ações repetidas que afirmem que a mãe emigrante não está fora por vontade individual, mas por um sacrifício em prol dos filhos.

O importante é que ela continue a representar seu papel de mãe e tentar conseguir proximidade na separação. Como já vimos, diversas são as formas para conseguir tal proximidade. Uma das novas formas são os celulares comprados pelas mães na Itália para que os filhos possam enviar e receber mensagens quase diárias. Mas a forma mais

esperada ainda são as remessas de roupas, calçados e acessórios da moda. Por causa de tudo isso, os filhos facilmente descrevem a relação com as mães como “muito próximas”, de fácil comunicação. Porém, não pensemos que não seja uma relação sem conflitos.

Quando conversava com terceiros sobre a situação de jovens que têm as mães emigradas, ouvia com frequência um discurso de reprovação a essas mães. Diante do crescente uso de drogas entre os jovens (veremos mais sobre isso no sexto capítulo), alguns culpam o êxodo feminino como pelas transformações negativas na sociedade. Filhos deixados sob os cuidados de outros teriam problemas emocionais sérios e estariam mais vulneráveis a influências negativas.

Esse discurso começa a ser adotado pela igreja católica local, por membros do governo e pela própria imprensa. Liga-se a emigração feminina aos cuidados inadequados com as crianças e a uma vida familiar instável, que levaria os filhos às drogas, à bebida, a comportamentos inadequados e à vagabundagem. Parece-me que por trás deste tipo de acusação está o modelo nunca plenamente alcançado da família nuclear ocidental como a única solução viável para as dificuldades emocionais dos filhos. Por esse motivo, é cada vez mais comum a demanda da família substituta e dos próprios filhos para que a mãe crie condições para os filhos que estão entrando na adolescência viverem com ela na emigração. É comum a ideia de que as crianças podem ficar longe das mães, mas, uma vez que atingem certa idade, devem estar perto delas para não se “perderem na má vida”.<sup>13</sup>

### **Quando a reciprocidade é quebrada**

A situação de “presença a distância” é tolerada quando a mãe consegue manter uma presença econômica e social forte em casa, por intermédio das remessas regulares e das visitas periódicas. Porém, quando os filhos não recebem remessas, notícias ou telefonemas das mães emigradas, surge um sentimento de distanciamento que pode vir a causar problemas e conflitos.

Paula é uma moça tímida que conheço desde que estive na Boa Vista pela primeira vez. Bastante reservada, levou muito tempo para que ela me falasse sobre os motivos de sua tristeza. Paula se separou da mãe aos dois anos de idade. Quando a mãe conseguiu os “papéis” para emigrar, a criança estava com meningite e ninguém sabia se ela iria sobreviver. Mesmo assim, a mãe emigrou para não perder a

oportunidade. Paula ficou sob os cuidados da avó. Vanda, a mãe emigrante, teve dificuldades em conseguir os “papéis” na Itália e por isso passou 10 anos sem retornar para Boa Vista. Ao longo desse tempo, mandava notícias e remessas vez por outra. A falta de frequência gerava descontentamento em toda a família e, em Paula, um sentimento de distância que a acompanha até os dias de hoje.

Um fato ocorrido ao longo de meu trabalho de campo desencadeou todo o conflito que estava latente na esfera familiar de Paula. Ela havia conseguido uma vaga numa universidade do Brasil, porém (justamente porque a mãe é emigrante), não conseguiu bolsa do governo. Na esperança de prosseguir seus estudos, acionou a mãe para que financiasse as despesas. A resposta foi negativa por parte de Vanda, alegando que não ganhava o suficiente para se sustentar na Itália e a filha no Brasil. As reações foram imediatas.

A avó me disse que foi ela quem *aguentou* a neta e que se fosse cobrar alguns escudos por ano que *aguentou* a menina, com certeza teria dinheiro para ela ir fazer seu curso. Ficou chateada porque a filha nunca deu nem agora está dando apoio para Paula. Se “eu tivesse dinheiro, ela não precisava se preocupar que eu a mandava. Ela foi para o estrangeiro e esqueceu que tinha família, pais e filha!”

Paula também estava profundamente magoada com a mãe. Disse que nunca teve nada dela, que nunca contou com ela e que se não fosse sua avó e sua família nem saberia como estaria vivendo hoje! Nunca precisou de muita coisa, mas agora que precisava de um apoio financeiro, a mãe lhe negava dessa forma. A moça se perguntava de que serviu a emigração de sua mãe, se quando precisava dela ela não ajudava. “Meus amigos recebem apoio das mães emigradas, mas Vanda é diferente, ela só pensa nela e esquece de nós que ficamos aqui. Hoje eu já estou grande e posso cuidar de mim, mas quando eu era pequena sofria muito, pois ela nunca me deu nada! Eu só precisava de seu apoio para o curso, mas nem isso ela quer fazer!”

Por sua conduta, a emigração de Vanda é frequentemente associada a um desejo individual: emigrou por vontade de emigrar. Esta é uma justificativa muito malvista em Boa Vista. A emigração deve estar associada a obrigações familiares – emigrar para melhorar de vida é legítimo, é apoiado e incentivado pelos familiares, mas emigrar por aventura, para satisfazer desejos individuais, não. A lealdade com a família é fundamental, emigrantes que esquecem os

que ficaram em casa são vistos como egoístas e chegam a colocar os filhos em uma posição delicada na esfera familiar.

Mães substitutas assumem os filhos de emigrantes em troca de certos benefícios, financeiros ou não. Para que a saída de uma mãe seja viabilizada, deve ocorrer uma divisão de trabalho entre as mulheres da família. A divisão consiste em que uma fornecerá sustento e as outras proverão os cuidados para com as crianças. Se essa reciprocidade é quebrada, os filhos deixados começarão a ser vistos como fardos. Mais uma vez percebemos que não é a distância em si, mas a quebra de um padrão de reciprocidade, solidariedade e assistência mútua a fonte de afrouxamento de relações familiares, inclusive a relação entre pais e filhos.

## **O JOGO ENTRE PROXIMIDADE E DISTÂNCIA**

A discussão levantada até o momento pode gerar a ideia de uma aparente contradição. A saída das mulheres e a consequente reorganização dos grupos domésticos em redes transnacionais podem ser vistas como formas de questionar a ideologia de centralidade feminina, tão comum às sociedades crioulas. Porém, o que vimos aqui é que os arranjos domésticos feitos em virtude da saída da mulher (mais do que isso, arranjos que viabilizam sua saída) acabam por manter e reproduzir essa visão tradicional.

Alguns aspectos do padrão de vida familiar na Boa Vista foram apresentados aqui sob perspectivas de sujeitos em posições diferenciadas: do pai que minimiza sua presença, já esporádica, em casa, transferindo para outras mulheres de sua família as obrigações que lhe caberiam segundo o modelo ideal de família nuclear monogâmica; das mães que potencializam a responsabilidade de “cuidar” das crianças; das mulheres que assumem filhos e casa; e dos parentes que exercem uma pressão social para que as convenções de gênero sejam seguidas. Esse processo de reforço das relações de gênero acabaria por contrapor um desejo inicial de mudança que levaria a mulher a decidir emigrar.

Parreñas (2005), que também aborda estas questões quando discute a emigração feminina do Sri Lanka, afirma que, embora a saída de mulheres force um rearranjo na esfera doméstica, a unidade transnacional continua a ter a mulher como centro, porém com um *status* diferenciado: ela é quem provê, potencializando as relações de gênero, mas não transformando-as.

Já discutimos que, em meio a tanta mobilidade e fluidez, a família torna-se o principal foco do pertencimento social, como algo que permanece. Essa característica se estende e, em certa medida, se fortalece com a emigração de mulheres. Nessa mesma ilha, a mulher em particular centraliza o ideal da unidade familiar, ideal que defende as relações familiares caracterizadas por cumplicidade, contatos sociais regulares, recíprocos, e constantes fluxos de benefícios materiais e simbólicos. No caso das mulheres que saem, há uma cobrança pela demonstração de sua lealdade ao padrão local. Então, por meio de diferentes estratégias, a distância física não diminui a proximidade das relações familiares; o que há é uma reconfiguração e, frequentemente, uma potencialização dos padrões locais.

O conceito de proximidade é instrumental para explicar as redes baseadas no parentesco, que são fortes elos entre os que saem e os que ficam. As normas e as noções que guiam direitos e obrigações entre parentes são decisivas para que novas formas de estar próximo operem. É interessante observar o caráter mediado dessa relação, ou seja, para que haja proximidade a distância, os envolvidos lançam mão de artefatos, pessoas e estratégias que operam como elos na construção da relação. O foco de minha análise está justamente na construção dessas relações.

Os casos que apresentei aqui demonstram que não são os laços pré-definidos pelo “sangue” que definem o sentimento de proximidade, mas esta ideia encontra-se em contínua construção por ações cotidianas, trocas, partilha e pelo cumprimento de certas obrigações. Além disso, relações de proximidade não são, necessariamente, baseadas em laços de parentesco ou procriação. O caso da Boa Vista demonstra que, assim como a proximidade não está restrita aos laços de sangue, ela não existe somente em interações face a face.

As relações entre emigrantes e suas famílias mostram que “estar junto” vai além da convivência diária. É mantido pelo cumprimento de uma série de obrigações e mediações, mesmo quando se está longe. Não é a distância, mas a impossibilidade de partilhar substâncias e experiências que limita a proximidade. É certo que manter uma relação próxima a distância exige esforço dos envolvidos, permanente construção e eterna vigilância. É um trabalho duro e estressante que gera conflitos e expectativas que nem sempre podem ser satisfeitas. Foi no sentido de demonstrar todo esse esforço que explorei neste capítulo a combinação de elementos que criam o sentimento de estar

relacionado.

As caracterizações de Levine (1973), ao traçar os padrões de personalidade africano, aproximam-se muito da situação que encontrei em Boa Vista.<sup>14</sup> O autor caracteriza as relações familiares pelo que chama de uma “ausência relativa de ansiedade com relação à separação física”. Para essas sociedades, proximidade nem sempre quer dizer proximidade física e a ausência é minimizada por uma lógica transnacional de obrigações materiais. Sob essa perspectiva, a separação entre homens e mulheres, e pais e filhos, aparece como menos disruptiva do que é no ocidente cristão.

Por intermédio de uma maior valorização do cumprimento de obrigações materiais, torna-se possível a manutenção das relações durante ausências prolongadas. Diferentemente de nós, as famílias africanas não têm que permanecer intactas residencialmente para que se mantenham social e psicologicamente reais para seus membros. E mais, as obrigações de parentesco não diminuem com a ausência.

Como procurei demonstrar aqui, em muitos casos essas obrigações se tornam mais intensas para aquelas que saem, uma vez que passam a ser as responsáveis pela redistribuição dos recursos econômicos. Voltando a Levine, a distância acabaria por ajudar a preservar padrões de organização tradicional. No nosso caso, o movimento de mulheres, em vez de ser catalisador de mudanças, em muitos aspectos contribui para a manutenção de padrões familiares tradicionais.

Por último, é momento de salientar um aspecto importante que percorre todo este trabalho por meio do conceito de proximidade a distância: a noção – inspirada na análise de Bourdieu sobre a *Maison béarnais* (1980) – de que para reproduzir algo maior os indivíduos lançam mão de estratégias. Ao falar das estratégias matrimoniais, Bourdieu sugere que toda família tem como objetivo único sua manutenção. O casamento de cada filho gera, então, problemas específicos que precisam ser solucionados no sentido de assegurar o que é importante, a *maison*. Na maioria dos casos, a norma mantém-se implícita porque as próprias disposições dos indivíduos estão em harmonia com as estruturas objetivas, sendo raros os casos em que a autoridade paterna precisa ser expressa para organizar os matrimônios ou para reprimir sentimentos individuais.

Ao analisar o caso da Boa Vista, é claro que não estamos tratando

de propriedade rural no mundo camponês; porém, estamos no campo da reprodução de um sistema de organização familiar, uma reprodução conservadora numa sociedade crioula em que o pêndulo ora tende para um lado, ora para outro. O que analisamos ao longo dos últimos capítulos foram as diversas estratégias utilizadas essencialmente por mulheres para reproduzir um sistema que opera entre dois modelos – o ocidental e o africano.

Estratégias matrimoniais, de emigração, de nomeação são utilizadas no cotidiano das famílias para que o sistema continue a se reproduzir. O principal objetivo é de manter proximidade apesar da distância física para que o sentimento de pertencimento ao grupo familiar seja reproduzido. Em última instância, o que se busca manter é a família. Quem vai e quem fica, com quem a emigrante deixa o filho, o reconhecimento paterno (dar nome), as práticas de troca a distância, as visitas periódicas, bem como os conflitos são todas estratégias para uma reprodução conservadora, que muda para permanecer. No próximo capítulo, analiso mais uma destas estratégias, a noção de maternidade social.

---

<sup>1</sup> Primeiro hotel turístico construído por italianos na Boa Vista, no princípio dos anos 1990.

<sup>2</sup> Como salientei, o fato de o pai estar na ilha influi nessa negociação somente de maneira indireta. Não se espera que ele assuma a responsabilidade em caso de saída da mulher. Em nenhuma das situações que presenciei, vi o pai fazer parte das discussões sobre quem ficará com as crianças ou jovens. Em geral, ele continua sem dar assistência direta aos filhos e é a mãe, na emigração, quem mantém as crianças pelo envio de remessas financeiras para as despesas com alimentação, taxas escolares e outros. Além de manter o filho, ela ajuda financeiramente e, muitas vezes, sustenta toda a família que permanece na Boa Vista.

<sup>3</sup> Barraca é uma espécie de bairro periférico à Vila de Sal-Rei com construções improvisadas de papelão, alumínio e restos de construção. Trata-se de local habitado por trabalhadores oriundos de Santiago (*badios*) e africanos do continente (*mandjacos*).

<sup>4</sup> Mais uma vez saliento que, embora em segundo lugar, a avó paterna faz parte da rede de solidariedade feminina na tarefa de *aguentar* as crianças. É, portanto, uma rede que se estende além dos laços consanguíneos da mulher, englobando laços do que pode ser chamado de “afinidade precária”. A resposta de Elsa fortalece minha teoria de que o homem é um mediador importante na criação e ampliação da rede de solidariedade entre mulheres de famílias que não têm parentesco consanguíneo.

<sup>5</sup> No dia que você foi para Cabo Verde, você me perguntou/ o que eu queria de lá para você me trazer/ olha que pergunta que você me faz/ você quer saber o que eu quero que você me traga/ olha que pergunta que você me faz/ você quer saber o que eu quero da minha terra/ me traga só uma cartinha/ para não pesar em sua mala/ me traga só uma cartinha/ e algumas notícias/ mas nessa cartinha me traga morabeza/ nessa cartinha me traga uma serenata/ mas nessa cartinha me traga o meu amor/ nessa cartinha me traga todo aquele mar azul (tradução minha).

<sup>6</sup> Chamo atenção do leitor para o fato de que a mãe é tratada aqui pelo nome próprio, o que pode ser visto como uma marca de igualdade, uma ausência de hierarquia. No próximo capítulo, veremos a diferença entre a mãe e a *mamã*, denominações que não são meramente referenciais. São importantes índices da qualidade diferenciada das relações entre mães, avós, filhos e netos.

<sup>7</sup> Dedicarei especial atenção às tensões intergeracionais decorrentes do não cumprimento dos padrões tradicionais pelos mais jovens no sexto capítulo.

<sup>8</sup> Lembremo-nos de Ivone (terceiro capítulo), que via na emigração a única possibilidade de sair de uma relação amorosa considerada, por ela mesma e por sua mãe, humilhante.

<sup>9</sup> Assim como nos relata Neida, entre as mais jovens, apesar de durarem muito tempo, as relações tendem a acabar. Segundo as emigrantes, com a experiência da emigração, não conseguem aguentar o comportamento do homem cabo-verdiano.

<sup>10</sup> É importante perceber que *fazer sua vida* não tem o mesmo significado para homens e mulheres. Para eles, significa ter liberdade para exercitar sua masculinidade, conquistar outras mulheres, ser da rua. Significa não assumir compromisso familiar direto com a *mãe de filho*. Para as mulheres, *fazer a vida* significa melhorar a vida, a sua e a da família.

<sup>11</sup> No dicionário Aurélio, o sentido desta expressão no Brasil é de rude, ordinário, ralé. Em Cabo Verde, a palavra parece ter o sentido do português falado em Portugal, de cafetão.

<sup>12</sup> Veremos no sexto capítulo que, devido a transformações que têm ocorrido na esfera familiar local, até essas remessas vêm sendo questionadas ou percebidas como fonte de marginalidade, preguiça e alcoolismo entre jovens rapazes.

<sup>13</sup> No sexto capítulo, abordarei essa tendência de forma adequada. Aqui, só quero salientar como os boa-vistenses encaram o fato de viver longe das mães de forma diferenciada ao longo da vida.

<sup>14</sup> Trajano Filho (2005) explora a aproximação dos argumentos de Levine ao caso cabo-verdiano em um artigo sobre a sociabilidade da diáspora. Ele discute a ideia de ecúmeno africano, que aproximaria Cabo Verde da África e não do Caribe, como defendem muitos autores.

## AVÓS E NETOS, VIDAS PARTILHADAS

Entre as senhoras idosas que conheci, Dona Lúcia era especial. Ficamos amigas e frequentemente parava em frente à sua casa para conversarmos ou simplesmente vermos o movimento das pessoas que iam e vinham. Dona Lúcia é mãe de três filhos, é casada com o pai dos filhos e ele vive em casa numa relação que ela própria define como tranquila. O marido é ex-emigrante, voltou adoentado da emigração e hoje sua vida gira em torno da doença. Dona Lúcia retira o principal sustento das roupas que lava para os outros. Com isso, garante o pagamento das despesas da casa e ajuda os filhos. Os dois mais novos ainda estão na escola e a mais velha, Zefinha, é funcionária da Câmara Municipal, responsável pela distribuição de senhas para a busca de água no chafariz. Zefinha tem uma filha de 5 anos e vive com ela na casa de Dona Lúcia. A moça mantém relação com o pai da filha e dorme todas as noites com ele em um quarto que ele ocupa na casa de uma tia emigrante. A criança chama Dona Lúcia de *mamã* e à mãe pelo nome próprio. Além disso, dorme todas as noites com a avó e, durante o dia, está sempre em sua companhia.

Por diversas vezes, Dona Lúcia conversou comigo sobre os cuidados que se deve ter com uma criança. Em sua visão, moças novas não têm a devida atenção com os pequenos. Para ilustrar, dá o exemplo da própria filha: “Zefinha não tem tempo para a menina, tem muita coisa na cabeça, não tem tempo e dá até banho frio na menina em pleno quintal, não tem paciência de dar comida em sua boca e por isso a filha fica sem comer.” Dona Lúcia diz que as moças jovens da Boa Vista têm muitas coisas na cabeça e que, se não fossem as avós, não sabe como seria a vida dos pequenos.

“Dormir, a menina dorme é comigo, pois a mãe deita (dorme) no quarto do pai de filho. Eu não confio minha netinha aos cuidados só de Zefinha, ela não tem paciência e acaba por bater na menina. Ela tem seus problemas e precisa de tempo para resolver.” Por algumas vezes, presenciei cenas corriqueiras em que Zefa perdia a paciência, ameaçava bater na filha e esta se escondia entre as pernas da avó. Dona Lúcia repreendia a criança, chamando sua atenção. Às vezes, reafirmava a palmada prometida pela mãe, mas logo em seguida aconchegava a neta no colo e dizia: “não é nada minha filha, não é nada! A mamã não vai bater mais não.”

O objetivo deste capítulo é aprofundar a análise de uma relação fundamental para o entendimento da organização familiar boavistense: a relação entre avós e netos. Avós dão assistência aos netos. Netos cumprem obrigações para com as avós. A relação entre eles é marcada por uma intimidade construída por diferentes razões e de formas diversas, mas que é sempre central. Num contexto em que a circulação das crianças aparece como característica importante das relações que criam e recriam proximidade entre familiares, a importância das avós, como mães sociais, aprofunda as reflexões sobre o lugar das mulheres em diferentes fases do desenvolvimento do ciclo doméstico e sobre a própria constituição do tempo e espaço onde relações de proximidade são construídas.

Apesar de estar interessada no lugar ocupado pela avó materna nas situações em que a mãe se encontra emigrada, devo salientar que o vínculo entre avó e neto não depende de uma situação especial ou de crise (morte, doença ou emigração), mas é um fator comum e característico das famílias em todo Cabo Verde. Tanto é assim que, em diversos estudos sobre o arquipélago, os autores têm chamado atenção para o lugar importante da avó na rede de solidariedade construída entre as mulheres das ilhas (Akersson, 2004; Almeida, 2003; Dias, 2000; Monteiro, 1997; Solomon, 1992).

Por outro lado, estudos sobre o parentesco africano que abordam a questão geracional não são novidades para a antropologia. Radcliffe-Brown (1952) sugeriu uma equivalência das gerações alternadas e a oposição entre gerações próximas. Segundo o autor, esta igualdade amigável entre avós e netos teria a função de minimizar tensões decorrentes da relação entre pais e filhos, relações marcadas pela autoridade parental e obrigações severas. Fortes (1969) observou como os avós Tallensi “mimam seus netos”, pois se consideram importantes para a educação da criança e para o processo de formação de sua personalidade e de reprodução da sociabilidade.

Em estudo recente, White (2004) chama atenção para o fato de que, enquanto muitos autores continuam a reproduzir a clássica imagem da relação entre avós e netos como de simpatia e amizade, as situações etnográficas mostram pinturas mais complicadas. Isso porque as novas etnografias dão atenção às práticas cotidianas, à concretude das substâncias compartilhadas entre parentes. Tais estudos estariam menos centrados na estrutura institucional dos sistemas de parentesco e mais nas relações construídas pela prática

cotidiana. Nesse sentido, além de perceber a construção do cotidiano, é preciso entender avós e netos num contexto temporal, em relação aos padrões em mudança na sociedade em análise.

Já vimos como as interações entre as famílias ocorrem num sentido horizontal por meio das relações conjugais. Apesar de o homem ser figura periférica e vista como pouco importante no universo familiar, é por meio das relações conjugais que o parentesco é reforçado, inventado, e as famílias se aproximam criando relações de troca e partilha. Analisamos também as características das relações de filiação (sentido vertical) entre pais-filhos e mães-filhos e como a qualidade desta relação cria proximidade e produz distância na esfera familiar.

Neste capítulo, darei atenção a outro sentido no qual as interações familiares operam, o sentido vertical entre gerações alternadas. Tais relações se referem às trocas em diferentes gerações, pais dando filhos às avós, avós assumindo responsabilidades na criação de netos, netos se constituindo no elo que alimenta a reciprocidade entre filhas e mães. É preciso esclarecer um ponto antes de adentrar neste universo: na Boa Vista, os netos se referem às suas avós de forma genérica, ou seja, linguisticamente não fazem distinção entre avós maternas e paternas. Mas quando estamos no campo das relações de um neto com sua avó materna e paterna, vemos que estas não ocorrem sem diferenciação e isso vai depender do contexto familiar e social dos indivíduos em cena. Pretendo explorar, no momento adequado, as características inerentes a avós maternas e paternas; por ora, quero destacar que a análise que se segue tem como foco a relação entre avós e os filhos de suas filhas.

## **O VALOR DAS AVÓS**

Para entender o lugar central da mulher e da relação entre mulheres para a reprodução das relações familiares, inclusive em situação de emigração, não se pode negligenciar as avós. Diferentemente do que ocorre no mundo ocidental, onde mulheres idosas podem ser vistas como inativas e até marginais, as avós na Boa Vista desempenham um importante papel nos processos de decisões e exercem forte influência na esfera doméstica. Quando se pensa em ter um filho, já se toma como um dado que este não será criado somente pela mãe, mas que será *aguentado* por familiares e, idealmente, a pessoa destinada a essa tarefa é a avó materna da

criança. Uma jovem mãe que tem sua mãe por perto, não necessita lançar mão de negociações com outras mulheres da família consanguínea ou afim para ter ajuda substancial na criação dos filhos.

A responsabilidade para com os filhos das filhas é um importante aspecto na vida das mulheres da Boa Vista. Esta responsabilidade começa com a primeira gravidez da filha, o que quase sempre ocorre quando esta ainda se encontra na casa da família. Antes de a criança nascer, período em que podem ocorrer dúvidas quanto à paternidade, a mãe da moça grávida é quem dá o principal apoio emocional e financeiro. É também ela quem assume as negociações em torno do reconhecimento da paternidade pelo provável pai e sua família. Após o nascimento, especialmente, nos primeiros anos de vida, a avó materna será figura central no cotidiano da criança.

Quando avó, mãe e filho-neto vivem numa mesma casa, as duas mulheres dividem a responsabilidade. Geralmente, cabe à mãe a amamentação da criança e a busca de meios para seu sustento econômico. A ajuda principal desta avó se concentra nos aspectos práticos do dia a dia, é ela quem passa a maior parte do tempo com a criança, cuida de sua higiene, e depois do período de amamentação é a avó quem a alimenta, dorme com ela e a repreende. A criação das crianças, assim como a execução dos *mandados* e a produção de alimentos em uma casa boa-vistense, não é assumida por uma só mulher, mas dividida entre elas. Por sua vez, as crianças estão no centro das atenções das mulheres da casa, recebendo cuidados de diferentes pessoas.

Não percebo, na Boa Vista, uma diferenciação fixa que coloque as relações nos seguintes termos: avó/neto = proximidade e afetividade; e mãe/filho = distância e autoridade. Ambas as relações são caracterizadas pelo calor afetivo e pelo exercício da autoridade. Crianças são tratadas com carinho e atenção, mas também lhes é imposta autoridade. Nesse aspecto, mães e avós não se diferenciam. O que muda é a forma como elas vivenciam essa experiência, a maneira como dispensam carinho e como tal sentimento é percebido pelos filhos ou netos.

Os sentidos de *aguentar* uma criança variam no tempo, sendo vivenciados de forma diferenciada por mães, avós e outras mulheres da família. A responsabilidade pelos aspectos econômicos, emocionais e práticos não se acumula em uma pessoa ou um casal

(os pais biológicos da criança), mas é partilhada na rede familiar feminina, sendo que os arranjos irão depender das conjunturas de cada família ou grupo. As crianças percebem tal estrutura, reconhecem autoridade, devem obediência e dedicam carinho não só à mãe, mas, especialmente, às avós.

No universo externo ao grupo doméstico, a autoridade da avó não só é reconhecida, mas incentivada pela escola, pelos órgãos do Estado e pela comunidade em geral. Por exemplo, na escola em que lecionei por algum tempo, quando as crianças apresentavam problemas disciplinares, frequentemente eram as avós que eram chamadas à escola para serem comunicadas das medidas punitivas. Da mesma forma, no cotidiano de uma criança, é na figura da avó materna que se centra a imposição de autoridade. É comum a frase “menino, vou reclamar para sua avó o seu malfeito”.

No cotidiano, não causa espanto ou polêmica o fato de a avó materna *aguentar* um ou mais netos. Diferentemente do ideal ocidental, que diz “quem pariu o bebê que o embale”, ser avó na Boa Vista pressupõe uma participação efetiva no processo de formação da criança e, na maioria dos casos, um sentimento de responsabilidade para com os netos. Em situações de crise, isso é percebido com maior clareza, como, por exemplo, quando mãe e pai brigam pela guarda de um filho na justiça e esta é dada à avó materna. Ou quando uma avó se nega a *ajudar* a filha com sua criança e é repreendida por membros da comunidade por meio dos rumores.

Por sua vez, as filhas esperam a *ajuda* da mãe e das outras mulheres da família com seus filhos. É preciso ficar claro que esse não é um fator de angústia ou debate, é simplesmente assim que as coisas acontecem e devem acontecer. Em situações cotidianas, cuidar de um neto ou deixar que a sua mãe cuide de seu filho não necessita de negociação entre as duas mulheres, é um dado. É quando este comportamento esperado é quebrado, que se abre uma esfera de negociação, rumores e conflitos que irão mobilizar a família e até a comunidade como um todo.

Os motivos para estar com a avó são diversos, desde situações em que vivem todos juntos em uma mesma casa, passando por dificuldades financeiras ou devido à emigração da mãe, até o simples desejo das avós ou das crianças. Viver com a avó é uma opção válida e não restrita a eventos especiais. A mobilidade parece o ponto-chave

aqui: a criança pode estar com a mãe ou com a avó materna, assim como pode passar períodos com a avó paterna ou em casa de outro familiar.<sup>1</sup> De uma forma ou de outra, “viver com” não é, necessariamente, um arranjo fixo ou permanente na vida de um indivíduo, e vale, também, para a vida de uma criança. O que torna a avó materna especial é o fato de ela ser identificada como o membro central dos conceitos de *nha casa* e *nha família* (ver o segundo capítulo).

### **Competição ou complementaridade?**

Durante o trabalho de campo, por vezes, pude observar maior afeição nos laços entre crianças e avós que vivem numa mesma casa do que nos laços com as mães. Essa interpretação tinha origem em fatores práticos, como nos atos cotidianos de partilhar (produção doméstica, consumo e cuidados diários) e nomear: avós e netos partilham o dia a dia da casa e netos se referem à avó pelo termo *mamã*. Ambos são centrais para a vida cotidiana de um indivíduo e constituem o que chamo aqui de proximidade. Nesse contexto, se o parentesco na Boa Vista tem forte caráter de uma relação construída sobre o cotidiano do viver juntos, podemos afirmar que a avó ocupa um lugar mais central que a mãe na vida de uma criança?

Não me parece correto afirmar que exista disputa entre mãe e avó, em que esta ocuparia um lugar de vantagem sobre a primeira. O que existe é uma complementaridade de funções e formas de tratamento que advém das conjunturas de vida destas mulheres. A maternidade, tal como entendida na Boa Vista, não está restrita à figura da mãe, ela tem um significado que abarca outras mulheres que compartilham substâncias essenciais para o cotidiano – alimento, cama, casa, bens e valores. Mais do que isso, a particularidade deste caso é que uma geração não é o bastante: a maternidade requer o esforço coordenado de duas gerações de mulheres no interior dessas famílias matrifocais.

Na ausência do homem como figura estável (ou seja, aquele com quem se pode contar), é preciso a união de duas mulheres em fases diferentes da vida para criar uma criança. A mãe e a *mamã* se complementam na tarefa de cuidar e alimentar. Essa união dá o sentido local do que a criança precisa para estar feliz e amparada, a atenção diferenciada da mãe e da *mamã*. Da mesma forma, exercer a maternidade nas duas fases da vida significa o exercício pleno da

maternidade para uma mulher. Ser mãe é um ciclo que começa com o nascimento de um filho e só se fecha quando a mulher tem a chance de se tornar *mamã*.

Ser mãe e ser avó são coisas diferentes, mas complementares. São fases de experiência distintas que se complementam nos atos cotidianos de cuidar da casa, da família e das crianças. Se tomarmos o desenvolvimento do ciclo doméstico, poderemos entender melhor este argumento. Quando as jovens começam a procriar, a mãe se encontra a caminho de uma fase de maior tranquilidade e relativa estabilidade. Possuindo um companheiro ou não, esta mulher já é a responsável por sua unidade doméstica e pela manutenção daqueles que nela vivem. Como no caso de nossa informante (Dona Lúcia), a mulher-avó chama para si a responsabilidade dos cuidados diários com os netos que vivem em sua unidade, pois acredita ter melhores condições para *aguentar* as crianças. Nos casos dos netos que não vivem na mesma casa, uma relação de proximidade também é alimentada: ambos têm que cumprir obrigações de visitação e de troca.<sup>2</sup>

É importante deixar claro que essa relação não é simplesmente definida pela posição geracional, mas moldada socialmente a depender do contexto doméstico e, principalmente, das relações de gênero. A vida de uma mulher adulta está dividida em basicamente dois estágios: na condição de mulher e mãe jovem, ela está sob autoridade de outra (ou outros), mas apesar disso é o centro da produção e reprodução da casa; na condição de avó, ela se move gradualmente para fora da esfera produtiva e sexual-reprodutiva, mas ganha em autoridade doméstica. Essa esfera da sexualidade é fundamental para o tipo de relação entre mulher e criança nas duas fases da vida da mulher, bem como para a relação de complementaridade entre as duas mulheres envolvidas.

A mulher se torna mãe, em geral, ainda muito jovem e em uma fase em que as relações conjugais são marcadas pela instabilidade. Por outro lado, é característica desta fase a instabilidade econômica da mulher. Ela deve, então, se dividir entre um trabalho que gera renda financeira para si, a casa e os filhos, se dedicar ao homem com quem mantém um relacionamento e ainda cumprir suas funções na sua esfera doméstica de origem. Então, ao longo do dia, ela circula entre casa e trabalho ou, nos casos em que a renda é gerada por uma produção doméstica, ela se ocupa dos diversos afazeres cotidianos.

De noite, como vimos no relato que abre este capítulo, a mãe se dedica ao seu homem. Como é comum que vivam em casas separadas, ela se desloca para dormir no quarto de seu companheiro, deixando o filho em casa com a sua mãe. O dormir junto cumpre função importante na manutenção da relação conjugal. Alimenta o sentimento de proximidade entre o casal, dando à mulher a sensação de estabilidade e, complementar a isso, permite que ela mantenha o companheiro sob sua atenção, afinal, se ele está dormindo com ela, não está com outras.

Portanto, a mãe tem que se dividir entre família, homens e filhos tanto nos cuidados diários quanto na cama. Segundo as avós, essa divisão as deixa ansiosas e tensas, estados que não condizem com os cuidados de que uma criança pequena precisa. Para as moças, a preocupação com a vida conjugal requer tempo e mobilidade e uma criança pode ser um empecilho. É comum, em caso de gravidez, que amigas e familiares julguem a moça como burra, pois a criança *prende* a mulher desde a gravidez, o que facilita a mobilidade do homem no relacionamento com outras. Por outro lado, ter um filho é um valor importante para homens e mulheres e, com frequência, visto por elas como potencial elo de estabilidade em uma relação conjugal.<sup>3</sup>

Nesse sentido, a própria organização da rotina doméstica, com grande ênfase nas relações entre mulheres, retira o caráter de exclusividade da mãe biológica e pressupõe a circulação da responsabilidade pelos filhos entre as mulheres da família, principalmente a avó. A criança, que nessas condições poderia ser vista como fardo, é encarada como uma dádiva, como um valor para mães e avós.

### ***Ter tempo***

As avós são calmas. Ouvei isso algumas vezes quando estas mulheres tentavam me explicar o porquê de se dedicar aos netos, muitas vezes, deixando pouco espaço para as mães cumprirem funções diárias de alimentar, dar banho e repreender seus filhos. Elas explicavam que as moças novas não possuem a calma necessária para cuidar de uma criança, pois estão muito preocupadas e ansiosas com outras coisas (trabalho, diversão e homens). Por isso, perdem a paciência, batem nas crianças sem necessidade e não têm os cuidados necessários. A expressão utilizada por elas é a de que as moças *não têm tempo* para estas coisas.

No relato de Dona Lúcia, essa expressão é utilizada algumas vezes para definir o tipo de relação entre a jovem mãe e sua filha. Não ter tempo marca a ambiguidade de ser mãe em uma esfera conjugal caracterizada pela instabilidade e mobilidade masculina, onde a mulher é, ao mesmo tempo, o centro da reprodução das relações familiares, a responsável pela dimensão econômica e a fonte de intimidade emocional. O universo complexo de uma jovem mãe, portanto, justifica sua falta de tempo e a necessidade de uma estrutura em rede que complemente suas funções nos cuidados com as crianças.

Os netos percebem a diferença. As avós são estáveis, não costumam se movimentar além do espaço da casa e da vizinhança, e estão associadas ao universo doméstico. Além disso, não estão mais ocupadas com companheiros infiéis ou com mulheres rivais. Elas *têm tempo*, pois não estão envolvidas nas constantes demandas com fatores externos à casa. Numa idade em que as crianças estão vinculadas e dependentes do espaço doméstico e do universo feminino, a identificação com a avó é total. Ainda neste capítulo, veremos que essa relação muda à medida que as crianças crescem: as mães ficam mais maduras, e as avós, mais idosas.

É importante entender que não há o sentimento de que as mães são preguiçosas ou negligentes com seus filhos. Lembremos que a mãe é identificada como figura central no processo de formação da criança, sendo ela a responsável principal por seu sustento e pela transmissão de valores e conforto emocional. A posição da mãe é justificada por sua conjuntura de vida, ou seja, faz parte da experiência de ser mulher passar por um período em que ela deve se dedicar mais a outras esferas do que aos cuidados diários com os filhos. Para isso, o próprio sistema estrutural das famílias boavistenses permite que ela saia estrategicamente sem que isso cause traumas ou sentimentos de abandono nas crianças.

## **FILHOS DE FILHAS EMIGRADAS**

Vemos que o papel central das avós não está restrito às situações especiais ou de crise. Fica, então, uma questão: como é a relação avós-mães-filhos em casos de mães emigradas? Entendo que o foco nos netos deve ser visto em dois sentidos: primeiro, ser avó faz parte da experiência intersubjetiva da mulher, um tempo de intimidade com os netos e de manutenção dos laços com as filhas. O segundo é o da

qualidade mediada da relação com os filhos das filhas. Esse segundo aspecto é fundamental para a compreensão do papel que as avós assumem nos casos de emigração.

Vimos no quarto capítulo que a avó é a candidata natural a ficar com os filhos de uma mãe que ambiciona emigrar. Idealmente, ela é a mais apta a assumir o *lugar da mãe* em caso de ausência. Um fator importante para a estabilidade da criança é o fato de já estar acostumada com a avó, pois, mesmo na presença da mãe, ela já fica a maior parte de seu tempo com as avós, tornando-se habituada e não querendo deixá-las. Portanto, essa é a situação ideal para o bem-estar da criança.

Por outro lado, é a situação ideal também para mães e avós. Os filhos lamentam ter vivido longe das mães e ter mais intimidade com avós, tias ou irmãs mais velhas. Porém, se há um sentimento de perda por parte dos filhos, há também em suas falas um profundo carinho quando se referem às mães. Eles reconhecem e valorizam não só o esforço feito por essas mulheres para que “tenham uma vida melhor”, mas principalmente, a preocupação delas em, mesmo a distância, serem parte de suas vidas e “serem alguém com quem se pode contar”. Essa proximidade entre mãe e filhos é construída e incentivada pela família materna no dia a dia da criança, principalmente, pela avó. A avó exerce uma função fundamental nessa esfera, de mediadora entre mãe e filho.

Netos chamam a avó de *mamã* e, num grande número de casos, afirmam que a avó é “sua mãe de verdade”. Algumas destas crianças não se lembram de ter vivido com a mãe biológica, pois esta emigrou quando ainda eram muito pequenas. Tais fatos poderiam nos levar a crer que, em situações de emigração, haveria confusão geracional entre mãe e avó. Porém, os dados de campo demonstram que não é assim que as coisas se passam. Fica claro no discurso destas mulheres que ser mãe é diferente de ser avó e que o fato de *aguentar* as crianças está inserido no contexto de ajuda, categoria central no universo familiar feminino e na percepção da maternidade como social.

É claro que a divisão de tarefas assume novos arranjos quando a mãe não está presente tratando, inclusive, da relação da criança com as esferas extradomésticas. Além de passar a ser a principal (às vezes, a única) fonte de suporte emocional que a criança reconhece,

a avó acaba por acumular funções de administração de esferas da vida dos netos que normalmente ficariam a cargo da mãe. A responsabilidade com a educação é o aspecto mais marcante que encontrei nos relatos. Todos estes fatores podem levar à confusão geracional entre mãe e avó e, de fato, isso pode ocorrer em alguma fase da vida da criança. Porém, o papel que se espera da avó é o de fazer a mediação entre mãe e filho para que o lugar da primeira esteja bem definido e valorizado pelo segundo, ressaltando o caráter complementar da relação.

### **Avó como mediadora**

A filha de Dona Joaquina partiu para a Itália antes de Joyce completar um ano. A avó ficou com a criança e, devido às dificuldades de regularizar sua situação como imigrante, a moça já estava fora há quatro anos quando conheci Dona Joaquina e sua netinha. Na casa, moravam mais sete pessoas, entre filhos e outros netos, pois Dona Joaquina era viúva. Os outros netos demonstravam ter ciúmes da relação de Joyce com a avó – segundo eles, “esta era sua neta de grandeza”. Quando Dona Joaquina ouvia tais reclamações, justificava dizendo:

Gosto de todos os netos e filhos igual, eles são todos meus! Mas Joyce tem a mãe longe, eu que tenho que aguentar a carga! Eu sou sua *mamã*! Apesar de que minha filha está sempre presente na vida dela, manda suas coisinhas sempre que pode e me ajuda a aguentar minha carga! Por isso digo sempre a ela: minha filha, foi sua mãe que mandou essa roupinha para você com muito sacrifício lá na Itália, trabalhando na casa dos outros só para nos ajudar! Faço isso sempre porque mãe é quem pariu, não é mesmo? Toda mãe tem que ter seu valor e sei que minha filha sofre muito lá no estrangeiro sem nem poder ser chamada de *mamã*! A menina, coitada, se não fosse pelas fotos que mostro todos os dias, se visse a mãe na rua nem ia saber quem era.

Conheci muitas avós com um comportamento semelhante ao de D. Joaquina: apesar de sentirem orgulho pelo reconhecimento dos netos, cuja mais clara expressão é o ato de nomeá-las de *mamã*, assumem, como parte de sua função, alimentar a memória da mãe biológica nas vidas das crianças. Para isso, falam constantemente das mães, relatam seu sacrifício, mostram fotos e salientam que tal roupa ou brinquedo foi enviado pela mãe.

Apesar disso, é comum que a criança se confunda até certa idade. Chico, criado pela avó e longe da mãe desde um ano de idade, me relatou que quando era pequeno não entendia bem quem era quem

em sua vida. Sabia que tinha a mãe na Itália, que ela lhe mandava coisas e pagava sua escola, mas “confundia um pouco essa coisa de mãe, pois vivia com a avó e via minha mãe muito pouco. Quando fui crescendo e com minha avó me explicando tudo, entendi o papel de cada uma em minha vida e o lugar ocupado por elas”.

É preciso, então, considerar a qualidade mediada e complementar desta relação. Entender esse aspecto é fundamental para compreender o lugar da avó. Ser avó não é o mesmo que ser mãe, mas a avó também é mãe. Por outro lado, neto não é filho, é o filho da filha. Diferentemente de outras sociedades africanas que consideram haver uma confusão de papéis entre mães e avós, o discurso das mulheres da Boa Vista insiste na distinção das relações entre avós e netos e mães e filhos. Meus dados mostram que, assim como afirma Notermans (2004) ao falar sobre confusão geracional em sociedades africanas, para estas mulheres, ser avó e ser mãe são experiências diferenciadas e, por esse motivo, elas colocam ênfase nas diferenças geracionais entre a avó (*mamã*) e a mãe.

Quanto às crianças, falam com suas avós como se fossem suas “mães” e, muitas vezes, não identificam outra mãe que não seja a avó. Cabe a esta ter o cuidado de fazer com que a criança tome conhecimento de sua mãe biológica e nutra por ela um sentimento de amor. Como presenciei com Dona Joaquina, por diversas vezes, ouvi as avós lembrarem aos netos de suas mães, colocarem as crianças para falarem com elas e insistirem que não têm a ambição de assumir o lugar de mãe, pois “mãe é quem pariu”. Reforçando tal quadro, lembro que, sempre que as crianças se referem à sua *mamã* a um terceiro, o fazem se utilizando da categoria *nha avó*.

Como entender, então, esta confusão de papéis entre mulheres e crianças? Em vez de falar simplesmente em confusão geracional ou equivalência de papéis, interpreto uma tensão operando nesta esfera: entre um sistema que emerge da prática local, baseada numa estrutura de relações entre famílias matrifocais que operam com o conceito de maternidade social, e um modelo cristão e biologizado de família na qual “mãe é quem pariu”.

Na Boa Vista, é preciso duas gerações para que se cumpra o papel de *aguentar* os filhos; a maternidade é impossível de ser exercida em apenas uma geração, porque é muito centrada na complementaridade entre mulheres. Como a criança é um valor importante num contexto

em que as relações conjugais não são estáveis e não há grupos corporados – ou seja, é um sistema bilateral, mas matricentrado –, observa-se uma tensão entre avó e mãe em vez de uma equivalência entre avós e netos. O lugar de mediação que a avó ocupa entre mãe e filho é fundamental para os envolvidos, mas emerge em meio a uma tensão entre dois modelos. Mãe e *mamã* são duas facetas da maternidade. Ser *mamã* vem mais tarde, quando se é avó. Esta, quando jovem, foi mãe, mas não pôde ser *mamã*. O ciclo de maternidade só se conclui quando se é avó.

Lembremos que é também função das moças, vizinhas ou parentes, ajudar a *aguentar* as crianças. Voltamos aqui aos significados complementares da categoria *aguentar*, as avós como atoras centrais em assumir a responsabilidade pelos netos – inclusive na gestão financeira dos recursos enviados pelas mães que estão fora; e as outras mulheres auxiliando nas ações cotidianas de cuidar da criança e nos afazeres domésticos. A relação avó-filha-neto tem, então, um caráter especial; não exclui ou diminui a importância da mãe, ao contrário, realiza uma soma entre as mulheres, o que acaba por fortalecer a rede de relações que poderia ser quebrada na ausência de um de seus membros.

Se tomarmos a noção de matricentralidade com a qual vimos trabalhando e analisarmos a fala destas avós, percebemos que avó também é mãe. É claro que isso é experimentado de forma distinta por avós, filhas e netos. As perspectivas sobre o valor das crianças mudam a depender da posição que os indivíduos ocupam na estrutura social. O que vale salientar é que, dentro do padrão tradicional, avó e mãe se complementam na esfera doméstica. A maternidade é uma função que não depende de uma só mulher, mas é estendida às outras mulheres da família, sem causar prejuízos emocionais às crianças, que sempre terão quem cumpra o papel de *mamã*. Tal estrutura se constitui como problema somente a partir da tensão entre este modelo e a idealização do modelo ocidental cristão de família nuclear.

## **O VALOR DOS NETOS**

Nha Celeste teve dez filhos. Três mulheres vivem na Itália há muitos anos. Uma fez sua vida por lá, casou com um branco, teve um filho que também é casado e já lhe deu uma bisneta. Eles nunca vieram a Boa Vista e Nha Celeste não conhece a neta. Apesar disso,

a filha é considerada boa filha, pois manda uma ajuda à mãe sempre que pode. O assunto preferido de Nha Celeste era os netos, falava-me do carinho que todos têm por ela e dizia orgulhosa que a chamavam de *mamã*. Todos os 17 netos a chamavam assim e ela ria orgulhosa ao falar sobre isso. Conta também que todos eles, mesmo depois de grandes, vinham visitá-la todos os dias, pois se sentiam bem em ver a *mamã* e comer um pouco de sua comida.

Alguns netos ainda vivem com ela, outros têm suas casas, mas passam o dia lá enquanto as mães vão trabalhar. Nha Celeste conta que eles são sua companhia e que é bom ter muito trabalho com eles, ainda *aguenta* um netinho de um ano, pois assim “não fica sentada vendo o dia passar”. Pergunto se não fica cansada de ter que *aguentar* netos. Seu semblante é de estranheza diante de minha pergunta e ela se limita a responder: “eles são minha companhia, os filhos já estão fazendo sua vida! Se não fossem, eles não sei como seria minha vida e a desse senhor aqui (aponta para o marido adoentado na poltrona)”.

Netos que vivem longe não fazem de uma mulher uma avó, mas os netos que compartilham comida, casa e cama, sim. Se a avó cozinha para os netos, os alimenta e dá conforto, cabe aos netos ajudarem as avós em todas as tarefas domésticas, dedicar-lhes respeito e conforto emocional e garantir a reprodução da casa. Ter netos próximos a si, vivendo em sua casa, faz das mulheres avós na Boa Vista. Ter um filho de uma filha por perto constitui característica central na organização de uma casa, portanto, essa relação não está restrita a momentos de dificuldades, mas é um meio comum de fortalecer relações e laços sociais e de exercer a maternidade nesta sociedade.

Os netos geralmente estão integrados nos trabalhos cotidianos: meninos e meninas ajudam nas atividades femininas, como cozinhar, lavar e transportar água, lenha ou alimento. Enfim, são importantes para o cumprimento de muitos *mandados* que as avós já não tenham mais condições físicas de cumprir. A presença de netos também ajuda a garantir provisões da geração mais velha com comida e ajuda financeira, em especial, se os pais das crianças encontram-se emigrados. Por último, é tarefa dos netos cuidar das avós e lhes fazer companhia, ou seja, eles também mediam os deveres entre uma geração e outra, de filhas para com suas mães.

Assim como é importante para as crianças viverem próximas às

avós e encontrarem nestas uma fonte segura de apoio emocional, as crianças são elos fundamentais entre as gerações. Nesse sistema, os filhos das filhas não casadas têm especial importância para as avós. À medida que a moça amadurece e constrói uma relação conjugal estável, aumenta a possibilidade de que os netos deixem de morar com a avó e passem a visitá-la. A proximidade física e a partilha são centrais para a performance da avó, o que significa que netos que vivem longe não fazem de uma mulher avó tal como é entendido em Boa Vista.

Retornando ao relato de Nha Celeste: ela tem uma neta que vive na Itália com a mãe emigrada e que ela não conhece. Em nossas conversas, sempre tão centradas nos netos, que entravam e saíam a todo instante, poucas vezes ouvi Nha Celeste incluir esta neta distante em suas contas para saber quantos netos possuía ao todo. Fazendo a árvore da família, vejo que Nha Celeste tem 18 netos, mas frequentemente conta 17, ou seja, somente aqueles que a chamam de *mamã*.

As avós gostam da presença dos netos, sentem prazer em ter a companhia das crianças em uma fase da vida em que os filhos já se dedicam à construção de sua vida adulta e em uma sociedade que vê na emigração a melhor saída para sua reprodução. Mas, além do conforto emocional, estar com os netos garante a manutenção de direitos. Não ter netos em casa significa abandono e perda em diversos sentidos. Os netos são a garantia de que os filhos deem continuidade à contribuição financeira que é substancial para a segurança econômica numa idade avançada. Entre as famílias com as quais tive contatos regulares, 84% das avós *aguentavam* um ou mais netos, destas, 37% recebiam suporte econômico das mães ou dos pais das crianças.

Ter uma boa vida, para essas mulheres, é estar rodeada de netos e filhos. As crianças são como elos entre as relações, elas realizam uma soma. O desenvolvimento do ciclo doméstico, tal como entendido a partir de Fortes (1974), termina com a fase de dispersão, em que filhos adultos tendem a formar novas unidades e os velhos pais tendem a ficar sós. A estrutura ideal da Boa Vista é de que as filhas permaneçam por muito tempo e que netos sejam incorporados à unidade. Em certo sentido, netos representam a continuação da relação com as filhas, assumem funções cotidianas que eram delas e garantem sua fidelidade, numa fase do ciclo doméstico caracterizada

pela dispersão e pelo esvaziamento da unidade doméstica central.

## **PERSPECTIVAS DIFERENCIADAS**

Até o momento, detive-me à análise da relação entre avós maternas e netos quando ainda crianças. Centrar nessa relação particular se justifica pela importância que ela assume na vida dos boa-vistenses. Apesar disso, não posso deixar ao leitor a impressão de que a relação avós-netos é uniforme. É preciso distinguir entre avós maternas e paternas, avôs e avós, e suas relações com várias categorias de netos: crianças ou jovens, moças ou rapazes. Essa perspectiva vai fornecer uma ideia do desenvolvimento desta relação particular e das mudanças estruturais que trazem impactos para as vidas de novos e velhos.

### **Avós paternas**

Dora cria dois netos, além dos quatro filhos que vivem em sua casa. Afirma que tudo aquilo que não pôde dar aos filhos, hoje dá aos netos. Pelos netos, diz fazer de tudo, porque quando faz pelo neto é como se seu filho (o pai da criança) estivesse fazendo. Seu argumento é de que nenhuma mãe tem que falar que seus filhos estão abandonados pelos pais, porque os pais não podem *aguentá-los*, mas quando Dora os assume é como se fossem eles. Diz que é ela quem arca com todas as despesas de filhos e netos, e que faz isso para ajudar, pois não tem nenhuma obrigação, “faço porque sou doída por todos aqueles que são de meu sangue, ou seja, que são meus”.

Em geral, avós têm menos intimidade nas relações com os filhos dos filhos homens, principalmente, porque não é tão comum que estes netos vivam com ela. Dora é um dos poucos casos que encontrei de avó paterna que assumiu os netos como se fosse mãe. No caso do neto mais velho, a mãe da criança não era da Boa Vista e tinha sua mãe na emigração, por isso recorria sempre a Dora quando precisava de ajuda. Assim que teve oportunidade, a moça seguiu também para a Itália deixando o bebê sob os cuidados da avó paterna.

Na esfera das obrigações recíprocas que são esperadas entre todos os netos e avós, não há distinção considerável quando se trata dos filhos das filhas ou dos filhos dos filhos. A grande diferença é que os filhos dos filhos não estão dados de antemão. Eles frequentam a

casa das avós paternas, brincam, comem, fazem *mandados* e podem até dormir lá, mas voltam sempre para a avó materna ou para a mãe. Já os filhos das filhas são especiais: geralmente, vivem com as avós e são muito apegados a elas. A diferença entre uma e outra é que, no primeiro caso, há escolha, contingências e circunstâncias que podem levar o neto a viver com a avó paterna. No caso dos filhos da filha, não é demandada qualquer explicação, eles simplesmente estão em *sua casa*.

### **Avôs e avós**

As avós são mais afeiçoadas aos netos que os avôs. As razões disso estão ligadas ao papel masculino na esfera familiar. Alguém pode questionar o seguinte: se em uma idade madura o homem está mais tranquilo e mais presente na casa, ele não estaria mais próximo também no universo das relações familiares? Minha resposta é de que o que influencia as relações do homem com a casa não é sua presença ou ausência física, mas a posição que ele assume no universo relacional familiar.

As necessidades de uma criança são socialmente construídas de forma a vinculá-las ao universo feminino. A criança está inserida, e tem papel importante, na rede de solidariedade feminina. A um só tempo, ela depende e alimenta as relações entre mulheres e famílias. A mulher muda de fase, de mulher e mãe passa a ser avó, assumindo papéis diferenciados, porém centrais, na esfera doméstica e social. Em ambos os casos, os filhos desempenham um papel fundamental, primeiro como filhos e depois como netos.

O homem também muda de fase ao longo de seu ciclo de vida. Quando jovem, parece estar vinculado mais ao seu grupo consanguíneo do que à nova família que constituiu de forma processual ao lado de sua (ou suas) *mãe de filho*. Quando maduro, em geral, passa a ocupar uma posição mais estável na casa e isso é ritualizado pela formalização do casamento. Apesar disso, na esfera das decisões cotidianas e da administração da casa, ele não sai de uma posição periférica relativa ao mundo doméstico ao longo da vida. Nesse sentido, diferentemente do pai, o avô é figura presente, é fonte de autoridade e, geralmente, é chamado de *papá*. Como homem, não tem que estar fisicamente ligado à criança em seu dia a dia.

Devido à distância evidente entre pais e filhos, a relação entre as mulheres da família e as crianças é central, no entanto, essa margem

diminui à medida que os indivíduos envelhecem. Na vida dos netos, a figura do avô se apresenta como fonte de respeito e relativa autoridade na casa. De novo, percebe-se que não é uma relação baseada na intimidade; diferentemente das avós, o que marca a relação entre avôs e netos não é a intimidade física e emocional, mas o sentimento de *poder contar com eles*.

## **Netos jovens**

Ao longo deste capítulo, ficou claro que avós e netos vivem em situações de alto grau de reciprocidade. Quando os netos são crianças, necessitam do que as avós têm em abundância: atenção, estabilidade e tranquilidade. Por sua vez, dão às avós companhia e a oportunidade de partilhar dos prazeres da vida da criança, de sua capacidade de circular e dos benefícios materiais e afetivos (ajuda financeira dos filhos, força de trabalho para os afazeres domésticos, atenção, carinho, companhia). Porém, se damos atenção às relações entre jovens e seus avós, temos uma situação bem diferente. A relação não perde em importância, mas os conteúdos recíprocos, emoções, experiências de vida, comunicação, tudo isso perde em qualidade. Nessa fase da vida, eles precisam de outros tipos de conhecimento e têm necessidades materiais que avós já não podem suprir: escola, trabalho, contatos, bens materiais, relações afetivas e resolução de conflitos.

Avós têm pouco em comum com netos crescidos e a reciprocidade diminui, ficando restrita à performance do respeito. É nessa fase que a figura da mãe ganha proeminência. Se quando crianças, a performance da avó está casada às necessidades das crianças, na juventude ocorre o inverso. À medida que a mãe tem condições de suprir as necessidades de seus filhos, o vínculo tende a ficar mais forte. Daí a importância e a ambiguidade da emigração feminina nesta fase do ciclo doméstico.

Julinha emigrou há sete anos e tem dois filhos, um menino e uma menina de três e oito anos. Eles ficaram com a mãe de Julinha. Há cerca de um ano, a mãe, na Itália, começou a ouvir reclamações sobre o comportamento da filha: que não ouvia mais a avó, não se comportava de forma adequada, dormia fora de casa e não frequentava a escola com regularidade. Por sua vez, a moça demandava mais e mais coisas de Julinha: roupas, dinheiro e providências para que a mãe a mandasse buscar. Em setembro de

2005, estourou o boato acerca da moça: estava grávida havia sete meses e ninguém sabia. Segundo comentavam, “a menina foi ao hospital com uma dor de barriga e saiu com um filho nos braços”.

Por dias este foi o assunto mais badalado da ilha, chegando rapidamente à Itália por meio das redes de fofocas. Dois meses depois do acontecido, soube que Julinha estava na ilha. Como nos conhecíamos, logo fui fazer uma visita e a encontrei triste e desiludida com seu destino.

Demorei tanto para conseguir emigrar, depois demorei para conseguir os papéis, agora que estava conseguindo me firmar no estrangeiro veja o que me aconteceu! Tive que desistir de tudo para vir ajudar minha filha a criar a criança que um desgraçado lhe colocou na barriga! Minha mãe não pode mais, já está grande e não pode mais com as coisas dos jovens, ela não tem mais força, coitada. Sou eu que tenho que aguentar minha carga! Quando eles são crianças, dá para sair, pois é mais fácil aguentar uma criança, mas quando crescem a coisa muda. Talvez se estivesse aqui isso tudo não teria acontecido!

A dificuldade da relação entre avós e netos jovens é bastante comum e ganha em dimensão nos casos de emigração. Com o aumento de problemas sociais, como alcoolismo, drogas e a perspectiva da gravidez precoce, e a idealização da família nuclear, a emigração das mães passa a ser foco de questionamento quando o assunto é o problema da juventude boa-vistense. Da criança dádiva, passamos à visão do jovem como um fardo. Nesses casos, a mãe é chamada a assumir sua função.

O relato de Julinha vem salientar as diferenças de papéis ao longo da vida dos indivíduos. Se tomamos esta relação apenas sob a perspectiva de avós idosos e netos ainda crianças, temos um terreno fértil para a reciprocidade. Se, entretanto, o foco de nossa atenção está na relação com jovens da Boa Vista de hoje, temos uma situação bastante diferente. A relação de sangue está lá, mas os conteúdos de partilha, experiência de vida e comunicação estão vazios. As novas gerações precisam de outros tipos de conhecimentos, que as avós não são consideradas aptas a transmitir.

## **NOVOS TEMPOS**

Nos últimos anos, não só as relações entre avós e netos estão mudando na Boa Vista, mas as relações familiares em geral. Tais mudanças são encaradas de forma diferenciada a depender da posição dos indivíduos no desenvolvimento do grupo doméstico e da

posição das pessoas na estrutura social: as avós são as que mais percebem o processo como negativo, veem-se perdendo algo. Para os jovens, as mudanças são positivas, pois trazem novas possibilidades de abertura ao mundo externo. As mães têm uma perspectiva ambivalente. Apesar de desejarem suprir a demanda dos filhos, não são consideradas aptas a assumir uma criança sem lançar mão das redes de ajuda.

Devido a uma série de acontecimentos nos últimos dez anos na Boa Vista,<sup>4</sup> hoje, cada vez mais cedo, os filhos demandam se juntarem às mães na emigração. Com o nível de desenvolvimento local, outro fenômeno se dá: indivíduos ainda jovens vêm conseguindo realizar o projeto de ter sua casa. Com isso, viver com a avó se torna uma opção menos desejada pelos netos, especialmente, quando já são jovens.

Mais um fator que tem influenciado os padrões tradicionais de netos viverem com as avós é a imagem ocidental de família veiculada pela igreja católica e pelos meios de comunicação. Mulheres mais jovens passam a apresentar o desejo de terem o que chamam de uma família *normal*, ou seja, onde os pais vivem numa mesma casa e criam seus filhos. Um dos maiores constrangimentos vistos pelos pais em deixar os filhos com uma pessoa *grande* é o pouco valor que elas dão a aspectos modernos da vida que vêm sendo incorporados no dia a dia da ilha: escola, diversão e higiene. Avós não acompanham o rendimento escolar dos netos e, por causa dos mandados domésticos, desviam a atenção das crianças do que deve ser primordial para os pais modernos: o estudo.

Por outro lado, devido à distância geracional, as avós não se sentem aptas a controlar e acompanhar as novidades em termos de diversão juvenil (bares, *pubs*, discotecas). Os netos jovens utilizam isso a seu favor e dizem preferir ficar com as avós não só porque elas são pacientes e atenciosas, mas porque com elas se sentem mais livres para *andar por aí*. Mas há desvantagens: têm que viver de forma tradicional, cumprir os *mandados* e ainda dividir com um maior número de pessoas a comida, a cama e os recursos.

Num contexto tradicional, quando falam de suas vidas, as conversas com senhoras idosas seguem dois caminhos opostos: a preocupação por estarem ficando velhas, com pouca saúde, muita pobreza, em estado de solidão, perda de carinho e respeito; e os

benefícios que a idade lhes trouxe. Ser “grande” é algo positivo, é sinônimo de estabilidade e autoridade. A mulher idosa consegue focar sua performance na família e, com isso, é identificada como seu centro.

Porém, quando colocam suas vidas num contexto de mudanças trazidas pelos novos tempos, o equilíbrio se quebra. Diante das novas opções, as casas com maiores recursos atraem crianças e jovens e retiram-nos, cada vez mais cedo, do universo que a avó pode oferecer. Sua interpretação é que as regras tradicionais de respeito não têm mais o mesmo valor que no passado. Assim, surge uma preocupação: quem ajudará as avós nas tarefas cotidianas nestes novos tempos?

Nha Tereza criou cerca de dez netos em sua casa e hoje reclama que, como já estão todos crescidos e não precisam mais dela, ela não tem mais nenhum por perto para lhe ajudar nos *mandados*.

Se eu quiser comprar um quilo de arroz, minha filha, eu tenho que sentar nesse quintal e esperar que algum filho de Deus bata em minha porta para que eu tenha alguém para me fazer um *mandado*! As netas (ainda são quatro que vivem com ela) acordam de manhã, tomam seu café e ganham o mundo, dizem que vão para a escola, mas eu acho que vão é andar por aí o dia inteiro! O que eu sei é que não precisam mais da avó aqui para nada e por isso nem perguntam se preciso de uma cebola para o almoço! Minha companhia hoje são esse dois gatos que você está vendo aqui, minha filha! O mundo hoje está assim, quando a gente não serve mais, jogam a gente fora.

No dia a dia da casa de Nha Tereza, observei que as netas a respeitavam e não respondiam aos seus desmandos, porém, não desfrutavam mais de sua companhia como o fazem as crianças. O que percebi desta relação era uma espécie de respeito formal que os mais jovens devem ter pelos mais velhos, porém há uma falta de partilha do dia a dia. Isso nos leva à reflexão sobre a reciprocidade entre avós e netos em diferentes fases da vida.

O fio condutor desta obra tem sido o conceito de proximidade (e, conseqüentemente, o de distância) no universo familiar boa-vistense. Para isso, tenho refletido sobre noções de parentesco na antropologia moderna por intermédio do conceito de *relatedness* de Carsten (2004). Ter algo em comum é a base para a proximidade – a partilha, a troca de bens, serviços, emoções, reprodução e significado constituem a essência para que as relações entre parentes de sangue sejam construídas. A família matricentrada seria, então, o terreno ideal

para a reciprocidade, porém, se a reciprocidade é quebrada, as relações de parentesco se esvaziam de tal forma que podem até virar uma mera memória.

No caso das relações entre avós e netos, a qualidade da afeição e a importância das avós na mediação das relações verticais de filiação são os fatores fundamentais para sua reprodução e para a reprodução do sistema como um todo. Porém, as relações familiares em geral são contextuais e contingentes, relativas às posições e às estratégias que são constantemente reconstruídas. Para completar esse quadro de contingências, que forma o que chamo de família boa-vistense, resta analisar o que os indivíduos consideram como novos tempos e sua influência nas formas de organização familiar construídas até então.

As diferentes perspectivas com relação aos tipos de avós e netos mostram que os papéis não são fixos, mas fluidos e flexíveis, dando espaço a negociações que mudam as relações. As identidades pessoais e sociais são desenvolvidas e sustentadas em relação aos outros. Então, as formas como as pessoas se veem são influenciadas pelas formas como os outros as percebem e se comportam com relação a elas. Isto não está dado, mas é construído e reconstruído cotidianamente.

Processos sociais e históricos afetam as relações entre avós e netos. Como temos visto, o significado de ser avó não é o mesmo em situações cotidianas ou em casos de emigração ou crise familiar. Como em todas as relações sociais, a qualidade da relação entre avó e neto não é estática, mas deve ser entendida no tempo, e em relação aos padrões de mudança.

## **UMA OUTRA FAMÍLIA**

Esther Goody (1982), em seu estudo sobre os Gonjas, da África Ocidental, mostra que as crianças circulam com o objetivo de entrelaçar ramos geograficamente dispersos do grupo familiar. Ao falar de circulação de crianças, a autora diferencia entre circulação de crise e voluntária. No caso desta última, o objetivo seria de cimentar laços de parentesco, o filho visto como um recurso da família. Sendo assim, *fostering* não pode ser tomado em termos do micromovimento de crianças, mas como uma forma de replicação e reprodução da sociedade.

Esta hipótese nos leva a refletir sobre alguns aspectos do caso

boa-vistense. A facilidade que as crianças têm em circular entre as casas compensa várias tendências que poderiam, de outra forma, enfraquecer a solidariedade do grupo familiar. Ao cuidar de um neto, por exemplo, uma mulher justifica sua demanda de apoio material e de afeto aos seus próprios filhos. As avós recebem benefícios especiais ao cuidar de um neto: aumentam a chance de receber ajuda filial e consolidam seu direito ao apoio da rede de parentes.

Além de unir gerações numa fase do ciclo doméstico que poderia ser caracterizada pela dispersão, as crianças podem contrapor a tendência masculina a se afastar do novo grupo familiar. Uma mulher pode, a depender do contexto, abrigar filhos de um homem parente seu. Mães podem cuidar dos filhos de seus filhos e as irmãs abrigam filhos de seu irmão. Avós e tias paternas seriam, então, o elo entre o pai e seus filhos. A respeito da relação entre mãe e pai, é certo que um filho não é garantia de estabilidade, mas faz um elo que pode garantir que o homem retorne ciclicamente fixando-se ao fim do processo (daí a importância de ser *mãe de filho*).

Nos casos de emigração, a depender da relação que se estabelece entre mães e filhos a distância, as mães não sentem que abandonaram seus filhos e estes não se sentem abandonados. O fato de deixar os filhos com outra, mesmo que esta seja sua avó materna (a preferencial), implica a ideia de um sacrifício da mãe em razão do benefício da criança e do grupo familiar. Quem fica com a criança, vê seu ato como solidário e como possibilidade de manter e intensificar relações. Além disso, a companhia das crianças dá um sentido especial à rotina, dá prazer e diversão. As crianças não são um fardo, são uma dádiva. *Aguentar* uma criança preenche o dia, garante interação social com vizinhos, permite o compartilhamento dos afazeres domésticos, é fonte de afeto, é elo entre mães e filhas.

Entre outras estratégias, compartilhar crianças diminui a ameaça de afrouxar a solidariedade entre parentes advinda de uma valorização da mobilidade social. Entender que a movimentação das crianças no tempo e no espaço, entre gerações e entre casas, não é um problema, mas um processo que faz parte da dinâmica social, nos faz perceber a organização familiar boa-vistense não como um modelo alternativo (que existe quando há um modelo ideal) nem como anomalia, mas apenas como outra forma de organização social. Assim como o nosso, é um sistema entre tantos outros.

Como foi demonstrado ao longo deste livro, neste sistema, a ideia de família não se restringe à família conjugal – um casal em coresidência e seus filhos. A unidade significativa é a família extensa e os arranjos familiares ultrapassam os limites da casa. A movimentação de pessoas, e de crianças em particular, faz parte da dinâmica familiar e, mais do que isso, possibilita a reprodução do sistema. Tal família prioriza laços consanguíneos à relação conjugal, o que vale para homens e mulheres, mas é especialmente importante se estamos falando a partir de uma perspectiva masculina. A presença física do homem é precária, o que não equivale a dizer que há uma ausência simbólica. Há uma centralidade nas relações entre mulheres, mulheres e crianças, e na perspectiva feminina sobre a família.

Num contexto em que as relações entre parentes são mais construídas do que dadas biologicamente, o conceito de maternidade também é mais social que biológico. A relação entre mãe e filho, apesar de central, é apenas um elemento dentro da esfera familiar. Cada indivíduo está envolvido numa rede consanguínea que exige constante demonstração de solidariedade (laços de sangue têm precedência sobre relacionamentos contratuais) e as crianças são partes importantes nessas relações. A mulher que dá à luz conta com uma rede de solidariedade para criar o filho, pois raramente uma pessoa cuida sozinha de uma criança.

Judith Modell (1998) afirma que a circulação de crianças é um modo de reprodução e, como tal, um recurso valorizado e sujeito a interesses competitivos de várias partes. Nesse sentido, entra em jogo não só a produção de crianças, mas também sua distribuição. Na Boa Vista, ambas são facilitadas pela própria organização da rotina doméstica, que privilegia a circulação dentro da família materna, pois não idealiza a conjugalidade como pressuposto para procriação; com isso, a criança nasce, geralmente, quando a mãe ainda está na casa dos pais.

A figura da avó materna é o principal foco de apoio de uma jovem mãe e, idealmente, tal avó tem o direito e o dever de compartilhar a maternidade da filha. Isso implica que, não necessariamente, a mãe vai criar o filho, e que ambas, tanto a mãe biológica quanto a avó materna (ou, eventualmente, outra), poderão compartilhar a identidade social de mãe. A depender do contexto, isso é fonte de disputa entre as envolvidas, em particular, nos casos de emigração da

mãe, situação em que ela corre o risco de ver sua influência diminuída no dia a dia dos filhos, mesmo com os esforços e as estratégias para manter proximidade a distância.

Há, porém, outra fonte de tensão entre mãe e filha, a demanda por definições de papéis decorrente do choque entre dois modelos: de um lado, a prática social local, na qual uma só geração não dá conta da maternidade, as relações conjugais são marcadas pela ideia de instabilidade e não há grupos corporados; e de outro, a percepção do modelo de família nuclear ocidental como ideal. Vamos entender cada um desses níveis de forma mais detalhada.

Estudos sobre a sociedade africana mostram que as pessoas são muito valorizadas e, mais do que isso, são percebidas como uma espécie de “capital” social e político: cada indivíduo traz diversas vantagens ao grupo. Sendo a pessoa um valor fundamental, os direitos sobre pessoas (*rights in persons*) adquirem um lugar de destaque, sendo que o próprio *status* de cada indivíduo pode ser pensado como o conjunto de direitos que este possui sobre outras pessoas ou coisas, acrescido de seus correspondentes deveres. É importante lembrar que os direitos sobre pessoas podem ser transferidos, implicando compensação ou indenização. No âmbito do parentesco, há possibilidade de manipular tais direitos para aumentar o número de pessoas sob o domínio de um indivíduo e as formas como as transferências de direitos se realizam são de importância fundamental no contexto africano (Kopytoff; Miers, 1979; Parkin; Niamwaya, 1987; Radcliffe-Brown, 1952).

Trazendo tal discussão para o tema das famílias boa-vistenses e considerando o valor das pessoas dentro de uma sociedade marcada pela escassez de recursos, a característica de exportação de seus membros e a importância da vida familiar, percebemos as crianças como um valor fundamental. A mulher que tem um filho sabe que ele tem valor imediato tanto quanto a longo prazo: um bebê está no centro da reprodução das relações entre parentes e vizinhos, estimula visitas, é motivo de festas e agrega as mulheres da família da mãe e do pai ao seu redor; a criança, a partir de 6 ou 7 anos, faz serviços domésticos, faz companhia e circula entre as casas; o adulto ajuda a sustentar seus velhos.

Diante da impossibilidade de *aguentar* uma criança sozinha, dada pelo próprio sistema familiar, a pessoa ideal com quem uma mulher

pode partilhar o valor dos filhos é com sua mãe. Como foi demonstrado aqui, para a avó materna, o neto é um bem que garante sua centralidade dentro da esfera doméstica. Para a mãe da criança, deixar o filho com a avó materna pode ser a garantia de que ela sempre será lembrada como boa mãe, mesmo em casos de distância física prolongada. O valor da criança se estende geograficamente, sendo ela um vínculo fundamental entre as famílias do pai e da mãe, outros parentes e vizinhos.

A mulher deve, então, dividir seus filhos da mesma forma como deve compartilhar alimentos, bens materiais e informações. Num sistema de matrifocalidade, toda a produção feminina é criadora e mantenedora das relações e a mobilidade das crianças é um componente dessa prática: reproduz a centralidade feminina e aumenta o número de mulheres às quais um indivíduo deve lealdade. Por sua vez, as crianças e os jovens têm, pela relação com as mulheres (das famílias paterna e materna), fonte segura de conforto emocional e de transmissão de bens materiais e valores.

Fortes e Radcliffe-Brown explicavam o pertencimento como um dado fundamental na vida de indivíduos em sociedades africanas. Por exemplo, entre os Tallensi, o princípio da linhagem permite que um homem busque apoio dos seus em qualquer assunto, ou seja, indivíduos de uma mesma linhagem crescem juntos, visitam-se, identificam-se uns com os outros e agem da mesma forma em negócios corporados. Além disso, conhecem suas histórias em detalhes e isso é uma força real na vida corporada da linhagem e da comunidade.

Numa sociedade como a da Boa Vista, onde não há grupos com estas características, são necessários outros mecanismos que produzam e reproduzam solidariedade. Os grupos familiares assumem, então, um caráter especial, um espaço frutífero para a construção de relações de pertencimento, de transmissão de bens e valores. Se este espaço privilegiado é marcado pelo caráter distante do homem como pai e companheiro, a centralidade feminina parece ser o espaço de pertencimento por excelência.

Já ficou claro que matricentralidade, para este trabalho, não é sinônimo de ausência masculina na esfera doméstica (os laços consanguíneos entre homem-homem e homem-mulher têm tanta importância como os laços entre mulher-mulher). Porém, não se pode

negar que a presença masculina é secundária e, quase sempre, opera por intermédio da cooperação entre mulheres.

A nomeação é um dado importante aqui. Como afirma Geffray (1990), a totalidade de membros de uma sociedade é categorizada por meio de uma série de operações linguísticas distintivas e identificativas. As palavras permitem ao locutor nomear as pessoas que surgem a cada um dos momentos estruturais da reprodução material e social de sua comunidade. Ao nomear as avós de *mamã*, os netos não estão simplesmente operando uma confusão geracional, mas estendendo a categoria de mãe para além da figura da mãe biológica e incorporando mulheres de outra geração. Ou seja, são necessárias duas gerações para que a maternidade se realize na Boa Vista.

O interessante é que, diante de um terceiro, uma distinção se opera: a avó, que era *mamã*, é identificada como vovó, e o neto, que era filho, passa à categoria de neto. Tal fato deixa clara a fluidez das categorias e a oportunidade de os indivíduos jogarem com as possibilidades de seu sistema, dependendo de seu interesse ou do lugar que ocupam na estrutura social. É preciso ter sempre em mente o ciclo do desenvolvimento doméstico, em que os indivíduos mudam de posição e perspectivas a depender da fase em que se encontram. Na Boa Vista de hoje, para falar de família, é preciso levar em conta não só seu ciclo interno, mas diversos aspectos da estrutura social em tempos de mudanças rápidas.

As principais tensões que emergem desse esquema social têm a ver com o choque entre um modelo tradicional com todas as características aqui analisadas e a referência constante a um ideal de família nuclear ocidental presente no discurso dos indivíduos. As avós, quando questionadas sobre a relação com os netos, salientam que “mãe é quem pariu”, contrariando, no discurso, a característica da maternidade compartilhada que observei no dia a dia das famílias. Os netos, especialmente os jovens, começam a valorizar o que chamam de “família normal” e a perder o interesse pelo que as avós têm a oferecer. As mães, cada vez mais cedo, buscam opções para construir seu espaço seguindo padrões europeus de residência e organização familiar. No próximo capítulo, veremos as novas configurações decorrentes da entrada do modelo europeu de família no universo boa-vistense. As tensões do plano do discurso, por meio do casamento com estrangeiros, passam para a prática, gerando

## tensões e questionamentos sobre as novas famílias.

---

<sup>1</sup> Cabe lembrar que as distâncias físicas ajudam na vinculação entre as casas, que ficam a poucos metros umas das outras.

<sup>2</sup> A relação com a avó paterna é um bom exemplo. Uma vez que os conflitos em torno da paternidade são solucionados, a relação com a avó paterna também tem grande importância. Como na maior parte dos casos, a criança vive com a mãe na casa da família materna, porém, não só se espera que a avó paterna visite o neto, mas que este também a visite, sendo bem-visto que os netos durmam algumas noites com ela e, dependendo das circunstâncias, possam até lá residir. Crianças e avós paternas estabelecem um vínculo fundamental entre as famílias, que ultrapassa os assuntos relacionados à conjugalidade, mas que estão ligados a esta pela figura do homem.

<sup>3</sup> Na relação mãe-pai, apesar de o filho não garantir estabilidade, constitui-se como um elo que pode garantir que o homem retorne sempre a esta mulher. Além disso, pela relação com a avó paterna, a criança será um elo importante entre as famílias.

<sup>4</sup> Tratarei deste assunto no sexto capítulo.

# NOVOS TEMPOS, NOVOS ATORES, NOVAS FAMÍLIAS

*Boa Vista é a primeira ilha onde o sol derrama os seus raios dourados, por ser a mais oriental do arquipélago de Cabo Verde e a mais próxima da costa ocidental africana.*

*Do seu achamento pelas Caravelas de António de Noli, a 3 de maio de 1460, passando pelo seu povoamento até meados do século XIX, a ilha conheceu períodos áureos de sua história. Com efeito, empório das ilhas de Barlavento, no século XIX, Boa Vista veria sua Igreja Matriz, a de S. Roque do Rabil, indicada para Catedral da Colônia, tendo em conta seu crescimento em riqueza, em edifícios de tipo europeu e em importância social, teria o privilégio de ser proposta para capital de Cabo Verde.*

*O destino quis que a ilha, ainda no século XIX, se destronasse e se calasse perante suas então rivais, S. Vicente e Santiago, e se resumisse, lembrando o poeta boavistense Daniel Felipe, a um 'ponto anônimo da carta', à espera, do mioceno a esta parte, de um príncipe encantado para a desvendar naquilo que tem de mais genuíno, a natureza, e de mais nobre, a sua gente.*

*É com recobrado júbilo que hoje ouvimos falar com mais frequência da ilha. Será o prelúdio da chegada do príncipe encantado?*

*A ilha da Boa Vista espera por ti, ó príncipe. Espera-te nua, donzela ainda, nas suas praias qual branca de neve, onde a vista se perde no infinito do círculo da ilha e as águas de um verde claro e azul transportam-se para o merecido repouso da longa viagem.*

*É príncipe: ali está ela, oferecendo-te a paz nunca conturbada, debaixo de um clima ameno e reconfortante durante todos os dias do ano, a uma temperatura média a oscilar entre os 22 graus e os 25 graus centígrados.*

*Além das praias e dunas, o mais belo da ilha é a sua gente, com sua particular e genuína morabeza, tanto no acolhimento quanto no fino trato.*

António Germano Lima (1999).<sup>1</sup>

Os *novos tempos* na Boa Vista são marcados por um trânsito que se intensifica a cada ano desde os fins dos anos 1990, o fluxo turístico. Entre as ilhas do arquipélago, Boa Vista e a ilha do Sal são as que têm o maior apelo por causa de suas praias de areia branca, suas dunas e seu mar de águas cristalinas. Porém, a descoberta de que seus encantos poderiam ser atrativos turísticos foi tardia, só acontecendo em meados dos anos 1990 com a chegada dos primeiros europeus em busca do exótico. Embora tardia, a movimentação turística foi logo aproveitada e intensificada por políticos e investidores que “vendem” as belas e virgens praias, e a tranquilidade e receptividade da gente como os grandes atrativos

locais. Em menos de dez anos, Boa Vista saiu do anonimato e da condição de ilha periférica para ganhar um lugar de destaque dentro do discurso de valorização nacional perante o mundo externo. Assim como a africanidade de Santiago e a boemia de São Vicente, as belezas naturais da Boa Vista são incorporadas num novo discurso de nação que encara o turismo como “a grande saída para o desenvolvimento”.

Em virtude da centralidade que a movimentação turística tem assumido na dinâmica de vida local, torna-se importante destacar as influências do crescimento de tal fluxo na mudança do padrão de vida local. O principal aspecto a ser explorado aqui tem a ver com a tendência, entre a população mais jovem, de se fixar na ilha, dedicando-se aos trabalhos ligados ao turismo. Os jovens que trabalham nos grandes hotéis têm um *status* diferenciado dentro da comunidade e assumem um comportamento que, ao lhes proporcionar um lugar de destaque no contexto local, também pode causar problemas familiares e rumores relativos a uso de drogas, promiscuidade sexual, atitudes inoportunas e desprezo pelos modos de vida local.

Num contexto em que jovens são potenciais emigrantes, fator que gera um arranjo familiar que estudamos ao longo dos capítulos precedentes, os *novos tempos* marcados pela vinda de turistas – e tantos outros – têm ocasionado mudanças estruturais ao longo dos últimos anos que parecem ter impactos significantes nas relações familiares: entre casais, pais e filhos, e velhos e novos.

Sendo assim, as questões centrais deste capítulo são: quais os impactos desses novos fluxos na esfera doméstica? Como se configuram os arranjos familiares para abrigar novos atores em uma sociedade especializada em exportar pessoas? O que busco é dar conta da diversidade de valores em jogo na elaboração dos projetos individuais e familiares, numa tentativa de indicar as maneiras pelas quais os fluxos imigratório e turístico também conduzem os assuntos familiares.

Assim, explorarei o contato da comunidade com os de fora e as mudanças que vêm ocorrendo no seio familiar com o desenvolvimento local. Além da movimentação de turistas, aqueles que chegam hoje e vão embora amanhã (Simmel, 1971), o desenvolvimento turístico tem intensificado um fluxo de outra ordem, a entrada de imigrantes de

outras ilhas e do continente africano que buscam emprego ali. A relação com esses outros é, em certa medida, conflituosa e isso fica claro se tomamos como base os rumores sobre o aumento da violência na ilha, a diminuição das práticas de ajuda mútua e a mudança no comportamento dos jovens. Toda essa dinâmica tem marcado os novos tempos, percebidos com ambiguidade pelos diversos atores em cena.

Completando o quadro de análise da vida doméstica local, que, num jogo de proximidade e distância, valoriza a esfera familiar em uma dinâmica de movimento, de trocas e fluxos de bens e valores inerentes à emigração, este capítulo incorpora uma nova ordem de movimento de pessoas, bens e valores que indivíduos e grupos familiares têm sido desafiados a enfrentar.

## **TURISMO: OS NOVOS TEMPOS**

No contexto do espaço atlântico tropical, o Estado cabo-verdiano passou a valorizar o turismo como estratégia de desenvolvimento no princípio da década de 1980. De maneira mais sistemática, foi a partir de 1986, com o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que se verificou um cuidado especial reservado ao desenvolvimento turístico ligado à valorização da paisagem local. Em outro trabalho, aponte para uma transformação no discurso sobre a paisagem no período pós-independência, de feia, hostil e sem atrativos para uma visão em que “o árido é belo” (Lobo, 2001). A mudança de perspectiva pode ser percebida nos programas de planejamento que passam a tratar o turismo como “a grande saída para Cabo Verde alcançar o rumo do desenvolvimento” (República de Cabo Verde, 1997) e a convidar os investidores a explorar as belezas naturais e culturais das ilhas.

Nos documentos, a influência benéfica do turismo se daria em dois níveis: primeiro, traria desenvolvimento econômico, mais empregos e oportunidades de investimento para o país. Num segundo nível, pela valorização turística, ocorreria um processo de ressignificação da paisagem pelos próprios habitantes das ilhas. Essa tendência começou a ser contemplada no período pós-independência, mas só veio ganhar força no fim dos anos 1980, graças aos estrangeiros que assumiram o desafio dos primeiros investimentos.

José Maria Semedo, geógrafo e pesquisador cabo-verdiano, retratou em uma de nossas conversas o reflexo dessa mudança de perspectiva sobre a natureza das ilhas no caso da Boa Vista.

Até fim dos anos 80, Boa Vista era uma ilha pobre e até maldiziam de suas dunas, que invadiam as portas das casas e ameaçavam a própria permanência da população nas vilas. Por todos os cantos do arquipélago, Boa Vista era conhecida como uma ilha perdida e desertificada pela areia. Hoje, afinal, as dunas são o maior recurso da ilha e ela é descrita como uma ilha com grandes potencialidades. Antes (por volta de 1977) brincavam com um aluno meu, boa-vistense, dizendo que o governo deveria vender Boa Vista para os russos e transferir seus pouco mais de 3.000 habitantes para São Felipe (na ilha de Santiago), assim Cabo Verde ganharia muito dinheiro e resolveria todos os seus problemas! Hoje ninguém pensa assim, muito pelo contrário, a secura e as dunas são potencialidades naturais e têm transformado Boa Vista numa ilha muito importante.

Desta forma, num contexto de valorização da aridez e do que Cabo Verde tem como maior recurso, o mar e as praias, ilhas como Sal, Boa Vista e Maio passam a crescer em importância e a ser contempladas num discurso nacional de desenvolvimento. Cada uma destas ilhas, entretanto, apresenta percursos diferenciados e, com suas particularidades, atrai investidores estrangeiros em momentos distintos da história recente do arquipélago. Primeiro a ilha do Sal e logo em seguida a Boa Vista são os alvos principais de governos e investidores estrangeiros na exploração turística. Já a ilha do Maio é incorporada nos documentos, mas ainda se encontra adormecida à espera de seu príncipe.



Deserto de Viana

Foto: Mario Costa



Praia de Chaves

Foto: Mario Costa

Dada sua proximidade com a ilha do Sal (apenas 15 minutos de avião), não tardou muito para Boa Vista ser conhecida pelos turistas e, conseqüentemente, por investidores. A ilha atrai por ter um potencial maior que o da ilha do Sal, devido à extensão de sua costa, e por possuir uma paisagem mais diversa. Enquanto os investimentos turísticos na primeira estão praticamente restritos à praia de Santa Maria, Boa Vista oferece inúmeras opções de praias, além das dunas e das pequenas vilas dispostas em pontos diferenciados da paisagem.

Foi no começo dos anos 1990 que começaram os investimentos visando à criação de uma infraestrutura para o recebimento de turistas. O primeiro hotel foi construído no centro da Vila de Sal-Rei por um francês que já estava sediado na ilha do Sal e que dizia ter encontrado na Boa Vista “o melhor lugar do mundo para viver”. A construção do Hotel Dunas possibilitou o fluxo de italianos e outros europeus, fazendo crescer o interesse dos primeiros em investir no local. Por sua vez, o governo facilitava a tais investidores a compra de terrenos e disponibilizava a pouca estrutura existente para a construção dos *novos tempos*.

Tais tempos sinalizaram sua chegada a partir de 1994. O marco foi a construção do “grande” hotel Marine Club, construído por italianos na Praia de Cabral, vizinha à Vila de Sal-Rei. Ainda no mesmo período, dois outros complexos foram viabilizados também por italianos, o Hotel Estoril Beach, logo à entrada de Sal-Rei, e o Village de Chaves, na praia de mesmo nome localizada próxima à vila do Rabil (ambos em 1996). Em 1998, Boa Vista recebia os primeiros fluxos de turistas italianos, o que incentivou a pequena elite local (formada prioritariamente por ex-emigrantes) a construir pousadas, restaurantes tradicionais e mercearias que pudessem oferecer

serviços ao turista interessado no modo de vida local.

Após esse primeiro ciclo de investimentos, em que foram construídas a um só tempo cerca de cinco unidades hoteleiras de médio porte, os esforços têm se concentrado na melhoria e na ampliação de tais estruturas, bem como na criação de outras que complementam e que prestam serviços aos turistas: escolas de *windsurf* e mergulho, lanchonetes, espaços com internet, discotecas, lojas de artesanato, centros de aluguel de carros, motos de areia e bicicletas, sorveterias, entre outros. Ao governo local, coube a tarefa de melhorar a imagem das vilas com a reforma de praças e fachadas das casas, a capacitação de jovens e a criação de um Centro de Atendimento ao Turista.

No ano de 2002, começou uma nova fase de investimentos com a construção de dois complexos hoteleiros, os chamados *resorts*, ambos distantes de Sal-Rei e com estrutura para hóspedes que desejam conforto e pouco contato com a população local. A propaganda em torno de tais complexos turísticos centra no fato de serem os primeiros *resorts* cinco estrelas de Cabo Verde (um com mais de 600 leitos). Tais investimentos foram inaugurados por volta de 2010 e têm suscitado opiniões ambíguas e debates calorosos sobre o futuro da ilha.

Os governos, local e nacional, se apropriam desta nova fase como o *turning point* na história da Boa Vista, passando de ilha periférica e sem importância a principal ilha do arquipélago, a que mais movimentava a economia nacional. O primeiro-ministro do país, em 2005, José Maria Neves, estimava que até 2020 se atingiria a capacidade de hospedagem de 30.000 leitos, estimativa considerada absurda por muitos. O presidente da Câmara local questionava a previsão do governo, uma vez que este não cumpria sua parte, criar infraestrutura que viabilizasse novos investimentos em praias mais distantes, como a Praia de Santa Mônica (a mais exótica e a maior em extensão).

Dados mostram que a entrada de turistas tem crescido consideravelmente. De acordo com informações do Instituto Nacional de Estatística, observa-se que, no ano de 2001, entraram na Boa Vista 10.168 hóspedes e, destes, 6.407 eram de nacionalidade italiana. Depois de Sal, São Vicente e Santiago, as ilhas mais desenvolvidas do arquipélago, Boa Vista é a que tem recebido o maior

número de turistas nos últimos anos. Os dados de uma agência de viagens italiana, Il Viaggidi Atlântico, mostram que, em sua primeira viagem, em novembro de 1999, cerca de 30 clientes eram trazidos para o Hotel Marine Club.

Na ótica da população local, e mesmo dos primeiros investidores italianos, que já vivem na ilha há cerca de dez anos, tudo aconteceu de forma muito rápida. O discurso é de que as pessoas ainda estão sob o impacto do *boom* de desenvolvimento na ilha e ainda não sabem como lidar com isso. Diante da perspectiva de crescimento vertiginoso, há um clima de preocupação geral e um misto de sentimentos sobre o que o turismo tem trazido para a vida local e o que será o futuro da ilha. Os novos tempos trazem novos atores e, conseqüentemente, novas estratégias e formas de organização da vida local. Parto agora para a análise destas novas relações, primeiro entre locais e turistas, depois com os outros que vão em seu encalço.

### **A ilha fantástica<sup>2</sup>**

Quando cheguei a Cabo Verde pela primeira vez, em 1999, meu ponto de referência era a capital do país, Cidade da Praia, na ilha de Santiago. Porém, sempre era lembrada de que deveria conhecer as demais ilhas. O discurso era de que cada ilha é um universo particular, uma bem diferente da outra em sua geografia e nas características de seus moradores. Após São Vicente, Boa Vista era a que tinha as melhores referências de amigos e informantes. Era caracterizada como a ilha das mais belas praias, de gente pacata e tranquila, das dunas de areia branca, da origem da Morna,<sup>3</sup> dos deliciosos frutos do mar, da fartura de peixes.

Diante de tais referências, não pude deixar de reservar alguns dias de minha estada nas ilhas para conhecer tamanha beleza. A chamada ilha fantástica não negou sua fama, me encantou por sua paisagem árida misturada a dunas de areias branquíssimas e a um mar de águas azuis esverdeadas que nada deve às imagens das ilhas polinésias vendidas nas revistas de paragens exóticas. Como afirma Germano Lima na introdução deste capítulo, mistura-se às belas paisagens a hospitalidade de sua gente, a música, as serenatas e o ambiente pacato que encanta à primeira vista. Em poucos dias na ilha, já me sentia em casa, com “amigos” que me cobriam de mimos, desde o pão quente feito no forno a lenha pela manhã, passando pelas deliciosas lagostas ao jantar, até chegar às paródias noturnas

regadas a muita música e boa dança.

Após dias envolta neste ambiente, a hora da partida doía em meu coração. Deixar os já amigos queridos, o clima de festa e a beleza da vida em uma localidade com menos de 5.000 habitantes, mas repleta de tantos encantos, me trouxe lágrimas nos olhos quando o pequeno avião da TACV levantou suas rodas. Minha relação com Boa Vista e sua gente não acabou ali: idas e vindas marcaram minha história e por diversas vezes pude observar tal sequência de fatos se repetir com muitos dos turistas que passam anualmente pela ilha.

Os turistas são predominantemente de origem europeia, sendo que mais de 70% vêm da Itália. Em segundo lugar, estão alemães e franceses. Uma parte importante é composta por turistas de alto poder aquisitivo que seguem em grupos organizados e se hospedam no luxuoso hotel Marine Club ou no Village de Chaves; outros são viajantes independentes que ficam nos hotéis e pousadas dentro da vila. Os primeiros já têm os dias preenchidos num cronograma proposto pelas agências de viagens na Itália. Os demais preferem interagir no dia a dia da ilha, comendo a comida local, hospedando-se em pousadas, para uma experiência mais intimamente “africana”.

Mauricio, investidor italiano que chegou à ilha 1997 para trabalhar no Marine Club e hoje administra dois pequenos hotéis na Vila de Sal-Rei, afirma haver dois tipos de turistas que procuram a Boa Vista:

Primeiro tem os viajantes, com passaporte todo carimbado, em busca do exótico. Estes são mais espertos e sabem o que vão encontrar na África. Não reclamam se não encontram uma comida em condições, estão interessados na população local e na vida tradicional. São europeus de maior poder aquisitivo, que têm mais liberdade para viajar em baixa estação e que vêm em qualquer época do ano. No começo, estes eram os únicos que procuravam a Boa Vista.

Agora já temos um segundo grupo, que começou a chegar em 2001, os turistas de massa. Eles surgem em consequência de mais companhias de turismo interessadas na Boa Vista, o que leva a mais concorrência e a baixa de preços. Estes turistas têm o passaporte limpo, geralmente, estão em sua primeira viagem e não estão interessados na vida local, mas em um bom hotel com praia e piscina. Eles vão do aeroporto para o hotel, não vão para a vila e não são autônomos, querem a comida que comem na Itália e não abrem mão do conforto.

Em geral, ambos dizem vivenciar experiências exóticas. Mas são os primeiros que criam vínculos com os locais, deixam a ilha com tristeza e levam na memória dias de pura magia. Segundo dados de uma agência turística italiana com sede na Vila de Sal-Rei, mais da

metade dos italianos interessados em interagir com a população local retorna à ilha para uma nova temporada de férias duas ou três vezes. O motivo principal é a saudade que sentem dos amigos que fizeram numa primeira visita, da alegria e dos bons momentos que viveram na ilha. Dos que retornam e recomendam uma temporada a amigos na Europa, as mulheres são a maioria.

Os atrativos naturais são o cartão de visita da Boa Vista. Um jornalista cabo-verdiano comenta que esta é uma “ilha com alma, a mesma que recebe quem a visita com hospitalidade que já não se encontra em todo o país”. Então, se as belezas naturais atraem para uma primeira visita, é a hospitalidade do boa-vistense que deixa saudades e faz o turista voltar. Mesmo aqueles que não estão em busca de interação com os locais encontram nos hotéis a receptividade dos funcionários, especialmente os “animadores”. O grupo de animadores que trabalha nos hotéis é formado por moças e rapazes jovens e bonitos que têm a função de animar os hóspedes, ou seja, acompanhá-los nas refeições, nos passeios pelas praias, nas atividades esportivas e de lazer. São eles que dançam nas noites cabo-verdianas dos hotéis e acompanham os turistas nas investidas noturnas a danceterias e bares. A relação com estes jovens pode ser intensa e culminar em amizade ou relação amorosa.

O primeiro tipo de turista geralmente tem uma experiência mais intensa com a população da vila, frequenta restaurantes locais, vai ao mercado, aos bares, faz passeios com os condutores (espécies de taxistas) que os guiam pelos passeios nas mais belas praias, tentam aprender palavras em crioulo, acabam por se juntar às maltas de jovens nas noites de paródia, chegando a visitar suas casas e conhecer as famílias. Esses turistas são caracterizados como pessoas simples, “brancos sem frescura”. Nesse caso, o encontro vai além dos funcionários do hotel ou de um grupo que está mais próximo do ambiente preparado para receber o turista e chega a uma parcela da população que não está em busca de envolvimento com outros.

Na enquete que realizei com 46 italianos e italianas identificados pelos boa-vistenses como “turistas sem frescura”, 28 estavam em sua segunda ou terceira visita à ilha e, daqueles que a visitavam pela primeira vez, 14 diziam querer retornar em outra oportunidade. As razões para o retorno eram sempre as mesmas: a ilha é um paraíso, as pessoas são amigas e as memórias dos dias vividos são mágicas. Uma das informantes se dizia à procura de um lugar tranquilo para

descansar do *stress* da vida na Europa quando procurou Boa Vista pela primeira vez, mas acabou por encontrar muito mais: encontrou amigos e agora não podia mais passar um ano sem voltar à ilha para viver dias agradáveis (utiliza a expressão *sab* em crioulo para enfatizar seu sentimento).

O ponto comum nos dois grupos de visitantes é a descrição da temporada na Boa Vista como uma experiência única e mágica. Mas, entre aqueles que retornam, duas categorias marcam seu discurso de forma especial: além da magia da ilha, a disponibilidade da gente. Na visão deste turista que retorna ou que indica a viagem a amigos em seu país, a ilha encanta porque o boa-vistense é simpático, é bonito e é disponível. Além disso, é uma ilha particular, bonita, com uma magia que só ela tem. Este tipo de discurso também é apropriado pelos agentes de viagens nos *sítes*, *fôlderes* e guias sobre o local.

São os jovens os que mais se beneficiam do turismo – aqueles acima de 45 anos têm uma relação mais indireta e menos frequente. Para os jovens boa-vistenses, o vínculo criado com italianos representa *status* e mais uma oportunidade de seguir para a emigração. A maioria deles quer entrar no mercado turístico como recepcionista, guia e, especialmente, como animador. Outros se organizam de forma mais independente, alugando carros, trabalhando como taxistas e guias ou formando grupos de dança para se apresentarem nos hotéis e restaurantes. Há ainda, os “especialistas” em frequentar os ambientes mais procurados por turistas na busca de algum tipo de aproximação. A população jovem local se beneficia do contato com o turista muito além da remuneração financeira, e isso é mais intenso para aqueles que trabalham como animadores. Além do dinheiro, eles recebem presentes e até a possibilidade de ir para o estrangeiro levado por um deles.

Daniela é uma esguia e bela negra de 23 anos. Tem o cabelo sempre bem penteado em estilo africano e as roupas são cuidadosamente escolhidas para valorizar o corpo. Quando a conheci, trabalhava no Hotel Marine Club como animadora e, mesmo nas horas de folga, estava acompanhada por um ou mais italianos e italianas. A moça falava a língua com fluência e fazia bom uso de todos os seus atributos para conquistar a simpatia e a “amizade” dos visitantes. Apesar de reclamar algumas vezes dos “brancos” (chamava-os de *fastentos* – chatos – com frequência), que estavam sempre a demandar sua companhia, elencava as inúmeras vantagens

do trabalho como animadora no hotel: as gorjetas, a convivência com pessoas diferentes, a possibilidade de sair da Boa Vista, os presentes que ganhava e a vida movimentada, caracterizada pelo fato de não ter tempo para outras coisas, por viver cansada e correndo entre casa, hotel e atividades com turistas. Além do trabalho no hotel, era sempre convidada a participar das noites cabo-verdianas para desfilarem trajés típicos da África, apresentar as danças tradicionais e, por fim, ensinar aos turistas alguns estilos de danças.



Apresentação de noite cabo-verdiana no Hotel Marine Club

Foto: Andréa Lobo

A difusão de um estilo de vida tal como o de Daniela e de muitos outros jovens na faixa de 17 a 30 anos tem influenciado alguns aspectos interessantes do padrão de vida local. O primeiro aspecto é a tendência, entre a população mais jovem, de se fixar por mais tempo na ilha, dedicando-se aos trabalhos ligados ao turismo.<sup>4</sup> Isso nos leva à análise do que tem significado a movimentação turística para a população local.

### **O turismo é bom, mas também é mau**

Uma parte da bibliografia sobre turismo descreve a relação entre o turista e a população local como efêmera e geralmente resumida à questão de mercado, onde os turistas são consumidores e os locais são fornecedores de bens e serviços (Cohen, 1984; Smith, 1989). O encontro poderia ser classificado como essencialmente transitório e assimétrico. A efemeridade das relações propiciaria a exploração, o engano e a desonestidade que seriam moeda corrente na relação entre turistas e população local, justamente porque nenhuma das partes envolvidas se sentiria comprometida com as consequências de sua ação (Cohen, 1984), numa espécie de versão globalizada da “reciprocidade negativa” analisada por Sahlins em *Stone Age Economics* (1974).

Alguns estudos buscam mostrar que este relacionamento é mais complexo (Bindá, 1995; Chambers, 1997; Nash, 1996). Como todo relacionamento humano em sociedade, há um importante grau de imprevisibilidade, não podendo ser generalizado nem predeterminado por modelos genéricos. As reações de turistas e populações locais podem ser diversas mesmo dentro de uma cultura pensada como relativamente unificada.<sup>5</sup>

A partir de minhas observações em campo, creio que é preciso maior cuidado por parte de pesquisadores que se dedicam aos estudos do encontro ocasionado pelo turismo moderno ao definir esta relação. Não se trata de negar que o fator econômico é catalisador do movimento turístico na Boa Vista, mas de considerar que outras esferas de relações surgem e ganham importância a ponto de podermos questionar a efemeridade que parece caracterizar tal encontro de pessoas de maneira geral. Portanto, a análise, mesmo que preliminar, do turismo na Boa Vista pode acrescentar aspectos importantes para enriquecer o debate contemporâneo em torno do tema.

Para os boa-vistenses, o turista é um elo com o mundo exterior; cria uma relação diferenciada que merece ser contemplada na análise. Sua inserção, mesmo quando fortuita, gera um conjunto de implicações na vida local que tem afetado arranjos domésticos em vários aspectos. Nesse contexto, a questão principal que coloco é: em que medida o turismo vem alterando noções locais de soberania e de “controle da vida” na Boa Vista?

Já vimos que o desenvolvimento turístico na Boa Vista vem ocorrendo de forma intensa e, para as dimensões demográficas e características populacionais da ilha, rapidamente tem assumido um lugar central no cotidiano da vida local. Vou tratar aqui de dois desdobramentos deste processo, o turismo em si e a relação com os turistas e, num segundo momento, de outra ordem de fluxos que surge como consequência do turismo: Boa Vista como polo de atração imigratória.

O turismo é um assunto recorrente entre os habitantes da ilha. Diariamente ouvia análises da movimentação na ilha em rodas de conversa: se estava forte ou fraca, se fulano tinha sido demitido do hotel em que trabalhava, se um ou outro hotel estava precisando de funcionários e assim por diante. Como em outros contextos, minhas

fontes mais ricas de informações eram os boatos e rumores. Salvo nos meses de verão, período de suspensão da rotina por causa do intenso fluxo de emigrantes em férias, a dinâmica da vida cotidiana é grandemente influenciada pelo fluxo de turistas. Tal fato é observado no simples movimento de passear pela Vila de Sal-Rei; se é um período com muitos turistas, há um maior fluxo de carros de aluguel, de pessoas transitando, as lojas ficam abertas durante todo o dia, os bares e restaurantes organizam noites cabo-verdianas, grupos de jovens realizam eventos culturais e as discotecas promovem noites especiais (com temas, sorteio de prêmios, promoção no preço dos ingressos).

Se o período é “fraco”, a vila cai numa rotina de pouco movimento, com menos circulação de pessoas e carros, com pouco ou nenhum evento cultural organizado pelos grupos ou empresários. Essa oposição entre movimentado e parado já foi analisada no contexto da dinâmica emigratória e aparece aqui no processo de movimentação turística. Neste contexto, o movimento como valor é percebido de forma diferenciada a depender de quem fala, o que reflete muito bem o tipo de relação que diferentes esferas da sociedade estabelecem com o fluxo de turistas.

Para os jovens, períodos de forte circulação de turistas têm um valor positivo. O aspecto financeiro é o mais citado nas conversas. Muito turista significa benefícios diretos – basicamente mais oferta de emprego – e indiretos – maior circulação de dinheiro na ilha. Além disso, significa diversão garantida e abertura para contatos com o mundo exterior, o turista sendo o elo principal e complementar ao emigrante nestes casos.

A busca por um *status* diferenciado também é importante na prática desta relação. Como no caso de Daniela, o envolvimento profissional gera a possibilidade de relações pessoais e, por consequência, o recebimento de benefícios que vão além dos aspectos financeiros e de uma relação que possa ser definida como material. Todos estes fatores acabam por colocar o indivíduo em um *status* diferenciado dentro da comunidade: o daquele que manipula os códigos, tem acesso aos turistas e se beneficia diretamente dessa condição. Fazer parte deste grupo é uma ambição importante no contexto local, e por isso uma parcela significativa dos jovens busca empregos ligados à infraestrutura turística. Os postos mais concorridos são aqueles em que há contato direto com os de fora: as vagas na recepção e

animação dos hotéis vêm em primeiro lugar.

Cabe ressaltar que o fato de ambicionar tal condição não implica abrir mão do sonho da emigração, pelo contrário, a aproximação com turistas é vista como mais um meio para concretizar o projeto emigratório. Por outro lado, é fato que, nos últimos anos, tem-se observado maior fixação da população jovem na ilha, especialmente, pela diminuição do fluxo de saída para as outras ilhas do arquipélago (principalmente, Santiago e São Vicente). O governo local incentiva os jovens a permanecer ali oferecendo cursos de capacitação para o trabalho nos hotéis e restaurantes e benefícios especiais para a compra de terrenos. Além disso, os jovens estão no centro dos discursos sobre o desenvolvimento, sendo tomados como o alvo principal das políticas locais e nacionais.

Embora grande parte das “ações” da Câmara Municipal permaneçam no campo do discurso, a população jovem tem participado de cursos profissionalizantes e hoje (diferentemente de cinco anos atrás, em que pelo menos 60% dos funcionários dos hotéis eram originários da ilha do Sal e São Vicente) os boa-vistenses são maioria nos quadros de funcionários dos hotéis. Mesmo com a crescente oferta de emprego nessa área, há muitos jovens que não são contemplados e ficam à margem de uma relação mais direta com os turistas. Estes criticam aqueles que se beneficiam, classificando-os como *basofos* (aqueles que se acham melhores do que os outros) e *vida fácil*. O principal alvo são pessoas como Daniela, que trabalham como animadores e conseguem um *status* tanto entre os visitantes quanto entre a população local. Há, portanto, uma rivalidade entre os indivíduos a depender da forma como se inserem neste novo contexto.

Para outra esfera da população, adultos e idosos, a chegada do que chamam de *novos tempos* é contextualizada em comparação com o passado, sendo vista ora com positividade, ora como perigosa, problemática, e como fonte dos novos problemas que a comunidade enfrenta. De acordo com relatos, a movimentação turística, sem dúvida, trouxe melhorias para a vida diária de todos: “hoje temos de tudo na Boa Vista, comida de toda qualidade, maior frequência nos barcos que trazem os produtos, mais opção de compra, estamos, finalmente, fazendo parte de Cabo Verde apesar de ainda sermos esquecidos muitas vezes!” Outro fator presente nos discursos é a maior oferta de emprego e a possibilidade de abrir novos negócios,

pois há mais dinheiro circulando.

Com emprego, as pessoas têm maior poder de compra, aquecendo a economia local e incentivando a criação de pequenos negócios. Desde a primeira vez que estive na Boa Vista, em janeiro de 2000, até o período que estive em trabalho de campo, vi surgirem muitos “negócios” cujos donos eram boa-vistenses interessados em aproveitar a onda de desenvolvimento. Os investimentos foram nas seguintes áreas, em ordem de importância: bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de aluguel de carros e motos, *cyber* espaços e lojas de artesanato, entre outros.

Mas, no discurso dessa camada da população, os *novos tempos* são também percebidos de maneira negativa. Não observo uma tensão direta diante da figura do turista em si. Pelo contrário, tanto jovens quanto adultos ou idosos são simpáticos à presença dos visitantes, estando abertos à sua curiosidade e à possibilidade do início de uma relação. Porém, o que é visto como problemático é o que vem com os turistas. Estes estão de passagem, mas os que vêm em seu encalço acabam por permanecer.

São três os grandes grupos que estabelecem uma relação mais contínua e estável com a população local e que causam respostas variadas por parte desta.<sup>6</sup> Em termos da movimentação interilhas, a entrada dos chamados *badios* é a mais importante a ser considerada, tanto pelo número daqueles que entram e fixam residência na ilha quanto pelo tipo de reações que sua presença ocasiona entre os locais.<sup>7</sup> Num nível externo, temos um número pequeno, mas importante, de italianos que se estabelecem na Boa Vista em virtude do turismo, fixando residência e sendo responsáveis pelo aumento da oferta de emprego verificada nos últimos anos. Existem também os chamados *mandjacos*, africanos do continente que circulam pelas ilhas do arquipélago vendendo artigos artesanais e bugigangas em geral (pilhas, baterias, relógios, enfeites para cabelo, perfumes falsificados, xampus etc.).<sup>8</sup> Por causa do turismo, vem crescendo o número de *mandjacos* que passam a residir na ilha, especialmente, por causa do apoio que recebem da Câmara Municipal.

Além deles (e em certa medida por causa deles), o que também permanece é o novo comportamento dos jovens, que “não ligam mais para a família” e para “as formas de vida tradicionais”, “não respeitam os mais velhos” e assumem comportamentos que não condizem com

o que é “correto”: o envolvimento sexual das moças com os “vindouros” e dos rapazes com as turistas, a “vida de paródia”, o crescente consumo de drogas e a rebeldia são os fatores mais contemplados por pais e avós quando falam dos novos tempos.

Permanece, ainda, a forte oposição entre passado e presente, em que o primeiro é idealizado como tempo de calma, paz, segurança, vida familiar, e o segundo, como destruidor da esfera familiar, gerador de insegurança e de diferenças sociais e causador da perda da soberania e do “controle da vida” pelos boa-vistenses. Isso nos leva a outro universo que vem com o desenvolvimento turístico, mas não vai embora com os turistas: os diversos “outros” que seguem em busca de oportunidade de trabalho, investimentos e melhorias na qualidade de vida em terras promissoras.

## **IMIGRAÇÃO: NOVOS ATORES**

O desenvolvimento turístico, tal como percebido aqui, nos leva à análise de outra ordem de encontros, da população local com aqueles que permanecem. Para me aproximar dessa questão, tomo como base alguns trabalhos interessantes sobre o turismo como um encontro que tem o poder de mudar perspectivas preexistentes (Bindá, 1995; Chambers, 1997). Segundo os autores, tal encontro gera formas diferenciadas de relações, de conceber e atuar sobre espaços, formas com as quais as populações que ocupam pontos de atração turística passam a ter que negociar.

O fluxo turístico é intensificado por um discurso desenvolvimentista do governo e dos empreendedores, é apropriado pela população num processo de valorização da ilha e acaba por atrair atores que são incorporados num programa de criação de infraestruturas que viabilizem tal projeto desenvolvimentista. Os novos atores trazem percepções diferenciadas da realidade, além de costumes, valores e formas de vida que se chocam com aquelas da população local, num processo de interação que caracteriza os *novos tempos*.

### ***Mandjacos e badios***

Cabo Verde é um país de emigrantes. Porém, em datas diferentes entre os anos 1980 e 1990 e, em particular, nos últimos cinco anos, têm entrado no país muitos senegaleses, nigerianos, gambianos, serra-leoneses, guineenses e chineses. Há também aqueles originários do continente europeu que, desde a independência, vão

para as ilhas trabalhar nas agências de cooperação internacional, em embaixadas ou como investidores. Apesar de não serem numerosos, acabam por influenciar e/ou a constituir a elite local.

O quadro encontrado na Boa Vista não tem sido diferente do das demais ilhas, pelo menos as três mais movimentadas, Sal, Santiago e São Vicente. Assim como as outras, ela tem atraído tanto a imigração descrita acima quanto a interna, a movimentação interilhas. Diversos problemas têm surgido nesta ilha, que acabou por se transformar numa terra de oportunidades, diante da presença destes outros que chegam atraídos pela propaganda do desenvolvimento e por uma demanda real e crescente de mão de obra.

Os *mandjacos* são homens que se dedicam ao comércio ambulante de produtos diversos. Como já salientei, eles são os responsáveis pela venda de objetos essenciais no cotidiano das pessoas. Especialmente na Boa Vista, dedicam-se, também, à venda de artesanatos africanos aos turistas. Andam pelas ruas oferecendo insistentemente seus artigos aos passantes. São considerados chatos, inconvenientes, sujos e doentes (referindo-se a doenças vistas como características do continente africano, principalmente, a aids). Os boa-vistenses são categóricos na distância que mantêm com relação a esse grupo. O valor negativo que atribuem a eles é tanto mais evidente quanto menos ultrapassável. A língua, a cor da pele e o uso de vestimentas tradicionais africanas são barreiras importantes, mantidas por ambos como fatores de distanciamento. Apesar da distância, a relação entre *mandjacos* e boa-vistenses é marcada mais pelo respeito do que pela hostilidade.

O fator religioso exerce influência no comportamento dos boa-vistenses para com os *mandjacos*, estes tendo fama de fazer magia e praticar as “esquisitas religiões da África”. Outro fator que gera um “respeito distante” por parte da população local é sua fama de violentos. Eles afirmam que não costumam se envolver em brigas ou confusões, porém, quando se sentem chateados ou ofendidos, são extremamente violentos, facilmente “enfiando a faca” no adversário.

A presença desses outros é fundamental para a dinâmica do turismo na ilha, uma vez que são eles os responsáveis pela venda e fornecimento de artigos africanos artesanais e *souvenirs* que os turistas tanto procuram para comprar. Levanto a hipótese de que, num ambiente em que europeus vão buscar o exótico, os *mandjacos*,

mediados pelos produtos trazidos de seus países de origem, representariam o valor de ser da África nesta sua parte tão pouco africana.

No contexto de migração interna, um grupo chama atenção pela sua importância dentro do contexto local, pela escala de sua inserção e pelas reações que suscitam: os chamados *badios*, que têm aparecido cada vez em maior número na Boa Vista em busca de trabalho na construção civil, na pesca artesanal e no comércio de alimentos, especialmente, de frutas e verduras no mercado local. A resposta local à presença de *badios* na ilha é ambígua. Às vezes, é fortemente negativa e de medo; outras vezes tal presença é vista como necessária. Os *badios* são tidos como sujos, mal-educados, agressivos e violentos. São considerados os responsáveis pelo aumento da violência na ilha, pelos pequenos furtos que, teoricamente, não existiam antes de sua vinda. Uma das oposições mais enfatizadas aos hábitos dessas pessoas, além da sujeira, é a agressividade e o medo que isso ocasiona entre os locais. *Badios* e *badias* são chamados de *brabus*, no sentido de serem violentos. A forma de falar o crioulo e a cor da pele são também fatores de oposição entre boa-vistenses e *badios*, características que os aproximam dos africanos do continente.<sup>9</sup>

Como contraponto, eles são vistos como trabalhadores e “um mal necessário”, visto que na ilha não há mão de obra qualificada em abundância que responda ao seu acelerado desenvolvimento, especialmente, no campo da construção civil. Alguns *badios*, com o passar do tempo, perdem a categorização fortemente negativa quando “buscam se comportar como os boa-vistenses”, o que significa tomar banho regularmente, usar roupas menos extravagantes (“roupas de *badios*”), frequentar bares e danceterias “sem arranjar confusão”, entre outros fatores.<sup>10</sup> Portanto, além de ambígua, a caracterização desse grupo não é de forma nenhuma estática: alguns *badios* podem vir a ser incorporados pela comunidade quando demonstram uma mudança em seu hábito.

## **Italianos**

Outro fator que diferencia a posição estrutural do estrangeiro é o acesso ao poder. Os italianos são aqueles estrangeiros que exercem o papel de controle sobre os setores econômicos na Boa Vista. Eles se apresentam como uma classe diferenciada dos demais pelo

controle do setor econômico e pela crescente influência na política local. Fixando-se na ilha como donos ou gerentes dos grandes hotéis, das locadoras de carro, de restaurantes, pousadas e lanchonetes, este é o grupo que controla a movimentação turística crescente e a implantação da infraestrutura necessária a esta. A posição desse grupo é muito singular dentro do contexto boa-vistense e as reações negativas extrapolam a ilha, sendo compartilhadas em um nível nacional. Vemos ambiguidades, antagonismos e uma grande variabilidade na classificação desses outros que concentram em suas mãos a oferta de emprego que tem possibilitado um crescente desenvolvimento local e a fixação de boa-vistenses na localidade.

Sua inserção e seu envolvimento com a população local são intensos. Os italianos não são simplesmente estrangeiros, são também empregadores, têm uma forte influência econômica e até política e são verdadeiros elos entre Boa Vista e a Europa. Relacionar-se bem com um italiano pode significar uma ponte para conseguir os “papéis” que viabilizam a emigração ou, na pior das hipóteses, um bom emprego na Boa Vista mesmo. Não há dúvida de que esse grupo é um outro, mas um outro do qual os locais querem se aproximar. Os boa-vistenses se esforçam para se aproximar ensaiando uma integração ao padrão de vida desses estrangeiros: aprendem a falar italiano, vestem-se com roupas caras, casam com italianos e formam unidades familiares com características diferentes daquelas descritas nos capítulos anteriores. Passam a conviver mais com a comunidade italiana que com seus conterrâneos.

Parto, finalmente, para a análise dos casamentos com italianos.<sup>11</sup> Tal análise fornecerá um quadro interessante da importância da relação com estes outros no contexto social contemporâneo da Boa Vista. Assim como nos casos dos *badios* e *mandjacos*, não só na esfera pública, mas na vida familiar, a influência dos italianos emerge no processo de interação na vida cotidiana da ilha, só que agora numa tentativa de incorporação como parentes.

## **NOVAS FAMÍLIAS**

Como não poderia deixar de ser, apesar da ambiguidade inerente a esta relação, locais e estrangeiros despertam interesses mútuos que vão além de interações no universo econômico ou do trabalho. Estrangeiros e locais têm relações de amizade, afetivas e casam entre si.<sup>12</sup> Neste tópico, quero me concentrar no universo das relações

conjugais interculturais e nas formas como entram em conflito com o modo local de percepção do que é família. A importância dessas relações na Boa Vista está mais no universo das interações cotidianas do que na demografia – identifiquei apenas 32 casais interculturais ao longo de meu trabalho de campo. Apesar de o número ser, aparentemente, pouco expressivo, os novos arranjos familiares que surgem a partir deles têm gerado conflitos, reflexões e transformações importantes na vida dos moradores de Sal-Rei. Tais novos arranjos aparecem aqui numa perspectiva de complementar o processo – que é sempre dinâmico – do que entendo ser a família boa-vistense.

Ao traçar o quadro familiar típico da ilha, no segundo capítulo, observei alguns padrões importantes: raramente novas unidades domésticas são criadas no início de uma relação entre homem e mulher. Num primeiro estágio, a relação é marcada pela mobilidade e por um jogo de incertezas no qual as regras não são rígidas, pelo menos no que se refere ao universo masculino. O padrão geral é de que os membros do casal transitem entre as unidades domésticas de origem, permanecendo em uma e visitando a outra. Em geral, os primeiros filhos nascem com a mãe ainda na casa onde esta foi criada e a avó exerce um papel fundamental na vida das crianças. O fato de ter filhos não necessariamente catalisa um desejo de estruturar uma nova casa. Quando isso acontece, é mais por um processo de amadurecimento individual ou mesmo da relação.

No que diz respeito aos relacionamentos entre locais e estrangeiros, a dinâmica é outra. Casais interculturais casam cedo (dentro da perspectiva local) e moram neolocalmente. Quando chegam os primeiros filhos, estes se relacionam com avós e familiares de forma diferente das demais crianças. Isso nos leva aos novos arranjos entre homens e mulheres, entre estes e a família boa-vistense e com a comunidade em geral.

Uma de minhas interlocutoras estrangeiras (de origem europeia) foi para Boa Vista como parte de uma equipe de estudo com o objetivo de coletar informações sobre as tartarugas marinhas da região. Como acontece em geral, encantou-se com a ilha, com os ilhéus e com a magia dos dias em que lá esteve. Também fez amigos queridos e acabou por estender sua estada após o término do trabalho. Havia se envolvido afetivamente com um boa-vistense e dizia não ter vontade alguma de retornar definitivamente ao seu país. Entre partidas e retornos, a moça acabou por conseguir trabalho na ilha, casou-se e

teve um filho. Todos estes fatos ocorreram num intervalo de pouco mais de um ano e com o apoio inicial da família do rapaz.

A comunidade também via com bons olhos a relação, apesar das queixas das moças locais de que as “brancas que vêm para nossa terra e nos tomam os melhores homens”. Reclamavam do rapaz, que agora estava *basofo* só porque *tinha* uma *branca*. O casal sabia que era alvo de críticas e fofocas, mas não se sentia discriminado pela comunidade. Pelo contrário, ele avaliava que, por estar envolvido com uma *branca*, era tratado de maneira diferenciada por alguns que “antes nem lhe davam um bom dia”. A moça era elogiada por sua simplicidade. Na linguagem local, não tinha *frescura* para comer, dormir ou se vestir, tentava aprender o crioulo e interagia com os membros da família *como se fosse* parte de seu mundo. Além disso, a cada retorno, voltava carregada de prendas e encomendas, entrando no processo de reciprocidade característico da vida local. Nos períodos em que se encontrava na ilha, tal como as outras, ela desfrutava da companhia das mulheres e ajudava nos afazeres domésticos. De noite, dormia no quarto do namorado. Aparentemente, a relação de namoro não divergia do padrão local e, apesar de sempre ser lembrada por traços de diferenciação, a *branca* circulava na esfera familiar com desenvoltura e plena aceitação.

O quadro começou a se diferenciar do padrão local quando o casal decidiu oficializar a união por meio do casamento após sete meses de namoro. Apesar de a moça já estar grávida (o que não foi visto como um problema), o casamento causou estranheza, pois todos consideravam muito cedo para tanto. O segundo fator de diferenciação surgiu quando anunciaram que já haviam alugado uma casa para morar. Toda a família considerou desnecessária a pressa em sair da estrutura doméstica já existente e começaram a surgir críticas ao casal.

Porém, foi após o casamento e o nascimento do primeiro filho que o quadro familiar se transformou. A estrangeira passou, então, da posição de *como se fosse uma de nós*, para a vilã de uma estória familiar que não condizia com o habitual: uma vez instalados em sua nova casa, o rapaz passava dias sem visitar seus familiares, sendo que a maior mágoa de sua mãe era de que ele não comia sua comida. Além disso, ele não mais contribuía com o orçamento doméstico. A precipitação em formalizar a relação e, depois, em formar uma nova unidade familiar foram os primeiros pontos de atrito que só viriam a

ser potencializados com a vinda da criança.

Após o nascimento da criança, tais comentários foram redimensionados, ganhando a proporção de um conflito familiar latente e prestes a eclodir a qualquer momento. Havia forte expectativa em torno de um neto que era origem da mistura com uma *branca*. A avó planejava *aguentá-lo* assim como fez com os demais netos. Eles cresceriam juntos em sua casa, como sempre havia acontecido com os outros filhos e filhas. Porém, após a vinda do novo membro da família, não foi dessa forma que as coisas aconteceram. A mãe amamentou o bebê em sua casa, mal visitava a avó nos primeiros meses de vida da criança e, ao fim da licença-maternidade, contratou uma babá para cuidar do pequeno.

Ela cria aquele menino muito cheio de coisas! A gente não pode fazer nada com ele que ela faz logo uma cara chateada. Minha avó pediu para pegá-lo e ela ficou apreensiva, depois enrolou o menino num pano antes de passá-lo para seus braços, o que ela está pensando? Que nós somos sujos? Ou que vamos maltratar o filho dela? Às vezes me dá vontade de falar para pegar seu filho e seguir seu caminho, mas coitado, ele é um de nós e não tem culpa da mãe que tem! Ele é que vai sofrer, pois vai ficar um menino bobo e todo mole, a gente não pode colocar no chão, não pode *colá* (jogar a criança para cima no ritmo de uma cantiga), não pode fazer nada!

Ela não era assim, ficou *fastenta* assim depois que teve o filho. Ela nos enganou, antes era simpática, fazia os *mandados*, estava sempre aqui em nossa casa, a gente até esquecia que ela era *branca*. Depois que casou ficou um pouco estranha, mas depois que teve o filho, pior! Agora pegou uma babá para cuidar do filho, onde já se viu isso! Pagar 8.000 escudos por mês para alguém cuidar de meu neto, sendo que eu posso fazer de graça, pois já faço para os outros dois. Aí é isso que você pode ver, o menino vive parado, triste e doente porque não é criado à vontade, não vê gente, vive trancado dentro de casa. Eu sofro muito com tudo isso, porque, apesar de ser filho dela, ele também tem meu sangue, é meu também assim como os outros. Mas se ele não vem em minha casa, não está comigo como os outros estão, acaba que não tenho o mesmo sentimento por ele. Tudo o que eu mais queria era ele aqui comigo, se arrastando por esse chão e brincando com seus priminhos. Ter ele longe de mim me corta o coração, mas o que eu posso fazer? A gente não pode escolher de quem nosso filho vai gostar, não é mesmo? Ele escolheu essa aí para mãe de seu filho, fazer o quê?

Portanto, a família local, especialmente na figura da mãe, tem uma perda considerável no controle das relações com a família do filho. Claramente, o ritmo e a qualidade da interação entre as duas unidades são dados pela mulher que entra em cena, a estrangeira. Esta, por sua vez, estrutura a unidade familiar segundo os padrões

nos quais foi socializada, o que gera toda essa ordem de conflitos presentes nos relatos acima.

Na perspectiva local, uma união que foi prevista como oportunidade de soma e de potencialização de uma rede que já é ampla por causa da emigração de alguns membros acaba por gerar uma divisão de recursos. Em lugar de ganhar elementos, a família perdeu a contribuição financeira do filho, a presença dele na esfera doméstica, a possibilidade de interação com outra família pelas relações de afinidade. Perdeu, ainda, a oportunidade de incorporar mais um neto – no amplo sentido que tem uma criança para a família na Boa Vista.

Esta criança acaba por viver numa situação liminar, pois é de dentro e de fora ao mesmo tempo. Como nos disse uma das irmãs do pai da criança, “ele é filho dela, mas também tem meu sangue”. A avó,<sup>13</sup> em seu direito inquestionável quanto aos netos, se vê numa posição de disputa com a mãe para criar este neto assim como fez com todos os outros. Porém, aqui a disputa é desigual, uma vez que a mãe tem proeminência. O resultado é uma relação entre avó e neto mais distante e mediada pela forte presença da mãe estrangeira. A avó perde espaço, mas a percepção é de que quem mais perde é a própria criança. Perde na qualidade da relação com a avó e com os demais familiares, aspectos tão importantes na sua formação como membro da família.

O sentimento de ter sido traído é recorrente no discurso dos familiares ao se referirem à mudança de comportamento da moça. Para os envolvidos, essa é uma séria consequência do envolvimento com vindouros,<sup>14</sup> uma vez que ninguém sabe de onde vieram, quem é sua família e o que desejam. Em momentos de conflito, surgem boatos que colocam em questão a boa origem de quem vem de fora e a ingenuidade dos boa-vistenses, que “abrem as portas para todos”.

É interessante notar que esse conjunto de reflexões, rumores e comentários não deve chegar aos ouvidos do casal. Tudo se passa nos bastidores sem ganhar a forma de um conflito declarado, ou seja, o casal não participa diretamente do processo de negatização das relações. É claro que tanto a moça quanto o rapaz percebem os acontecimentos e têm suas próprias opiniões sobre os fatos, mas também não declaram guerra abertamente. Quando a família está reunida, tudo se passa como se não houvesse qualquer problema. Em vez de um conflito declarado, percebo uma tentativa de ambas as

partes de se adequarem aos novos contextos para que não ocorra uma desestruturação familiar.

Apesar das variações entre um caso e outro, a sequência de fatos apresentada acima tem se repetido na ilha da Boa Vista. O número de casais que chamo aqui de interculturais não pode ser considerado elevado, entretanto, a inserção dos arranjos que surgem destes relacionamentos é importante dentro da esfera familiar local. Ao mesmo tempo em que o envolvimento afetivo de um dos membros com um estrangeiro pode trazer um conjunto de vantagens para toda a família (mais recursos, *status*, possibilidade de emigração), também coloca todos diante de arranjos que geram conflitos e ressentimentos.

No caso dos homens, como típicos boa-vistenses, os companheiros das estrangeiras permitem que as mulheres manipulem as relações sem muito interferir no processo. Tais homens, por mais que tentem manter os mesmos hábitos com relação a seus familiares, acabam por ser enquadrados numa categoria liminar: de dentro, mas também de fora. Assim, tanto no caso das crianças quanto no dos homens, parece haver um contágio daqueles que fazem parte destas novas famílias, como se o processo de inclusão parcial da outra gerasse uma afastamento simbólico – e também parcial – dos de dentro.

As mulheres estrangeiras também desenvolviam um entendimento acerca da situação que vivenciavam. Apesar de optarem pela vida na Boa Vista como fruto de uma relação afetiva com o homem que escolheram para companheiro, também criticavam os padrões de vida local. Sua situação de liminaridade, bem como a de seus filhos, na esfera familiar não deixava de ser confortável em alguma medida. Muitas afirmavam que as crianças da Boa Vista são mimadas demais e não reconhecem a autoridade da mãe, pois recebem ordens desencontradas de todos aqueles que vivem em uma casa e não possuem uma estrutura familiar organizada. Afirmavam não querer que seus filhos reproduzissem tal estrutura e, por esse motivo, alimentavam uma relação de distância com os afins.

Como não poderia deixar de ser, por causa da tendência matricentral das famílias da Boa Vista, quando o casal intercultural é formado por uma mulher boa-vistense e um homem estrangeiro, as relações tendem a ser diferentes, isto é, mais próximas ao padrão local e com menor risco de perda de reciprocidade. Se só o homem tende a ser beneficiado pela relação com uma estrangeira, em geral,

toda a família ganha quando é a mulher quem se casa com um vindouro. Nesse último caso, a mãe assume o controle da situação desde o namoro. Pode-se afirmar que as coisas se passam de forma inversa ao que ocorre com os homens. O estrangeiro não é recebido com bons olhos pela mãe. A primeira ideia é de que ele é aproveitador e mal-intencionado para depois, com a formalização da relação pelo casamento, ele ser aceito e tratado *como se fosse* um de dentro.

### **Homem cabo-verdiano só é bom para mulher estrangeira. Já a mulher cabo-verdiana...**

No universo da relação conjugal dentro da unidade doméstica, observo também uma nova organização. A estrutura da casa e as formas de tratamento entre homem e mulher são diferentes quando um dos membros do casal é estrangeiro e isso é percebido pela comunidade por meio dos rumores sobre os seus comportamentos. Eu costumava ouvir que, quando as pessoas da ilha se envolvem com *brancos*, acabam por ficar piores do que eles, achando-se superiores e pensando que *embranqueceram*. A letra da música do grupo Bulimundo mostra como este é um fenômeno interessante não só na Boa Vista.

N'taincontra cu bo na rua N'tamostrabunhadentona N'ta xinta, n'ta ri cu bo Bo ta  
pensa mo mi é bo amigo La di riba na nha trabadjo Chefe grande gosta de mi De  
servil vira capataz, de capataz vira servil Nha corpo sta bem disposto Nha barriguinha  
dja vira grande La na casa n ca tem problema Nhamininsstatud gordinho Oi, oi, oi, oi  
mundo stapabo Oi, oi, oi, oi djambrancudja Se bu crê ser cima mi Se bu crê saber nha  
segredo Bo fala cu engraxador Na mon esquerda n tem lata de graxa Na mon direita n  
tem escova fino Na ponta de bota sim senhor Começo sab na travessar Oi, oi, oi, oi  
mundo stapabo Oi, oi, oi, oi djambrancudja.

Djambrancudja, Bulimundo.<sup>15</sup>

Aqueles que *embranquecem* são os que adquirem hábitos de brancos. Assim como na música, estas pessoas aproveitam do contato com brancos e acabam por assumir um tom de superioridade perante os outros. Para que isso aconteça, não é necessário que ocorra uma relação conjugal; pessoas que trabalham e convivem diariamente com brancos correm o risco de *embranquecer*, o que as leva a serem foco de críticas de amigos e parentes.

Nos casos de relacionamentos conjugais, todos são enquadrados nessa classificação. Porém, há diferenças importantes entre casais formados por homens cabo-verdianos e mulheres estrangeiras e

aqueles formados por estrangeiros e mulheres locais. Sempre que estava em uma roda de conversas de mulheres em que o tema girava em torno das traições e *cachorrices* tão características dos homens cabo-verdianos e contrastava com depoimentos de estrangeiras que nunca passaram por tais situações, ouvia a frase: “homem cabo-verdiano só é bom para mulheres estrangeiras, aliás, para as brancas eles são uns príncipes! Agora, deixa eles se envolverem com alguma de nós, vamos passar o diabo em sua mão!” Além disso, sempre ouvia que as estrangeiras chegavam de suas terras e logo tomavam os melhores homens da ilha, deixando aqueles que não prestavam para as boa-vistenses.

Os rumores em torno de situações de traição diminuía consideravelmente e presença efetiva dos homens na unidade doméstica era maior. Até nas relações de paternidade, observei uma mudança de comportamento masculino. Em geral, as estrangeiras se diziam satisfeitas com seus companheiros: eram bons pais, companheiros atenciosos e presentes, além de bons parceiros sexuais (eram consideravelmente melhores que os europeus, fato enfatizado nas conversas sobre o tema).<sup>16</sup>

Na concepção masculina, as mulheres estrangeiras tinham a grande vantagem de não serem interesseiras e de terem um comportamento diferente do das cabo-verdianas, sendo mais carinhosas e companheiras. Além disso, os homens justificavam sua maior atenção em casa pelo fato de as estrangeiras não terem ninguém na ilha além deles. Observo que tais rapazes manifestavam admiração pela coragem das estrangeiras em fazer o caminho inverso do que é esperado, ou seja, deixar uma terra rica e cheia de possibilidades para viver na Boa Vista. Com relação ao desempenho sexual, as respostas eram evasivas. As *brancas* eram classificadas como diferentes, porém, mais carinhosas e atenciosas que as cabo-verdianas.

Por outro lado, a maioria dessas mulheres era originária da Europa e trabalhava na Boa Vista, ou em negócios próprios, ou como funcionárias de alto escalão nos hotéis. Por consequência, além do *status* de viver com uma *branca*, elas proporcionavam uma boa qualidade de vida ao companheiro, bem como a possibilidade de um bom trabalho e de saída para o exterior numa condição melhor do que a de qualquer emigrado. Um de meus informantes, em uma conversa de bar, me disse que não trocava cinco cabo-verdianas por metade de

uma *branca*, afirmação que gerou um debate quente entre os presentes.

A comunidade faz uma leitura do comportamento destes homens, que são tidos como oportunistas, *grandiosos*, *basofos* e, por vezes, dominados por suas *brancas*. Revoltadas com a declaração de meu informante, as mulheres presentes diziam que ele não podia trocar uma pela outra mesmo, já que era um *chulo* (no sentido de aproveitador) e as boa-vistenses não tinham nada a lhe oferecer. Para os rapazes, a afirmação era um sinal de *basofaria*, pois, no fundo, ele vivia *preso* pela *branca*, que não o deixava fazer paródia com os amigos, não lhe dava tempo para conquistar outras *pequenas* e ainda o colocava para fazer *mandados* de mulher.

Os casos de moças boa-vistenses que mantinham relações conjugais com estrangeiros também são importantes em número (identifiquei 19 casais) e grau de inserção na sociedade. Como afirmei anteriormente, a família tende a se beneficiar mais deste tipo de interação, talvez como consequência de ser imposto um maior controle social sobre o casal numa primeira fase da relação. Quando uma mulher da Boa Vista anuncia que está namorando um vindouro, uma crise familiar se instala.

Valda passou por maus momentos desde que sua mãe descobriu que ela estava com um rapaz italiano que trabalhava como engenheiro na construção de um dos grandes *resorts* da Boa Vista. Em uma de nossas conversas, ela desabafou que, apesar de ser tratada como uma princesa pelo namorado, a mãe não aceitava o relacionamento.

Minha mãe disse que não sabia que eu já estava assim, como essas *pixinguinhas*<sup>17</sup> da Boa Vista que ficam com esses vindouros sem saber quem eles são, e que alguns meses depois suas mulheres estrangeiras aparecem e as desorientadas daqui ficam chupando o dedo. Disse-me que eles só vêm para Boa Vista para fazer as moças daqui abuso, para as levarem para cama e depois jogarem fora. Ela chegou a mandar que eu escolhesse entre ele e minha família, pois se é para eu ficar com ele que eu esqueça que tenho mãe.

Quando o estrangeiro é de origem europeia, esse conflito inicial tende a durar alguns meses, mas, se o relacionamento vinga, o rapaz é incorporado na família e passa a ser visto como um excelente partido.<sup>18</sup> Especialmente, após o casamento formalizado, a sogra tende a tratá-lo com a mesma grandeza que os homens estrangeiros

costumam tratar suas filhas. Como são, em sua maioria, investidores ou administradores de hotéis, estes homens proporcionam uma qualidade de vida muito acima dos padrões locais às suas mulheres, seus filhos e, por extensão, ao restante da família. A mulher boa-vistense assume, mais uma vez, a função de elo entre as unidades domésticas num esforço de potencializar o padrão tradicional de partilha e fluxo constante entre as mesmas.

Por outro lado, poucos estrangeiros impõem mudanças substanciais ao modo de se relacionar com as famílias locais, permitindo que a proximidade das crianças às avós, a presença da família da mulher em sua casa de origem e a continuação de um fluxo de bens e pessoas entre as unidades domésticas que compõem a família. Além disso, a filha tem mais condições de ajudar a mãe e o restante da família pelo fato de ter mais recursos e *status*.

Estas mulheres afirmam que o homem estrangeiro é muito diferente dos boa-vistenses. A relação tem melhor qualidade, mais respeito e tranquilidade. Uma de minhas informantes define bem as características dessa relação, o que justifica que algumas moças da localidade deem grande valor aos vindouros, menosprezando os relacionamentos sérios com os homens boa-vistenses. Em sua fala, fica claro que, além do fator econômico, muitas outras qualidades fazem do estrangeiro um excelente partido. A vida conjugal com um estrangeiro é marcada pela tranquilidade e o respeito que elas gostariam de viver nos relacionamentos com os homens nacionais. Os estrangeiros propiciam um modelo cada vez mais difundido de relação ideal na visão feminina, o modelo ocidental de família nuclear monogâmica. As categorias valorizadas são o respeito, a fidelidade e a tranquilidade, ou seja, tudo aquilo que afirmam não encontrar com os homens locais.

Como é de se esperar, a condição privilegiada dessas mulheres gera comentários e boatos na comunidade. Os rumores são de que elas só estão com eles por interesse em seu dinheiro e em tudo o mais que podem lhes proporcionar. Os rapazes da ilha queixam-se por elas serem *grandiosas*, preferindo os *brancos*. A expressão, *pixinguinhas de branco* retrata o conflito decorrente dessas relações. Justificando a reputação de *pixinguinhas*, muitas são acusadas de traírem seus maridos estrangeiros com rapazes da Boa Vista e isso se justifica pela fama que os europeus têm de maus amantes na cama.

Fulana está com o italiano porque ele tem dinheiro e a trata muito bem, porque estrangeiro é homem bom e trata a gente com grandeza. Eu, se tivesse um estrangeiro, fazia o mesmo que ela faz, ia querer ele como marido e os cabo-verdianos para curtir, porque para curtir tem que ser com nossos homens que fazem *sab!* Homem branco é muito ruim na cama. Não tem nenhuma piada!

Estas mulheres são, portanto, alvo de conquistas por parte dos homens da localidade, que parecem considerá-las disponíveis para relacionamentos extraconjugais, uma vez que os *brancos* não as satisfazem sexualmente. Os dados que possuo me levam a inferir que os rapazes que buscam envolvimento com tais mulheres se aproximam numa tentativa de tirar proveito de seu *status* e de sua situação financeira. Lembremos que os estrangeiros não fazem parte das redes de boatos e, dificilmente, chega aos seus ouvidos a notícia de uma traição.

As mulheres admitem que o relacionamento sexual com europeus não tem a mesma qualidade que com os cabo-verdianos. Justificam que o desempenho sexual tem a ver com a cor das pessoas, sendo que as de pele escura são mais quentes que as brancas. Por outro lado, nenhuma daquelas com quem conversei sobre o tema admite recorrer aos cabo-verdianos por se sentir insatisfeita; elas afirmavam que o sexo é diferente, mas não necessariamente ruim. Além do mais, o tipo de tratamento que recebem compensa as dificuldades inerentes à relação.

Aliás, tanto para homens quanto para mulheres envolvidos afetivamente com estrangeiros, estes relacionamentos são caracterizados como difíceis. As diferenças culturais geram conflitos que, por vezes, culminam na separação do casal (durante minha estada em campo, três casais chegaram a romper a relação). O problema mais comum tem a ver com dificuldades de comunicação na valorização do que é importante para cada um.

Os estrangeiros reclamam que os boa-vistenses não têm ambição, não fazem planos e são acomodados, além de não terem o hábito de conversar sobre os problemas. Para os boa-vistenses, os *brancos* não valorizam o toque, não se abraçam, em certa medida são mesquinhos (só pensam em trabalhar e em acumular dinheiro) e fechados com relação aos sentimentos. Apesar de elencarem os problemas, todos reconhecem seus esforços para mudar, numa busca por manter uma relação com mais aspectos positivos que negativos.

As novas famílias nascem num contexto de desenvolvimento que tende a mudar os processos que levam ao sucesso individual e familiar. O relacionamento afetivo com estrangeiros surge como uma possibilidade a mais, além da emigração, para chegar a uma boa vida. Tal possibilidade é, aparentemente, mais fácil, pois não implica ter que deixar a terra. Com isso, observa-se um movimento inicial de formação de uma nova elite local – ainda pequena, mas com grande influência na reinvenção valores para a sociedade – que se estrutura dentro de padrões familiares próximos àqueles encontrados na Europa.

Vemos uma “exogamia radical” se configurando na Boa Vista. É radical porque não ocorre dentro do sistema, diferentemente das práticas exogâmicas tradicionais africanas de grupos corporados, nas quais se casa fora da linhagem, mas dentro do sistema.<sup>19</sup> Por outro lado, faz parte de uma prática africana comum em que, pelo casamento com estrangeiros, incorporam-se pessoas ao grupo de parentesco.

Entretanto, no caso da Boa Vista esta incorporação (pelo casamento) não necessariamente garante a continuidade do sistema, uma vez que não é uma aliança entre grupos, mas entre um grupo local e um indivíduo estrangeiro que nem sempre abre mão de seu pertencimento de origem para ser incorporado ao sistema. Esta configuração gera um questionamento importante: até que ponto o sistema se reproduz por meio deste tipo de exogamia? Vimos que a resposta depende, prioritariamente, do fator gênero. Se o estrangeiro é homem ou mulher vai influenciar no tipo de pertencimento ao grupo local e na capacidade de incorporação não só de si mesmo, mas dos filhos gerados nesta relação.

A ambiguidade entre a busca por alcançar o modelo europeu de família e a prática que se distancia de tal modelo opera aqui de uma forma curiosa. O casamento com estrangeiro é, teoricamente, uma forma eficiente de constituir uma família ideal, nos moldes europeus, de uma unidade residencial formada pelo casal e os filhos, onde homem e mulher partilham as funções da casa e o homem mantém o respeito e a proximidade necessária para uma boa vida familiar. Porém, na prática, a realização deste ideal pode ameaçar a reprodução de um sistema que, apesar de entendido como símbolo de desestrutura, mantém valores e práticas essenciais para sua reprodução. Como já é característico do mundo crioulo, o desafio para

os boa-vistenses é, então, de incorporar os novos tempos, mas reproduzindo-se em suas formas tradicionais.

## **DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?**

Hoje aquilo tudo está adstrito ao turismo. Aliás, toda a Boa Vista está em vias de se transformar num imenso hotel, que Deus ajude os boa-vistenses a guardarem para si quanto mais não seja os sete palmos de terra onde meter o caixão.

Germano Almeida, 2003.

A articulação entre o turismo, a entrada dos estrangeiros e a incorporação dos italianos nas famílias tem imposto novos arranjos, problemas e conflitos à comunidade. Na condição de atores na cena do desenvolvimento, boa-vistenses não podem ser encarados como vítimas de um processo maléfico. Como vimos, tanto no discurso quanto na prática cotidiana, os ilhéus conduzem a relação com estes outros e lançam mão de estratégias para lidar com as novas situações. É claro que esse processo não é homogêneo e tem trazido consequências importantes para a estrutura social local. Fica a questão: Boa Vista é a ilha do desenvolvimento, mas este desenvolvimento é para quem?

Contrapondo o discurso governamental de um desenvolvimento turístico como chave para solucionar os problemas das ilhas, muito debate tem ocorrido sobre a forma como tal desenvolvimento tem se dado e sobre o futuro que se quer para as ilhas. Pensadores, intelectuais, literatos e jornalistas insistem na comparação com as ilhas Canárias, que tiveram um *boom* de desenvolvimento, priorizando o turismo de massa, sem preocupação com o meio ambiente ou com um envolvimento igualitário que beneficiasse a população local. A reflexão é de que o mesmo modelo tem sido implantado para o turismo nas ilhas do Sal e da Boa Vista e que isso traz consequências negativas para a população local.

Duas questões principais têm assustado a população e gerado um processo de reflexão: a entrada vertiginosa de diversos outros e a situação da juventude local diante de problemas sociais como prostituição, alcoolismo e uso de drogas. Com os novos tempos, a população da Boa Vista – acostumada a exportar mulheres e a administrar tal fenômeno com uma desvoltura tal que mantém unidos e comprometidos separados pelo tempo e espaço – agora se depara com arranjos sociais e domésticos que trazem uma nova ordem de percepções, valores, conflitos e desafios.

Não compartilho da visão de alguns pensadores do fenômeno turístico que percebem o desenvolvimento e o turismo como males sociais e a comunidade atingida como vítima de um processo maléfico. Analisar o desenvolvimento da Boa Vista nesta perspectiva seria desconsiderar a própria visão que os boa-vistenses têm do processo que vivenciam. Segundo eles, os novos tempos trouxeram muitas coisas boas: desenvolvimento, movimento, maior circulação de gente, materiais, dinheiro, valores, informações e saberes. Trouxeram também desafios, novos atores sociais, problemas, preocupações e a necessidade de outras soluções.

O desafio que mais tem mobilizado os discursos local e nacional e, em certa medida, deixado a população atônita tem a ver com os caminhos da juventude. A abertura ao outro, tão característica da *morabeza* cabo-verdiana, tem facilitado o aumento da circulação de drogas e de estrangeiros com interesse em turismo sexual. As famílias, perplexas com essa nova realidade, se veem sem condições de instruir seus jovens e crianças, que são facilmente capturados por essas redes. Na leitura local, a culpa é de vários fatores: da vinda de estrangeiros que têm causado uma *mistura* muito grande e o descontrole sobre as dinâmicas locais; do governo, que tem *vendido* a Boa Vista para os italianos sem dar condições para que a população tome as rédeas do próprio desenvolvimento; da emigração, que faz com que as mães estejam longe dos filhos que, nessas condições, se tornam mais vulneráveis às *más influências*; e, por fim, dos próprios boa-vistenses, que buscam crescer na vida pelo caminho mais fácil, vendendo-se por muito pouco.

Em decorrência desse processo, a população lança mão de um esquema classificatório que estigmatiza os indivíduos em categorias como *pixinguinhas*, para as moças, *chulos*, para os rapazes, e *drogados*, para ambos. O que, à primeira vista, é percebido como injúria, tem rapidamente se transformado em destino de grande parte destes jovens. Da acusação inicial para a adesão a um estilo de vida, um modo de ser que os coloca na vanguarda das relações tradicionais, o caminho é curto. As formas de se vestir e de se comportar marcam a distinção entre estes jovens, que se autodenominam modernos, e os outros, que são atrasados e estão presos às formas antigas de comportamento.

É imperativo, e a própria população clama por isto, que haja políticas dirigidas estrategicamente para reverter um processo que

tem atingido esse segmento social em particular. De maneira geral, a população reclama por ser enquadrada numa política que vê a Boa Vista como o ícone do desenvolvimento nacional, mas não tem feito nada para que ela o seja de fato.

Por fim, com os *novos tempos*, vieram as novas famílias. Atualizam-se novos arranjos que valorizam outra configuração familiar como modelo. As novas formas de viver em família geram conflitos, angústias e ressentimentos entre os membros envolvidos, mas também podem viabilizar projetos locais por caminhos diferenciados.

Os processos analisados neste capítulo, que caracterizam na linguagem local os *novos tempos*, encontram-se em pleno desenvolvimento na ilha. Da mesma maneira, as formas de vivenciá-los estão em contínua construção. Como a dinâmica irá se desenvolver só o tempo dirá. Se há alguma conclusão possível, ela se origina do otimismo característico do boa-vistense:

Apesar de não vivermos mais como uma família e sermos obrigados a conviver com essas pessoas estranhas, Boa Vista hoje voltou ao mapa de Cabo Verde. Não é mais uma ilha abandonada, hoje todos falam da Boa Vista. Como posso dizer que isso é ruim? Tenho é que me acostumar. Antes não tinha nem açúcar de saco e hoje posso até escolher a marca que quero comprar! Isso é bom, não é?

Apesar das desigualdades originadas por um modelo de desenvolvimento que beneficia poucos, gera diferença e exclusão social e, em grande medida, deixa acuada a população local, no cotidiano das relações sociais e familiares a percepção é de que a vida tem melhorado e de que os problemas devem ser enfrentados. Como espero ter demonstrado, por meio da incorporação – ou da não incorporação proposital e premeditada – dos novos atores, boa-vistenses ensaiam maneiras de tomar as rédeas de seu destino.

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado na *Revista Fragata*, a revista de bordo da companhia aérea cabo-verdiana TACV. A edição citada, número 22, é dedicada ao tema “Cabo Verde, o país turístico”. Atenção especial é dada à ilha da Boa Vista neste volume.

<sup>2</sup> Em referência ao título do livro de Germano Almeida (2000), escritor e poeta cabo-verdiano nascido na Boa Vista.

<sup>3</sup> Estilo musical genuinamente cabo-verdiano. Sobre sua origem e importância no contexto nacional, ver Dias (2004).

<sup>4</sup> Juntam-se aos boa-vistenses outros grupos de jovens trabalhadores, vindos da ilha do Sal e de São Vicente, que já possuem experiência no ramo do turismo e vão para Boa Vista complementar a mão de obra local neste setor.

<sup>5</sup> Sobre este tema ver estudos sobre os esquimós (Smith, 1989) e os índios Pataxó (Grunewald, 2001)

<sup>6</sup> Saliento que essas não são as únicas pessoas que circulam pela ilha. Em virtude da grande carência de mão de obra especializada, Boa Vista recebe profissionais das outras ilhas e até de outros países para trabalhar nas chamadas delegações regionais como “chefes de serviço” nas áreas de eletricidade, educação, guarda costeira, telefonia, saúde etc. Geralmente, são técnicos vindos da capital ou de São Vicente que vêm com toda a família e recebem vantagens do governo para assumirem cargos em outra ilha. Além deles, passam comerciantes, médicos, membros de organizações não governamentais que fazem trabalhos ocasionais de assistência à população local.

<sup>7</sup> A palavra *badio* do crioulo de Cabo Verde deriva provavelmente do português *vadio*, que se aplicava aos escravos fugidos que optavam por viver em comunidades remotas do interior das ilhas. *Badio* é uma categoria que pode ter sentido pejorativo e que os cabo-verdianos aplicam, sobretudo, aos habitantes da ilha de Santiago.

<sup>8</sup> *Mandjaco* é o nome de um grupo étnico da Guiné-Bissau, hoje usado de forma pejorativa para se referir aos imigrantes do oeste do continente africano. O termo é usado a todos, independente de sua nacionalidade, e é percebido como uma forma de preconceito.

<sup>9</sup> É necessário enfatizar que não estamos em uma sociedade segregacionista. Observo apenas uma negatização de traços que aproximam os cabo-verdianos dos africanos do continente, traços encontrados, predominantemente, na ilha de Santiago.

<sup>10</sup> São comuns as expressões “esse *badio* nem parece *badio*”, ou “esse é um *badio* de respeito”, em que vemos ensaiada uma aproximação entre os grupos.

<sup>11</sup> Como já foi apontado, há casos isolados de relacionamentos afetivos entre boa-vistenses e *badios*. Com relação aos *mandjacos*, observei dois casos de relacionamentos afetivos em que, ao contrário do que veremos com os italianos, em vez de haver uma incorporação do outro, ocorreu uma espécie de expulsão simbólica do membro da sociedade.

<sup>12</sup> A mesma ordem de fatores ocorre entre turistas e locais, sendo interessante notar que grande parte dos casamentos com europeus nasce de uma relação afetiva quando estes ainda eram enquadrados na categoria de turista.

<sup>13</sup> Mesmo a avó paterna, especialmente, quando a materna não está presente.

<sup>14</sup> Veremos isso de forma mais clara no envolvimento de moças boa-vistenses com estrangeiros

<sup>15</sup> Eu encontro com você na rua/ eu te mostro meu sorriso/ eu sento e rio com você/ você pensa que sou seu amigo/ lá em cima no meu trabalho/ o chefe gosta de mim/ de servil vira capataz/ de capataz vira servil/ meu corpo está bem disposto/ minha barriguinha já cresceu/ lá em casa não tenho problemas/ meus meninos estão todos gordinhos/ oi, oi, oi, oi o mundo está bom/oi, oi, oi, oi já embranqueci/ se você quer ser como eu/ se você quer saber meu segredo/ vai falar com o engraxador/ na mão esquerda tenho lata de graxa/ na mão direita tenho uma escova de qualidade/ é na ponta da bota sim senhor/ e começo bem a esfregar/ oi, oi, oi, oi o mundo está bom/oi, oi, oi, oi já embranqueci.

<sup>16</sup> É preciso contextualizar tais fatos e discursos, visto que também é comum encontrar relatos de estrangeiras que viveram situações complicadas diante de práticas associadas ao comportamento masculino local: namoradores, ausentes e, por vezes, violentos.

<sup>17</sup> No sistema de mercado sexual cabo-verdiano, há a distinção entre prostitutas e *pixinguinhas*. *Pixinguinha* é fundamentalmente uma categoria moral e são consideradas assim todas as meninas nas quais se percebe um início de carreira desviante quanto ao comportamento sexual. Sobre este assunto, ver Dos Anjos (2005).

<sup>18</sup> Dos 19 casos estudados, somente um era de uma moça que vivia com um senegalês. O restante dos casais era formado por italianos e boa-vistenses. Ao se envolver com Xandó (o senegalês), Dá teve sérios problemas familiares, a ponto de, para viver com ele, cortar relações com os parentes. Hoje moram na área adjacente à Vila, nas barracas, e Dá vive numa condição de marginalidade dada pela expressão *mulher de mandjaco*.

<sup>19</sup> O estudo de Kopytoff e Miers (1979) sobre a escravidão na África demonstra como as sociedades africanas são receptivas a toda e qualquer oportunidade de incorporar os de fora como dependentes ou retidos. Nos exemplos de escravidão fornecidos pelos autores, há um ponto em comum: todos os escravos são estrangeiros em um novo lugar, em um novo grupo de parentesco, comunidade, região e, até mesmo, em um novo país. A transferência dos seus velhos valores para a incorporação numa nova realidade funciona como um rito de passagem, sendo a primeira fase deste um período de marginalização. Quando uma pessoa é transferida para outro grupo, por força de parentes ou de armas, o indivíduo é completamente banido de seu povo, perdendo sua identidade, sua personalidade social e seu *status*. O que ocorre é um ritual de transição; a pessoa é expulsa do seu antigo nicho social e colocada num limbo, em um estágio de marginalidade. Entretanto, aquele que é de fora não pode ser mantido neste limbo. O problema é: como incorporar alguém que não pertence ao sistema social local e que, mesmo incluído, permanecerá numa posição inferior? Para a resolução desse problema e com o propósito de incorporação, novas fronteiras são criadas a fim de que ele deixe sua condição de escravo – o outro – e assuma sua condição de “de dentro”. Isso só é possível de ser pensado quando se verifica que, na maioria das sociedades tradicionais africanas, o de dentro não é um indivíduo autônomo. Sua cidadania está ligada ao seu pertencimento a um grupo de parentesco corporado, uma unidade de proteção social, legal, política e ritual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado é consequência de um longo percurso de pesquisa. Os resultados deste processo refletem a perspectiva de uma pesquisadora que acredita na etnografia como forma privilegiada de produção de conhecimento; nas horas e horas de observação de pessoas comuns em suas rotinas; nas boas conversas com as pessoas com quem se convive em campo; no mergulho nas formas de sociabilidade locais pela convivência diária (*estando lá*); e na produção do texto (*estando aqui*).

Os capítulos apresentados contam, antes de tudo, as histórias dos grupos familiares que estudei. Escritos a partir da pesquisa etnográfica em Boa Vista, refletem uma das preocupações conhecidas dos antropólogos: a de analisar formas de vida social que fogem da lógica prevista e previsível da dita modernidade. É claro que os dados não falam por si mesmos, são moldados pelo pesquisador de acordo com temas pertinentes para si próprio ou para os debates acadêmicos. Os fragmentos tirados dos diários de campo e dos cadernos de notas conformam, portanto, enredos montados para dialogar com temas que considere importantes: organização familiar, relações de gênero, parentalidades, conjugalidades, emigração, proximidade, distância, movimentação e fluxos em Boa Vista. A importância dada a tais temas surgiu, então, numa relação dialética entre os conhecimentos adquiridos pelo estudo da antropologia e minha experiência naquela sociedade.

Foi com estas considerações em mente que empreendi minha análise em busca do entendimento da lógica que subjaz à organização familiar em Boa Vista. Nesse contexto, a emigração feminina não só melhora a condição econômica da mulher e de sua família, mas também faz com que ela adquira um *status* social diferenciado. Entre os motivos econômicos que podem levar a mulher a emigrar, está a percepção da emigração como excelente oportunidade de melhorar seu *status* e de ganhar liberdade. Por outro lado, a emigração retira esta mulher da esfera doméstica. Com frequência, para emigrar ela tem que deixar filhos sob os cuidados de outras mulheres, bem como as responsabilidades com a casa e com o *pai de filho*.

A questão central a que busquei responder foi: tais rearranjos

estruturais geram mudanças na configuração familiar boa-vistense? Minha interpretação é de que, apesar da saída da mulher, estratégias são utilizadas para que muitos laços de união ao grupo doméstico continuem a operar de forma eficaz. Trabalha-se no sentido de criar o que denominei de “proximidade a distância”. Sendo assim, as mudanças na sociedade boa-vistense causadas pela saída de mulheres acabam por reforçar e reproduzir formas de comportamento tradicionais desta sociedade.

Características importantes da organização familiar – matricentralidade, família extensa como unidade significativa, prioridade dos laços de filiação perante a relação conjugal, mobilidade, fluidez da relação com o homem como marido ou pai – acabam reforçadas nessas famílias transnacionais e isso ocorre de diversas formas: o pai que minimiza sua presença já esporádica em casa, outras mulheres assumindo a responsabilidade da casa e dos filhos deixados pela emigrante e esta assumindo a função de provedora.

Espero ter demonstrado que, no caso da emigração feminina da Boa Vista, a saída da mulher provoca rearranjos na esfera doméstica; porém, esta nova unidade doméstica, agora transnacional, continua a depender do trabalho de outras mulheres para se reproduzir. Portanto, as relações não são necessariamente transformadas. Uma vez distante, a emigrante faz um enorme esforço para manter os laços com a família e, especialmente, os filhos. Isso se dá por meio do envio de presentes, recursos, bens e informações e pelas visitas periódicas.

Porém, a busca pela manutenção de laços a distância não se restringe àquela que emigra, sendo partilhada pelos que ficam na ilha. Como explorei ao longo do trabalho, o esforço de estar próximo mesmo a distância também deve acontecer para aqueles que ficam. Numa relação de troca, estes enviam as “coisas da terra” (cachaça, queijos, doces) para as mulheres que estão fora. Além disso, trocam um bem primordial para a manutenção do sentimento de pertencer, as notícias da ilha. Tudo isso porque estamos diante de uma sociedade muito mais ancorada num sistema de símbolos e significados e numa rede de relacionamentos do que numa base territorial. Tais redes são alimentadas tanto por quem sai quanto por aqueles que permanecem.

A análise apresentada aqui revela os mecanismos usados pelos membros destas “famílias espalhadas” para superar a distância,

mantendo os laços sólidos e o sentimento de pertencimento vivo. A coesão familiar nesta sociedade depende, portanto, da eficácia dos mecanismos para solucionar os riscos de uma estrutura especializada em ejetar alguns de seus membros do sistema social. Numa sociedade assim, o pressuposto de que a família deve viver junta dá lugar a outra ideia de família, em que os membros encontram-se distantes uns dos outros, porém, continuam a se sentir próximos e pertencentes a um grupo comum.

Para formular esta análise, percorri um longo caminho. Primeiro, inseri Boa Vista no contexto mais amplo das sociedades crioulas. A organização desta sociedade revela práticas e modelos em competição – o africano e o europeu –, enfatizando ora uma vertente, ora outra. Tal discussão ganhou forma pelo diálogo que empreendi com a teoria social nativa da “desorganização familiar”. Tentei demonstrar que o pressuposto de desorganização surge da adoção do modelo familiar europeu – de família nuclear, um casal em coresidência com os filhos – como ideal e correto. Argumento que tal idealização está inserida num contexto de crioulição que, embora tendo um modelo de normalidade como perspectiva, na esfera das práticas reproduz formas tradicionais de organização familiar muito distantes deste ideal.

O próximo passo foi entender a organização familiar existente de fato na Boa Vista. O ponto-chave foi desvendar como as relações se reproduzem por intermédio da transmissão de substâncias partilhadas. Os conceitos de proximidade e distância foram fundamentais para a análise de relações que são caracterizadas por um alto grau de mobilidade. Na Boa Vista, as pessoas, os bens e os recursos circulam constantemente, porém, o sentimento de pertencimento permanece na ideia de *nha* família. O conceito de *nha* família é elástico, ou seja, pessoas podem ser incluídas no ou excluídas do círculo considerado como família por um indivíduo, e essa dinâmica vai depender mais do tratamento que um dispensa ao outro do que da existência de parentesco consanguíneo. “Viver junto” é a categoria-chave para entender o contexto familiar boa-vistense. Compartilhar substâncias, comidas, presentes, especialmente durante a infância, cria e reforça laços que geram o sentimento de estar próximo. A casa é, portanto, a unidade básica, o espaço onde os laços de proximidade são atualizados e onde se dá identidade social ao indivíduo.

Tal espaço encontra-se fortemente ligado às mulheres e às crianças, sendo elas as grandes responsáveis pela reprodução de estratégias que geram proximidade e pertencimento entre indivíduos e grupos domésticos. As mulheres o fazem por meio da rede de solidariedade feminina, e as crianças, pela facilidade de circulação em diversas unidades domésticas. Mulheres e crianças também têm forte ligação entre si, sendo o binômio mãe-filho central na esfera familiar boa-vistense.

Porém, a maternidade em Boa Vista não deve ser entendida em nossos termos. Deve, antes, ser analisada no contexto da solidariedade feminina, particularmente, entre mãe e filha. Quando nasce uma criança, mãe e avó se mobilizam e se complementam na tarefa de criá-la e educá-la. De certa forma, para uma criança, estar com a avó é complementar a estar com a mãe e isso se expressa pela coexistência dos termos *mãe* e *mamã*. Sendo assim, em Boa Vista a maternidade é um processo e só pode ser completamente exercida pela ação conjunta de duas gerações. “Ser mãe” começa quando nasce uma criança e atinge sua plenitude quando a mulher se torna avó, sendo necessária a presença das duas mulheres para criar e prover uma criança.

A centralidade feminina é, portanto, uma característica fundamental deste modo de organização familiar, e a dispersão das funções entre duas ou mais mulheres não leva, como se poderia pensar, ao enfraquecimento dos laços de mães e filhos ou mesmo entre os membros da família. Neste contexto, a partilha – de bens, alimentos e até crianças – não enfraquece, pelo contrário, só vem a fortalecer a reprodução do sistema. A mobilidade e o compartilhamento são valores que criam e recriam relações familiares.

Tudo isso deve ser entendido levando em conta a posição do homem na esfera doméstica. Dadas as características fluidas da conjugalidade, as dificuldades financeiras e o *ethos* masculino, o homem como marido e pai é figura distante na esfera doméstica boa-vistense. Especialmente, na perspectiva dos filhos, o pai se apresenta na forma de uma “presença ausente”. Apesar de próximo fisicamente, porque não partilha, não troca e não “vive junto”, a relação é marcada pela distância emocional. A rede feminina se constitui, então, como estratégia eficaz para compensar a ausência do marido e do pai.

Quando deslocamos o homem da relação conjugal para a de

filiação, percebemos que ele não está tão ausente como parece à primeira vista. Se dirigirmos os refletores para mulheres e homens na condição de irmãos ou mães e filhos, veremos surgir uma dimensão nova da relação entre os sexos, uma relação de complementaridade e proximidade. Da mesma forma, por trás da colaboração entre mulheres, frequentemente há uma presença masculina que dá apoio tácito à situação ou que atua como laço mediador a unir duas ou mais mulheres (pertencentes ou não à mesma casa). Esse é o caso, por exemplo, do relacionamento entre netos e suas avós e tias paternas, uma relação que se efetiva a partir do reconhecimento pelo pai de que aquela criança é sua. Um olhar aprofundado, e em diálogo com a teoria sobre matrifocalidade, mostrou que há presença masculina nesta família de mulheres.

Devo também ressaltar a importância da ideia de processo no sistema familiar que analisei. Tanto as relações de filiação quanto as conjugais ganham e perdem proeminência a depender da fase do ciclo doméstico que está em foco. Por exemplo, a percepção da conjugalidade como processo que começa com uma relação marcada pela instabilidade e termina, já na fase em que os filhos estão adultos, com a formalização do casamento na igreja vem mostrar que a conjugalidade boa-vistense, em vez de entendida como anomalia, adquire outro sentido quando analisada como atualização das formas tradicionais africanas de casamento processual.

Uma vez recapitulados os pontos fundamentais da estrutura familiar local, resta-me retornar a uma questão fundamental: como tal estrutura se mantém (se é que isso acontece) diante de uma emigração feminina tão intensa, tal como a que ocorre em Boa Vista? Mulheres que estão longe fisicamente, ao contrário dos pais, que estão próximos, conseguem criar laços de proximidade a distância. As estratégias utilizadas passam pela mesma ideia de partilha presente no conceito de “viver junto”. A manutenção de diálogos a distância (por meio de cartas, telefonemas, fotos e rumores) e a troca transnacional de serviços, recursos, bens criam e recriam os valores positivos tradicionalmente vinculados à emigração cabo-verdiana. A ideia central é que, quando tais estratégias são atualizadas com sucesso, a distância espacial não diminui a proximidade que caracteriza as relações de parentesco.

A quebra dos laços de pertencimento ao grupo ocorre quando não mais se partilha, quando as trocas são interrompidas por uma das

partes. O conceito de proximidade não está restrito, então, à noção de espaço partilhado, expresso na ideia de proximidade física. A ausência física da mulher que emigra é mitigada por uma lógica transnacional de obrigações materiais. Adapto para meu caso os polêmicos argumentos de Levine (1973) para o caso africano: as famílias boa-vistenses não têm que permanecer intactas residencialmente para que seus membros se mantenham unidos e atualizando as obrigações de parentesco e casamento.

A ênfase nas transações materiais, ou seja, nas obrigações de dar e receber bens – alimento, ajuda financeira, presentes, – e a ausência relativa de ansiedade com relação à separação são características de um padrão de sociabilidade de que os indivíduos lançam mão para reproduzir o sistema. Da mesma forma, o valor dado à mobilidade, a relativa tolerância e flexibilidade das relações conjugais, a importância das redes de solidariedade feminina, a relativa ausência masculina e a percepção do grupo doméstico como uma unidade processual são todos fatores que se combinam de forma a viabilizar a expulsão de alguns membros. Minha análise conduz, então, à percepção de que a família não se reproduz apesar da saída de mulheres; ela se reproduz porque as mulheres saem.

É bem verdade que esta é uma estratégia ousada, que gera conflitos e riscos à estrutura familiar local e acarreta tensões e dificuldades aos indivíduos. No entendimento dos boa-vistenses, enviar a mulher em vez do homem para a emigração tem sido uma forma eficaz de diminuir tais riscos, pois as mulheres são mais fiéis do que os homens no cumprimento das obrigações familiares. Da mesma forma, a emigração cabo-verdiana deve ser compreendida num contexto histórico em que o bem maior de um país pobre e sem recursos é sua população. Se ampliarmos para o contexto africano, em que as pessoas são valores fundamentais, percebemos a coerência de um sistema familiar que exporta seu bem maior – a mãe – em prol da manutenção do grupo familiar.

A segurança de que estratégias serão atualizadas pelos indivíduos para que o sistema se reproduza parece estar na importância dada ao “pertencimento”. Ora, se a mulher é aquela que está mais ligada ao ambiente doméstico, a emigração feminina, mais do que a masculina, obriga os membros de uma unidade doméstica a negociar papéis não só para definir quando e qual mulher pode sair, mas para estabelecer quem vai assumir as responsabilidades deixadas por ela e para definir

as novas funções daquela que sai. Pela análise da organização familiar boa-vistense no contexto da emigração feminina, percebemos que novas formas de pensar e viver o mundo, associadas diretamente a processos globais de transformações sociais, podem funcionar como importantes reprodutores de formas tradicionais da vida local.

Porém, Boa Vista está em constante mudança e, com ela, novos desafios são colocados. O que meus informantes denominam de *novos tempos* levanta questões que fornecem material para outra pesquisa. A crescente movimentação turística que tem transformado a ilha no mais novo polo de desenvolvimento do país tem gerado um fluxo diferente do que se via até então, o fluxo imigratório, com a chegada de estrangeiros africanos e europeus e dos *badios* de Santiago.

Não tive o propósito de empreender neste trabalho uma análise do turismo e do fluxo imigratório, porém, não poderia deixar de incorporar ao meu argumento sobre a organização familiar boa-vistense os novos atores que passam ou ficam na ilha levados pela movimentação turística. A relação dos moradores locais com estes “outros” e a incorporação destes, pelo casamento, ao universo familiar local tem sido um tema importante no cotidiano da ilha. Como explicitarei no último capítulo, os casamentos interculturais entre boa-vistenses e europeus, pela diferença, ajudam a entender padrões de comportamento tradicionais. As novas configurações familiares colocam desafios aos atores que passam a ter que lidar com “outros” que são originários de matrizes culturais diferentes e que nem sempre estão dispostos a atualizar os padrões locais de organização familiar. Vimos que, ao incorporar novos membros, os grupos domésticos fazem uso de estratégias para manter o sistema operando: uma das mais eficazes é deixar os conflitos latentes, acontecendo apenas no campo dos rumores.

O que resulta da análise desses casamentos interculturais é que, teoricamente, tais alianças aproximam o casal do modelo considerado ideal pelos boa-vistenses, o padrão europeu de união conjugal. Relembro o relato que abre este trabalho, em que a professora compara dois padrões de comportamento que estão à mão para as pessoas da Boa Vista. Como sociedade crioula, ela pode operar com as duas matrizes, porém, o que ocorre no universo estudado é que a matriz europeia só é realizada, e ainda precariamente, na última fase do ciclo doméstico, quando o homem “senta a cabeça” e decide casar.

Nas demais fases, o modelo está presente como um ideal (em especial, para as mulheres), algo que deveria acontecer, mas que quase nunca se consuma.

Como vimos, quem casa com um italiano justifica sua escolha tendo em vista este modelo. Porém, a possibilidade real de sua realização plena traz grandes problemas para a esfera familiar, que podem gerar um obstáculo à sua reprodução. A incorporação de estrangeiros constitui, então, um risco ao sistema porque é uma “exogamia radical”. A depender se o “outro” é homem ou mulher, os riscos podem ser minimizados ou maximizados. O que estas novas realidades trazem de interessante (inclusive para estudos posteriores) é a relação entre modelo e prática, uma relação equilibrada por meio das decisões individuais, que no fundo são estratégias de grupos.

Por último, e ainda tratando do processo de crioulização, gostaria de trazer uma discussão que não foi explorada de forma direta nos capítulos: as assimetrias e diferenças sociais e suas relações com os modelos e as práticas na sociedade boa-vistense. Em Boa Vista, há estratificação social, ou seja, há uma pequena elite local educada, lusitanizada e mais próxima do modelo cristão. Este é o grupo que mais se articula e se aproxima da vertente europeia. E há uma maioria que pertence a estratos sociais mais baixos e vive segundo as tradições locais, mas sempre ambicionando adotar as condutas consideradas cristãs e europeias. A “elite embranquecida” é formada por aquelas famílias tradicionais, descendentes dos grandes comerciantes do início do século XX, e até mesmo pelos ex-emigrantes que “tiveram cabeça” e, ao retornarem para a ilha, investiram os recursos de forma a adquirir um *status* diferenciado.

É de esperar que tal grupo tenha padrões de comportamento diferentes dos estratos inferiores e que tais formas de vida exerçam relativa influência no restante da sociedade. São estas famílias, por exemplo, que conseguem enviar os filhos para fazer faculdade em outros países, sonho que justifica a emigração de muitas mães que conheci. São esses indivíduos que adquirem vistos para emigração com maior facilidade, porque possuem contatos políticos e relações de amizade com pessoas de influência na capital; e são eles que têm maior intimidade com o “mundo dos brancos”. Seriam eles também os que adotariam uma forma de comportamento mais próxima ao modelo familiar europeu?

Tal questão não foi aprofundada em meu trabalho porque observei que nesta sociedade as diferenças sociais não são correlatas à adoção de comportamentos que atualizam o modelo ocidental de família. As práticas características do que chamamos de modelo africano operam também nas famílias dos estratos sociais mais elevados. Homens de famílias tradicionais e abastadas também têm casos com outras mulheres, veem o casamento formal como último passo de um longo processo e são ausentes na esfera doméstica e na criação dos filhos. Por sua vez, as mulheres desta elite também partilham do sonho de emigrar (e emigram), percebem-se como *fracas* diante do homem conquistador, são tidas como o centro das relações domésticas e cumprem suas responsabilidades numa rede de solidariedade que compensa a ausência masculina.

Está claro que tais padrões de comportamento variam a depender do lugar do qual se fala. Em certo sentido, homens e mulheres que estudaram e que têm tradição e recursos estão mais próximos das formas ocidentais de família e, exatamente por isso, são percebidos como “mais brancos”. Porém, isso não ocorre de forma a definirmos comportamentos de “ricos” como de acordo com o modelo europeu e dos outros, com o modelo tradicional africano. Em outras palavras, em qualquer lugar da estrutura social ou em qualquer momento do tempo que se tome, a sociedade crioula se mostra internamente diferenciada, contraditória, fluida e ambígua, e isto não significa ausência de ordem ou de princípio orientador (Trajano Filho, 2003). Minha perspectiva é de que, não importa se estamos no domínio de uma elite ou nas camadas mais pobres, em seu todo, esta sociedade é produto de um compromisso entre as vertentes que a formaram e o modo de organização familiar, e os valores ali desenvolvidos revelam o funcionamento deste compromisso, que tem uma natureza pendular, oscilando entre o mundo europeu e o africano.

Mesmo deslocando a análise para a esfera da estratificação social, ainda estamos diante de uma sociedade crioula que atua com dois modelos e é marcada por identificações e sentimentos de pertencimento múltiplos e muitas vezes contraditórios. A opção por um modelo ou outro não vai depender exclusivamente da camada social à qual o indivíduo pertence, mas das estratégias de que lhe convém lançar mão em situações determinadas. Portanto, não se pode efetuar uma associação direta de ricos aos padrões europeus e pobres ao padrão tradicional africano de comportamento familiar. Mesmo se

tomarmos como exemplo casos que representam os dois polos da pirâmide social da Boa Vista, observaremos o movimento pendular entre um modelo e outro, a depender das circunstâncias que os indivíduos enfrentam.

Ao analisar esta sociedade inserindo-a no quadro do ecúmeno africano, privilegiei suas características de fluidez, hibridez, ou seja, criouliização. Cruzando esta perspectiva com os dados coletados em campo, observei que os indivíduos, independente de sexo, idade ou estrato social, irão idealizar e praticar um modelo ou outro porque ambos constituem o campo de possibilidades desta sociedade. Estamos, então, num campo de assimetrias relativas, no qual nenhuma das vertentes consegue dar continuidade plena a suas formas e projetos de vida social. O que se reproduz é uma entidade terceira, nem europeia nem africana, que se apresenta em formas de organização social, instituições e sintaxes culturais que combinam as duas vertentes.

O que posso concluir deste percurso é que a família encontrada em Boa Vista resulta de negociações constantes entre os membros, passando pelos desafios inerentes à valorização dada à mobilidade como estratégia de reprodução. Este entendimento não vem do discurso imediato dos indivíduos, mas da observação e análise das práticas nos universos familiares em que as pessoas que conheci se constroem enquanto tais. Espero que esta opção tenha tornado menos obscuras as formas como estas famílias operam e como as pessoas se constituem como membros de um grupo, independente da proximidade física entre elas. Mais do que isso, incapazes de se reproduzir por meio de suas relações internas, estas famílias têm que assimilar e incorporar valores e práticas sociais externos, transformando-os em algo verdadeiramente seu.

Ao empreender a tarefa de entender a organização familiar boa-vistense, fui contaminada pela realidade que encontrei. Durante o trabalho de campo, e a partir das relações pessoais, históricas, sociais e espaciais que conheci, construí minha perspectiva sobre o que seria a família boa-vistense. Para cada uma das relações estudadas, levantei hipóteses no sentido de realizar o exercício de entender a lógica de pessoas que se reconhecem como família apesar da distância e do tempo que as separam. Hoje, quando olho para a família boa-vistense por mim construída, vejo que muitos pontos encontram-se ainda obscuros e que a análise apresentada aqui é

apenas uma versão da realidade. Em certo sentido, esta análise já está em ruínas, à medida que mudam as relações que foram cobertas por um momento.

## REFERÊNCIAS

- AKESSON, L. 2004. *To make a life: meanings of migration in the transnational homeland of Cape Verde*. Tese, Departamento de Antropologia Social, University of Gothenburg.
- ALMEIDA, G. 2000. *A ilha fantástica*. Lisboa: Caminho.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Cabo Verde. Viagem pela história das ilhas*. Cabo Verde: Ilhéu.
- ANDRADE, E. 1995. *As ilhas de Cabo Verde da descoberta à independência nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan.
- ASSIS, G. 2007. "Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional." *Estudos Feministas* 15(3):745-72.
- BALDOCK, C. V. 2000. "Migrants and their parents: caregiving from a distance." *Journal of Family Issues* 21(2):205-24.
- BASCH, L., N. Schiller e C. S. Blanc. 1994. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states*. Langhorne: Gordon & Breach.
- BESTARD, J. 1998. *Parentesco y modernidad*. Buenos Aires: Paidós Argentina.
- BINDÁ, A. 1995. *Viajar é mais*. Dissertação, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- BLACKWOOD, E. 2005. "Wedding bell blues: marriage, missing men, and matrifocalfolies." *American Ethnologist* 32(1):3-19.
- BOURDIEU, P. 1980. "La terre et les strategies matrimoniales". In: *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit.
- \_\_\_\_\_. 1991. *Outline of a theory of practice*. London: Cambridge Studies in Social Anthropology.
- BOYER, R. 1964. "The matrifocal family among the Mescalero: additional data." *American Anthropologist*, New Series, 66(3):593-602.
- BREGER, R. and R. HILL, eds. 1998. *Cross-cultural marriage: identity and choice*. New York: Berg.
- CARDOSO, H. 1998. "O erro de António Carreira." *Cultura* 2:32-43.

CARLING, J. 2001. *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*. Tese, Cand. Polit., University of Oslo.

\_\_\_\_\_. 2004. "Emigration, return and development in Cape Verde: the impact of closing borders." *Population, Space and Place* 10:113-32.

CARREIRA, A. 1983. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

\_\_\_\_\_. 1984. *Cabo Verde: aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro.

CARSTEN, J. 1995. "The substance of kinship and the heat of the heart: feeding, personhood, and relatedness among Malays in Pulau Langkawi." *American Ethnologist* 22(2):23-241.

\_\_\_\_\_. 2000. "The politics of forgetting: migration, kinship and memory on the periphery of Southeast Asian State." *The Journal of the Royal Anthropological Institute* 1(2):317-35.

\_\_\_\_\_. 2003. *Cultures of relatedness: new approaches on the study of kinship*. Edinburgh: University of Edinburgh.

\_\_\_\_\_. 2004. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHAMBERLAIN, M. 2009. *Family love in the diaspora*. London: Transaction.

CHAMBERS, E., ed. 1997. *Tourism and culture, an applied perspective*. New York: University of New York Press.

CLARKE, E. 1979. *My mother who fathered me: a study of the family in three selected communities in Jamaica*. London: G. Allen & Unwin.

COHEN, E. 1984. "The sociology of Tourism: approaches, issues and findings." *Annual Review of Sociology* 10:373-92.

DIAS, J. B. 2000. *Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

\_\_\_\_\_. 2004. *Mornas e coladeiras de Cabo Verde: versões musicais de uma nação*. Tese, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

DOS ANJOS, J. C. G. 2004. "A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: intelectuais e diferentes versões da identidade nacional." *Etnográfica* 8:273-95.

FINAN, T. e H. HENDERSON. 1988. "The logic Cape Verdean female-headed households: social response to economic scarcity." *Urban Anthropology* 17:87-103.

FLEISCHER, S. 2002. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachussets*. São Paulo: Annablume.

FONSECA, C. 2004. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

\_\_\_\_\_. 2006. *Os caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.

FORTES, M. 1969. *Web of kinship among the Tallensi: the second part of an analysis of the social structure of a trans-volta tribe*. London: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. 1974. *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília: UnB.

GEFFRAY, C. 1990. *Ni père ni mère: critique de la parente: le cas makhuwa*. Paris: Ed. Du Seuil.

GERMANO LIMA, A. 1997. *Boa Vista: ilha de capitães*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

\_\_\_\_\_. 1999. "Ilha da Boa Vista." *Revista Fragata*, 22.

GOODY, E. 1982. *Parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

GRASSI, M. 2006. "Cabo Verde pelo mundo: o gênero e a diáspora cabo-verdiana." *Working Papers*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa.

GRUNEWALD, R. 2001. "Turismo e o 'resgate' da cultura Pataxó." In: *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*, organizado por A. Banducci e M. Barretto. Campinas: Papirus.

HANSEN, K., ed. 1992. "Introduction: domesticity in Africa." In: *African encounters with domesticity*, editado por K. Hansen. New Jersey: Rutgers University Press.

KASPER, J. 1987. *Ilha da Boa Vista – Cabo Verde. Aspectos históricos, sociais, ecológicos e econômicos, tentativa de análise*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

KOPYTOFF, I. e S. MIERS. 1979. "African slavery as an institution of marginality". In: *Slavery in African: historical and anthropological perspectives*, organizado por I. Kopytoff e S. Miers. Madison: The University of Winsconsin Press.

KUNSTATDER, P. 1963. "A survey of the consanguine or matrifocal family." *American Anthropologist*, New Series, 65(1):56-66.

LEACH, E. 1961. *Rethinking anthropology*. London: Athlone.

LEVINE, R. 1973. "Patterns of personality in Africa." *Ethos* 1(2):123-52.

LINARES, O. 2003. "Going to the city and coming back? Turnaround migration among the Jola of Senegal." *Africa* 73(1):113-31.

LITTLE, K. 1975. *African women in towns: an aspect of Africa's social revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.

LOBO, A. 2001. *Seca, chuva e luta: reconstruindo a paisagem em Cabo Verde*. Dissertação, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

\_\_\_\_\_. 2006. *Tão longe e tão perto: organização familiar e emigração feminina na Ilha de Boa Vista – Cabo Verde*. Tese, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

\_\_\_\_\_. 2010. "Um filho para duas mães? Notas sobre a maternidade em Cabo Verde". *Revista de Antropologia*, 53: 117-46.

\_\_\_\_\_. 2010. "Mantendo relações à distância: o papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo Verde." In: *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*, editado por Wilson Trajano Filho. Brasília: Athalaia.

MALINOWSKI, B. 1978. "Introdução." In: *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.

MARTES, A. 1999. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachussetts*. São Paulo: Paz e Terra.

MEINTEL, D. 1984. "Emigração em Cabo Verde: solução ou problema?" *Revista Internacional de Estudos Africanos* 2:93-120.

- MODELL, J. 1998. "Rights to the children: fosters care and social reproduction in Hawaii." In: *Reproducing reproduction: kinship, towers and technological innovation*, editado por S. Franklin e H. Ragoré. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MONAGAN, A. P. 1985. "Rethinking matrifocality." *Phylon* 46(4):353-62.
- MONTEIRO, C. A. 1997. *Comunidade imigrada: visão sociológica. O caso da Itália*. Praia: Edição do autor.
- NASH, D. 1996. *Anthropology of tourism*. Oxford: Pergamon.
- NEEDHAM, R. 1971. "Introduction". In: *Rethinking kinship and marriage*, organizado por R. Needham. Tavistock: ASA Monographs.
- NOTERMANS, C. 2004. "Sharing home, food and bed: paths of grandmotherhood in East Cameroon." *Africa* 74(1):28-46.
- PARKIN, D. e D. NYAMWAYA, eds. 1987. *Transformations of African marriage*. Manchester: Manchester University Press.
- PARREÑAS, R. S. 2005. *Children of global migration: transnational families and gendered woes*. Standford: Standford University Press.
- PINA CABRAL, J. 2003. *O homem na família: cinco ensaios de antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_\_. 2005. "O limiar dos afetos: algumas considerações sobre nomeação e constituição social de pessoas." *Aula inaugural do PPGAS da Unicamp*: São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Em nome do pai: mães e nomes no Baixo Sul (Bahia, Brasil)". Trabalho apresentado no *Simpósio Internacional Nomes e Pessoas: gênero, classe e etnicidade na complexidade identitária*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Versão preliminar.
- RADCLIFFE-BROWN, B. 1952. "Introduction." In: *African systems of kinship and marriage*, editado por A. R. Radcliffe-Brown e D. Forde. London: Oxford University Press.
- REPÚBLICA DE CABO VERDE. Secretariado da Cooperação e Planeamento. 1997. *IV Plano Nacional do Desenvolvimento*. Praia: SECP.
- RODRIGUES, G. 1999. "O strass e o preto: nota sobre casos de emigração." *Anais/AECCOM* 1(3):77-9.

- SAHLINS, M. 1974. *Stone age economics*. London: Tavistock.
- SCHNEIDER, D. 1984. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- SENA BARCELOS, C. J. 1989. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné, 1899-1913*. Lisboa.
- SILVA, K. 2006. "O poder do campo e o seu campo de poder." In: *Entre saias justas e jogos de cintura*, organizado por S. Fleischer e A. Bonnetti. Florianópolis: EDUSC.
- SIMMEL, G. 1971. *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SMITH, R. T. 1996. *The matrifocal family: power, pluralism, and politics*. New York: Routledge.
- SMITH, V. 1989. *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- SOLIEN, N. L. 1965. "The consanguineal household and matrifocality." *American Anthropologist*, New Series, 67(6):1541-9.
- SOLOMON, M. J. 1992. "We can even feel that we are poor, but we have a strong and rich spirit": learning from the lives and organization of the women of Tira Chapéu, Cape Verde. Dissertação, Graduate School of The University of Massachusetts.
- TRAJANO FILHO, W. 1998. *Polymorphic creoledom: the "creole" society of Guinea-Bissau*. Tese, University of Pennsylvania.
- \_\_\_\_\_. 2003. "Uma experiência singular de criouliização." *Série Antropológica*, 343. Brasília: UnB.
- \_\_\_\_\_. 2005. "A sociabilidade da diáspora: o retorno." *Série Antropológica*, 380. Brasília: UnB.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Some problems with the Creole Project for the Nation: the case of Guinea-Bissau." Paper presented at the *Seminar Powerful Presence of the Past*, at the Max Planck Institute, Halle, Germany.
- \_\_\_\_\_. 2009. The conservative aspects of a centripetal diaspora: the case of the Cape Verdean Tabancas. *Africa* 79(4):520-42.
- TURNER, V. 1972. *Schism and continuity in an African Society: a study of Ndembu village life*. London: Manchester University Press.

VAN DER GEEST, S. 2004. "Grandparents and grandchildren in Kwahu, Ghana: the performance of respect." *Africa* 74(1):47-61.

WHITE, S. 2004. "Lifetimes intertwined: African grandparents and grandchildren." *Africa* 74(1):76-95.

WOORTMANN, K. 1987. *A família das mulheres*. Brasília: Tempo Brasileiro.